

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO BRASILEIRA

Mardônio e Silva Guedes

Nos atalhos do pedir: favores, paternalismo e  
planejamento educacional no Ceará (1963-1982)

Fortaleza  
2010

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO BRASILEIRA

Mardônio e Silva Guedes

Nos atalhos do pedir: favores, paternalismo e  
planejamento educacional no Ceará (1963-1982)

Tese de Doutorado apresentada ao Programa  
de Pós-Graduação em Educação Brasileira da  
Faculdade de Educação da Universidade  
Federal do Ceará – UFC para obtenção do  
título de Doutor em Educação

Orientador: Prof. Dr. José Gerardo Vasconcelos

Fortaleza  
2010

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação  
Universidade Federal do Ceará  
Biblioteca de Ciências Humanas

- 
- G958n Guedes, Mardônio e Silva.  
Nos atalhos do pedir: favores, paternalismo e planejamento educacional no Ceará (1963-1982)  
/Mardônio e Silva Guedes. – 2010.  
221 f. : il. color., enc. ; 31 cm.
- Doutorado (tese) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira, Fortaleza, 2010.  
Área de concentração: Educação brasileira.  
Orientação: Prof. Dr. José Gerardo Vasconcelos.

1. Planejamento educacional – Ceará. 2. Educação e Estado – Ceará. I. Título.

---

CDD 379.8131

Mardônio e Silva Guedes

Nos atalhos do pedir: favores, paternalismo e  
planejamento educacional no Ceará (1963-1982)

Tese de Doutorado apresentada ao Programa  
de Pós-Graduação em Educação Brasileira da  
Faculdade de Educação da Universidade  
Federal do Ceará – UFC para obtenção do  
título de Doutor em Educação

Aprovada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

BANCA EXAMINADORA

---

Prof. Dr. Charliton José dos Santos Machado (UFPB)

---

Prof. Dr. Raimundo Elmo de Paula Vasconcelos Júnior (UECE)

---

Prof. Dr. Antônio Germano Magalhães Junior (UECE)

---

Prof. Dr. Rui Martinho Rodrigues (UFC)

---

Prof. Dr. Francisco Regis Lopes Ramos (UFC)

## AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador, Prof. Dr. José Gerardo Vasconcelos, pela constante orientação no trabalho de constituição da pesquisa.

À minha amada Aline que, com grande afeto, alegria e carinho, esteve comigo em todos os atalhos da escrita.

Agradeço à Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP) por ter me concedido bolsa de estudos, durante grande parte do período de construção da pesquisa.

Aos professores da minha banca de qualificação: Regis Lopes, Rui Martinho, Antônio Germano e Elmo de Paula que contribuíram de forma significativa para o aprofundamento da abordagem teórico-metodológica do trabalho.

Aos funcionários do setor de pesquisa do Arquivo Público do Estado Ceará e da Biblioteca Pública Menezes Pimentel, pela permanente disponibilidade durante o trabalho de coleta das fontes de pesquisa.

À querida Bruninha que com sua doçura e graça, tantas vezes falou: “termina a tese para a gente brincar”.

Ao meu mano Zorrinho (Otaviano), por não me deixar esquecer que é preciso “dar volta ao mundo e ir pra vida”.

Ao Paulo André, pela serenidade e ombro de irmão em todas as horas de escolher o melhor caminho.

Aos meus compadres, Carlos Eduardo (Fifi) e Sandrinha, pelas boas conversas de descanso e alegria.

Por fim, aos meus irmãos, Anizio e Maranyzio, pelo apoio e a certeza que estamos sempre juntos. Agradeço também, aos meus pais, Guedes e Elzanira, por me ensinarem a ter amor e apreço pelo que faço.

## RESUMO

Este trabalho objetiva discutir a produção de discursos sobre planejamento educacional, paternalismo e troca de favores, no Ceará de 1963 a 1982. Para tanto, analisamos programas educacionais, correspondências pessoais e institucionais caracterizadas por solicitações da esfera da educação destinadas ao político Virgílio Távora durante a época em que exerceu as funções de Governador, Deputado e Senador, no Estado do Ceará. As correspondências mencionadas compreendem parte do fundo documental Virgílio Távora que compõe o acervo do Arquivo Público do Estado do Ceará. No trabalho de investigação das fontes documentais, abordamos as tensões sociais existentes entre ações de planejamento da educação e correspondências sobre o campo educacional, especificamente, as perpassadas pela política do favor, por discursos associados ao paternalismo, clientelismo, trabalho e qualificação profissional. Os programas educacionais de governo referentes ao período ora focalizado, foram coletados do acervo da Biblioteca Pública Menezes Pimentel. Estes documentos estabeleceram diretrizes para o desenvolvimento do setor educacional local e são elementos balizadores da construção da abordagem proposta por esta pesquisa; na perspectiva de problematizar os embates construídos nos domínios da gestão da educação estadual e solicitações educacionais destinadas a Virgílio Távora. A documentação aludida permitiu inquirir sobre as estratégias discursivas produzidas sobre o campo educacional, entrecortadas pela lógica da eficiência, técnica e planejamento estatal, gestados no Ceará durante o corte temporal desta pesquisa. No universo teórico-metodológico da investigação desenvolvida, procuramos atentar para as construções e apropriações produzidas pelos discursos contidos nas fontes documentais, sobre planejamento educacional, troca de favores, e paternalismo. Elementos constitutivos do cotidiano da educação no Ceará que foram alvo de análise do trabalho produzido.

**Palavras-Chave:** Planejamento Educacional; Favor; Paternalismo.

## **ABSTRACT**

This work aims to discuss the production of discourses on educational planning, paternalism and exchange of favors, in Ceará from 1963 to 1982. To do so, we analyzed educational programs, personal and institutional correspondence characterized by requests in the sphere of education and addressed to the political man Virgílio Távora during the time he performed the functions of Governor, Deputy and Senator in the State of Ceará. The correspondences mentioned comprise part of the documentary fund Virgílio Távora that put together the collection of the Public Archives of the State of Ceará. In the investigation of the documentary sources we approached the social tensions between planning actions of education and mails about the educational field specifically the ones pervaded by politics of favor, discourses associated to paternalism, clientele, work and professional qualification. The government educational programs concerning to the period herein focused, were collected from Menezes Pimentel Public Library heap. These documents established guidelines for the development of the educational sector and are hallmarks elements in preparing the proposed approach by this research; aiming to question the clashes built in the structure of state educational management and educational requests addressed to Virgílio Távora. The documentation referred to allowed to inquire about the discursive strategies produced on the educational field intersected by the logic of efficiency, technique and state planning, managed in Ceará during the time of this research. In the theoretical methodological universe of the investigation developed, we gave much attention to the constructions and appropriations produced by the discourses found in the documental sources, on educational planning, exchange of favors and patronage. These were the constituent elements of educational every day life in Ceará which were the subject of analysis in this paper.

**Key – words :** Educational Planning, Favor, Patronage.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	08
<b>CAPÍTULO 1 – O PLANO E A PROMESSA.....</b>	<b>16</b>
1.1 Planejamento, paternalismo e campo educacional.....	16
1.2 Plataformas contra o vício.....	32
1.3 A formulação do pedido.....	43
<b>CAPÍTULO 2 – QUEM PLANEJA, AJUDA.....</b>	<b>75</b>
2.1 A construção das solicitações educacionais.....	75
2.2 A fé no favor.....	87
2.3 Esfera pública e educação.....	106
<b>CAPÍTULO 3 – QUALIFICAR A SÚPLICA.....</b>	<b>123</b>
3.1 A carta define o solicitante.....	123
3.2 Proteção e contrato.....	148
3.3 A escolha dos nomes.....	157
3.4 Escritos “bem educados” e necessários.....	183
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>210</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>214</b>



## INTRODUÇÃO

*Há muito tempo que não te escrevo  
ficaram velhas todas as notícias*

Carlos Drummond

Em “Nos atalhos do pedir: favores, paternalismo e planejamento educacional no Ceará (1963-1982)”, analisaremos discursos sobre troca de favores, paternalismo e planejamento educacional produzidos pelo poder público e por indivíduos que vivenciaram a educação estadual.

O Brasil da ditadura militar foi marcado por políticas de planejamento da economia nacional. O poder público, por meio de inúmeras ações institucionais, expunha a relevância do papel do Estado como promotor do desenvolvimento econômico-social. Por este viés múltiplos programas governamentais estabeleciam diagnósticos e prioridades para o desenvolvimento do país. Nesta ótica, dentro do conjunto de propósitos elaborados para o desenvolvimento nacional, a educação ganha relevo como parte integrante do planejamento global (SHIROMA, 2004).

Na esfera estadual, a partir de 1963, o governo de Virgílio Távora difundiu o Plano de Metas Governamentais (PLAMEG), o primeiro plano de governo do Ceará com o propósito de sistematizar o desenvolvimento econômico-social do Ceará. Nesse documento, podemos identificar esforços em planejar as ações de crescimento do setor educacional pelo viés do planejamento.

Nos discursos governamentais, racionalidade, planejamento, industrialização, formação de mão-de-obra especializada e educação estavam intimamente relacionados (MELO, 2006). Por outro lado, os referidos propósitos desenvolvimentistas, muitas vezes, repeliam o paternalismo e a troca de favores na gestão do campo educacional.

Ademais, os governos do Ceará do período foram marcados por múltiplos programas governamentais que definiram um papel para educação dentro dos esforços de construir o desenvolvimento econômico-social do Estado<sup>1</sup>. Dessa

---

<sup>1</sup> Conforme (Veras, 1990) percebemos a criação dos seguintes planos de governo perpassados pelo ideário acima destacado, Plano de Metas Governamentais - PLAMEG (1963/1966), Plano de Ação Integrada do Governo - PLAIG (1967/1970), Plano de Governo do Estado do Ceará – PLAGEC (1971/1974)I Plano Quinquenal de Desenvolvimento do Ceará- PLANDECE (1975/1979) e II Plano

maneira, neste trabalho, utilizamos prioritariamente – como suporte para a análise proposta – esses documentos institucionais sobre planejamento educacional ao lado de correspondências pessoais, em sua grande maioria, dirigidas a Virgílio Távora.

Os planos de governo elaborados entre 1963 e 1982 estão armazenados no acervo da Biblioteca Pública Menezes Pimentel. Nestes programas podemos perceber a definição de políticas educacionais para o Ceará. Os referidos documentos apresentam diagnósticos, metas, prioridades e entraves para o desenvolvimento da educação no Ceará. Tais fontes são cruciais para à abordagem das relações existentes entre planejamento educacional, paternalismo e troca de favores. Por intermédio de diálogo com correspondências pessoais enviadas a Virgílio Távora que tratam de reivindicações educacionais.

A grande parte do material de pesquisa integra o fundo documental Virgílio Távora. Esse acervo compõe a documentação Arquivo Público do Estado do Ceará e, nele, encontramos: jornais, manuscritos, fotografias, ofícios, correspondências, bilhetes, cartas, programas de governo, planejamentos, atos e ações governamentais, enfim, documentos que apontam relevantes aspectos políticos, econômicos, sociais e educacionais em diferentes períodos históricos da sociedade cearense. Trata-se de um significativo conjunto de documentos relacionados ao recorte temporal desta pesquisa.

O fundo documental Virgílio Távora está organizado com base em séries temáticas e cronológicas que descortinam ações e práticas políticas dos poderes instituídos no Ceará. Em nosso trabalho, nos utilizamos das séries “secretarias do poder executivo”, “câmara federal”, “senado federal”, “correspondência geral” “documentos pessoais” e “produção intelectual”. Essas séries comportam propostas, programas educacionais, solicitações e reivindicações relativas ao cotidiano da educação. A referida documentação permite uma inserção nas políticas estaduais para o campo educacional.

Esse recorte de fontes é crucial quando se quer lançar um olhar sob a história da educação no Ceará, mais precisamente no período militar: tanto via PLAMEG, quando se remete aos propósitos do poder executivo, legislativo estadual, tanto quando apresenta documentos não institucionais no período de 1963 a 1982.

Nas séries “correspondência geral” e “documentos pessoais”, desenvolvemos um trabalho de consulta em cerca de 1.200 documentos relacionados a questões econômicas, políticas, sociais e educacionais. Para elaboração da tese, enfocamos as correspondências que tratam diretamente ou indiretamente do universo educacional. Vale destacar que somente na série “correspondência geral”, a maior do acervo em volume de documentação, foi possível localizar três volumes de correspondências encadernadas que tratam do segundo governo de Virgílio Távora (1979-1982) com aproximadamente 800 documentos.

Os registros documentais, a que fazemos alusão, instigam indagações e questionamentos sobre a relação entre história, educação e políticas públicas no Ceará dos anos de 1963 a 1982. De tal modo, priorizamos a investigação das seguintes fontes de pesquisa: planejamentos, programas educacionais, discursos governamentais e correspondências elaboradas no cotidiano da educação. Esses últimos são o material central da análise.

A propósito, o acesso à memória escrita sobre a ditadura militar pós-64, no Ceará, ainda é bastante reduzido nos espaços de pesquisa. Os historiadores, que se ocupam dessa temática, se deparam com o difícil acesso aos registros. Muitos documentos não podem ser consultados em virtude de restrição legal e falta de catalogação apropriada. Especialmente durante o regime militar, a manipulação dos registros oficiais no Ceará, certamente, causou um grande entrave no que se refere à construção de múltiplas abordagens sobre a memória coletiva do período.

Felizmente, a catalogação e disponibilização do “Arquivo Privado Virgílio Távora” possibilita a construção de múltiplas interpretações sobre a memória da ditadura militar, justamente por comportar uma gama de documentos que possibilitam a investigação de aspectos da história estadual e nacional da ditadura militar. O acesso ao fundo documental Virgílio Távora permite a inserção em um campo de investigação ainda pouco explorado pela produção historiográfica local sobre a educação no Ceará. Principalmente no que diz respeito ao uso de correspondências de cunho pessoal, fontes inéditas na pesquisa do campo educacional cearense.

O Acervo Virgílio Távora está intimamente ligado a história de vida de seu titular e permite descortinar elementos relevantes do campo educacional por nós problematizado. Sobre a trajetória pública do referido líder político, temos que:

O major-engenheiro do Exército Virgílio Moraes Távora foi duas vezes governador do Estado do Ceará (1963-1966 e 1979-1982), exerceu dois mandatos de senador (1971-1978 e 1988) e três de deputado federal (1950-1954, 1954-1958 e 1967-1970) Foi ainda Ministro da Viação e Obras Públicas do gabinete parlamentarista chefiado por Tancredo Neves (1961). Virgílio foi reformado no posto de coronel do Exército. Chefe e herdeiro de um dos principais grupos políticos cearenses, teve destacada atuação na vida brasileira por quase todo o século XX. (ALENCAR, 2006: 17)

Dessa maneira, a atuação política de Virgílio é extremamente vinculada a diversos momentos da história contemporânea do Ceará, registrados em documentos institucionais e escritos pessoais preservados no acervo do Arquivo Público Estadual. Tal documentação constantemente coloca em foco a esfera educacional. Por meio de programas de governo e reivindicações de múltiplos sujeitos relacionadas com o setor da educação no plano do poder executivo. Esses registros instigam indagações e questionamentos sobre a relação entre história, memória, educação e a construção de políticas educacionais para o Ceará no período de 1963 a 1982.

Apropriações da esfera pública dentro da ótica dos interesses privados, produzidas pelos personagens que compõem essa documentação, demarcam a política educacional estadual e são alvo de estudo do trabalho de pesquisa ora proposto. De tal modo, objetivamos abordar as relações existentes entre planejamento educacional, paternalismo e troca de favores.

Com fins de sistematização da pesquisa, dividimos o trabalho em três capítulos, a saber: Capítulo 1, “O plano e a promessa”; Capítulo 2, “Quem planeja, ajuda”; e Capítulo 3, “Qualificar a súplica”. No primeiro capítulo, “O plano e a promessa”, problematizamos as definições de “planejamento educacional” do Plano de Metas Governamentais (PLAMEG) de 1963-1966. Discutimos, concomitantemente, os discursos sobre paternalismo e gestão pública do poder executivo, bem como, dos indivíduos que vivenciaram o mundo educacional no Ceará à época. O capítulo tem a finalidade de analisar a construção de estratégias discursivas, aproximações e distanciamentos no diálogo entre a esfera pública e os sujeitos que, através das correspondências pessoais, indicam as problemáticas da educação estadual.

O Capítulo 2, “Quem planeja, ajuda”, foca na interpretação das estratégias discursivas em relação às reivindicações dos sujeitos da educação para o poder público local: o que é solicitado? Como é solicitado? Quem solicita? Quais as temáticas que demarcam os pedidos de homens e mulheres? Paternalismo e clientelismo são práticas culturais negadas e/ou afirmadas nos discursos abordados? Dessa forma, buscamos abordar a formação discursiva, em sua complexidade, a partir das correspondências.

O Capítulo 3, “Qualificar a súplica”, trata da relação entre educação, trabalho e qualificação profissional, para tanto, vale-se das correspondências que apontam para os atributos de formação profissional no campo da educação. O capítulo, em suma, levanta as seguintes questões: nas fontes de pesquisa, pais, políticos, padres, profissionais da educação, prefeitos e deputados apresentam quais atributos e saberes de um profissional qualificado? A qualificação é um instrumento de inserção no universo de trocas e acordos políticos governamentais? Buscamos, também, estabelecer relações com os programas educacionais das décadas de 1960 e 1970, em especial com o segundo PLAMEG (1979-1982) elaborado durante o período que Virgílio Távora exerceu seu segundo mandato de governador do Ceará.

Na análise das correspondências foi relevante observar os percursos e discursos que fundamentam as formas de pedir no campo educacional, sempre, entremeados por relações de apadrinhamento e troca de favores. Na investigação desta documentação, tivemos também a preocupação em abordar a construção de uma escrita de si – no que se refere ao uso da escrita epistolar na resolução de problemáticas oriundas do setor da educação.

Nesse capítulo, também foi necessário debater as possibilidades de abordagem da memória escrita preservada no fundo documental Virgílio Távora. Isso porque, ao problematizar a relação entre preservação da memória e o trabalho de pesquisa do historiador, percebemos diversos embates que irão construir definições de memória e formas de preservar as reminiscências do passado. Cabe ao pesquisador atentar para as construções dos mecanismos de produção da memória e do esquecimento, mecanismos que pontuam o trabalho de investigação das fontes documentais, ao mesmo tempo e que são balizadores da produção da memória coletiva e da construção do saber histórico. Afinal:

Apoderar-se da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva. (LE GOFF, 1994: 12)

Trabalhar com a documentação do regime militar, referente à educação no Ceará, significa penetrar num universo de apropriação da memória e do esquecimento. O recolhimento e organização dos acervos contidos no poder público foram marcados por tensões sociais que definiram as estratégias de preservação das fontes documentais disponíveis para a pesquisa.

De tal modo, é necessário atentar para as tessituras da construção dessa memória. As estratégias de poder, ideologias políticas e apropriações da esfera pública de acordo com interesses privados, são essenciais para a discussão do processo de preservação da memória coletiva deste momento histórico. Essas demandas servem de suporte para nossa proposta de pesquisa e são exploradas no trabalho de interpretação da documentação. A investigação apontou para necessidade de abordar as nuances dos discursos construídos sobre o campo educacional.

A micro-história, em seus procedimentos teórico-metodológicos, suscita o levantamento e interpretação de indícios, sinais e ações individuais que possibilitam construir questionamentos sobre a relação entre cultura, cotidiano e educação, por exemplo. Ou seja, possibilita uma inserção no campo de pluralidade de interpretações do universo simbólico da educação. Em certa medida, esses pressupostos instigam nosso trabalho de investigação. De tal modo, destacamos que:

A abordagem da micro-história dedica-se ao problema de como obtemos acesso ao conhecimento do passado, através de vários indícios, sinais e sintomas. Esse é um procedimento que toma o particular com seu ponto de partida (um particular que com frequência é altamente específico e individual e seria impossível descrever como um caso típico) e prossegue, identificando seu significado à luz de seu próprio contexto específico. (LEVI, 1992: 154)

A perspectiva metodológica da micro-história, portanto, servirá de norte para a investigação das relações existentes entre a produção de valores culturais e

educação no Ceará da década de 1960. O estudo da trajetória política de Virgílio Távora representa um ponto de partida para a abordagem do universo educacional. Além disso, permite inquirir sobre a gestação de valores morais e culturais registrados nas fontes documentais apontadas.

A documentação é composta por solicitações no campo da educação e da administração pública: pedidos de deputados, vereadores, professores e de indivíduos das camadas populares que buscavam uma aproximação direta com Virgílio Távora. Um trabalho sobre o arquivo privado de Filinto Müller, com base em uma multiplicidade de documentos assinala:

O uso dos pedidos na pesquisa a que realizamos apontou como, revolvendo “lixo histórico”, é possível retirar dele preciosidades que embasam uma sugestiva descrição antropológica de padrões de funcionamento da estrutura de uma determinada cultura política. Em primeiro lugar, temos acesso às estratégias discursivas empregadas pelos missivistas no encaminhamento destas solicitações e, portanto, às representações e ao imaginário social que orientam esta comunicação. Isso revela os elementos acionados para legitimar o ato de pedir, seja no sentido de justificar a demanda, seja no de explicitar uma obrigação a atender. Em segundo lugar, penetramos num universo de práticas políticas, já que estes discursos servem aos sujeitos em interação não só como forma de expressão, mas também como um modo de ação. A partir desta perspectiva, é possível chegar a um sistema dinâmico de troca de favores desenhado por esta correspondência, envolvendo agentes localizados em diferentes pontos da estrutura social e, de maneira especial, personagens das elites políticas brasileiras entre as décadas de 1930 e 1940. (HEYMANN, 1997: 44)

De maneira análoga, a investigação das correspondências encontradas no acervo Virgílio Távora, sejam essas, formais ou informais, permite discutir que relações sociais foram produzidas por uma multiplicidade de segmentos da sociedade cearense das seguintes esferas: política, educacional e religiosa, esferas que estabeleceram uma aproximação com o poder executivo e legislativo. Ademais, esses escritos são, de um lado, permeados pela lógica da eficiência, do tecnicismo, do planejamento estatal, e de outro, por acordos políticos e troca de favores.

Sobre a pesquisa em correspondências, de maneira geral, temos que é descortinadora de escritas pessoais acerca do universo educacional, conforme Gomes (2004: 9):

No campo da história da educação, a razão para se dar atenção a esse tipo de escritos também são bastante evidentes. Tratando-se de disciplina que se volta para o estudo dos processos de aprendizagem e de ensino de leitura e escrita, práticas culturais como as da escrita de si são um prato cheio de interesse. Escrever cartas sempre foi um exercício muito presente em qualquer sala de aula, além de ser um veículo fundamental de comunicação entre escola, famílias e os alunos. Além do mais, grande parte do professorado há muito é composto por mulheres, que por questões de constrangimento social, tiveram seus espaços de expressão pública vetados, restando-lhes exatamente os espaços privados, entre os quais os de uma escrita de si. Usar essa documentação acumulada por escolas, professoras e alunos como fonte para a investigação de vivências pedagógicas não registradas em outras fontes mais conhecidas foi um passo que se mostrou muito produtivo.

No que diz respeito ao enfoque da história da educação contemporânea, existe um campo de abordagem ainda não explorado pela historiografia local. No período focalizado, encontramos, quando analisamos os documentos oficiais ao lado das correspondências pessoais, uma grande ênfase na construção de uma política educacional para o Estado. De tal modo, indagamos: que práticas e discursos foram construídos nesse momento sobre o poder público? Que estratégias discursivas foram tecidas nas inúmeras correspondências cotidianas? Esses documentos trazem à tona diálogos, inserções, contratos e acordos estabelecidos na ótica de um Estado centralizador de feições clientelistas e paternalistas. Num diálogo entre escritos pessoais e documentos oficiais que tratam de planejamento governamental, produzimos uma investigação com o foco na construção dos discursos sobre práticas de planejamento da educação estadual, paternalismo, formas de pedir e troca de favores no campo educacional.



## CAPÍTULO 1 – O PLANO E A PROMESSA

### 1.1 Planejamento, paternalismo e campo educacional

*Precisamos educar o Brasil.  
Compraremos professores e livros,  
assimilaremos finas culturas,  
abriremos dancings e subvencionaremos as elites.*

*Cada brasileiro terá sua casa  
com fogão e aquecedor elétricos, piscina,  
salão para conferências científicas.  
E cuidaremos do Estado Técnico*

Carlos Drummond

Nesse primeiro capítulo abordaremos as concepções de planejamento educacional e gestão pública, construídos, simultaneamente, pelo poder executivo e por indivíduos que vivenciaram as problemáticas educacionais do Ceará, na década de 1960. A partir desse recorte, analisaremos as estratégias discursivas de legitimação do “Plano de Metas Governamentais” (PLAMEG) – documento elaborado na primeira gestão do governo Virgílio Távora (1963-1966). De tal modo, buscaremos, na análise, problematizar as relações existentes entre gestão pública e campo educacional. O PLAMEG foi o primeiro plano de governo do Estado do Ceará que teve a preocupação de sistematizar e traçar metas para o desenvolvimento econômico-social do Estado. No país, de maneira geral, a prática de elaborar planos governamentais é recente, conforme Freitag (1986: 99):

O uso da técnica de planejamento pela política estatal no Brasil é de data recente. Em períodos anteriores ao por nós analisado, somente foram elaborados quatro planos globais: O “Plano SALTE”, de 1948, para o governo do General Dutra; o “Plano de desenvolvimento”, elaborado entre 1951 e 53 por uma comissão Mista/ Estados Unidos, para o Governo Getúlio Vargas; o “Programa de Metas”, baseado no plano anterior, elaborado em 1956 para o Governo Kubitschek e, finalmente, o “Plano Trienal” de Celso Furtado, de 1962, para o Governo Goulart. Somente este último contém uma primeira consideração sobre a necessidade da formação de recursos humanos para a promoção do desenvolvimento. Pela primeira vez se

chama atenção para a importância do planejamento educacional como parte integrante do planejamento global.

Com relação ao PLAMEG é plausível afirmar que a referida proposta possuía íntima relação com a lógica capitalista de modernização em voga no Brasil, em sintonia com o plano de metas de Juscelino Kubitschek, durante os anos 50. Proposta sedimentada na perspectiva de planejar o crescimento da economia nacional e impulsionar a industrialização do país. Ainda sobre a década de 1960, no Brasil, convém observarmos que o “Plano Trienal” – produzido durante o Governo João Goulart em 1962 – atribuía relevância a formação de recursos humanos para promover o desenvolvimento econômico nacional. Além disso, considerava significativo o papel da educação na macro-política de planejamento estatal. As referidas concepções demarcam o ideário de planejamento proposto pelo PLAMEG.

As políticas desenvolvimentistas dos anos 60, no Brasil, irão vislumbrar um papel para educação na efetivação do processo de crescimento da economia nacional. De tal modo, o campo educacional começa ganhar relevo na preparação de indivíduos com qualificação técnica voltada para o desenvolvimento econômico-social. Portanto, havia a necessidade de identificar problemas da educação e propor soluções. O fortalecimento da relação entre ensino, educação e mercado de trabalho em prol do crescimento da economia do país é notório.

Outro aspecto de destaque é que o Brasil nos anos de 1950 a 1960, do século XX, foi marcado por ampla defesa da escola pública fundamentada na “Lei de Diretrizes e Bases da Educação”, promulgada em 1961. O governo parlamentarista, em seu discurso, destacava a necessidade de expansão do ensino, o aprimoramento da rede escolar comum, o combate ao analfabetismo e o acesso à cultura para “todos” os brasileiros. Ademais, em 1962, destacou-se a mobilização nacional contra o analfabetismo e o programa de emergência para o ensino Primário e Médio (GERMANO, 1994).

Na esfera governamental, nos anos de 1960, o método de educação elaborado por Paulo Freire, pautado em uma pedagogia crítica, reflexiva e de transformação social, alterou os pressupostos da educação brasileira de forma significativa. Deste modo, obteve-se grande espaço no âmbito institucional no que diz respeito à construção de uma política nacional de alfabetização. Em 1964, foi

criado o “Plano Nacional de Alfabetização” que visou oficializar o Sistema Paulo Freire para a educação nacional. No entanto, em abril deste mesmo ano, a proposta mencionada foi vetada pelo regime militar (CUNHA, 1995). A partir de 1962, a criação de planos e programas educacionais justificava o compromisso de combate ao analfabetismo e melhoria do nível de qualificação do ensino. Esses foram pressupostos que influenciaram a composição do PLAMEG.

Durante o período pós-64, no Brasil, sobre os modelos educacionais que norteavam as políticas federais e estaduais podemos assinalar:

O regime militar enfatiza o planejamento como instrumento de governo que parte da esfera decisória central (União) para as unidades federadas (Estados e Distrito federal). Ao planejamento global corresponde um planejamento setorial, por área de atuação. Assim, o planejamento educacional é um setor do Plano Setorial de Desenvolvimento (PND), daí a expressão Plano Setorial de Educação, Cultura e Desporto (PSECD), utilizada em alguns dos documentos de planejamento educacional do período. (VIEIRA, 2002: 277)

De tal forma, as políticas públicas passam a ter o planejamento da educação com uma eficaz ferramenta de desenvolvimento social. No panorama local, o PLAMEG estabelece relevância para o setor educacional, por intermédio do diagnóstico das especificidades educacionais do Estado. Assim, problemas a serem enfrentados são delineados e objetivos que deverão ser alcançados para o quadriênio de 1963-1966 são apresentados. Discursos que foram apropriados no cotidiano da educação local. Deste modo, nos anos 1960 os propósitos aludidos demarcaram a gestão pública estadual e as reivindicações descritas em correspondências enviadas a Virgílio Távora por indivíduos que vivenciaram o campo educacional cearense.

A fim de discutir aspectos da trama histórica que construiu a educação local no período, iremos, preliminarmente, lançar alguns questionamentos sobre a solicitação de um estudante para Virgílio Távora<sup>2</sup>. A correspondência traz à tona elementos relacionados à qualificação profissional, emprego, educação e

---

<sup>2</sup> Os nomes dos indivíduos mencionados nas fontes desta pesquisa serão omitidos por razões éticas e de preservação da intimidade e imagem dos sujeitos que compõem a documentação investigada.

planejamento governamental. Um solicitante da cidade de Russas, em Julho de 1968, afirmou a Virgílio:

Venho por intermédio de esta correspondência solicitar do ilustre político e homem público, um emprego para mim, a fim de que eu possa concretizar meus ideais.

Sou um rapaz que a tempo venho com meus estudos paralisados porque minha situação não permite dar continuação (*sic*). Solicito a Vossa Excelência com este esclarecimento porque sei o que foi feito no Plano Educacional durante Vossa administração a frente do governo do Estado do Ceará. Sei o que Vossa Excelência acha do desenvolvimento educacional.

Há muito tempo venho desempregado e planejando para ver se consigo [...]; inclusive tenho solicitado a alguns deputados estaduais aqui no Ceará, mas até o momento só fizeram prometer, nada ainda pude obter.

Tenho um irmão aqui em Russas, funcionário dos Correios e Telégrafos, que passou a assumir esses cargos quando V. Excelência era ministro da viação. Encontra-se feliz e bem remunerado, isto graças a V. Excelência.

Sempre confiei em Vosso punho, como um político ideal, dinâmico a quem o Ceará e seus filhos muito devem. Confiando em Vossa excelência estarei certo de que serei bem sucedido e então poderei acreditar que agora me empregarei, mesmo depois de tanta luta.

Um detalhe da minha solicitação: desejaria que Vossa Excelência conseguisse um emprego para mim em Fortaleza porque o principal motivo deste apelo é a conclusão de meus estudos e lá é onde poderei continuar a me realizar. Estou atualmente aqui em Russas. Meu nome completo é [nome]

Certo de que serei atendido aqui finalizo.

Atenciosamente

[nome]<sup>3</sup>

Este caso aponta múltiplos elementos expressos nas correspondências do Acervo Virgílio Távora: a busca de um emprego para dar continuidade às atividades educacionais e a apropriação de elementos associados às ações de planejamento da educação estadual, inauguradas pelo governo de 1963, são patentes. A carta foi escrita no momento em que Virgílio era deputado federal. O solicitante evoca a

---

<sup>3</sup> APEC. Acervo Virgílio Távora. Série: Correspondência Geral. Subsérie: Cartas recebidas no Brasil (1968-1970).

passagem do parlamentar pela administração do governo do Estado e considera que a referida gestão esteve pautada pelo desenvolvimento educacional.

O parlamentar é citado como um homem confiável, de habilidade política e sensível à problemática do desemprego que se tornava um grande empecilho para que os jovens continuassem seus estudos. Os referidos elementos contidos na fonte acima trazem à tona as relações entre ensino, planejamento, trabalho e práticas paternalistas a despeito da resolução das problemáticas do campo educacional.

O objetivo de superar os aludidos embates, por intermédio da intervenção parlamentar, destacado na fonte transcrita, compunha os discursos de vários solicitantes no universo de correspondências do acervo Virgílio Távora. A carta tratava da problemática do desemprego que afetava a vida de muitos jovens no período focalizado. Nesse caso, “não ter trabalho” era um grande empecilho para os indivíduos que desejavam obter formação escolar na rede de ensino pública ou privada. Devido o desemprego gerar incapacidade de garantir as condições mínimas necessárias para o desenvolvimento das atividades educacionais, a busca de proteção de um parlamentar ou o contato direto, por meio de correspondência, com o governador poderia possibilitar a superação das dificuldades vivenciadas.

Ademais, a confiança no papel de “protetor dos necessitados”, atribuído a Virgílio, emergia em diversas justificativas de solicitantes. Os correspondentes lhe definiam, muitas vezes, em suas narrativas, como um homem justo, competente, de diversas realizações administrativas. Esta primeira correspondência abre um leque de possibilidades de análise das questões relacionadas a planejamento, paternalismo e troca de favores no mundo da educação.

A investigação de cartas que tratam de solicitações educacionais e dos discursos governamentais – relacionados ao planejamento da educação estadual – constitui a pesquisa proposta. Focalizaremos, assim, tensões e conflitos que foram registrados em documentos oficiais do poder público, bem como, fontes não institucionais que continham narrativas pontuadas por solicitações oriundas da área de ensino.

Na discussão suscitada convém atentar para os propósitos governamentais de redefinição do modelo de administrativo da educação no âmbito da esfera pública:

Nesse mandato, Virgílio nomeou uma equipe para a Secretaria de Educação formada por educadores reconhecidos como de esquerda e recrutou economistas e engenheiros para a área de planejamento. Entregou a Secretaria da Fazenda a um oficial do Exército, inovando em relação às administrações anteriores. Contudo, não abandonou práticas tradicionais da política, como nomeações para cargos administrativos de afilhados ligados a políticos do seu grupo e apoio a lideranças locais. (ALENCAR, 2006: 21)

Nessa perspectiva, o planejamento assumia um papel relevante na condução dos propósitos de desenvolvimento almejados pelo governo estadual. Entretanto, análises sobre a gestão pública do período assinalam que havia a permanência de práticas políticas relacionadas ao paternalismo e apadrinhamento na esfera administrativa e educacional do governo Virgílio Távora. Práticas sociais que, no discurso governamental, eram associadas ao atraso e consideradas um entrave a efetivação do planejamento estatal. Dessa forma, eram forjados os conflitos entre os propósitos de manter e/ou superar práticas clientelistas na gestão pública.

Sobre o PLAMEG podemos afirmar que havia o esforço de destacar a necessidade de superação do caráter agropecuarista da economia do Ceará. Na tentativa de atrelar o Estado à dinâmica da produção nacional mediante o incremento do processo de industrialização local.

No campo educacional, o combate ao “atraso” encontrava eco na capacitação técnica de profissionais voltada para a industrialização. Segundo Melo, educação e desenvolvimento social estavam atrelados:

Não haveria desenvolvimento, leia-se industrialização, sem o preparo de uma mão-de-obra especializada para tanto. Ao mesmo tempo, essa mão-de-obra deveria ser dócil, obediente e entender o seu trabalho como uma contribuição para o desenvolvimento do Estado, da Região e da Nação. Para atingir seus objetivos, Virgílio Távora não mediu esforços para se inserir nos projetos internacionais norte-americanos capitaneados pela Aliança para o Progresso, estabelecendo desde os acordos com órgãos internacionais aos programas educacionais capazes de garantir a formação e disciplinarização dos trabalhadores (MELO, 2006: 44)

Nesse sentido, fazia parte das pretensões do Plano de Metas Estadual promover o desenvolvimento social, pelo viés do planejamento e investimento na formação educacional especializada, buscando recursos financeiros federais e

internacionais. Além disso, expansão do setor educacional, melhoria do ensino e a capacitação técnica para o mundo do trabalho eram elementos que norteavam os discursos governamentais sobre a educação. O poder instituído proclamava, assim, a supremacia do discurso técnico-racional na gestão pública em detrimento da personalidade e do paternalismo.

Essas eram práticas culturais que – no modelo de desenvolvimento social propalado pelo PLAMEG – deveriam ser superadas. Haja vista, significarem “atraso” e ineficiência para o Estado. Portanto, o setor educacional estadual também era um componente que precisava passar por mudanças dentro do ideário proposto, a fim de contribuir para o desenvolvimento estadual.

De tal modo, na primeira seção do trabalho, abordaremos a produção de discursos sobre planejamento governamental, eficiência administrativa combate ao paternalismo e educação na gestão pública. A trajetória política de Virgílio Távora, no âmbito do poder executivo no período em questão serve de baliza para a análise proposta. Desse modo, consideramos necessário atentar para o ideário de modernização, educação e planejamento que o governador se intitulava representante, afinal:

A idéia de inserir o Ceará no projeto desenvolvimentista parte de um governador que já vinha de uma vasta experiência de articulações políticas e na administração federal onde já fora ministro por duas vezes. Era coronel do Exército, membro da Escola Superior de Guerra numa época em que os militares ganharam destaque diante do combate à “indisciplina” da sociedade e iniciaram a elaboração de uma pedagogia militarista nos quartéis “através de disciplinas a serem ensinadas como: a educação moral, a educação cívica, religiosa, familiar e a educação nacionalista. (MELO, 2006: 42)

Por sua vez, o acesso à documentação do Governo de Virgílio Távora, possibilitou observar que os discursos produzidos pelo poder público destacavam os intuítos de construir um desenvolvimento sistematizado para o Estado do Ceará na área econômica, política, cultural e educacional. Os propósitos de desenvolvimento do poder público salientavam que:

Ao assumir o Governo do Estado, em Março de 1963 entregamos ao intrépido povo cearense, em correspondência aos anseios, uma mensagem de renovação consubstanciada num Plano de Metas

Governamentais, metódico e racionalizado, que traduzia uma experiência destinada a vencer a barreira do subdesenvolvimento político, econômico e administrativo que asfixiava, há muito tempo, as reais perspectivas do progresso do Ceará.<sup>4</sup>

No período de 1963 a 1966, o governo Virgílio Távora construiu práticas administrativas marcadas pelo conjunto de metas do planejamento da economia estadual. As ações visavam enfrentar os entraves para o desenvolvimento econômico, e conseguir adesão política das elites locais ao projeto de governo propalado. O enfrentamento das problemáticas educacionais, por meio do planejamento estatal, também era contemplado no programa de governo. A fim de melhorar as condições de infraestrutura do setor educacional e a capacitação técnica dos profissionais de ensino, o PLAMEG em seu item: “Melhoria das Condições de Vida do Homem” apontava para a necessidade de se identificar problemas do setor educacional e estabelecia prioridades para o crescimento da educação local:

Por isso mesmo, já tivemos oportunidade de salientar que o aperfeiçoamento profissional do professorado, a motivação e o estímulo aos educadores, de par com o aumento do quadro de magistério público e sua melhoria salarial, foram medidas que, adicionadas à da expansão da rede escolar do Estado, constituem a tônica do nosso Governo na área da política educacional.<sup>5</sup>

A melhoria das condições de trabalho do magistério e expansão da rede ensino estadual representavam sinônimos de desenvolvimento da educação local. No Plano de Metas estadual, os discursos elaborados pelo poder público estadual mencionavam a educação como um mecanismo de desenvolvimento social atrelada a um conjunto de normas, planejamento, procedimentos idealizados pelo Governo Virgílio Távora, no escopo de promover o desenvolvimento econômico e político local.

---

<sup>4</sup> Arquivo Público do Estado do Ceará (APEC). Acervo Virgílio Távora, Série: Secretarias do Poder Executivo, Subsérie: Secretaria de Planejamento do Estado Ceará, Plano de Metas Governamentais (PLAMEG), p. 7, 1963.

<sup>5</sup> (APEC). Acervo Virgílio Távora, Secretaria de Planejamento do Estado Ceará, Plano de Metas Governamentais (PLAMEG), p. 22, 1963.



O PLAMEG era apresentado pelo poder público como um instrumento de progresso e desenvolvimento da sociedade cearense. Além disso, o governo estadual afirmava a necessidade de coesão política e crescimento industrial como uma forma de garantir a concretização de seus propósitos desenvolvimentistas:

Mais do que controle da máquina partidária e fortalecendo sua posição perante o eleitor independente, Virgílio Távora fez sua administração com propósito de mudar o modelo de desenvolvimento do Estado, pois estava consciente de que a seca também fragilizava a economia, e conseqüentemente as elites locais. Tinha claro que a industrialização era a forma de produção mais adequada para mudanças qualitativas não para a economia estadual, mas para que as elites se fortalecessem e se consolidassem. Virgílio Távora foi responsável, então, por criar as bases do processo de industrialização no Estado. (PARENTE, 2002: 397)

A industrialização e a construção de um modelo governamental baseado em parâmetros técnicos serviam de orientação à gestão pública de Virgílio Távora, a qual inaugura no Ceará um período que estabeleceu programas de desenvolvimento econômico e ações institucionais que ensejavam impulsionar o desenvolvimento da economia local com o apoio das elites cearenses. Mediante a força de um líder catalisador dos interesses políticos estaduais e com a eficiência do planejamento governamental, o Estado conseguiria alcançar o desenvolvimento econômico, assim:

Os anos sessenta representam um claro divisor de águas nas formas de gestão da coisa pública. É neste momento que, com efeito, se organiza uma burocracia estatal estruturada a partir de processos decisórios orientados para uma racionalidade técnica, onde o planejamento é adotado como instrumento de governo. (VIEIRA, 2002: 244)

Com base nos pressupostos apresentados, o governo estadual organiza comissões de especialistas e um conjunto de procedimentos burocráticos que visavam produzir um olhar técnico e minucioso sobre a educação. Programas educacionais, bem como, diagnósticos sobre as problemáticas educacionais são produzidos e soluções são propostas. Assim, o planejamento da educação é referendado como um instrumento útil e eficaz para o desenvolvimento da educação no Ceará.

No entanto, o planejamento estatal traz a lume os objetivos governamentais voltados para limitar o uso do patrimônio público com propósitos privados (GONDIM, 2002:412). Os pressupostos criados abriram espaço para afirmação e redefinição de práticas clientelistas no que diz respeito à condução da gestão pública no Ceará, durante o período de 1963 a 1966.

O conjunto de documentos das secretarias de planejamento e educação que compõe o Acervo Virgílio Távora, no que tange aos anos 1960, contém diversos documentos tais como: dossiês, reuniões sobre condições estruturais das escolas municipais, planos de governo, reivindicações do corpo docente e diretores de escolas, resumo de atendimentos a solicitações de municípios, convênios entre prefeituras e poder estadual, relatórios sobre reconstruções e funcionamento de estabelecimentos de ensino, orçamentos, projetos, editais e relação de professores contratados. Estes registros são representativos dos embates e percursos da gestação de uma política educacional para o Ceará.

Podemos identificar, nesta documentação, discursos produzidos pelo poder executivo sobre a política educacional do Ceará. Questões relacionadas ao cotidiano e reivindicações educacionais do período focalizado são recorrentes nas fontes de pesquisa examinadas. Tais documentos apontam que mecanismos de reforma e planejamento nutriam as ações governamentais. Assim, sobre as políticas públicas educacionais no Ceará, assevera Cavalcante (2002: 36-37):

Podemos inferir desse percurso preliminar pelo século XX, que, no Ceará e no Brasil, se os primeiros 50 anos foram o momento da edificação do sistema escolar, a segunda metade, conforma-se em certo sentido, em mantê-lo, esticá-lo ou esconder as feridas deixadas por um processo político incapaz de efetivar a chamada promessa de democratização da escola, condição apontada pelos entusiasmados intelectuais e políticos do Império e da Primeira República, como fundamental para que o país se modernizasse, muito embora, passados séculos, sucessivas reformas e promessas não tenham sido capazes de fazer desse propósito uma realidade.

Durante a segunda metade do século XX, planos, projetos e ações educacionais do estado foram registrados pelo poder executivo local e compõem o acervo Virgílio Távora. Essas fontes documentais descortinam embates do cotidiano das instituições de ensino do Estado nos anos 1960 – num campo educacional

marcado pelas dificuldades de democratizar o acesso a educação. Esse universo remonta às ações governamentais, às propostas educativas e aos planos de modificação do ensino e infraestrutura escolar que visavam redefinir o cenário da educação estadual. Deste modo, percebermos tensões entre os discursos construídos pelo poder instituído para educação e o cotidiano da rede de ensino estadual, afinal:

O governador Virgílio Távora encontrou uma realidade educacional em que 725 mil crianças em idade escolar, das quais apenas 316 mil freqüentavam a escola. A taxa de analfabetismo, inclusive entre adultos, chega a 66%, um das mais altas do país. O novo governo lançou o Plano de Metas Governamentais (PLAMEG) onde no campo educacional, as ações voltam-se para a ampliação do atendimento à demanda pelo ensino, com ênfase na recuperação e construção de escolas. (FILIZIOLA, 2002: 205)

O Estado do Ceará possuía um reduzido número de alunos nas escolas, em muitos municípios, inexistiam estabelecimentos de ensino, e havia uma grande carência de qualificação profissional dos professores. A documentação do Acervo Virgílio Távora, em diversos momentos, trata de práticas governamentais no intento de solucionar os problemas mencionados.

Assim, os programas e as ações do poder público – que alardeavam compromisso com o progresso e desenvolvimento da economia do Estado – atrelavam-se à necessidade de reformular o modelo educacional brasileiro. Isso, em uma forte sintonia entre trabalho e educação. Contudo, no campo federal e estadual:

A reforma do ensino dos anos de 1960 e 1970 vinculou-se aos termos precisos do novo regime. Desenvolvimento, ou seja, educação para a formação de “capital humano”, vínculo estrito entre educação e mercado de trabalho, modernização de hábitos de consumo, integração da política educacional aos planos gerais de desenvolvimento e segurança nacional, defesa do Estado, repressão e controle político-ideológico da vida intelectual e artística do país (SHIROMA, 2004: 33-34.)

Tornava-se necessário estabelecer a ordem nacional e promover o crescimento econômico da nação brasileira. No campo educacional, reforçava-se o entrelaçamento entre educação, trabalho e desenvolvimento social. O processo de

sistematização do ensino estadual se deu através de modelos educacionais que afirmavam a necessidade do planejamento.

Freitag (1986) salienta o forte atrelamento entre as práticas de disciplina produzidas pelo regime militar e a política educacional que se buscava efetivar no período da ditadura militar pós-64. O Estado é apresentado como elemento catalisador do processo educacional, em diversas instâncias: na escola, na legislação, e nos aparelhos repressivos institucionais. Dessa maneira, cabe ao poder público conduzir e promover o desenvolvimento educacional.

As intervenções estabelecidas no setor deveriam ser assimiladas por aqueles que vivenciavam o cotidiano escolar, isto é, professores, alunos, pais, diretores e funcionários. Indivíduos que poderiam se apropriar das formulações propostas em múltiplos espaços da esfera pública, uma vez que, criavam formas de inserção num Estado pontuado pelos auspícios do planejamento, da eficiência e do desenvolvimento, tanto econômico, como educacional.

No Ceará, os referidos anseios governamentais são descritos nos discursos oficiais. Virgílio Távora, em publicação oficial do governo do Estado, intitulada “Uma experiência de administração planificada”, afirmava a relevância do planejamento governamental:

A aliança dos maiores partidos da terra, o PSD e a UDN, ao lado de outros menores, e o compromisso por nós assumido de executar um PLANO DE METAS GOVERNAMENTAIS – O PLAMEG que os senhores conhecerão dentro em pouco no decorrer dessa palestra-assegurou-nos, em principio, a possibilidade de êxito na tarefa, por demais urgente, impulsionando o Ceará para uma nova forma de vida, dinamizada pela técnica, pela indústria, pela educação, pela saúde, melhormente (*sic*) distribuídas entre todos. Porque, a nosso ver, o único meio de evitar-se a continuidade do paternalismo estatal – o Estado pai de todos os cidadãos, que buscam os cofres como arrimo único ou principal de uma sociedade empobrecida pelo atraso mental e material – será, sem qualquer sombra de dúvida, a criação de novas riquezas, estimulando-se a iniciativa privada.<sup>6</sup>

Este discurso governamental apresenta as ações iniciais do primeiro governo de Virgílio Távora. Além disso, ressalta o atrelamento do saber técnico às

---

<sup>6</sup> (APEC). Acervo Virgílio Távora. Série: Produção Intelectual. Subsérie: Palestras e entrevistas. Fortaleza (1963-66). “Uma experiência de administração planificada”, p. 1.

resoluções dos problemas estaduais no campo econômico, social e educacional. Havia, então, uma perspectiva de que o fortalecimento dos investimentos industriais, mediante suporte da iniciativa privada e o incentivo do crescimento do setor educacional, possibilitariam a inserção do Ceará nos padrões da modernidade capitalista na época propalada.

A conjugação entre trabalho, educação e técnica serviu, em muitos momentos, de lastro para as políticas desenvolvimentistas do Estado brasileiro, durante a segunda metade do século XX, tanto na esfera nacional, como estadual. Sobre ensino e qualificação dos profissionais da educação no Ceará, durante o primeiro Governo de Virgílio Távora, Veras (1990: 212) ressalta:

O programa governamental em relação ao ensino primário se dirigia a ampliar as condições de acesso do alunado à escola pública, a par de medidas voltadas para reequipamento e recuperação dos prédios existentes, melhorias das condições de administração, supervisão e fiscalização do ensino e suplementação de salários de professores municipais em convênio com as prefeituras, além do aperfeiçoamento do corpo docente, através de cursos regulares e de emergência, inclusive para a implantação das 5.<sup>a</sup> e 6.<sup>a</sup> séries, aumento numérico de professores mediante contratação e difusão dos planos educacionais e de seus objetivos, visando a despertar o interesse público para a causa do ensino.

Por este prisma, as ações governamentais estavam pautadas pelo empenho de criar uma lógica estatal com base em intervenções sistematizadas que objetivavam investir na alteração das condições de infraestrutura e capacitação de recursos humanos para o campo educacional com o propósito de promover o incremento do setor. O planejamento deveria impulsionar uma atuação assertiva por parte do poder público na resolução das problemáticas educacionais. Propósitos que estavam relacionados com o aumento do acesso a escola, reestruturação física dos estabelecimentos de ensino, contratação de novos docentes, aumentos salariais e construção de planos educacionais afirmativos do valor da educação para o desenvolvimento social.

Além disso, com base no discurso de Virgílio Távora citado há pouco, podemos afirmar que o redimensionamento da gestão pública era foco central das preocupações do novo governo, imbuído de uma lógica antagônica às práticas políticas consideradas “tradicionais” e de “mentalidade atrasada”, pois estavam

sedimentadas em mecanismos paternalistas de condução da administração governamental.

O personalismo na gestão do Estado permeava, entretanto, a resolução dos problemas sociais dos indivíduos que buscavam um canal de comunicação com o poder público. Por intermédio de correspondências enviadas a Virgílio Távora, muitos sujeitos buscavam a resolução de conflitos e faziam reivindicações no campo educacional. Não obstante, os discursos governamentais investigados pontuassem que cabia ao Estado, em uma nova etapa a ser construída, combater tais ações “inimigas” do desenvolvimento, econômico-social do Ceará.

Considerando-se essas questões, algumas indagações fundamentais surgem como norteadoras desse trabalho. São elas: numa sociedade marcada pelo paternalismo, o que significaria reforçar a idéia que essas práticas deviam ser abolidas? Existiria a necessidade de afirmar o não atrelamento da imagem do governador e do poder público ao paternalismo e a troca de favores? Se caso afirmativo, quais os significados dessa necessidade de desvinculação? Ademais, como esses embates se evidenciavam no campo educacional? Que discursos são construídos sobre educação e troca de favores num momento de acentuada valorização da “neutralidade” do Estado ao dialogar com os múltiplos segmentos da sociedade local?

No que tange às políticas de gestão do Estado é plausível afirmar que o governo de Virgílio Távora era orientado pelos setores consagrados da política tradicional cearense. A coligação “União pelo Ceará”, proveniente da aliança entre o “Partido Social Democrático” (PSD) e “União Democrática Nacional” (UDN) garantiu a vitória de Virgílio para administrar o Estado:

As principais conseqüências da União pelo Ceará nas décadas seguintes foram: a centralização cada vez mais forte no executivo estadual, a queda de importância dos chefes políticos partidários, dos chefes políticos locais, o isolamento da esquerda, e uma perda política das regiões do Estado. O governador se tornou um chefe político incontestado do Estado. A capital do Estado assumiu maior posição estratégica na política do Estado. (ALENCAR, 2006: 115)

Dessa forma, as forças políticas consideradas conservadoras, que contribuíram para eleição de Virgílio, enfatizavam a urgência de construir um

governo centralizador das políticas públicas, que deveria ser guiado pela liderança catalisadora do dirigente do executivo estadual. Reforçava-se o atrelamento entre o carisma individual do governador e a eficiência administrativa do Estado. Algumas interpretações sobre o período consideram que o governo eleito mesclava elementos da cultura política tradicional e do discurso modernizador dos anos 1950 e 1960 no Ceará:

O quadro de transição está, desta forma, formado com o fortalecimento de duas lideranças que será importante na estruturação partidária cearense do período: Virgílio Távora e Carlos Jereissati. São, desta forma, dois tipos de lideranças diferentes, mas representativas de uma transição de uma ideologia conservadora para uma onda ideológica modernizadora. Como afirmando, a modernidade, entendida como uma racionalidade weberiana, técnica, já era uma estratégia de sobrevivência das elites cearenses e essa ideologia, modernizadora, identificada com a industrialização, foi facilmente assimilada pelas elites cearenses. (PARENTE, 2000: 117)

Por conseguinte, a defesa da industrialização, de um aparelho estatal técnico, eficiente, desenvolvimentista e capitalista norteava os pressupostos da política local. O planejamento das ações governamentais – em parceria com a iniciativa privada – poderia combater o propalado atraso econômico, social e político.

Os investimentos na educação também alavancariam o desenvolvimento estadual. Trata-se de tarefa preponderante desta gestão pública, alterar o seu perfil administrativo e incorporar os desígnios de uma administração planejada. Havia, pois, a necessidade de construção de um planejamento macro das ações governamentais, “livres” das amarras partidárias que durante longo período, imperaram a agilidade e eficiência administrativa.

Buscava-se referendar a idéia de um Estado “neutro”, acima dos conflitos sociais, um Estado guiado pelo ideal de progresso e desenvolvimento econômico do Ceará. Metas, percursos e estratégias eram estabelecidos a fim de se consolidar as primícias norteadoras de um governo que se apresentava como modernizador.

Em suma, reforçava-se um entrelaçamento entre a capacidade de convencimento do governante e a proposta de desenvolvimento delineada. Ao Estado, atribuía-se a função de regulador dos conflitos sociais. É plausível imaginarmos que o poder público iria concretizar as principais ações de

modernização do Ceará por meio do conjunto de propostas contidas no PLAMEG, apoiado, ainda, pelo potencial aglutinador de Virgílio. De tal modo:

O projeto desenvolvimentista do Ceará passou a ser “vendido” por Virgílio como se estivesse acima de todas as diferenças e interesses conflitantes, como se estivesse além de tudo e de todos, pairando sobre a realidade social e institucional. Esse projeto desenvolvimentista, configurado no PLAMEG, representava, na verdade, a implantação de uma atuação hegemônica do Estado sob o comando de Virgílio que só se concretizaria se todos os segmentos da sociedade – mesmo aqueles estruturalmente antagônicos (empresários, trabalhadores, políticos, etc.) – concentrassem suas energias para sua realização. (NUNES, 1991: 152-153)

Nos anos iniciais da ditadura militar, o modelo político em construção no Ceará estava pautado por uma ampla reformulação do papel do Estado. Por outro lado, nos discursos governamentais produzidos, muitas vezes, havia uma interpenetração de práticas políticas consideradas “arcaicas” associadas ao paternalismo e “inovadoras” relacionadas com o ideário técnico-racional capitalista, que também demarcaram o campo educacional:

O golpe de 1964 reforçou a tendência de centralização política e administrativa nos Executivos federal e estadual, facilitando os acordos de cúpulas. Decisões administrativas seriam tomadas de forma mais discricionária referente à alocação de recursos e investimentos para as diversas regiões do Estado. Estavam criadas, sob a liderança de Virgílio, as condições de implantação de um projeto de modernização conservadora. (ALENCAR, 2006: 200)

Nesse campo de estratégias discursivas, percebemos que o paternalismo estatal e a ineficácia administrativa são apontados como representantes de um modelo político discrepante do projeto desenvolvimentista estadual de então. Tornava-se, dessa maneira, responsabilidade do poder público criar mecanismos capazes de “abolir” esses empecilhos para a concretização dos pressupostos gerenciais almejados pelo governo.

Assim, podemos identificar no trabalho de pesquisa discursos oficiais – ao lado de solicitações educacionais enviadas a Virgílio Távora – que desvelam a relação entre paternalismo e papel do poder público na resolução das problemáticas



educacionais. A análise das relações entre professores e políticos da época permite atentarmos para que:

O professor primário se desfigura como profissional, para configurar-se como cliente dos políticos, bem à moda da “política dos governadores” instaurada no regime oligárquico. Recrutados no meio dos egressos das escolas normais, estas ainda privilégio da classe média, o salário para a maioria desses professores não tinha qualquer relevância, porquanto o trabalho representava mais uma relação de poder político, que uma relação profissional (VERAS, 1990: 218-219)

No campo educacional as relações sociais, muitas vezes, foram balizadas pelo paternalismo estatal e troca de favores. Expressos em discursos do poder público e nos clamores de inúmeras cartas enviadas para Virgílio Távora. Estas correspondências tratavam de questões relacionadas a pedidos de bolsas de estudos, emprego, liberação de recursos financeiros para escolas e contratação de profissionais para o setor da educação, assim, contribuíam para a construção de um campo educacional marcado por antagonismos nas formas de lidar com as problemáticas da educação.

Sujeitos que vivenciaram o setor educacional, tais como, professores, diretores de escolas, estudantes, desempregados, pais, parlamentares, religiosos e profissionais do setor, reivindicavam o caráter protecionista e pessoal dos políticos locais na resolução das problemáticas educacionais. A rigor, os discursos oficiais investigados e o levantamento das solicitações educacionais feitas para Virgílio Távora, mencionados neste primeiro momento da pesquisa, lançam luzes sobre significados produzidos para planejamento e paternalismo na esfera educacional no Ceará.

## **1.2 Plataformas contra o vício**

Durante o primeiro governo de Virgílio Távora, a sedimentação técnica e política do PLAMEG, explicitada pelo discurso governamental, por vezes, trazia críticas aos grupos sociais considerados tradicionais que compunham a política

local: eram enfatizadas as práticas sociais atreladas a fins eleitorais, trocas recíprocas e a falta de materialização das propostas difundidas pelos referidos grupos. Aqui, discutiremos os sentidos construídos para a troca de favores nos discursos do poder público por meio de afirmações e negações de práticas culturais, no campo educacional, marcadas por estes mecanismos.

Em mais um trecho da experiência governamental voltada para planificar a administração pública, com base nos pressupostos governamentais do PLAMEG, percebemos críticas aos hábitos e costumes políticos clientelistas da sociedade cearense que também perpassavam o universo da educação. A documentação, de maneira enfática, pontuava que:

A verdade é esta mesmo, sem tirar nem pôr. E a luta contra a mentalidade estabelecida pela história, pelo hábito, pela praxe, pela tradição, é algo fantástico, que exige um esforço supremo, uma coragem total, que recomeça a cada dia, que se faz a cada instante, a cada hora, a cada minuto, nem sempre de maneira proveitosa para a comunidade e a administração. Menos, ainda, para os interesses do Governador e dos auxiliares.

Em vésperas de eleição, todos os candidatos proclamam as suas “plataformas” e os seus “planos”, a serem executados, após a vitória nos pleitos.

Mas, na verdade, isso constitui mera formalidade.

O “plano” é um hábito político do candidato, tanto quanto os gastos com os eleitores, como os famosos currais municipais, distritais, ou suburbanos. Não toca, de resto, os nervos do cidadão comum, a sua sensibilidade, a sua esperança recôndita.

Desculpem-nos, senhores, a insistência, mas pedimos que procurem perceber o impacto que representou àqueles hábitos ou vícios de formação, a novidade dos métodos instaurados pelo PLAMEG, provocadores de reações, em cadeia, que ainda persistem e certamente persistirão até o fim do nosso mandato.<sup>7</sup>

O relato desqualifica as práticas políticas construídas no Ceará em governos anteriores ao de Virgílio. Tal perspectiva retoma o caráter de elemento “redentor” das problemáticas sociais, contido no PLAMEG, ao mesmo tempo em que procura romper com o quadro político vigente. O discurso apresentado afirma que, em

<sup>7</sup> (APEC). Acervo Virgílio Távora. Série: Produção Intelectual. Subsérie: Palestras e entrevistas. Fortaleza (1963-66). “Uma experiência de administração planificada”, pp. 4-5.

períodos eleitorais, os candidatos – que representavam grupos políticos locais – possuíam projetos e propostas de governo, notadamente marcados pelo exclusivo objetivo de vencer as eleições para o executivo estadual.

De tal modo, para os candidatos, a apresentação do “plano” ou “promessa” de campanha era uma formalidade necessária no trabalho de manutenção dos votos, sem, de fato, ter o objetivo de dialogar e atender às necessidades do eleitor. Não havia, portanto, a intenção de concretizar as metas apresentadas, tratava-se de conservar os antigos “quintais” eleitorais em municípios do Estado. Desqualificar governos anteriores e negar o paternalismo era uma prática recorrente no discurso oficial. Por outro lado, a trajetória política de Virgílio Távora, sedimentada no apoio de grupos partidários locais, contrastava com o discurso oficial acima aludido:

Virgílio entrou na política levando um referencial nada desprezível: era o filho do doutor Manoel do Nascimento Fernandes Távora, líder político com atuação local e nacional, e sobrinho do marechal Juarez Távora, renomado líder tenentista. Virgílio dispunha ainda de uma vasta e notória parentela situada em cargos-chave da administração pública e de uma rede de amizades familiares, tecida ao longo das gerações. A família Távora representou, na trajetória de Virgílio, uma instância de poder, de reprodução da dominação política, utilizada por ele em grande parte das suas ações na política. (ALENCAR, 2006: 38)

A tradição dos acordos e laços familiares incitou de forma significativa a inserção de Virgílio nas esferas do poder governamental. Nas primeiras décadas do século passado, o personalismo esteve bastante presente nas relações sociais dos governos locais, contudo, determinados discursos oficiais, investigados neste trabalho, são marcados pela negação do personalismo na esfera pública. Dessa forma, nos interessam as problemáticas envolvidas nessa contraposição: como se dá a produção de mecanismos de manutenção ou redefinição de práticas paternalistas a despeito do campo educacional? As trocas de favores assumiram feições diferenciadas? É possível identificar códigos de reciprocidade nos discursos enfocados?

A construção histórica do poder público na sociedade brasileira é bastante relevante no que concerne problematizar as relações estabelecidas entre Estado e campo educacional. A análise da formação da esfera pública no Brasil assinala que:

O Estado não é uma ampliação do círculo familiar e, ainda menos, uma integração de certos agrupamentos, de certas vontades particularistas, de que a família é melhor exemplo. Não existe, entre o círculo familiar e o Estado, uma gradação, mas antes uma continuidade e até uma oposição. A indistinção fundamental entre as duas formas é prejuízo romântico que teve os seus adeptos mais entusiastas durante o século XIX. De acordo com esses doutrinadores, o Estado e as suas instituições descenderiam em linha reta, e por simples evolução, da família. A verdade, bem outra, é que pertencem a ordens diferentes em essência. Só pela transgressão da ordem doméstica e familiar é que nasce o Estado e que o simples indivíduo se faz cidadão, contribuinte, eleitor, elegível, recrutável e responsável, ante as leis da cidade. (HOLANDA, 1995: 141)

A formação do Estado no Brasil, durante os séculos XIX e XX, apresentou oposições, indistinções e entrelaçamentos acerca da ordem familiar. Por outro lado, a construção da noção de indivíduo na sociedade contemporânea é constituída, em parte, pela dimensão eleitoral. O eleitor é cobrado e impelido a cumprir normas e leis do Estado, no entanto, a tradição familiar, patriarcal brasileira, por meio do personalismo, construiu apropriações e redefinições referentes ao modo de se relacionar com o Estado. Convém observar que as práticas culturais aludidas – entremeadas pela esfera política e ordem familiar – muitas vezes, tiveram acentuada contribuição na gestação de uma sociedade permeada pelo paternalismo e troca de favores.

Por seu turno, o discurso governamental no Ceará, durante a década de 1960, assinalava a necessidade do planejamento das ações do executivo estadual, com a finalidade de garantir a execução dos anseios de desenvolvimento do Estado. Dentre esses anseios de desenvolvimento, estava o plano de extinguir as práticas eleitoreiras, traço da política local, extinção que deveria ocorrer a partir da intensificação de planos preestabelecidos e executados de forma sistemática. Entretanto, no que se refere aos embates enfrentados pelo poder público, sobre a execução do PLAMEG, Virgílio Távora formula:

O homem comum do Nordeste, do Ceará, está terrivelmente acorrentado, em matéria político – partidária à chamada “promessa pessoal”, que lhe garante um emprego público, um lugar de

professora para a filha, uma vaga de coletor efetivo ou substitutivo para um filho, amigo ou parente; e, para ele próprio, as mais das vezes, um favor que os Senhores podem considerar o absurdo dos absurdos, mas, para o eleitor, a coisa mais natural do mundo, que é não pagar impostos, se o seu candidato ou partido chegarem ao poder...

Encontramos um Ceará, sem desdouro para os nossos antecessores, que outra herança também não receberam, não apenas empobrecido, pelas condições naturais em que vegeta a sua economia, mas completamente desamparado de uma máquina administrativa eficiente e atuante. Ser funcionário, insistimos, era uma “benesse” naquela situação política e moral em que vivíamos, fruto, aliás, de mentalidade passada. A um técnico competente sobrepunha-se, quase sempre, o “empistolado” político. A nomeação não era ditada pela necessidade pública, mas para solver dificuldades ocasionais, de grupos, de pessoas, sempre de correligionários.<sup>8</sup>

O discurso oficial apresentava a “promessa pessoal” como um componente das relações sociais estabelecidas entre políticos e eleitores. Por este prisma, os mecanismos que envolviam os pedidos e concessões de emprego público traduziam acordos firmados em épocas eleitorais. Como aponta o texto acima (“um lugar de professora para a filha”), os intuitos de exercício do magistério também compunham o universo de negociação que constituía o percurso de inserção na esfera pública dos sujeitos que vivenciaram a época focalizada.

É plausível imaginar que laços de amizade e parentesco delimitavam a troca de benefícios para aqueles eleitores que objetivavam entrar no setor público durante o período focalizado. O relato, há pouco citado, frisava que as referidas práticas e costumes estavam fundamentados na cultura e tradição do Nordeste e Ceará, e havia um interesse dos grupos políticos majoritários locais de perpetuar tal dinâmica social construída durante décadas e séculos. Nessa perspectiva, Virgílio Távora era apresentado como uma liderança política antagônica aos vícios do paternalismo.

Na ótica dos discursos oficiais, em muitos momentos pactos eleitorais delineavam o campo educacional nos domínios governamentais. Esses eram elementos de entrave para o novo governo diante de suas pretensões de gestar um Estado “acima” dos tratos, querelas políticas, intervenções e ditames pessoais. Associava-se o atraso e a ineficiência administrativa do Estado especialmente à falta

---

<sup>8</sup> (APEC). Acervo Virgílio Távora. Série: Produção Intelectual. Subsérie: Palestras e entrevistas. Fortaleza (1963-66). “Uma experiência de administração planificada”, p. 5.

de critérios técnicos na definição do quadro funcional que iria trabalhar na máquina pública.

Considerava-se que as nomeações dos funcionários para ocupar os cargos públicos seguiam as primícias do “pistolão” que curiosamente tem sua etimologia do latim *epistolam* (carta), conforme o dicionário<sup>9</sup>: “Pistolão **s.m.** pessoa influente, que se empenha por conseguir alguma coisa para alguém, partido, empenho, carta de apresentação. xx Do lat. *epistolam* ‘carta, epístola’[...]”. Os “pistolões”, nas décadas de 1960 e 1970, como evidenciam as fontes, eram acionados via cartas, bilhetes, de forma que o étimo estava longe de se perder. Inclusive, a expressão “pistolão” é recorrente no material pesquisado, não só nas correspondências apresentadas ao poder público, mas também no próprio discurso oficial, aliás, era uma expressão utilizada, de modo geral, no período da ditadura militar. O termo fazia alusão ao indivíduo mantenedor de poder que facilitava o diálogo, a resolução de problemas sociais e a concessão de benefícios na esfera pública.

A despeito do campo de análise sugerido, o primeiro ano da gestão de Governo de Plácido Castelo (1967-1970), permite discutir a construção da imagem do pistolão no campo educacional. Nesse período Virgílio Távora assumiu a função de deputado federal, atividade política que lhe colocou frente a frente com inúmeras reivindicações do setor da educação, marcado por práticas de apadrinhamento e troca de favores.

Corroborando com tal assertiva a professora [nome] fez uma denúncia ao parlamentar cujo relato tratava da utilização de uma escola pública com fins privados mediante protecionismo político. Em sua reivindicação a docente solicita apoio para solucionar o referido problema. Assim, enfatiza que Távora, ao assumir o governo do Estado durante o período de 1963 a 1966, pautou sua gestão pelo respeito ao funcionalismo público, justiça e valorização das capacidades técnicas dos profissionais da educação.

Entretanto, um trecho da carta da solicitante ao se referir a forma de resolver os problemas da educação no governo de Plácido Castelo, sucessor de Virgílio, assinalava que: “[...] objetivos positivos que beneficiaram a todos não se verificam sob o regime, o funcionalismo não se sente seguro e aquele que pode procura um

---

<sup>9</sup> CUNHA, Antônio Geraldo. **Dicionário etimológico da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Lexikon. Editora Digital, 2007.

‘pistolão’.<sup>10</sup> A solicitante afirmava que somente os indivíduos agraciados com a proteção de um padrinho tinham os seus anseios atendidos no campo educacional.

De tal modo, a professora, ao clamar pelo apoio do deputado para resolver um problema de irregularidade no setor educacional, afirmava a forte presença do uso do apadrinhamento e troca de favores na resolução das problemáticas da educação. Entre permanências e mudanças imagens sobre pistolão e apadrinhamento foram construídas no cotidiano da educação.

Durante a gestão de Virgílio Távora a frente do governo estadual, o discurso oficial afirmava que as formações das equipes administrativas do Estado em governos anteriores não estavam atreladas ao prisma da competência e qualificação profissional, especialmente no que tange ao exercício das tarefas próprias do setor público. Contudo, as referidas práticas eram consideradas reflexos de determinações individuais e de grupos políticos, cujos objetivos destoavam das necessidades administrativas do Estado. Inferimos, pois, que se constituíam trocas recíprocas entre políticos e eleitores no campo da esfera pública em face de solicitações profissionais perpassadas pelo crivo do favorecimento pessoal.

O pronunciamento do governador, nos anos iniciais de seu governo, trazia a lume a preocupação em modificar o panorama vigente por meio de ações graduais e habilidades políticas do novo governo. No entanto, frisava-se que os resultados poderiam não atender “satisfatoriamente” aos interesses mais imediatos da proposta governamental e da população. Em contrapartida, os opositores do governo Virgílio, apontavam para relações entre práticas clientelistas e o arcabouço de ações cotidianas no seio desse governo:

O clientelismo, dentre os termos aqui abordados, é o de uso mais difundido nos discursos políticos dos opositores de Virgílio Távora. A intenção, no uso do termo, é a de caracterizar Virgílio como um político que atuava segundo as práticas tradicionais e arcaicas. (ALENCAR, 2006: 36)

Nos períodos em que Virgílio ocupou a função de Governador e Deputado, há inúmeras solicitações para o poder público elaboradas por indivíduos que, de certa maneira, reforçavam o viés paternalista nas relações com o Estado e parlamentares

---

<sup>10</sup> APEC. Acervo Virgílio Távora. Série: Câmara Federal. Subsérie: Correspondência expedida e recebida. Fortaleza (1964-67). Correspondência de [nome]. Fortaleza, 8 de maio de 1967.

locais, o que permitia a construção de outras formas de diálogo com os órgãos governamentais, além dos canais convencionais de comunicação criados pela burocracia estatal. Fortalecia-se a ação individual na ótica de penetrar nas instâncias administrativas estaduais, a fim de garantir benefícios e direitos civis. Para os solicitantes, a argumentação direta e de cunho marcadamente pessoal, poderia, de maneira eficaz, garantir o atendimento da solicitação produzida.

As solicitações elaboradas traziam à tona os limites e impossibilidades do Estado, a despeito de resolver os conflitos sociais retratados. No conjunto de cartas pesquisadas, na série “Correspondência Geral” do Acervo Virgílio Távora, identificamos reivindicações diferenciadas. Uma correspondência elaborada pela mãe de uma professora é bastante ilustrativa das relações sociais que os indivíduos construía com parlamentares e Estado à época:

Deputado Virgílio Távora

Respeitosos Cumprimentos

Movida pelo sentimento de gratidão, venho agradecer ao Senhor o grande favor de que fui merecedora, fazendo o contrato de professora de minha filha [nome]

Desde dia 15.05.67, que ela trabalha no grupo escolar no Bairro Otavio Bonfim.

Como mãe de família, rogo ao altíssimo, para que derrame sobre seus filhos as maiores bênçãos dos céus e prolongue suas preciosas vidas por longos anos, para felicidade dos seus entes queridos e todos os cearenses.

Recebam a gratidão eterna de minha família.

Atenciosamente

[nome]<sup>11</sup>

A carta apresenta um universo social bastante presente no cotidiano da educação no Ceará, marcado por pedidos, agradecimentos e reivindicações que tratavam de problemas educacionais. A contratação de professores para o exercício do magistério, muitas vezes, era uma problemática que contava com apoio

---

<sup>11</sup> APEC. Acervo Virgílio Távora. Série: Câmara Federal. Subsérie: Correspondência expedida e recebida (1964-67). Correspondência de [nome]. Fortaleza, 30 de maio de 1967.



parlamentar ou ocorria por meio de correspondências enviadas ao gestor público em exercício na época. Tais documentos criavam elos de comunicação entre universo educacional e poder público.

No caso citado, a mãe de uma professora destacava o favor concedido por Virgílio Távora, que solucionou a problemática de sua filha com relação ao exercício do magistério em escola pública estadual por intermédio do mecanismo de “contratação”, subsídio bastante almejado por professores como pudemos verificar em muitas correspondências enviadas para Virgílio nesse período.

Tal solicitação faz parte de um conjunto significativo de cartas contidas no Acervo Virgílio Távora que apresentam como questão central as problemáticas educacionais cotidianas. Documentos que pontuavam a necessidade do “favor”, de práticas clientelistas e paternalistas, nos domínios da educação, práticas sociais que construía e redefiniam os discursos governamentais e de solicitantes sobre troca de favores, paternalismo e educação no Ceará. As correspondências destacadas são essenciais para o conjunto da análise deste trabalho de pesquisa.

Nesse campo de tensões, a produção de estratégias discursivas contidas nas correspondências possuía feições diferenciadas das etapas burocráticas constitutivas dos domínios governamentais. Muitas vezes, inclusive, a formalidade estatal produzia entraves na resolução dos problemas individuais. Assim, as cartas apontavam apropriações, no que se refere às noções de indivíduo e Estado propaladas pela sociedade brasileira contemporânea.

Ademais, a abordagem histórica do conceito de paternalismo implica em atentar para suas inúmeras dimensões sociais:

Em suma, o paternalismo é um termo descritivo frouxo. Tem uma especialidade histórica consideravelmente menor que os termos como feudalismo ou capitalismo. Tende a apresentar um modelo de ordem social visto de cima. Tem implicações de calor humano e relações próximas que subtendem noções de valor. Confunde o real e o ideal. Isso não significa que o termo deve ser abandonado por ser totalmente inútil. Tem tanto ou tão pouco valor quanto outros termos generalizantes – autoritário, democrático, igualitário – que, em si e são adições substanciais, não podem ser empregados para caracterizar um sistema de relações sociais. Nenhum historiador sensato deve caracterizar toda uma sociedade como paternalista ou patriarcal. (THOMPSON, 1998: 32)

A discussão do termo paternalismo e suas implicações, apontadas pelos discursos produzidos nas fontes de pesquisa de nosso trabalho, instigam indagações sobre a construção e apropriação do referido conceito no campo educacional com base nos referidos pressupostos teóricos apresentados por Thompson.

Aqui, tornou-se necessário tomar por base um referencial teórico que não estivesse pautado em generalizações, e que, sobretudo, atentasse para as especificidades da construção de práticas sociais consideradas paternalistas no âmbito da educação.

A gestação dos discursos oficiais sobre planejamento no Ceará definia que o combate ao paternalismo era um componente necessário para promover o desenvolvimento educacional. Por outro lado, um amplo conjunto de correspondências destinadas a Virgílio Távora clamava por proteção e apadrinhamento. Nesse sentido, sentido os discursos produzidos pelo poder público e correspondências relacionados com práticas paternalistas são cruciais no trabalho de investigação proposto. Buscamos analisar a constituição dos discursos que afirmam e negam a ato de pedir no campo educacional.

Para os meios de comunicação locais da época, as práticas governamentais de combate ao paternalismo no Ceará poderiam ser concebidas da seguinte forma:

Como é do conhecimento do público, o Coronel Virgílio Távora, [...], pelas forças que formaram a União pelo Ceará, traçou-se um plano administração em que se procurou abdicar dos velhos processos administrativos, inspirados na política do paternalismo. [...] Houve o cuidado de olhar os dois mais angustiantes problemas do Nordeste: o lado econômico que padece de um completo estiolamento em face do subdesenvolvimento da região e o lado humano, ponto principal, porque o homem deve ser, na verdade, o centro de gravitação de todas as atividades sociais.<sup>12</sup>

Na ocasião de uma visita de Virgílio Távora à região do Cariri, a fim de discutir o PLAMEG com as lideranças políticas locais, o editorial da Rádio Educadora do Cariri destaca que o plano de metas do governo assumia o papel de construir um “novo tempo” longe dos “antigos hábitos” associados à manipulação partidária e ao

<sup>12</sup> APEC. Acervo Virgílio Távora. Série: Secretarias do Poder Executivo. Subsérie: Secretaria de Administração Fortaleza, (1955-1986). Rádio Educadora do Cariri. Nosso Editorial do PLAMEG do Ceará”, p. 2.

atraso político-econômico que corroíam a máquina administrativa devido a seu caráter paternalista. Colocava-se nos discursos o homem no centro das mudanças sociais, isento dos “maléficos” controles do paternalismo.

Contudo, é válido discutir como esses conceitos foram apropriados no interior dos discursos, num momento em que se apresentava uma ampla demanda de solicitações marcadas pelo uso do favor e do paternalismo acerca das reivindicações educacionais. Virgílio ao afirmar a necessidade de combater o paternalismo, clientelismo e o mando pessoal, afirmava:

A história do Ceará, sua formação, é, como já demonstraram Oliveira Viana e outros sociólogos, a soma dos hábitos e vivências dos primitivos clãs pastoris que o povoaram, que o afundaram, transmitindo-lhe virtudes e defeitos que perduram na raiz mesma da sua “gens”, alongados todos e estruturados, em séculos de prática cotidiana.

No campo, o fazendeiro e os seus agregados, de que são expressão típica os vaqueiros. Isto é: o clã familiar, enobrecido pelos haveres em terra e gado, vindo dos tempos coloniais, ramificando-se, multiplicando no clã social, pelos casamentos, e no clã político, pelas alianças de interesses, com vistas a conservação e ao resguardo do poder pessoal. Fragmentado em zonas de influências partidárias. O quadro com que nos defrontamos, no Ceará, quando nos dispusemos a aceitar nossa candidatura ao Governo, em 1962, foi exatamente o que acabamos de descrever. Felizmente, para honra de nosso Estado, encontramos estrada aberta para uma tentativa, ou tentativas novas, no sentido de fazer mudar o panorama tradicional da política cearense.<sup>13</sup>

De tal modo, o mando pessoal, o clientelismo, as alianças partidárias e práticas paternalistas eram apresentados como elementos da nossa formação cultural e responsáveis, muitas vezes, pelo direcionamento dos rumos da gestão pública no Ceará. Porém, o governo vigente afirmava que havia um “clima político”, ou seja, possibilidades de transformação desta realidade social do Estado. Questões “seculares” poderiam ser agora enfrentadas pela inserção política do planejamento governamental.

No entanto, num universo de apropriações, o cotidiano da educação no Ceará produziu discursos que construíam sentidos diversos para o paternalismo e troca de

<sup>13</sup> (APEC). Acervo Virgílio Távora. Série: Produção Intelectual. Subsérie: Palestras e entrevistas. Fortaleza (1963-66). “Uma experiência de administração planificada”, p. 6.

favores. Programas de governo e solicitações educacionais com feições diferenciadas poderiam negar e afirmar a política do favor nas decisões administrativas. A rigor, em tais discursos, o favor demarcava as justificativas e negações do campo educacional.

De tal modo, é válido destacar que os discursos e ações dos grupos políticos locais apresentavam elementos de crítica e incorporação do arsenal de práticas inerentes ao clientelismo. Além disso, percebemos um latente esforço de desqualificar condutas e práticas clientelistas no âmbito institucional ocorridas num “passado remoto” e consideradas inaceitáveis frente à construção de um Estado promissor, eficiente, racional, moderno e despido de favorecimentos pessoais.

O tradicional e o arcaico, associados ao primeiro governo de Virgílio, impeliram discursos e práticas sociais de negação e re-apropriação do paternalismo e da troca de favores no enfrentamento das problemáticas educacionais. De tal modo, os discursos oficiais estavam marcados pela necessidade de afirmar a “era do planejamento” em contraposição às relações de troca de favor sugeridas nas correspondências analisadas. Nessa seção abordamos as relações existentes entre discursos oficiais, paternalismo e campo educacional.

### **1.3 A formulação do pedido**

As fontes documentais dessa pesquisa apontam para uma diversidade de práticas políticas construídas entre 1963 e 1982. Os discursos governamentais reforçavam a necessidade do planejamento educacional, calcada em aspirações de eficiência, “neutralidade” e combate ao paternalismo no que se refere ao perfil de gestão idealizado para o Estado.

No entanto, esses discursos dialogavam constantemente com as ações de professores, políticos, membros do poder eclesiástico, pais e mães, como pudemos verificar conforme a análise das cartas, bilhetes, “cartões de solicitações” e telegramas enviados ora para o governador, ora para o deputado federal Virgílio Távora. Isto é, os solicitantes, na verdade, procuravam ampliar a interlocução com o poder público, materializando suas reivindicações em narrativas a respeito de problemas que enfrentavam no universo educacional.

No terceiro item deste capítulo, pretendemos atentar para a construção dos enunciados e dos lugares sociais dos sujeitos que produziram pedidos e solicitações para o poder público no campo educacional. Quais as problemáticas recorrentes nestas solicitações? Os pedidos são construídos de acordo com que pressupostos? Por meio dos referidos questionamentos, objetivamos construir a abordagem teórico-metodológica desta seção.

As solicitações discutidas enfatizavam o caráter de aproximação pessoal com Virgílio em face ao atendimento de reivindicações profissionais e administrativas da esfera educacional. Evocava-se o apadrinhamento, a mediação e o favor com o fim de resolver problemas educacionais específicos da esfera pública que poderiam ser solucionados por intermédio dos mecanismos ora destacados. Portanto, buscavam-se elementos repisados pela tradição e cultura brasileira, tantas vezes antagônica à norma, à regra e à impessoalidade no trato das questões públicas (DAMATTA, 1990).

No conjunto de “cartões de solicitações” de deputados, vereadores, prefeitos e líderes políticos, destinados a Virgílio Távora, são recorrentes os discursos em torno de nomeações de professores, necessidades de melhoria da infraestrutura de escolas, transferências e contratações de funcionários no âmbito estadual. Muitos dos documentos examinados apresentam pedidos de parlamentares escritos em pequenos e breves cartões, alguns contêm assinatura, identificações mais precisas da origem do pedido, outros não. De tal forma, convém observarmos os espaços de conflito contidos nestas fontes de pesquisa e alargar o universo de interpretação do conjunto documental abordado no estudo em tela.

Há, por exemplo, um cartão sem a identificação da cidade e do solicitante, por outro lado, reforçou-se o nome de um deputado responsável e intermediário da negociação, além de solicitar a nomeação de professoras mediante a seguinte afirmação: “Coronel Távora. O meu deputado [nome] leva os nomes das quatro professoras dele. Nota: como também os dois prédios escolares do nosso compromisso anterior”.<sup>14</sup> O pedido e a afirmação feitos incitam possíveis leituras das expressões “meu deputado”, “as professoras dele”, – em que os pronomes possessivos “meu” e “deles” atestam um personalismo patente – remetem a um acordo com o governador de concessão dos espaços físicos para criação de escolas

---

<sup>14</sup> APEC. Acervo Virgílio Távora. Série: Documentos Pessoais. Subsérie: Agendas e Notas (1963-66). Cartão de [nome], 1963.

no município alvo da solicitação. Argumentação bastante presente nas fontes dessa pesquisa.

Reciprocidade, concessões e apresentação de possíveis benefícios oferecidos pela esfera municipal eram contrapartidas apresentadas para o executivo nas solicitações. Com base em múltiplas correspondências examinadas, observamos que nas estratégias discursivas demarcadoras dos atos de pedir, parecia ser imprescindível o esforço de parlamentares para intermediar na resolução das problemáticas expressas nas fontes documentais.

Nas solicitações pesquisadas, contudo, reforçasse elos construídos entre as nomeações de professores e a expansão dos estabelecimentos estaduais de ensino, isso, muitas vezes, valendo-se de acordos firmados com lideranças políticas municipais: tratava-se de oferecer estrutura administrativa municipal para o funcionamento de escolas da rede pública por meio de indivíduos que formulavam os pedidos. Entre escritos e rascunhos esboçados, no Acervo Virgílio Távora, chamam à atenção duas solicitações de um deputado para o governo estadual:

Casa Civil do Governo

[nome] Professora diplomada. Conseguir nomeação para São João Município Cariré.

[...] Oferece um prédio com duas salas de aulas.

[nome] Professora diplomada. Forma-se este ano em Filosofia e tem curso de datilografia. Aceita uma cadeira no lugar [...] município de Sobral. Tem uma sala de aula a disposição.<sup>15</sup>

Esses pedidos carregavam anseios de urgência, objetividade e rapidez no atendimento das reivindicações educacionais, que eram entrecortadas pelos planejamentos governamentais e pelo trâmite burocrático. Apresentava-se, dessa forma, a necessidade de um interlocutor junto ao poder público. Construía-se um diálogo permeado pelo simbolismo das expressões “meu deputado”, “meu vereador”, as “professoras deles” através do respaldo social que perpassava a assinatura de um parlamentar, especialmente quando o solicitante fazia parte da base de apoio

---

<sup>15</sup> Idem.

político do governo. Os referidos códigos atestavam intimidade e poder na construção dos discursos elaborados pelos solicitantes.

O estudo das fronteiras entre o público e o privado na educação cearense marca a multiplicidade de relações construídas entre docentes, familiares e políticos no âmbito da formação dos cargos administrativos estaduais. Sobre a nomeação de uma professora, Souza (2006: 27) destaca:

Seu marido, de família influente na política local, conseguiu, no ano de 1945, sua admissão como professora “substituta efetiva” [sic!] no Grupo Escolar Professor Arruda; a outra, que concluíra o Curso Normal no Colégio Sant Ana, na década de 1940, em Sobral-CE, foi contemplada com uma Escola isolada em Forquilha, à época Distrito de Sobral, no ano 1962. Neste caso, a sua entrada no magistério público contou com a colaboração (intervenção política) da sogra do Governador Parsifal Barroso (1959-1963), para quem prestava serviços no Cartório de Forquilha e era amiga de sua família. Embora essas professoras primárias tivessem, igualmente, sido beneficiadas pelas influências políticas no momento do ingresso na carreira pública, para se efetivar na função docente foi exigida, posteriormente, apenas da primeira, a aprovação em concurso público.

No que diz respeito à entrada de professores no magistério público, o uso das relações familiares (privado), ao lado da força de líderes políticos (público) fazia parte das estratégias de inserção dos docentes nos setores educacionais. Os elos de amizade logo poderiam emergir, quando necessários, para os interesses de sujeitos que vivenciaram o campo educacional na segunda metade do século XX, pois ser amigo da mulher do governador, de um parlamentar ou de outro “pistolão” qualquer poderia derrubar barreiras e obstáculos para consolidação de atividades no setor público.

Dessa perspectiva, os relatos aqui examinados apresentam indícios de acordos, tratos, prioridades e laços de fidelidade, estabelecidos nas tramas políticas locais, perpassadas por critérios partidários, ações de prefeitos, vereadores, padres, professores, secretários estaduais e líderes políticos municipais. Indivíduos que buscavam cumprir tratos firmados em período eleitoral (ou fora dele), práticas essas produzidas num momento de exaltação do caráter técnico avesso à prática do favor e da promessa pessoal nas engrenagens do Estado. Por conseguinte, esses são elementos cruciais que permitem indagações sobre a contraposição produzida entre

tais solicitações e os discursos governamentais de planejamento educacional e combate ao paternalismo. Portanto, vale discutir de que forma eram construídas as solicitações para as instâncias burocráticas do Estado.

Os bilhetes, cartões e cartas representavam, em nossa leitura, instrumentos de sensibilização do poder público em relação às demandas dos professores e escolas. O responsável e intermediário de uma solicitação aparentemente “oculta” ou identificada, sedimentava o pedido de resolução dos problemas apresentados.

Além disso, alianças político-partidárias e troca de favores, inerentes aos períodos eleitorais, poderiam ser referendadas nos relatos observados. Portanto, estabelecia-se um campo social marcado por desejos de concretização de nomeações de professores, consolidação de direitos trabalhistas e garantia de reivindicações relacionadas à melhoria dos estabelecimentos de ensino, isso tudo, conforme os clamores do magistério estadual que eram apresentados diretamente para o governador, se não vejamos:

Os diretores dos grupos escolares de Quixadá (CE) vêm solicitar de Vossa Excelência as devidas providências para as reivindicações abaixo discriminadas:

Grupo Escolar José Jucá

Nomeações das Serventes e vigia que estão em exercício desde 03.03 de 1964.

Acabamento de Obras.

Grupo Escolar José Jucá.

- A) Gabinete dentário
- B) Construção de uma cisterna

Nomeações de Funcionários.

Grupo Escolar Benigno Bezerra.

- A) Oficialização do Estabelecimento

Interesses comuns.

\*Assistência médica e dentária as professoras. Gratificação de 20% (As professoras do interior) já requeridas em Agosto de 1964.



\* Nomeações de substitutas efetivas (Não diplomadas por falta de professoras tituladas). Quixadá (CE), 27 de Maio de 1965.<sup>16</sup>

O PLAMEG, na década de 1960 apresentava, no seu arcabouço de prioridades, as necessidades expressas em solicitações como as acima: a de reformar escolas, qualificar professores e ampliar a rede de ensino estadual. Estruturar os estabelecimentos escolares e contratar professores por meio de concurso público tornava-se um das preocupações do governo Estadual.

Dessa forma, o cartão de solicitação acima, apresenta um breve perfil das inquietações, embates escolares, insatisfações de professores, funcionários e diretores de um complexo escolar em processo de reestruturação por parte do poder público. A rigor, relações institucionais entre educadores e gestores públicos estavam sendo construídas e redefinidas no cotidiano educacional.

Contudo, a esfera de oficialização dos espaços escolares, a matrícula de alunos, a concessão de bolsas de estudo, a composição do quadro de funcionários da educação, a consolidação de direitos trabalhistas, a nomeação e a qualificação dos profissionais do magistério compunham o campo de relações entre Estado e a produção de solicitações no âmbito educacional.

Em suma, as narrativas produzidas apontavam para formas mais simplificadas de inserção nas tessituras burocráticas do Estado, ao contrário dos tradicionais ofícios e documentos protocolares necessários para se fazer reivindicações junto aos setores administrativos do Estado.

Tratava-se de um confronto direto com o ideário de técnica, eficiência e “neutralidade” difundido pelos discursos governamentais. Na verdade, criavam-se mecanismos que reelaboravam ou mantinham acordos, troca de favores e a prática da “promessa pessoal” no interior do poder público. Em contrapartida, fortalecia-se a construção de planos e/ou programas considerados redentores dos conflitos sociais, sendo capazes de promover o desenvolvimento da educação.

Em 1967, inclusive – ao enviar correspondência para o presidente Castelo Branco – Virgílio Távora ressaltou que sua administração à frente do governo do Ceará esteve pautada pelo viés de melhoria da educação e realização de concursos públicos para suprir as demandas de ensino da rede estadual nos diversos níveis.

---

<sup>16</sup> APEC. Acervo Virgílio Távora. Série: Correspondência Geral. Subsérie: Cartas recebidas do Brasil (1964-67). Cartão de [nome]. Quixadá, 27 de maio de 1965.

Não obstante justificasse que o aumento de investimentos no campo educacional impeliu a contratação de profissionais para o setor sem a realização de concurso público:

Com as aulas necessitavam de ter início em primeiro de março, viu-se o Governo compelido a contratar o pessoal docente necessário, transformando depois esses contratos em nomeações, uma vez procedida aquela nomeação. Somente foram contratados os concursados que aguardavam a homologação do concurso antes realizado, bem só foram nomeados os aprovados no referido concurso.

As insignificantes exceções a essa regra decorreram do fato de que, não havendo número suficiente de candidatos aprovados, foi mister nomear interinamente ou contratar os professores indispensáveis ao normal funcionamento dos ginásios ou colégios criados ou ampliados. Mesmo assim, essas nomeações ou contratações se deram com estrita observância dos preceitos constantes de lei que, em meu Governo e decorrente Mensagem de minha iniciativa, regulamenta o ingresso na carreira do magistério secundário.

Saliente-se, aliás, que esse problema não diz respeito somente ao Ceará, mas a todo o País, cuja sede de aprendizagem explode, positivamente, mas medidas que concernem à criação de novas unidades escolares e na ampliação das existentes, sabido que, de acordo com a nova mentalidade que domina nossos diversos setores técnicos, tudo o que se fizer pela educação do povo, longe de representar despesas de custeio, significa investimento.<sup>17</sup>

Tal narrativa traz consigo os conflitos entre anseios de planejamento, racionalidade técnica e prioridades administrativas do campo educacional. Esses conflitos abririam espaço para o diálogo com a própria dinâmica do favor, pois apontar as necessidades do setor da educação serviria de lastro para redefinir os esforços do governo em negar o paternalismo no setor público. Assim, acordos políticos, pedidos e demandas, específicos do setor educacional, emergiam tanto por intermédio de documentos oficiais, como pelo intermédio de correspondências pessoais.

Nas fontes pesquisadas, muitas vezes, a observação técnica dos problemas educacionais era, de maneira implícita, utilizada para afirmar a necessidade de atendimento das solicitações oriundas da diversa gama de solicitantes. No caso

---

<sup>17</sup> APEC. Acervo Virgílio Távora. Série: Secretarias do Poder executivo. Subsérie: Secretaria da Educação (1963-1964). Correspondência de Virgílio Távora para o Presidente Castelo Branco. Fortaleza, 25 de jul. de 1966.

analisado, Virgílio assinalava que o início das aulas, a criação de novos estabelecimentos escolares e a preocupação com o incremento do setor educacional, impeliam ações que poderiam destoar das diretrizes legais e institucionais do PLAMEG, cujos princípios apregoados referendavam a contratação de profissionais para educação por intermédio de concurso público.

Entretanto, diversas cartas e cartões que compõem o acervo Virgílio Távora, a respeito de pedidos de nomeação ou contratação, apresentam elementos que vão além da mera necessidade de resolver questões pontuais do funcionamento escolar, uma vez que remetem à construção de mecanismos de apadrinhamento. Além disso, as referidas reivindicações estabeleciam diálogo com o quadro de necessidades da educação que, muitas vezes, não eram contempladas via ações institucionais de melhoria do campo educacional.

Convém observarmos que a correspondência de Virgílio indica a existência de um campo de possibilidades para o “pedir” no setor educacional por meio do contato direto e pessoal. Assim, reivindicações enviadas a Virgílio estavam fundamentadas na dinâmica do favor e sintonizadas com as avaliações técnicas – elaboradas pelo estado – das problemáticas da educação. Os pressupostos citados fundamentavam pedidos feitos, aceitos e negados. Em narrativas que traziam à tona o diálogo entre racionalidade técnica e práticas de apadrinhamento norteadoras do cotidiano educacional.

O ato de solicitar ações do governo para resolver problemáticas educacionais, a partir de discursos marcados pelo caráter “pessoal”, aponta a insatisfação dos sujeitos que vivenciaram o campo educacional com os resultados do planejamento estatal. Em face de não terem suas demandas pessoais, consideradas urgentes e necessárias contempladas pelo Estado. Isso impeliu a construção de diferentes estratégias discursivas sobre as problemáticas da educação.

Afirmamos, ainda, que determinadas “solicitações” permitem um mergulho no universo das relações político-partidárias de Virgílio Távora. Podemos perceber isso, por meio da investigação de correspondências que faziam alusão a acordos estipulados entre Virgílio e as lideranças da União Democrática Nacional (UDN) – partido que o então governador representava no cenário político estadual.

Destarte, as demandas do campo educacional balizavam e impeliu as solicitações de cunho político para o executivo estadual. Em sintonia com as questões aludidas, um líder da UDN, em carta extensa, conclamava a atenção do

dirigente do poder público à época. O documento elaborado, nos idos de 1964, detalhava algumas exigências:

Senhor Governador Virgílio Távora

Saudações

Chegou ao nosso conhecimento as providencias que Vossa Excelência tomou para a readmissão das professoras que foram demitidas nos governos Paulo Sarasate e Parsifal Barroso. Deste município, solicitaram reintegração - porque só existiam elas as professoras [nome], Para Senador Sá, [nome], para o distrito de Serrota.

Acontece que, pelo edital publicado, não existe vaga neste município naturalmente por falta de próprios estaduais, embora seja já sabido do grande numero de crianças em idade escolar.

Como é um crime imperdoável deixar os homens de amanhã em plena escuridão educacional, é que eu, Presidente do Diretório da UDN neste e candidato derrotado a Prefeito por duas vezes consecutivas pelo nosso glorioso partido, juntamente com o Deputado [nome] oferecemos ao Governo do Estado, sem ônus de quaisquer espécies, um prédio com 4 salas de aulas em Senador Sá; outro com duas salas no distrito de Serrota; e finalmente outro, com 1 sala, no distrito de salão, os quais, por previdência, há muito os alugamos.

O Governo entrará, apenas, com as professoras, as carteiras escolares, cadernos, lápis, quadros negros, etc..

Futuramente desejamos do Governo de V. Excelência a construção de grupos escolares nas três localidades.

Quanto às professoras a serem nomeadas, permitimo-nos indicar as seguintes, inclusive o vigário local:

P/ Senador S. [nome] (chamada pelo edital)  
 Padre [nome] (vigário local)  
 [nome]  
 [nome]

Para Serrota [nome] (não consta no edital, mas solicitou readmissão, conforme protocolo n 9.226, de 23/08.

[nome]  
 P/ Salão [nome]

Devo esclarecer que nenhuma é diplomada, como também não existe, neste município, professora diplomada.

Na certeza ao atendimento, rogamos dirigir-se ao Dep. [nome] nosso representante junto a todos os poderes.<sup>18</sup>

Os anos iniciais de exercício de mandato no executivo poderiam ser definidos como momentos de “pagar promessas”, recompor áreas de interesse político e aparar arestas provenientes de tensões produzidas por governos anteriores no âmbito da esfera municipal. Ao mesmo tempo em que se permitia a abertura de espaços de interlocução para os sujeitos da educação que possuíam as peculiaridades de seus apelos. As transições dos governos eram caracterizadas por alterações na composição dos “cargos de confiança”, distribuição de empregos temporários e nomeações de servidores públicos nos espaços educacionais constitutivos do funcionamento administrativo estadual.

O re-estabelecimento de vínculos eleitorais fazia emergir relações de fidelidade e confiança, o pedido de readmissão de um professor, “vitima” de um adversário político, descortinava intenções partidárias produzidas no diálogo com a esfera governamental, sobretudo nos domínios da educação. Os aliados políticos do plano municipal estavam munidos de um manancial de exigências, sugestões e prioridades educacionais cotidianas, alvos de acordos políticos que pontuavam a formulação das diretrizes da educação, como por exemplo: a criação de escolas, o ordenamento da carreira no magistério e a liberação de recursos financeiros para a infra-estrutura da rede de ensino estadual.

Por este viés, no caso acima, a figura do parlamentar mediador de um pedido, outra vez aparece em destaque no momento de uma solicitação: em nossa interpretação evidenciamos que as solicitações educacionais serviam de suporte para fortalecer relações partidárias entre parlamentares e lideranças municipais. Na carta anteriormente citada, por exemplo, um político local imbuiu-se de apresentar a pauta de problemas e exigências “inequivocamente” relevantes para o governo. Todavia, o favor e a prática do acordo produziram áreas de atuação prioritárias para os interesses do governo no campo educacional.

Forjava-se, assim, um planejamento que extrapolava, em muito, os fundamentos técnicos do PLAMEG. De tal modo, essas solicitações remetem a conflitos sociais da esfera política. Ora, dirigir a máquina pública poderia significar,

---

<sup>18</sup> APEC. Acervo Virgílio Távora, Série: Documentos Pessoais. Subsérie: Agendas e Notas (1964-67). Correspondência de [nome]. Senador Sá, 10 de jan. de 1964.

dentre outras coisas, romper com deliberações de grupos políticos que geriram o aparelho estatal em momentos anteriores. Também se abria possibilidade para a criação de novos lócus de favorecimento e de concretização de promessas eleitorais mediante uso de mecanismos governamentais.

Assim, redefinições de cargos públicos, concessão de benefícios estruturais para o campo educacional, recontrações de funcionários e nomeações de professores faziam do universo da educação, um lugar social propício para o fortalecimento das estratégias de poder partidárias e governamentais. Por vezes, o aval legitimador do Estado, no que diz respeito à definição das prioridades orçamentárias, sociais, políticas e educacionais, entrava em diálogo com condições partidárias preestabelecidas por aliados políticos do governo. De tal modo, produziam-se interferências nas formas de gerir o dia-a-dia educacional do Estado. Num cenário de reivindicações que apresentava “porta-vozes” políticos, que, a nosso ver eram descortinadores de discursos permeados pela necessidade de firmar elos partidários construídos em períodos eleitorais.

Por outro lado, o governo de Virgílio Távora buscava redefinir o papel do poder público no que concerne a gestão da política educacional ancorada em programas, planos e diretrizes desenvolvimentistas. Em contrapartida, inferimos a gestação de um governo protecionista, marcado por anseios de atender interesses das camadas populares locais, com base na exaltação de um Estado atento às angústias e problemáticas do indivíduo. Além disso, a intervenção partidária permeava a composição dos quadros docentes municipais, no início do governo Távora. Na sequência do documento citado há pouco, encontramos uma forte referência à coligação “União Pelo Ceará” que compunha a base aliada do governo:

**CRITÉRIOS ADOTADOS PELOS PARTIDOS INTEGRANTES DA UNIÃO PELO CEARÁ PARA A DISTRIBUIÇÃO DAS POSIÇÕES ESTADUAIS NOS MUNICÍPIOS**

V. Na Secretária de Educação e Cultura, caberá preferência na escolha dos cargos de Inspetor Escolar, Diretora e Vice-Diretora do Grupo Escolar, conforme a ordem de votação, no Município dos Partidos integrantes da “União pelo Ceará”, caberá à agremiação majoritária o cargo de Inspetor Escolar, aplicando-se a regra (e) da preferência na escolha para os outros dois cargos.

VI. Ainda na Secretaria de Educação e Cultura, será feito o levantamento das exonerações e dispensas das professoras nos governos estaduais constantes dos períodos de 25 de Março de

1955 a 25 de Março de 1959 e dessa data de 25 de Março de 1963. Procedido o levantamento, far-se-á a reposição das cadeiras aos partidos integrantes da “União pelo Ceará”. Observando o critério da proporcionalidade.

VII. As professoras estaduais, atualmente adidas a outras repartições, poderão ser transferidas para onde se encontram. Nesse caso, criar-se-ão cadeiras para as respectivas substitutas. A título de compensação ao Partido não beneficiado, criar-se-ão cadeiras, em igual número, a fim de serem distribuídas entre candidatas pelo mesmo indicadas.<sup>19</sup>

O conjunto de definições estabelecidas por essa aliança política nos apresenta uma acentuada intervenção partidária no cotidiano administrativo educacional. O documento datilografado assumia um caráter formal e partidário, ao contrário de pedidos manuscritos de teor aparentemente informal e pessoal. De tal modo, acordos políticos eram reafirmados com base na coligação que elegeu Virgílio em 1962. Essas deliberações políticas apontavam os rumos que as negociações deveriam tomar em torno dos interesses educacionais.

A definição dos cargos de direção dos estabelecimentos escolares, bem como as lotações e transferências de professores da rede de ensino estadual, compunham a administração governamental no que tange ao atendimento dos interesses partidários e dos grupos políticos locais. Tais elementos entrecortavam os discursos propalados por uma gestão pública que se apresentava como isenta de interferências político-ideológicas, além de afirmar a supremacia de atributos técnicos a despeito da escolha dos profissionais da educação.

Percebemos também a necessidade de documentar e registrar, de forma sistemática, as atribuições e critérios que deveriam ser seguidos pelos componentes da enaltecida União pelo Ceará, no que diz respeito à distribuição de cargos públicos no âmbito educacional municipal e estadual. Isso, de acordo com a quantidade de votos oferecidos pelos partidos aliados.

Esses eram elementos que norteavam as formas de ordenar o funcionamento do setor educacional. Dessa forma, o cotidiano administrativo da educação afirmava a relevância das trocas de favores e força dos mecanismos de benefícios partidários na gestão pública marcada por contrastes entre o planejamento técnico das ações governamentais e a manutenção do paternalismo estatal. Ademais, sobre o ingresso

---

<sup>19</sup> Idem, p. 2.

de alunos na rede pública estadual durante a segunda metade do século XX, podemos afirmar:

No caso do Estado do Ceará, assim como em toda região Nordeste, o acesso à escola para a maioria da população só se concretizou nas últimas décadas do século passado. Porém, foi durante os anos 1940, 1950 e 1960 que, de fato, se instituíram as bases de um sistema nacional de ensino com maior possibilidade de acesso para as classes populares. (SOUZA, 2006: 23)

Mediante as questões apresentadas, as famílias de baixa renda, no Ceará, construíram estratégias de superação das dificuldades de acesso à educação. Podemos afirmar que essas famílias forjavam mecanismos de cobranças e formas de pedir, a fim de encontrar saídas para enfrentar as deficiências do Estado na esfera educacional. Ao observarmos os embates produzidos entre os anseios de inserção dos alunos nos estabelecimentos educacionais e as possibilidades de matrícula oferecidas pelo Estado, o ato de solicitar bolsas de estudos para estudantes, por intermédio de parlamentares, trazia à tona mecanismos de interlocução construídos na relação com o poder público dentro da ótica de suprir carências do universo educacional.

Os apelos de uma mãe que buscava conseguir uma bolsa de estudos para o seu filho poderiam fazer valer os atributos de “justiça e bondade”, por vezes, associados ao Coronel Virgílio Távora em muitos dos documentos examinados nesta pesquisa. Virgílio foi um dos expoentes do coronelismo no Ceará durante os anos 60, 70 e 80 do século XX (GONDIM, 2002). Em diversos documentos investigados, o referido político era considerado um homem público extremamente capaz de perceber as subjetividades das “injustiças sociais”. Por este prisma, num relato alvo de análise, a aflição de uma mãe trazia à baila o universo de solicitações, angústias e insatisfações advindas do campo educacional. No caso descrito, a solicitante apresentou o seu clamor, da seguinte forma:

Caro Coronel Virgílio Távora

Que nossa senhora cubra-lhe de Paz e Felicidade ao lado de sua família e abençoe a todos os seus passos.



Quem neste momento dirige-lhe estas linhas é uma pobre viúva que, graças a sua bondade e nobreza de um governador como o senhor, voltei a exercer a função de servente no Grupo General Sampaio de Tamboril. Coronel Virgílio, como já disse, eu sou viúva pobre e sem amparo, tinha uma filha casada onde com ela morava esta, deus (*sic*) muito cedo a tirou do nosso convívio levando-a para a eternidade, além da dor e da saudade, que ainda hoje me martiriza, tomei a responsabilidade de 08 netinhos menores, onde o mais velho estuda no Seminário dos Padres Lazaristas, porém o que ganho não está mais dando para pagar o Colégio, então, queria que o Senhor mais uma vez olhasse para mim com piedade, dando-me uma bolsa de estudo para o meu netinho, ele estuda na Escola Apostólica São Vicente de Paula, em Antônio Bezerra, onde cursará, no próximo ano a 2 série ginásial, sendo o seu [nome], que receberei uma resposta do Senhor, embora negativa encherá meu coração de alegria, pois no meio em que vivo, viúva pobre não é gente, mais diante de um homem como o senhor eu sou, porque o senhor é humano, mas Deus é quem tudo lhe recompensará.

Abrace a D. Luiza, a mãe dos pobres, beije o [nome] e a [nome] Que deus lhe cubra de muitas felicidades e me ajude que em 1970 esteja eu viva para levar, mais uma vez, o seu abençoado nome às urnas para a grandeza do Ceará e do Brasil.

Antecipo os meus agradecimentos.

A viúva pobre e desamparada.

Fortaleza, 11 de Janeiro de 1964.<sup>20</sup>

Na solicitação apresentada, percebemos os seguintes elementos: a promessa de apoio eleitoral, as problemáticas sociais inerentes aos embates sociais que norteavam o sustento dos membros da família e a necessidade de manter os filhos na escola<sup>21</sup>. Destacar a dimensão dos problemas sociais que enfrentava o solicitante, nessas cartas, era uma condição imprescindível da constituição do seu próprio discurso.

Apelos que conclamavam o olhar minucioso do governante diante das inquietações consubstanciadas nas lacunas de um sistema de ensino em reestruturação. Portanto, apelar para a generosidade, sensibilidade e justiça dos representantes dos poderes executivos e legislativos fazia parte do conjunto de

<sup>20</sup> APEC. Acervo Virgílio Távora, Série: Documentos Pessoais. Subsérie: Agendas e Notas. Fortaleza (1964-67). Correspondência de [nome]. Fortaleza, 11 de jan. de 1964.

<sup>21</sup> Isso tudo permeado por um forte apelo cristão, como podemos observar em expressões como “viúva pobre e sem amparo”, “abençoe a todos os seus passos”, “Deus muito cedo a tirou do nosso convívio”, etc.

justificativas dos solicitantes movidos pelo enfrentamento das problemáticas educacionais.

O período da ditadura militar no Ceará foi fortemente marcado pelo coronelismo, por intermédio da liderança dos coronéis Virgílio Távora, Adauto Bezerra e Cesar Cals que, por sua vez, dirigiram o Estado entre os anos de 1963 e 1985. Tais líderes políticos lançaram mão de práticas clientelistas no âmbito da máquina estatal, em um tempo que ser coronel – ter poder de decisão e força política na esfera do poder executivo ou legislativo em épocas de diminuição dos direitos civis e centralização administrativa – abria um leque de possibilidades para os sujeitos que vivenciavam o campo educacional. A ótica era a de expor as inquietações individuais e apelar para laços de proteção, pois:

Nos embates políticos estaduais, em especial a partir dos anos 1970, preponderavam os discursos que apresentavam a figura do coronel como aquele que teria acesso ao poder através da compra de votos, do aliciamento eleitoral pela troca de favores, em especial pela concessão de empregos do setor público a *afilhados* políticos e do preenchimento de cargos públicos sem observância de critérios que valorizassem o mérito. Nessa percepção, os coronéis seriam políticos tradicionais, preocupados unicamente com seus espaços de influência direta e com o favorecimento de seus grupos familiares e de correligionários (ALENCAR, 2006: 17).

Por vezes, nos espaços educacionais, produzia-se uma ampla rede de relações que contava com a participação de funcionários, diretores, pais, alunos, professores de um lado, e por outro, por parlamentares que produziam discursos ancorados em mecanismos de penetração nas estruturas burocráticas do Estado e permeados por trocas de favores expressos em cartas e bilhetes cujos enunciados apontavam para as expectativas de concretização dos anseios individuais. Além disso, esses documentos utilizavam uma linguagem específica, direta e pessoal em relação ao parlamentar.

Acreditamos que, em vários momentos, conseguir uma bolsa de estudos, num cenário de difícil acesso ao ensino no Ceará, significava receber o “bondoso” apoio político dos governantes ou de um parlamentar que prestava o urgente e necessário “favor”.

Estas eram formas de inserção no sistema de ensino antagônicas a impessoalidade dos planos, programas e planejamentos educacionais do Brasil pós-

64. Por outro lado, a propalada técnica e eficiência do Estado, durante o referido período, serviram de baliza para práticas de empreguismo e favor no setor público. As mencionadas apropriações eram impelidas por solicitações educacionais de sujeitos que vivenciaram a esfera pública. Nessa perspectiva, a necessidade de formação de mão-de-obra especializada, por exemplo, que muitas vezes esteve presente nos discursos governamentais, serviu de suporte para pedidos de proteção e trabalho produzidos por solicitantes no âmbito educacional.

Os planos e programas educacionais eram considerados como um dos principais agentes do desenvolvimento brasileiro, sendo assim sinônimo de ruptura com antigas tradições culturais patrimonialistas. De todo o modo, entre afirmações e negações do denominado “paternalismo estatal” no cotidiano da educação cearense, os sujeitos pertencentes ao universo educacional faziam suas solicitações a parlamentares e gestores públicos.

Nos pedidos aqui abordados, observamos que destacar dificuldades financeiras era um componente bastante frisado pelos sujeitos solicitantes. Dessa forma, os discursos se moviam por estes elementos. Enfatizava-se o acentuado esforço familiar promovido para garantir o acesso à educação dos filhos, além de se atribuir forte destaque a princípios morais e religiosos, considerados constitutivos da conduta institucional dos sujeitos cujas reivindicações eram encaminhadas. O “bom” político era guiado pelos sentimentos de justiça, bondade, generosidade, piedade e tinha compaixão daqueles que sofriam com a necessidade de ter acesso à educação.

As formas de “pedir” e “convencer” transpunham os limites das tessituras do cotidiano da educação cearense, cotidiano eivado de práticas sociais tanto de apropriação como de descontentamento no que concerne ao caráter sistemático do planejamento educacional. As estratégias discursivas analisadas referendavam a incapacidade do poder público de atender as solicitações administrativas e profissionais da educação.

A rigor, observamos que os discursos das solicitações examinadas destacavam o entrelaçamento existente entre limitações de caráter econômico e o baixo índice de oferta de vagas na rede pública. Aspectos que impulsionavam os pedidos elaborados em face das agruras e deficiências do setor educacional.

Em suma, o uso da prática do favor poderia representar uma bem sucedida saída para muitas dificuldades. De certo modo, amenizava-se a idéia de

apadrinhamento e favorecimento político, ao passo que se reforçava a noção de urgência contida no pedido exposto. Inferimos, em vários momentos, que havia afirmação e redefinição de valores morais no universo de solicitações examinadas, bem como, nas ações de indivíduos do mundo educacional.

Outro aspecto interessante do período focalizado é o fato de que este se caracterizou por uma forte valorização das escolas particulares católicas na qualificação do ensino ministrado. Estas instituições freqüentemente supriam as demandas oriundas da escola pública que não conseguia ofertar vagas suficientes para atender as necessidades dos alunos estaduais. Acentuados pedidos de bolsas de estudo para estudantes ingressarem em tais escolas, revelava as dificuldades da população cearense de conseguir participar do sistema de ensino estadual. Conforme Souza (2006: 42):

Em se tratando de um Estado com forte tradição católica, na época, era bastante conveniente apoiar as iniciativas educacionais da Igreja para obter sucesso na carreira política. A importância das obras dos religiosos para o Legislativo cearense poderia ser medida na quantidade de projetos de lei requisitando verbas públicas para auxiliar instituições de ensino sob a responsabilidade da Igreja Católica em todo o Estado do Ceará.

Durante a segunda metade do século XX, os estabelecimentos católicos de ensino estabeleceram, com os parlamentares, um diálogo constante, articulando-se sempre com o poder executivo e legislativo, através de uma ampla pauta de reivindicações escolares, administrativas e orçamentárias. De tal modo, tecia-se uma rede permeada por estratégias de poder. Percebemos, através de nossa análise, que as escolas católicas elegiam seus “patronos”, políticos de prestígio local, os quais funcionavam como verdadeiros “porta-vozes” dos interesses dessas instituições.

Paradoxalmente, a formulação estatal, do campo da impessoalidade do planejamento, de forma implícita, oferecia apoio político, em face da possibilidade de concretização dos anseios financeiros e administrativos das instituições católicas de ensino. Isso tudo num momento de incremento e expansão dessas instituições no Ceará. Esse crescimento era impelido pela ineficiência do setor público a despeito do atendimento das necessidades de matrícula almeçadas para as escolas estaduais

e, sobretudo, devido à forte liberação de recursos estatais para a rede particular de ensino.

De tal modo, para muitos políticos, a concessão do benefício representava um mecanismo no campo de estratégias discursivas e trocas recíprocas norteadas por fidelidade eleitoral (com relação às instituições e indivíduos beneficiados). Estabelecia-se, assim, uma relação de reciprocidade entre políticos, os indivíduos que pediam bolsas de estudo e as instituições através da tríade: tradição familiar, laços de gratidão e poder político. A história política de Virgílio Távora e os documentos contidos em seu “arquivo pessoal” são emblemáticos da variedade de relações sociais da educação cearense, movidas pelas primícias e acordos ora destacados.

A concessão e permanência de benefícios gestados nas tessituras do Estado, ao longo de décadas, sofriam ataques e críticas do discurso governamental. O “favor” e o “planejamento” representavam dimensões antagônicas e/ou complementares do ideário social proposto pelo governo vigente. O Brasil republicano apresentou, em muitos momentos, relações de poder pontuadas pela predominância do personalismo e troca de favores.

É válido afirmar que os discursos, alvo desse estudo, eram sedimentados no clientelismo e mando pessoal, práticas sociais construídas e definidas, embora que implicitamente, no âmbito de um Estado tecnocrata. De forma que, a abordagem das relações patrimonialistas, constitutivas das práticas sociais gestadas na esfera pública brasileira, lança luzes sobre a investigação da referida problemática sobre o seguinte prisma:

Passa também pelo reconhecimento de que a tradição do mando pessoal e da política do favor, desde há muito, depende do seu acobertamento pelas exterioridades e aparências do moderno, do contratual. A dominação política patrimonial, no Brasil, desde a proclamação da república, pelo menos, depende de um revestimento moderno que lhe dá uma fachada burocrático-racional - legal. Isto é, a dominação patrimonial não se constitui, na tradição brasileira, em forma antagônica de poder político em relação à dominação racional-legal. Ao contrário, nutre-se dela e a contamina. As oligarquias políticas no Brasil colocaram a seu serviço as instituições da moderna dominação política, submetendo a seu controle todo o aparelho de Estado. (MARTINS, 1995: 20)

O poder público local, com seu ideário de planejamento durante a década de 1960, orientado por uma visão técnica, racional, bem como por uma gama de ações burocráticas de planejamento, estabeleceu diálogo com as solicitações educacionais, com base na concretização de trocas recíprocas. Logo, as práticas sociais dos sujeitos que vivenciaram a educação pública no Ceará, apresentavam elementos clientelistas e da política do favor, de acordo com múltiplos discursos construídos.

O esforço do discurso governamental em negar as práticas paternalistas e clientelistas instiga reflexões sobre os pressupostos norteadores de tais contraposições produzidas. A documentação pesquisada traz à tona estratégias discursivas que apontam para a apropriação de elementos patrimonialistas e da política do favor, ao mesmo tempo em que se valorizava um Estado, técnico, moderno e burocrático. Entre negações do poder público e solicitações educacionais, construíam-se discursos que mantinham e reinventavam relações patrimoniais estabelecidas na esfera pública.

Reivindicações de professores, diretores, pais, estratégias de concessão de benefícios, anseios de melhorias na estrutura da rede escolar e solicitações de nomeações de docentes para exercerem suas atividades no âmbito do magistério, delineavam o cotidiano educacional do período. Os vários relatos, aqui descritos e abordados, impulsionam questionamentos sobre a relação entre verdade e poder no universo social. Nessas múltiplas narrativas examinadas, ressaltarmos que:

[...] a verdade não existe fora do poder ou sem poder (não é-não obstante um mito, de que seria necessário esclarecer a história e as funções – a recompensa dos espíritos livres, o filho das longas solidões, o privilégio daqueles que souberam se libertar). A verdade é deste mundo; ela é produzida nele graças a múltiplas coerções e nele produz efeitos regulamentados de poder. Cada sociedade tem seu regime de verdade: isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem os enunciados dos verdadeiros dos falsos, a maneira como se sanciona uns e outros; as técnicas; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro. (FOUCAULT, 1995: 12)

Na trama histórica das solicitações educacionais e nas primícias estabelecidas pelos discursos governamentais, notamos a construção de formas

discursivas consideradas adequadas e legítimas no que concerne ao relacionamento com as questões públicas. Era necessário, para os solicitantes, deter os códigos que sedimentavam uma forma de pedir considerada justa, louvável, aceitável, conveniente e adequada, ou seja, que legitimassem as solicitações elaboradas. Elementos que produziam discursos referendados no imaginário social da sociedade brasileira, marcado por conflitos e regimes de “verdade”.

Construía-se um campo discursivo demarcador do que era uma autêntica necessidade do ponto de vista social e educacional, permeado pelo uso do favor e do clientelismo. Assim, as referidas práticas sociais, muitas vezes, foram redefinidas nas solicitações que gestavam relações de poder entre solicitantes, políticos e poder público.

Os escritos traziam à baila os anseios educacionais não contemplados ou atendidos parcialmente nos planos institucionais, selecionados e descritos de acordo com um conjunto de prerrogativas dos sujeitos que vivenciavam os embates entre o planejamento e às necessidades cotidianas do campo educacional. Por outro lado, ressaltava-se o ideário racional-burocrático do Estado, que em certa medida, incentivava ou facilitava a construção de outros mecanismos de manutenção da política do mando pessoal, da promessa e do favor no âmbito da educação.

A mediação de políticos junto ao governo estadual, no que diz respeito à possibilidade de concretização das demandas apresentadas, todavia, era decisiva nas solicitações elaboradas. Práticas “contraditórias” à proposta de um Estado “não paternalista” eram construídas na esfera educacional. Poder público e solicitantes promoviam discursos que instigaram questionamentos sobre as atribuições e prerrogativas do governo. Nesse espaço de tensão, é possível discutir quais as diferenças entre os indivíduos que pediam e os intermediários desses pedidos em suas relações com o poder público. Os pressupostos que compõem a argumentação do solicitante também são fundamentais na discussão dessas diferenças. Telegramas, cartões e ofícios, redimensionavam as ações governamentais relacionadas ao discurso oficial da “impessoalidade” e de combate ao favorecimento.

O relato de uma professora, já mencionado no item dois deste capítulo, permite alguns questionamentos sobre as práticas sociais de educadores e do poder público nos “gloriosos” anos de ditadura militar, na edificação de um estado forte e tecnocrata:

Deputado Virgílio Távora

Com o devido respeito vos escrevo, desejando-vos paz e prosperidade.

Deputado Virgílio Távora durante estes vinte e dois anos de efetivo exercício do Magistério Primário, jamais vi tantas realizações, jamais senti tanta justiça, como durante vossa gestão. Governos entraram, governos saíram durante os quais a “política” desconhecendo as aptidões dos servidores públicos, agia de maneira “cega”, e como conseqüência, objetivos positivos que beneficiaram a todos, não se verificaram sob o regime, o funcionalismo não se sente seguro e aquele que pode procura um “pistolão”. Eis que assume o governo do Estado, o grande coronel Virgílio Távora, sério de poucas palavras surdo aos mexericos políticos, mas de ouvidos bem abertos para tudo aquilo que era certo, para tudo aquilo que apresentassem rendimento e progresso no seu Governo, aliado ao bem-estar dos seus servidores.

Oh! Deputado como tudo mudou. Já não há mais aquele critério de justiça. Voltou a época do pistolão. Há insegurança, sente-se a ausência da primeira das virtudes do homem. Justiça. Como funcionária, no momento encontrando-me em situação delicada, recordei o nosso magno Governo.

Por favor, escutai-me, julgai-me e ajudai-me<sup>22</sup>

Cartas e bilhetes apontam para o esforço de aproximação entre cidadão e poder público. Além disso, percebe-se a insatisfação de professores no que se refere ao fato do Estado não solucionar as problemáticas cotidianas da esfera educacional.

O relato acima põe em relevo a necessidade de intervenção do parlamentar a fim de melhorar as condições de trabalho no setor educacional. Neste instante da abordagem, interessa discutir a argumentação preliminar utilizada pela professora para solicitar apoio de Virgílio no aprimoramento do caráter técnico e profissionalizante do Estado. Nesta perspectiva, a reivindicação apresentada enfatiza a existência de articulações políticas promovidas pelo uso do “pistolão” no âmbito da educação.

Abrimos um parêntese aqui para o fato interessante de a súplica ser perpassada fortemente pelo discurso religioso, especialmente na última linha quanto à solicitante roga “escutai-me, julgai-me e ajudai-me”, com o uso dos verbos no

---

<sup>22</sup> APEC. Acervo Virgílio Távora. Série: Câmara Federal. Subsérie: Correspondência expedida e recebida. Fortaleza (1964-67). Correspondência de [nome]. Fortaleza, 8 de maio de 1967.



imperativo tal qual na prototípica oração católica que diz “Senhor, tende piedade de nós” atrelada a verbos próprios do mesmo campo semântico: escutar, julgar e ajudar. A maneira do deus cristão, o Senhor Virgílio Távora, “justo” e “implacável”, primeiro escuta, depois julga e por fim, ajuda.

Imaginamos que essa carta abre possibilidades de inserção na hierarquia, nas relações de poder, ultrapassando a lentidão da burocracia estatal, conforme o descontentamento da professora frente à gestão pública do período. A valorização da lógica impessoal do Estado convivia ao mesmo tempo em que, entrava em confronto com a ação do parlamentar que assumia o papel de “mensageiro” e/ou “padrinho” da solicitante. De tal modo, para a professora, Virgílio por intermédio de sua força política e saber técnico dos meandros governamentais, poderia fazer valer a imparcialidade, justiça e respeito ao servidor público. Critérios considerados pela solicitante inerentes ao seu perfil de gestor, haja vista passagens da correspondência apresentada como “jamais senti tanta justiça como em vossa gestão”.<sup>23</sup>

A carta faz referência, como em tantas outras, a imagem do “pistolão”. Assim, vem à tona a idéia do indivíduo caracterizado por forte poder e mando pessoal na esfera pública, atributos capazes de facilitar o diálogo, a resolução de problemáticas sociais e concessão de benefícios junto ao Estado. Em suma, essa prática social também permeava e instituiu as relações sociais do campo educacional. Para a professora que fazia o apelo, tornava-se necessário “escutar, julgar e ajudar”, elementos constitutivos da conduta de um bom gestor.

O governo de Virgílio procurou reiterar, em seu discurso, a necessidade de combater o paternalismo, o mando pessoal e os indivíduos “empistolados” que almejavam entrar no serviço público pelo intermédio do favor em detrimento da competência e qualificação para o exercício da função pública. Isso, obviamente, também envolvia o setor educacional, tantas vezes qualificado como espaço de “cabide de empregos”, um lugar social considerado campo fértil para o uso de tais mecanismos por parte de educadores e políticos.

O olhar paternalista e clientelista encontrava substrato nesses atributos considerados, à época, intrínsecos do Estado e do gestor estadual. Assim, percebemos que as políticas e primícias educacionais desse período, sofriam

---

<sup>23</sup> Idem.

apropriações movidas pelas necessidades e valores culturais dos sujeitos que vivenciaram os domínios da educação.

Era recorrente assim, nas fontes pesquisadas, a reivindicação pessoal via Virgílio Távora durante o período em que o coronel atuou no governo estadual, na câmara e no senado federal. Portanto, é extremamente relevante problematizar as noções de esfera pública e educação construídas pelos discursos contidos na documentação abordada.

Embora no conjunto de cartas do Acervo Virgílio Távora, encontremos uma grande parte de solicitações destinadas ao poder público, oriundas de profissionais da educação; reforçava-se continuamente o combate da prática da “promessa pessoal”, elemento que contribuiria para a construção de um governo não personalista, imparcial, afastado do favorecimento individual.

A construção de práticas culturais associadas ao “favor” assumiu uma variedade de contornos bem diversos na sociedade brasileira, de modo que é extremamente relevante apontarmos um olhar acurado sobre tal prática social. Segundo, Schwarz (200: 65-65):

Assim, com mil formas e nomes, o favor atravessou e afetou no conjunto da existência nacional, ressalvada sempre a relação produtiva de base, esta assegurada pela força. Esteve presente por toda parte, combinando-se às mais variadas atividades, mais e menos afins dele, como administração, política, indústria, comércio, vida urbana, Corte etc. Mesmo profissões liberais, como medicina, ou qualificações operárias, como a tipografia, que, na acepção européia, não deviam nada a ninguém, entre nós eram governadas por ele. E assim como o profissional dependia do favor para o exercício de sua profissão, o pequeno proprietário depende dele para a segurança de sua propriedade, e o funcionário para o seu posto. O favor é a nossa mediação quase universal – e sendo mais simpático do que o nexos escravista, a outra relação que a colônia legara, é compreensível que os escritores tenham baseado nele a sua interpretação do Brasil, involuntariamente disfarçando a violência, que sempre reinou na esfera da produção.

O favor é um traço da cultura brasileira, e especialmente nordestina, em outras tantas dimensões, nas esferas política, social, econômica, comercial, industrial, urbana, agrária, estatal e, peculiarmente, no campo educacional do período desta pesquisa: mecanismo corriqueiro na mediação das relações sociais.

A investigação dos discursos da esfera pública, relacionados com a troca de favores entre aqueles que vivenciaram o poder estatal, permite discutir os conflitos produzidos entre planejamento governamental, gestão pública e valores culturais dos sujeitos sociais que vivenciaram o cotidiano da educação durante a década de 1960 no Ceará. O estudo desse período instiga questionamentos sobre a interpenetração de práticas sociais personalistas emblemáticas da política local, bem como, sobre o esforço de instituir um projeto governamental homogêneo voltado para guiar os rumos da educação estadual:

Ou seja, o projeto educacional elaborado no governo Virgílio Távora inseria-se numa estrutura política caracterizada por ambigüidades nas quais as clivagens ideológicas eram quase inexistentes e as disputas políticas se davam mais no âmbito pessoal. Somente sob os auspícios do regime militar é que se formaria um grupo homogêneo na política local, o grupo dos coronéis, que dominaria a política local até o fim do regime. (MELO, 2006: 64)

O primeiro governo de Virgílio Távora indicava elementos de uma fase anterior ao regime militar denominado, tradicionalmente, pela historiografia brasileira, como um período de feições democráticas. No entanto, de forma paulatina, o governo estadual incorporou outros elementos das novas diretrizes nacionais, e passou a dialogar com o ideário proposto nos anos preliminares da ditadura pós-64 no Brasil. Durante a década de 1960, havia no Brasil uma gestão pública permeada pela propagação de programas desenvolvimentistas referentes à educação, os quais abriram espaço para apropriações dos sujeitos que vivenciaram o campo educacional no período examinado. A ditadura militar ampliou e criou novos programas educacionais entre 1964 e 1985 que serviram de aporte para as políticas educacionais no Estado (VERAS, 1990).

Esses elementos foram absolvidos pelo governo Virgílio Távora num universo de gestação de um Estado Brasileiro forte e centralizador. O governo estadual, demarcado por suas especificidades políticas, não suprimiu as alianças e acordos pessoais estabelecidos no âmbito da tradição política local de gerenciamento da máquina pública. Assim, a permanência de posturas cotidianas, atreladas ao favor, demarcava o campo de solicitações e embates nos espaços educacionais da esfera estadual.

A negação do “favor” e da “promessa pessoal” traz consigo o propósito de imparcialidade do planejamento estatal no trato das questões administrativas e profissionais. De tal forma, encontramos uma contraposição a hábitos e costumes da sociedade cearense, permeada por relações paternalistas, clientelistas e patrimonialistas.

Os discursos oficiais apresentavam a negação do clientelismo no perfil de gestão pública, consagrado ao longo de décadas pela política local. As cartas e bilhetes encontrados nas Séries “documentos pessoais” e “correspondência geral” do Acervo Virgílio forneciam os seguintes subsídios: acordos políticos, valorização da promessa pessoal, exaltação da qualificação e competência profissional do solicitante para exercício das atividades educacionais pleiteadas. Além de haver um cunho marcadamente social dos pedidos elaborados.

Entretanto, a “sociedade do pistolão” encontrava amparos e empecilhos. As antigas formas de pedir e caminhos de inserção nos mecanismos de poder do Estado foram reinventados. Isso, em um momento que se tentava afirmar, como elementos norteadores da gestão pública, a competência técnica, o planejamento e a qualificação profissional, a fim de descartar os ditames do mando pessoal e da troca de favores. Com base na propalada proposta de governo que se apresentava de maneira antagônica às demandas de acordos políticos e laços de gratidão produzidos na esfera da educação.

Num campo educacional conflituoso, as escolas públicas estaduais não atendiam às necessidades de matrícula da população e havia um esforço, por parte do governo, no sentido de afirmar a qualidade destas instituições com base no binômio “educação-trabalho”. Ademais, o Estado também era agente financiador do fortalecimento do ensino particular. O conjunto de questões apontadas, dessa forma, construía um panorama favorável para que instituições de ensino particulares solicitassem auxílios financeiros.

Assim, o ato de pedir bolsas de estudos para estudantes por intermédio de parlamentares era também recorrente. Os apelos de um solicitante que buscava conseguir uma bolsa de estudos, poderiam novamente fazer valer os atributos de “justiça e bondade”, muitas vezes, associados ao Coronel Virgílio Távora.

Na construção das estratégias discursivas dos solicitantes, os laços de parentesco apareciam, sedimentando o fortalecimento dos pedidos. Em carta relevante para a discussão proposta, destinada a Fernandes Távora, o político

aparece como valioso intermediário de pedido de bolsa feito para seu filho Virgílio Távora. A solicitação faz emergir a tradição familiar dos Távora, grupo familiar que, durante o século XX, teve forte poder e inserção na política local. Logo, a solicitante fazia uso da hierarquia familiar para alicerçar o seu pedido<sup>24</sup>. A possibilidade de concretização da solicitação penetrava no campo das relações políticas e familiares. Vejamos a correspondência:

Distinto Amigo  
Dr. Fernandes Távora:

Sem outras credenciais que não seja as de grande admiradora e amiga, amizade que, de longa data, trouxe o conhecimento do caráter a nobreza de coração do Dr. Fernandes Távora, concretizado pelo justo ato que elevou ao cargo de desembargador o meu irmão – [nome] tomou-lhe a liberdade de solicitar-lhe um grande obséquio.

Trata-se de conseguir do Deputado Virgílio Távora, seu mérito digno filho, uma BOLSA DE ESTUDOS em favor da minha “pupila” – [nome] que vive sob minhas expensas economias, cujo pai - pobre lavrador no município de Quixadá, luta com grande dificuldade para criar e educar dez filhos menores.

Reconhecida a importância deste meu pedido, que justifico com a grande vontade que Maria das Graças tem de estudar, de ser alguém, confio que o Dr. Távora aceite ser o meu patrono, levando, ainda em consideração que, por ser seu ilustre filho um dos maiores batalhadores pela extinção do analfabetismo, essa menina, com apenas doze anos de idade, empolgou-se de tal entusiasmo por ele que traz o seu retrato entre as páginas dos seus livros e cadernos, dizendo-se ser “CABO ELEITORAL”, com atividades entre os seus parentes, em Quixadá, e no centro das minhas relações de amizade, aqui em Fortaleza, o que, inegavelmente, só tem sentido pelo RECONHECIMENTO DO VALOR, uma vez que o nome de Virgílio Távora é eleito para eleger muitos deputados:

Revele-me salientando que esse meu pedido tem base na minha atual situação financeira, porque, apesar de ser funcionária federal, lotada na Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral, com bom ordenado, o meu orçamento é insuficiente para custear os estudos daquela minha protegida, nos colégios particulares, cujas taxas são por demais elevadas, tendo em vista que, PORQUE DEPENDENTES DE PISTOLÃO, a matrícula dos colégios estaduais é frustrada ao estudante pobre, quase que totalmente.

<sup>24</sup> Mais uma vez podemos fazer um paralelo com o modo de súplica católica. No catolicismo roga-se a Maria, mãe de Jesus, para interceder nos pedidos entre o fiel e Jesus Cristo (“Ó Maria concebida sem pecado, rogai por nós que recorremos a vós!”), aqui o pai, Fernandes Távora, atuará como o intercessor, enquanto Virgílio faria o papel do cristo. Essa observação tem caráter ilustrativo, apontando meramente para a possibilidade de outras pesquisas, visto que não é essa a preocupação central do trabalho.

Antecipando os meus agradecimentos sinceros pela atenção que se dignar dar ao meu pedido, tenho a satisfação de apresenta-lhe votos de felicidade no decorrer de 1968, extensivos a sua distinta Família. Fortaleza, 26 de Novembro de 1967.<sup>25</sup>

Tornavam-se recorrentes, nos pedidos examinados, a afirmação de aspectos de carência econômica e as dificuldades de morar em regiões do Estado não atendidas de forma satisfatória pela rede escolar estadual, os esforços familiares em face dos problemas sociais relativos à manutenção da sobrevivência e acesso ao ensino para filhos, amigos, parentes e afilhados, alicerçavam a produção discursiva de inúmeros solicitantes. Esses eram meios que compunham um jogo de forças marcado pela exaltação de laços de amizade e submissão nas relações entre solicitantes, poder público e políticos locais.

A figura do patrono, protetor, mais uma vez ganhava destaque e adquiria relevância, na ótica de respaldar os anseios do solicitante. O apadrinhamento de um político poderia garantir a concessão de bolsas de estudo, de reformas escolares, de recebimento de recursos financeiros, de transferências, contratações e ascensões profissionais de professores, ao contrário dos planos e programas governamentais que não atendiam, efetivamente, às demandas cotidianas da educação no Ceará. Por intermédio de ações de planejamento, mecanismos de inserção no poder público e construção de relações de favor, a educação cearense produziu traços e contornos diferenciados num momento de gestação de um Estado brasileiro pautado pela técnica, eficiência e racionalidade.

De tal modo, o ato de planejar e a construção de formas de pedir eram constitutivos de um campo educacional delineado por contrastes e conflitos sociais. Por outro lado, o poder público propunha alterar e redefinir a gestão pública e o cenário da educação estadual. A missiva acima reforçava a constante problemática do acesso ao ensino no Ceará, muitas vezes, referenciada em cartas, telegramas, ofícios, bilhetes e documentos institucionais. A documentação apresenta formas de dizer e pedir produzidas de acordo com códigos morais e políticos implicados nas solicitações educacionais. A produção das solicitações educacionais permite

---

<sup>25</sup> APEC. Acervo Virgílio Távora. Série: Correspondência Geral. Subsérie: Cartas recebidas do Brasil. Fortaleza (1964-67). Correspondência de [nome]. Fortaleza, 25 de nov. de 1967.

indagações sobre poder e interdição, conforme a investigação dos discursos desses sujeitos em suas formulações de pedidos, sobretudo:

Em uma sociedade como a nossa, conhecemos, é certo, procedimentos e exclusão. O mais evidente, o mais familiar também, é a interdição. Sabe-se bem que não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, que não se pode falar de tudo a qualquer um, enfim, não pode falar qualquer coisa. Tabu do objeto, ritual da circunstância, direito privilegiado ou exclusivo do sujeito que fala: temos aí o jogo de três tipos de interdições que se cruzam, se reforçam ou se compensam, formando uma grade complexa que não cessa de se modificar. Notaria apenas que, em nossos dias, as regiões onde a grade é mais cerrada, onde os buracos negros se multiplicam, são as regiões da sexualidade e as da política: como se o discurso, longe de ser esse elemento transparente ou neutro no qual a sexualidade se desarma e a política se pacifica, fosse um dos lugares onde elas exercem, de modo privilegiado, alguns de seus mais temíveis poderes. Por mais que o discurso seja aparentemente bem pouca coisa, as interdições que o atingem revelam logo, rapidamente sua, ligação com o desejo e com o poder. [...] – o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar. (FOUCAULT, 1996: 9)

Atentarmos para relação entre discurso e poder é crucial para abordagem do campo educacional cearense. Na trama de justificativas elaboradas, tornava-se necessário saber o que dizer ao correspondente “protetor”, numa sociedade perpassada pelos valores da tradição clientelista e sob os auspícios do planejamento modernizador. Ressaltamos que os solicitantes produzem mecanismos de diálogo com o poder público, por meio da produção de discursos que são representativos de escolhas e exclusões sobre as formas de “falar e pedir” nos lugares sociais da esfera pública.

A identificação das diferentes funções públicas, ocupadas por Virgílio Távora, nos poderes, executivo e legislativo, servia de baliza para a formulação dos pressupostos sociais e políticos de uma solicitação. Os discursos construídos apontam para necessidade de estabelecer relações entre a vida política de Virgílio, programas educacionais do governo e as possibilidades de atendimento das solicitações elaboradas.

Na formulação da carta, o sujeito que solicita assume uma perspectiva de valorização das afirmativas e diretrizes institucionais defendidas pelo governo para resolver os problemas provenientes da educação, estratégia relevante na construção dos relatos produzidos nos domínios educacionais. Nesse campo discursivo, os solicitantes se apresentavam, por vezes, como “vítimas” do processo conflituoso de constituição do universo educacional no Ceará. A propósito, a análise dos escritos dos romeiros de Canindé, em suas cartas e bilhetes, chama a atenção para a construção de narrativas dos devotos sob o seguinte ponto de vista:

Num misto de desespero e esperança, os devotos e devotas comunicam-se com o santo da forma mais convincente possível. Reafirmam que estão dentro das exigências da tradição cristã e dos requisitos para merecer a misericórdia divina. Afirmam-se, apresentam a si próprios como digno de obtenção das graças. Recorrem à lógica da misericórdia e condescendência. Relembrem o óbvio: o santo deve socorrer os oprimidos. Esse óbvio, constantemente salientado, faz parte das negociações. (SILVA, 2007: 90)

Sob certo prisma, os pedidos no campo educacional assumiam um viés religioso, mediante a construção de estratégias de convencimento em que havia uma interpenetração de elementos morais de cunho social descritos com veemência para o correspondente, a fim de apontar mérito e merecimento na solicitação produzida. Buscava-se destacar que as condições morais e materiais do indivíduo lhe tornavam merecedor do olhar protetor do político responsável pela resolução da problemática.

A argumentação apresentada, em diversos momentos, fazia referência a uma íntima ligação entre o perfil descrito do solicitante e seu enquadramento social, relacionado com dificuldades econômicas, o não acesso a escola pública, a vontade de estudar e “vencer na vida”. Por outro lado, ao relacionar os atributos morais do indivíduo que fazia a solicitação, estava presente, em certa medida, a negação da idéia de favorecimento pessoal. Em face da necessidade e merecimento do solicitante que não encontrou outra saída para solucionar o referido problema. Tais elementos compunham o arcabouço de requisitos indispensáveis para inserir o



solicitante num campo educacional merecedor da atenção e ação por parte do poder público.

Assim, os solicitantes, em seus discursos, não perdem de vista a preocupação do governo em solucionar as referidas questões. De tal modo, fazem uso das formulações institucionais para fundamentar e referendar as justificativas das solicitações.

Cabia ao solicitante fazer escolhas sobre os elementos necessários para a concretização do pedido. Sugerir ou enfatizar apoio político explícito ao parlamentar poderia ser um mecanismo de ratificar a fidelidade do solicitante diante da possibilidade de concretização do pedido exposto. Na carta descrita, a criança que precisava da bolsa de estudos poderia ser uma boa “articuladora” das pretensões eleitorais de Virgílio Távora por intermédio das relações familiares.

O ato de conseguir uma bolsa de estudos pelos caminhos legais (e conseqüentemente burocráticos) estava atrelado à superação de obstáculos institucionais, em face dos reduzidos recursos estaduais destinados para o setor. A procura pela iniciativa privada tornava flagrante a limitação de vagas oferecidas pelas escolas estaduais e os entraves para o ingresso de alunos na rede pública de ensino, isso porque, durante o período em que Virgílio Távora assumiu as funções de Deputado e Senador, há uma acentuada quantidade de pedidos de bolsa de estudos.

Educar para a eficiência no mundo do trabalho fazia parte do ideário governamental brasileiro por meio de campanhas de combate ao analfabetismo, elemento utilizado pela solicitante para qualificar a atuação política de Virgílio no mundo educacional, além de servir de suporte para fortalecer a necessidade do pedido efetuado. O relato da funcionária pública frisava que sem “pistolão”, tornava-se difícil a entrada na educação pública, por isso também se justificava o apoio político de Virgílio com uso de “valorosa” intermediação de seu pai Fernandes Távora.

De tal modo, existia uma nítida relação entre a concessão do benefício, a conquista da bolsa de estudos e a garantia de apoio eleitoral, o que forjava um quadro de trocas recíprocas nos domínios administrativos da educação do Ceará. O “pistolão” parece acontecer à margem da solicitação e com maior rapidez do que o favor registrado, formalizado e descrito em tantas nuances pelos solicitantes.

Portanto, muitas das solicitações pesquisadas tiveram o aporte da perspectiva de afastamento da idéia de benefício individual, assim como, estavam fundamentadas nos anseios de justiça, necessidade e fidelidade política. Numa outra leitura, sobre o processo de concessão de bolsas de estudos no Ceará, a partir dos anos 1950, podemos notar que:

O sentido de estímulo, de prêmio aos mais capazes e aos menos favorecidos, parece ter originado, com as características sociais, a bolsa de estudo, já hoje não mais de cunho local, regional, continental, mas universal.

A idéia de favorecer o mais apto ou o desprotegido de recursos, sem o disfarce de gesto de caridade, tendeu ampará-los como necessidade indeclinável. O espírito de compreensão e humanidade indica-o, e o Estado se convence da proteção ao elemento carecido de incentivo, que dará, no futuro, à sociedade o testemunho que o seu gesto fora oportuno eficaz e digno. (CASTELO, 1970: 73)

Tal argumentação descortina os pressupostos das estratégias discursivas de solicitantes e do poder público à época. O universo educacional no Ceará remete a várias dimensões do uso do “favor” e da chamada “promessa pessoal”, fortes mecanismos de inserção no poder público. Tudo em um jogo de reciprocidade que produz ações e estratégias de poder:

No momento da prestação e da contraprestação – particularmente no instante chave do reconhecimento recíproco – a nenhuma das partes interessa denunciar a outra, tendo embora a todo instante elementos necessários para fazê-lo. Esta cumplicidade sempre renovada tem continuidades sociais mais profundas, que lhe dão peso de classe: no contexto brasileiro, o favor assegurava que nenhuma das duas partes, em especial a mais fraca, era escrava. Mesmo o mais miserável dos favorecidos via reconhecida nele, no favor, a sua livre, o que transformava prestação e contraprestação, por modestas que fossem, numa cerimônia de superioridade social, valiosa em si mesma. (SCHWARZ, 2001: 68)

Ao longo da história do Brasil o favor tornou-se constitutivo de nossas relações sociais. Mediante a construção de práticas culturais de reciprocidade que representaram poder e prestígio social para os indivíduos de diversos segmentos da sociedade brasileira. No caso do campo educacional no Ceará, a conquista de

privilégios, acordos políticos, promessas de cargos públicos na esfera governamental eram práticas sociais que confrontavam e se apropriavam do programa desenvolvimentista da época. Assim, os discursos produzidos sobre o setor educacional foram perpassados pelo uso da política do favor.

## CAPÍTULO 2 – QUEM PLANEJA, AJUDA

### 2.1 A construção das solicitações educacionais

*Tudo era irreparável.  
 Ninguém sabia que o mundo ia acabar  
 (apenas uma criança percebeu mas ficou calada),  
 que o mundo ia acabar às 7 e 45.  
 Últimos pensamentos! últimos telegramas!  
 José, que colocava pronomes,  
 Helena, que amava os homens,  
 Sebastião, que se arruinava,  
 Artur, que não dizia nada,  
 embarcam para a eternidade.  
 Carlos Drummond*

As formas de apresentar reivindicações relativas ao campo educacional contidas em correspondências do Acervo Virgílio Távora, estabeleceram um múltiplo diálogo com o poder público estadual permeado pela lógica do planejamento. Neste capítulo, objetivamos discutir diretamente o universo de correspondências coletadas nessa pesquisa referentes à educação. Documentos que nessa seção serão apresentados, descritos e analisados com base em diversas narrativas perpassadas por conflitos sociais do mundo educacional.

As séries “documentos pessoais”, “correspondência geral”, “câmara federal” e “senado federal” – que compõem parte do Acervo Virgílio Távora – apontam para um universo de relações cotidianas na esfera dos poderes executivo e legislativo. Em uma trama histórica registrada em cartas, bilhetes, telegramas, ofícios, “cartões de solicitação” (pequenos escritos de deputados ou vereadores), e apontamentos do titular da documentação. A maior parte desses escritos era destinado a Virgílio Távora durante o período em que ocupou as funções públicas de Governador do Estado do Ceará, Deputado e Senador federal.

Convém observarmos que no período focalizado os discursos oficiais do governo do Estado propalavam ideais de eficiência e impessoalidade, especialmente, na escolha dos indivíduos responsáveis pelo exercício das funções públicas. Numa multiplicidade de documentos indexados e dispostos de forma

fragmentada, em parte coletados neste estudo, percebemos a construção de relações sociais diferenciadas dos pressupostos governamentais apresentados. Além disso, investigar fontes documentais do Acervo Virgílio Távora significa se deparar com os desafios da pesquisa histórica em arquivos privados no Brasil:

A documentação de caráter privado pode dizer respeito a acervos de pessoas, de famílias, grupos de interesse, (militantes políticos, instituições, clubes etc.) ou de empresas. No Brasil não há uma prática corriqueira de preservação de documentação privada, e as notícias de destruição de importantes conjuntos documentais infelizmente não são raras. Muitos poucos são os casos de iniciativas de organização de tais acervos empreendidas por seus produtores ou detentores, com o objetivo final de franqueá-lo à consulta. Mais usuais são os casos de doação ou venda para arquivos públicos ou centros de documentação, onde podem ser abertos à pesquisa. (BACELLAR, 2006: 42)

Em consonância com as iniciativas de preservação dos arquivos pessoais acima citados, no Ceará o trabalho com os referidos acervos encontra múltiplos entraves. Entretanto, a organização do acervo Virgílio Távora permitiu a abertura de amplas possibilidades de pesquisa sobre o campo educacional por possibilitar o acesso a inúmeros registros não problematizados pela historiografia oficial do período. Assim, abrimos um parêntese nessa tese a fim de ressaltar que o conjunto documental apontado é um exemplo do relevante valor dos arquivos privados para a pesquisa histórica no Ceará.

Os documentos do Arquivo Virgílio Távora abrigam discursos que exigiam da esfera pública um papel social idealizado, impelido pelo componente de resolução dos problemas oriundos da educação. O acervo comporta reivindicações no campo da educação e administração pública: pedidos de deputados, vereadores, professores e das camadas populares que buscavam uma aproximação mais impessoal e direta ora com o Governador, ora com o Deputado.

As correspondências existentes no Acervo Virgílio Távora, catalogadas nas séries documentais “correspondência geral” e “documentos pessoais” apresentam cronologia bastante ampla e são pautadas por temáticas diversas relacionadas ao poder público. Em nosso trabalho de investigação, tivemos o propósito de identificar e discutir cartas, bilhetes, telegramas e cartões que enfocam a problemática

educacional: documentos que não estando selecionados por assunto, obrigou-nos, durante a investigação, a esmiuçar pacotes e pacotilhas aos quais fazem emergir elementos da memória da educação estadual. Uma memória, em sua especificidade, “não-oficial” que curiosamente foi preservada pelo próprio Virgílio Távora.

As referidas fontes, tendo hoje passado por um processo de arquivamento, podem ser denominadas como “formais” e “informais”, as primeiras, elaboradas por políticos e instituições de ensino, apresentam formato e linguagem característicos da burocracia estatal. Tais correspondências são sistematizadas e descritas pelos toques da máquina de escrever, entre acertos e imprecisões da escrita formal. A máquina datilográfica se tratava de um instrumento de trabalho típico dos anos 1960 no cotidiano das repartições públicas, prefeituras e instituições de ensino locais. Uma tecnologia da época que poderia “amparar” o favor e o pedido. Entretanto, a máquina de escrever simbolizava o caráter oficial, formal e impessoal de um período que se fazia apologia da modernidade administrativa.

A segunda tipologia de correspondências, por sua vez, foi escrita por professores ou por amigos de Virgílio, com a tecnologia mais pessoal da caneta, traduziam as aspirações de parte do domínio da Educação no Ceará. Estes manuscritos possuíam um teor coloquial, afetivo, pautado por uma linguagem que evocava laços políticos ao lado dos de amizade e parentesco.

Este material é instigante para o debate em torno dos discursos produzidos por uma multiplicidade de segmentos sociais das seguintes instâncias: política, educação, funcionalismo público, poder eclesiástico e camadas populares. Estes segmentos, por sua vez, estabeleceram um diálogo com os poderes executivos e legislativos entrecortado pela lógica da eficiência, técnica, planejamento estatal, acordos políticos e troca de favores, o que torna o debate ainda mais complexo e instigante.

Enfatizava-se a construção de uma política educacional para o Estado por intermédio de planos e programas de caráter desenvolvimentista da educação no Ceará. Discursos foram construídos nesse momento sobre o poder público, despertando hoje indagações relacionadas ao papel social que era atribuído ao Estado. As correspondências cotidianas produzidas foram tecidas sob a égide de estratégias discursivas que se utilizavam de diálogos, inserções, contratos e acordos estabelecidos em um momento político de valorização do caráter centralizador do

Estado brasileiro, pontuado por ações de planejamento governamental. No cerne dessas “comunicações”, podemos identificar, paradoxalmente, práticas simultâneas de questionamento e uso de mecanismos clientelistas nos domínios educacionais.

A solicitação de nomeações de professores, de bolsas de estudos, readmissão e transferência de funcionários públicos, ameaça de demissão, pedido de emprego, intervenções administrativas em escolas particulares, denúncias de perseguição, compromisso de realização de obras, aprovação em concursos, parcerias e acordos firmados, agradecimentos de solicitações atendidas compõem a documentação selecionada para nosso estudo. Essas solicitações estavam orientadas pelo poder de prefeitos, vereadores, deputados, padres e relações de amizade e compadrio.

No trabalho com as fontes de pesquisa, podemos dividir a documentação em dois largos grupos: (1) correspondências que tratam diretamente de tensões e conflitos no âmbito da educação e (2) reivindicações que fazem uso de atributos e dimensões do campo educacional para referendar os pleitos sugeridos. A investigação histórica da educação estadual, mediante as fontes citadas, sugere algumas indagações relacionadas aos limites entre o público e privado. De tal modo, é válido lançar questionamentos sobre as atribuições definidas para o poder público no que tange ao universo educacional do Ceará:

Assim, torna-se necessário tentar recuperar a dinâmica entre o público e o privado, sabendo que esses elementos são social, cultural e historicamente redefinidos, para perceber a não polaridade entre eles. Note-se que as categorias privado e público não devem ser usadas aleatoriamente para qualquer sociedade ou época, podendo dessa forma virem a tornar-se a-históricas. Os conceitos, sentidos e práticas do público e do privado, seja quanto a espaço, ação ou propriedade, não são universais nem estáveis. O processo de construção e de segmentação do público/ privado carrega na sua trajetória inter-relações desenvolvidas através de um discurso legitimador que vem atrelado desde a origem a um ocultamento de toda uma tensão e indefinição entre esses aspectos. (MATOS, 1995: 95)

Na sociedade brasileira, tantas vezes pontuada por indefinições entre público e privado, é relevante discutir a construção destes embates no campo educacional em face de um amplo universo epistemológico a ser explorado sobre a temática. Além disso, na perspectiva de ampliar as possibilidades de análise das categorias

“público” e “privado” no período focalizado, torna-se crucial levar em consideração a relação entre história e formação cultural no Ceará.

As narrativas examinadas remetem às formas de aproximação e distanciamento com a esfera pública por parte de indivíduos que produziram solicitações no universo da educação no Ceará. Discursos permeados por expectativas de sujeitos que buscavam soluções de problemas do campo educacional. Assim, atributos e funções do Estado para a educação são descritos e sugeridos nas narrativas examinadas, isso, em um lugar social de conflito entre público/privado, registrado nos documentos oficiais, correspondências e programas educacionais difundidos à época. As fontes citadas apontam diferentes momentos de produção de discursos sobre a educação.

Entre as cartas e correspondências pesquisadas são notórios os pedidos de nomeação para professores na rede estadual de ensino. As correspondências e “cartões de solicitação” destacavam reivindicações do mundo educacional. Tais documentos possuem, obviamente, suas especificidades no que se refere às justificativas e atributos qualificadores dos pedidos elaborados. No caso dos “cartões”, alguns apresentam data no final do documento e a identificação do solicitante, outros não apresentam, não obstante seja possível identificá-lo a partir do cruzamento com outras fontes, em outros, ainda, não foi possível identificar o remetente, nem mesmo com o cruzamento das fontes.

Em casos que o nome do responsável pela solicitação não era apresentado, é plausível indagar sobre os possíveis significados do silenciamento do remetente, ou seja, do indivíduo que era porta-voz de uma solicitação junto ao poder público. Dessa perspectiva, citaremos um primeiro caso de pedido de nomeação oriundo da secretaria de administração, sem data precisa e assinatura, com a seguinte reivindicação:

Secretaria de Educação

Nomear a professora diplomada [nome] para o cargo de professora primária, lotando a cadeira do grupo escolar Santos Dumont (Fortaleza) em vaga decorrente do falecimento da Prof. (a) [nome] que era lotada naquele grupo escolar.

Obs:

1. Trata-se do candidato a vereador [nome].
2. A professora falecida era filha de [nome] Viúva



3. A candidata ora apresentada é irmã de criação da professora falecida e Mora na Casa de [nome].<sup>26</sup>

Diante da responsabilidade de fazer a intermediação do pedido, o indivíduo que construiu a argumentação sobre a problemática em foco, demonstrava conhecimento a despeito da questão que afligia a professora e apontava uma solução dentro das nuances burocráticas da educação. Além de pontuar articulações políticas que deveriam ser levadas em consideração por Virgílio Távora no momento de avaliar a necessidade (“Trata-se do candidato a vereador...”). A reivindicação feita evocava elos de parentesco entre solicitante e a professora que faleceu e havia ocupado vaga no magistério estadual (“A candidata ora apresentada é irmã de criação da professora falecida e Mora na Casa...”).

Na fonte apresentada, a não existência de assinatura no cartão de solicitação aponta para códigos próprios da relação entre o referido solicitante e o poder público. Outra forma de identificação era construída nesses “cartões”: políticos de um só partido referendavam, assim, suas articulações e acordos de forma implícita, em breves relatos contidos na documentação estudada.

O universo educacional no Ceará apresentava problemas relacionados à qualificação e expansão do magistério, segundo relatórios governamentais, o que impulsionava uma gama solicitações de professores para o poder público, um quadro político bastante favorável para a gestação de práticas sociais clientelistas e para a criação de laços de proteção e obediência.

Estes mecanismos são reafirmados nos documentos registrados no Acervo Virgílio Távora ora de maneira implícita, ora de maneira notória. A linguagem produzida no relato acima evidenciava, de forma aparentemente velada<sup>27</sup>, a força e poder do “dono” do pedido em tempos de ditadura. Estratégias que possibilitam reflexões sobre as relações de reciprocidade, obediência e fidelidade no cotidiano administrativo da educação.

<sup>26</sup> (APEC). Acervo Virgílio Távora. Série: Documentos Pessoais. Subsérie: Agendas e Notas. Fortaleza (1963-66). Cartão de [nome] Fortaleza, 1963.

<sup>27</sup> Há um jogo contínuo entre mostrar e esconder. Se de um lado os “beneficiados” pelos pedidos são explicitamente apresentados, inclusive se fornecendo endereço e filiação, o remetente ou “dono do pedido” é ocultado em sua assinatura. Outra linguagem é construída, outro código, um jargão que mereceria ser mais bem explorado em pesquisas futuras.

Sobre a cultura política dos trabalhadores, durante o primeiro Governo Vargas no Brasil, de acordo com a problematização de cartas e correspondências enviadas para a Secretaria da Presidência da República, encontramos um enfoque relevante sobre as relações existentes entre “Estado Novo”, camadas populares e reivindicações de cunho social:

Assim, mesmo que deparemos com textos produzidos individualmente, o conjunto da correspondência apresenta uma homogeneidade nos enunciados, sugerindo a presença de um padrão cultural. Além disso, a leitura da correspondência revela uma mesma temática: os personagens apresentam um triste quadro de precária situação social e a partir disso, pedem algo - geralmente um emprego ou um aumento salarial. Uma mesma situação social e um mesmo objetivo de superá-la levam os vários personagens a registrarem suas formas de pensar e interpretar a sociedade, o momento político, as manifestações de poder e toda uma gama de percepções e sensibilidades com uma mesma frequência. A impressão que se tem, à medida que as cartas são lidas, é de que os nomes e endereços mudam, mas a redação, a temática e os argumentos permanecem inalterados. (FERREIRA, 1997: 24)

A interpretação nos fala de estratégias de trabalhadores voltadas para melhoria de suas condições de vida, que implicam na construção de noções de justiça e injustiça, cobrança de um Estado protecionista, eficiente, técnico e realizador das aspirações e anseios populares. Dessa forma, apropriam-se do protecionismo estatal amplamente difundido na imagem e no carisma de Vargas. O estudo das estratégias populares, construídas no período de 1930-45, trata da produção dos discursos de trabalhadores registrados em correspondências orientadas por ações de pressão, questionamento, reivindicação e apropriação do ideário do poder público na perspectiva de atender interesses individuais relacionados com o cotidiano do trabalho.

A abordagem metodológica em destaque lança luzes sobre a relevância de discutir o universo de construção dos enunciados narrados em correspondências e suas relações com os valores culturais de uma época. No campo das relações produzidas entre professores, deputados e governo do Estado, durante o período de abordagem desta pesquisa, por exemplo, é possível afirmar que parlamentares assumiam papel de mediadores dos interesses do funcionalismo público e de familiares em busca de benefícios junto ao poder público. Práticas culturais que

suscitam indagações sobre o universo de troca de favores e benefícios entre deputados, prefeitos, vereadores e Estado. As ações citadas produziam estratégias discursivas que assinalavam os conflitos sociais da educação à época.

Os “cartões de solicitação” instigam questionamentos acerca das relações entre solicitantes e poder público, no âmbito do executivo e do legislativo. Em momentos distintos, as fontes documentais destacam aproximações com o poder público mediante discursos construídos sobre a esfera educacional. Conforme suas especificidades, os “cartões de solicitação” produziram, certas vezes, reivindicações com o seguinte teor:

Casa Civil do Governo  
[nome]  
Professora Diplomada.  
Conseguir nomeação para São João, Município Cariré  
Oferece um prédio com duas salas de aulas.<sup>28</sup>

Câmara dos Deputados  
Gabinete do Primeiro Secretariado  
Do Deputado: [nome]  
Para o Senhor Governador do Estado  
Assunto: Solicitação de contrato de professora para [nome]  
Local: Santana do Cariri. (ligação do Prefeito Potengi.)<sup>29</sup>

No primeiro cartão, o ato de indicar uma professora que deveria assumir a função de docente efetiva, assinalava que, em muitos momentos, a problemática das nomeações profissionais na educação era pontuada pelo uso da articulação política dos parlamentares junto ao poder executivo. Em muitos casos, ao se postular a designação do docente para o magistério, destacava-se a formação intelectual ou técnica do profissional. Num sutil fortalecimento do pedido, o deputado que intermediava a nomeação profissional, mencionava o oferecimento de salas para o desenvolvimento de atividades de ensino na região em que a professora iria exercer o seu ofício.

Obviamente esse tipo de ação poderia contribuir para a expansão da rede de ensino estadual, defendida pelo governo, na década de 1960 do século XX. Virgílio Távora pautou seu primeiro mandato a frente do governo estadual pela preocupação

<sup>28</sup> APEC). Acervo Virgílio Távora. Série: Documentos Pessoais. Subsérie: Agendas e Notas. Fortaleza (1963-66). Cartão de [nome]. Fortaleza, 1963.

<sup>29</sup> Idem.

com os problemas educacionais, com a finalidade de combater tais conflitos sob o considerado hábil e eficaz crivo do planejamento estatal.

De tal modo, nas diretrizes do PLAMEG, havia um elo entre qualificação do corpo docente estadual e ampliação da rede escolar do Ceará: elementos do discurso oficial materializados no conjunto de solicitações cotidianas de professoras. No segundo cartão, ironicamente, se estaria fazendo o que se propunha no plano a um só tempo: contratação de corpo docente qualificado (“professora diplomada”) e ampliação da rede escolar (“oferece um prédio com duas salas de aula”). Além disso, eram afirmados os laços de reciprocidade entre deputados, prefeitos e poder executivo – a palavra “ligação” mencionada no breve pedido, sugere proximidade entre o prefeito de Potengi e o governador.

O município citado faz parte da região Cariri, sul do Ceará. No período analisado, a referida área territorial possuía acentuada significação política e eleitoral para os grupos políticos hegemônicos do Ceará, sobretudo, para os que Virgílio Távora fazia parte. Em várias fontes, vemos o esforço em afirmar a existência de contatos políticos que reforçavam a relevância de um pedido elaborado. Nos cartões e correspondências examinados, uma rede de sociabilidade era tecida entre prefeitos, deputados, professores, padrinhos, afilhados, estudantes, pais, mães e poder executivo, todos, num universo social perpassado pelo olhar da urgência e do favor.

Merece relevo o fato de que a investigação das correspondências informais, ao lado dos programas oficiais, incita à interpenetração de imagens e concepções sobre o mundo educacional, apontando problemáticas consideradas inerentes à educação no Ceará. Conflitos que são redimensionados em uma gama de solicitações produzidas. Na relação entre nomeações de professores e melhoria da infra-estrutura da rede de ensino estadual, emergia a possibilidade de trocas recíprocas. Por este viés, assinalava a correspondência do município de Pereiro, em 17 de Janeiro de 1964:

Senhor Governador Virgílio Távora

O Signatário deste, Prefeito Municipal de Pereiro, tomando conhecimento das dificuldades de prédios para o funcionamento de Grupos, Escolas Isoladas ou Reunidas em todo o Estado do Ceará, se permite vir à presença de Vossa Excelência oferecer tais imóveis, sem ônus de aluguel para o poder executivo, e visando, unicamente,

o desenvolvimento da educação neste município e no recém-município criado de Ereré.

Assim sendo, já providenciou o aluguel de um prédio nesta cidade, de outro em Ereré, e um em cada distrito de Crioulas e São João do Ereré, num total de 8 (oito) salas de aulas.

Informa ainda que já tem os nomes das professoras que poderão ser nomeadas para a ocupação daquelas salas, entre as quais se acham 5 (cinco) diplomadas.

Aquiescendo [...], portanto, ao oferecimento e à indicação de nomes, necessário se torna apenas Vossa Excelência mandar chamar o Deputado [nome], nosso representante, que está de posse da relação e tem plenos poderes para resolver o assunto.

Com os protestos de elevada estima e consideração.<sup>30</sup>

[nome]

O atrelamento entre qualificação de professores, nomeação, melhoria e expansão da rede escolar, em voga na época, servia de arcabouço das solicitações marcadas pela aproximação com o poder público mediante utilização de cartas, cartões e bilhetes. Podemos imaginar que as correspondências se pontuavam tanto pelo ato de receber benefícios governamentais, como pela perspectiva de contribuir para o processo de incremento da educação.

Tornava-se necessário então, a articulação política com parlamentares, considerados habilidosos representantes regionais, mensageiros das reivindicações, “dos oferecimentos”, enfim, das “trocas”, e apoios municipais narrados em diferentes correspondências que estavam à margem e, simultaneamente, em sintonia com os planejamentos educacionais da época. De tal modo, a resolução das problemáticas educacionais por intermédio dos mecanismos apresentados, preenchia lacunas administrativas do poder público.

Além disso, possibilitavam também a efetivação de acordos feitos nos períodos eleitorais pelo viés do clientelismo na ocupação dos espaços educacionais, baseado em cumprimento de promessas de campanha. Tais lugares poderiam servir para fazer acomodação política, distribuir empregos para os cabos eleitorais,

---

<sup>30</sup> APEC. Acervo Virgílio Távora. Série: Correspondência Geral. Subsérie: Cartas recebidas do Brasil (1963-1970). Correspondência de [nome] Pereira, 17 de jan. de 1964.

amigos, parentes e afilhados, enfim, promover saídas para as agruras do desemprego e dos anseios de conseguir garantias de um trabalho no poder público.

As relações construídas, por tanto, serviam de lastro para firmar e produzir novos elos políticos. Num instante em que a burocracia estatal passou por um amplo aperfeiçoamento, contraditoriamente, o apoio de um deputado poderia ser decisivo no que tange à resolução de problemáticas educacionais perpassadas pelo crivo administrativo do Estado.

Os acordos eleitorais, em forma de cobranças, são identificados nesse tipo de documentação, de modo que, há de se questionar a ação dos deputados, vereadores e prefeitos enquanto mediadores dos interesses e benefícios de servidores públicos e das camadas populares. Um “simples” cartão de solicitação poderia ser uma porta de entrada para o serviço público ou para a resolução de um problema de desemprego.

As articulações, disputas políticas e partidárias, os elos familiares e a capacitação profissional são componentes fundamentais na argumentação de parlamentares que pleiteavam pronto atendimento de suas reivindicações. Nesta perspectiva, vejamos a seguinte correspondência de um político local:

Prezado Governador Virgílio Távora.

Saudações

Com a presente, de acordo com o nosso entendimento verbal, venho apresentar sugestões relativas à consolidação da seção Udenista do Crato, alvitre esse que faço louvado nos entendimentos que mantive com os chefes locais, logo após minha chegada de Brasília. [...]

Amparo através de colocações estaduais, [...] amigos cuja relação nominal será fornecida oportunamente, muitos demitidos ou exonerados a pedido, graças a tenaz perseguição de que foram alvo do novo prefeito Municipal, nosso ferrenho e vingativo adversário;

Idem 10 (Dez) senhoras e senhoritas como professoras estaduais [...] Nomeação da professora [nome], portadora de diploma da faculdade de Filosofia, filha do político [nome] para o cargo de Diretora do Colégio Estadual, na vaga do professor [nome] Maranhão, recém nomeado advogado de ofício.

Demissão dos elementos petebistas, demissíveis, ocupantes de cargos estaduais, no Crato, e aproveitamento de pessoas por nós indicadas;

Nomeação da professora [nome] esposa de [nome] para a função de professora de educação física, da turma feminina, do colégio Estadual no Crato. Mister especializada em Educação Física.<sup>31</sup>

A UDN, partido que compunha a União Pelo Ceará em 1962, coligação partidária que elegeu Virgílio Távora para governador do Estado durante o período mencionado, estabeleceu suas exigências relacionadas ao mundo educacional. Existia uma forte inserção partidária nos domínios educacionais, através do uso da máquina pública e da política do favor. No cenário político da época, a UDN encerrava grande representatividade eleitoral no Ceará, durante o período pós-eleição, nomear professores e/ou contratar docentes demitidos na gestão anterior, traduzia o esforço de fortalecer laços políticos e abria possibilidades de consolidação das estratégias partidárias nas áreas de interesse destes grupos sociais.

No relato acima, os vínculos políticos e partidários emergem da deliberação dos destinos daqueles que devem ocupar funções públicas e que foram demitidos por gestões contrárias aos interesses do solicitante. As “perseguições políticas” e readmissões são alvos das solicitações que evocam laços de protecionismo – práticas paternalistas respaldadas na figura do líder político que fora Governador e agora, Deputado, considerado o único capaz de resolver os conflitos apontados.

Os planejamentos e programas educacionais sofriam as interferências das consolidações partidárias. A educação representava um campo fértil para a concretização de acordos políticos. No acervo de Virgílio, esses percursos repisados são representativos da formalização da política do favor que não parecia em nada contrastar com o “novo” projeto de eficiência estatal. Havia uma apropriação da esfera pública a fim de manter velhos privilégios, algo bastante corriqueiro na forma de lidar com o Estado por parte das elites políticas brasileiras no século XX, no entanto, tais práticas sociais gestavam um constante diálogo entre solicitantes e poder público entrecortado pelo pedido e planejamento no campo educacional.

---

<sup>31</sup> APEC - Acervo Virgílio Távora. Série: Documentos Pessoais. Subsérie: Agendas e Notas. Fortaleza (1963-1967). Correspondência de [nome]. Fortaleza, 11 de jan. de 1964.

## 2.2 A fé no favor

A força dos representantes e estabelecimentos católicos de ensino, entre 1960 e 1970, é bastante visível por meio do trabalho de consulta das fontes. Na perspectiva de atestar boa conduta de trabalhadores, pleitear recursos financeiros, elaborar solicitações de empregos, pedidos de bolsas de estudos e nomeação de profissionais para o exercício de funções educacionais.

Os referidos pedidos e reivindicações serão explorados neste momento do trabalho. Em várias cartas produzidas pelo setor de ensino católico, os estudantes eram apresentados como desprovidos de recursos financeiros para pagar o ensino particular. De tal modo, poderiam encontrar proteção no valoroso e respeitado apelo de um membro da igreja católica. Permeadas por estes pressupostos, muitas solicitações foram enviadas a Virgílio Távora. Convém observarmos que as lacunas de matrícula do ensino público, em determinados momentos eram supridas pela iniciativa privada de então. De tal modo, nesse período elos e parcerias entre Estado e ensino particular foram produzidos: relações institucionais que servem de suporte para a investigação ora desenvolvida.

Outro aspecto relevante é o papel de intermediário dos religiosos no que diz respeito a solicitações de profissionais da educação. Nesse sentido, a esfera religiosa assumia seu espaço no campo das reivindicações educacionais permeadas por relações clientelistas e de trocas de favores. Sob a égide da reiteração de laços de amizade que permeavam o mundo da educação, temos a carta de um Padre:

Coronel Virgílio

Sou no momento interprete e Co-pedinte de um favor.

Conheci no Ginásio Gustavo Barroso, em Maracanaú um professor de Educação Física, que ao passar dos dias, se tornou um dos meus melhores amigos.

Sabendo da existência de duas vagas para inspetor de educação Física em Fortaleza, recorre ele a mim e eu a nobre e valioso conterrâneo para lhe pedir que consiga dessas vagas através da divisão de educação Física do M.E.C. Professor [nome] suplicante, que atua presentemente em quatro estabelecimentos de ensino entre estadual e particular, onde desempenha com renome suas funções.



Certo do seu empenho, antecipo meus agradecimentos renovando meus protestos de estima e consideração.<sup>32</sup>

Essa carta é prototípica da relação de proximidade, parcerias e apoio entre os representantes do setor de ensino católico e Virgílio Távora. Na narrativa descrita, o solicitante mostrava ter informação sobre a possibilidade de emprego para o professor no Ministério da Educação (MEC). Em muitos pedidos pesquisados os solicitantes ou mediadores expressavam conhecimento dos caminhos burocráticos para que um favor pudesse ser concretizado. Por outro lado, determinadas correspondências também pediam orientações sobre os meandros administrativos, das instâncias legais e etapas da burocracia do poder público a fim de que um pedido feito ganhasse maior substrato. Além disso, obter as informações mencionadas e evocar laços de proteção, em certo sentido, representava uma maior probabilidade de atendimento.

Outro aspecto interessante é que o mediador do pedido (“interprete” e “co-pedinte”) indicava os atributos profissionais do solicitante. Ou seja, os elementos que lhe davam suporte para que o pedido fosse avaliado. A condição de “co-pedinte”, denominada pelo Padre, apontava um entrelaçamento da posição de mediador e solicitante que permeava a construção da solicitação, com o objetivo de conseguir o emprego para o professor no magistério estadual.

Na carta, a capacidade técnica para o desempenho das funções administrativas é um atributo destacado no fortalecimento do pedido. A qualificação profissional do solicitante estava intimamente relacionada à relevância e urgência da solicitação educacional. Também é citada a atuação profissional do docente no ensino local, os laços de amizade, e a origem telúrica comum entre o padre e Virgílio. Enfim, estratégias argumentativas que fundamentavam tal pedido.

Outras relações interessantes de serem debatidas são as que envolvem o ensino privado do Ceará, especialmente quando imbricado nas instituições de ensino católicas, durante a segunda metade do século XX. Articulações políticas envolvendo escolas particulares, professores, deputados e senadores, em muitos momentos, constituíram o campo educacional de forma que:

---

<sup>32</sup> (APEC). Acervo Virgílio Távora. Série: Correspondência Geral. Subsérie: Cartas recebidas do Brasil (1960-1967). Correspondência de [nome]. Fortaleza, 7 de fev. de 1967.

Para os quadros políticos locais e nacionais, o repasse de recursos públicos da educação para a iniciativa privada se mostrava duplamente positivo: por um lado, conceder bolsas de estudo a alunos pobres significa favores que deveriam ser retribuídos por suas famílias em épocas de eleições; por outro, os repasses de subsídios e auxílios públicos às escolas particulares poderiam render “boas relações” entre os proprietários das escolas beneficiadas e aquele deputado ou senador responsável pela inclusão da instituição na lista de estabelecimentos contemplados com os repasses. Além disso, os repasses poderiam favorecer direta e indiretamente o próprio político ou seus parentes, quando estes mantinham sociedade de capital em alguma instituição de ensino particular. (SOUZA, 2006: 38-39)

Os setores de ensino católico e privado, no Ceará tiveram nas décadas de 1950 e 1960, uma forte atuação no que se refere à educação da população cearense por meio do incremento e constituição de novas escolas. Nesse sentido, os estabelecimentos católicos e seus dirigentes tiveram que construir formas de inserção no modelo educacional em gestação da época. Em suma, as diretrizes educacionais católicas tinham que dialogar com uma “era” de planejamentos e intervencionismo estatal, no entanto, isso significou, em parte, uma readequação desta rede escolar, acordando, ou não, com os pressupostos governamentais.

No âmbito da construção e reformas de escolas do setor de ensino católico, evocar laços de amizade e o universo da troca de favores atrelado ao discurso técnico, fazia parte do conjunto de estratégias discursivas construídas para sensibilizar Virgílio Távora. Assim, com tal discurso, os religiosos procuravam apontar a primazia de pedidos elaborados. Nesse sentido, Virgílio recebeu uma reivindicação do município de Juaguaretama que apresentava o seguinte relato:

Tomo a liberdade de considerá-lo um amigo, embora não saiba de sua aquiescência ou não.

Há poucos dias, há mais de um mês, escrevi ao prezado amigo fazendo umas reivindicações para o INSTITUTO IMACULADA CONCEIÇÃO; talvez o prezado amigo tenha se admirado com tanta documentação; no entanto, mandei tudo aquilo para facilitar alguma coisa, e ver e se Vossa Excelência poderia conseguir um auxílio urgente para esta grande obra, que urge tanto, diante da necessidade em que nos encontramos; é grande o meu esforço e boa vontade em trabalhar pela educação do meu povo; pois, para mim, o analfabetismo é origem de muitos crimes e desordens na sociedade.

Pedi ao prezado amigo que registrasse a SOCIEDADE MANTENEDORA DO INSTITUTO IMACULADA CONCEIÇÃO DE JAGUARETAMA no Conselho Nacional de Serviço Social. Sei que mandei diversos documentos; mas, depois, tendo um entendimento com o Pe. [nome] ele disse que estavam faltando alguns documentos que esquecera de enviar com aquela documentação toda. São, justamente estes 3 e mais que estou lhe enviando. Para este registro são necessários estes 3 e mais o teor, na íntegra, dos ESTATUTOS da Sociedade; este teor está em suas mãos.

Naquela carta, pedi que Vossa Excelência me fizesse alguma comunicação; no entanto, até este momento, nada recebi; será que ainda não chegou nada em suas mãos? aguardo ansioso uma notícia favorável. Como também, desejo saber quando esta Sociedade Mantenedora do Instituto Imaculada Conceição foi registrada; desejava que esta notícia chegasse a minha mãos por telegrama.

Peço todo interesse do prezado amigo por esta grande obra social que enfrento; e muito desejo dar ao AUDITORIUM do Instituto o nome do prezado amigo, que sempre admirei quando no governo do nosso Ceará, pois, sempre fui bem recebido, e na medida do possível, os pedidos foram atendidos.<sup>33</sup>

Aqui fico a pedir a Nosso Senhor por sua felicidade e bem estar.

O amigo e servo em Cristo.

[nome]

Na correspondência, o solicitante pede recursos financeiros para o “Instituto Imaculada Conceição” de Jaguaretama. A narrativa traz à tona uma rede de sociabilidade existente entre padres, diretores de escolas, parlamentares e o governo, ou seja, uma teia de relações sociais permeadas pela prática da articulação política e do favor. Os laços de proximidade – referendados na carta – entre o líder religioso e o então deputado Virgílio são prototípicos dessa prática.

A escola desejava construir um novo auditório e com tal finalidade já havia enviado anteriormente uma carta em que justificava seus objetivos. O cotidiano da educação registrado em correspondências no Acervo Virgílio Távora remete, certas vezes, ao que podemos chamar de trajetória de uma solicitação: o primeiro contato estabelecido, o acompanhamento e a concretização do pedido. Nesse caso, primeiramente, evidenciamos a segunda e a terceira reivindicação produzida.

---

<sup>33</sup> (APEC). Acervo Virgílio Távora. Série: Correspondência Geral. Subsérie: Cartas recebidas no Brasil (1964-1967). Correspondência de [nome]. Jaguaretama, 12 de out. de 1967.

Das estratégias argumentativas do solicitante, primeiramente, o pároco procura destacar os seus atributos morais em defesa da educação e no combate ao analfabetismo, questões pungentes na sociedade brasileira dos anos sessenta. Depois disso, também enfatizava que a obra seria relevante para o processo de aprendizado na escola em virtude de melhorar a estrutura física do estabelecimento de ensino. Ademais, o trâmite burocrático necessário para o encaminhamento da solicitação, a apresentação de documentação comprobatória do funcionamento da instituição, a qualificação técnica, o destaque a relevância do pedido são frisados na construção da justificativa do solicitante. Podemos afirmar que os principais motivos da elaboração da correspondência, estavam atrelados ao acompanhamento da liberação dos recursos pleiteados para a construção do auditório da escola e a tentativa de ampliar a aproximação com Virgílio.

Homem público considerado pelo correspondente como “sempre atento as demandas educacionais” do setor de ensino católico e “preocupado com a melhoria da educação estadual”. De tal modo, a correspondência aponta para força da dinâmica do favor na sistematização e definição de prioridades do setor de ensino católico no Ceará, através de articulações políticas entre religiosos, deputados, senadores, e governadores que estiverem à frente do poder executivo e legislativo no Ceará.

Neste caso, tivemos a possibilidade de examinar um terceiro momento da solicitação feita pelo “Instituto Imaculada Conceição” que faz alusão ao encaminhamento “satisfatório” do pedido obtido:

Meu prezado Virgílio Távora

O meu forte abraço

Deus seja louvado

Recebi um telegrama que o prezado mandou; foi enorme a minha satisfação, tanto que, à noitinha, li pela amplificadora a sua resposta. Como o prezado amigo já está ciente do serviço de construção do prédio do Instituto Imaculada Conceição, e que para que você fique a par de tudo, estou lhe enviando as últimas fotografias. Digo-lhe que, continuamos a construção unicamente com a ajuda da Cáritas até o momento, mas estou certo de sua ajuda, em breve, tanto para a construção, como para a manutenção do estabelecimento. Assim, tenho dito aos alunos. E por isso, já disse para eles, que são quase 40 alunos, que o AUDITORIUM que vamos construir, receberá o nome de “AUDITORIUM VIRGÍLIO TÁVORA”.

Também, quero comunicar ao prezado amigo que, a turma de concludentes do Curso Primário vai prestar uma HOMENAGEM ESPECIAL a você, colocando em lugar de destaque o retrato do prezado amigo no quadro que a turma vai oferecer ao estabelecimento.

De ante-mão, fique também avisado para o seguinte: no ano de 1968, o prezado amigo será PATRONO da turma daquele ano; assim, já combinaram os alunos do 4 ano Primário, conforme palestra entre eles, e que eu mesmo testemunhei.

Peço-lhe que, se for possível, o que for conseguindo para o Instituto Imaculada Conceição, você que é considerado um BENFEITOR do instituto, desde a fundação, comunique-me ou por carta ou por telegrama.

Muito obrigado pela atenção que sempre dispensou ao seu amigo e servo de Cristo.<sup>34</sup>

[nome]

O segundo momento da solicitação apresenta indícios notórios do apadrinhamento de Virgílio à instituição de ensino aludida. E enfatiza o objetivo da escola de angariar recursos financeiros junto ao governo estadual por meio de diálogo e atenção do deputado. Na trama cotidiana do campo educacional no Ceará, tornava-se, muitas vezes, imprescindível, para o segmento católico, a eficiência do apoio parlamentar, que fortalecia os laços de fidelidade constitutivos das estratégias de melhoria da educação particular no Estado.

Devido às problemáticas que precisavam de intervenção governamental, tanto imediata como em longo prazo, no campo educacional, o chamamento do deputado evidenciava a singularidade da solicitação, ao mesmo tempo em que afirmava para o poder público as dificuldades de manter e expandir o setor privado baseado em princípios de autonomia financeira.

Por outro lado, é razoável afirmarmos que, acerca das resoluções de problemas educacionais, certas vezes, as instituições de ensino não encontravam perspectiva de superação das dificuldades por intermédio de ações e planejamentos educacionais. Com isso, o compadrio do parlamentar servia de aporte para aferir à necessidade da solicitação, além de recolocar esse mesmo parlamentar, de maneira

---

<sup>34</sup> Idem, 26 de nov. de 1967.

direta, na posição de indivíduo que estava dentro de um perfil de “bom” homem público, isto é, preocupado com as problemáticas educacionais.

Interessante compreendermos que o solicitante frisava a contrapartida do pedido de execução do trabalho de expansão da escola, destacando no bojo da solicitação, a valorização da “gratidão” ao deputado, através de homenagens que imprimiam o nome do deputado no auditório da escola e em uma turma concludente. Além de pontuar que o ato de colaborar com o crescimento da instituição, seria ratificado por intermédio da preservação de seu gesto na “memória das benfeitorias” daquela instituição.

Por outro lado, no campo eleitoral, as homenagens públicas para deputados se tornavam representativas das boas ações destes indivíduos para o campo educacional e conferia poder e prestígio para os parlamentares que as recebiam. Deste modo, designar o nome de Virgílio Távora para o auditório da escola solidificava elos de fidelidade, proteção e reciprocidades entre o parlamentar e a escola Imaculada Conceição. O patrono, benfeitor, era conclamado a assumir o papel de protetor do desenvolvimento escolar da instituição. Relações de caráter personalistas, definição de papéis e atributos para os correspondentes eram delineados em praticas discursivas construídas nas correspondências analisadas, se um era o “co-pedinte”, o outro era o “benfeitor”.

É válido afirmar que no campo acadêmico, nas últimas décadas, localizamos a edição de inúmeros estudos sobre determinados gêneros escritos: diários, biografias, autobiografias e correspondências. As narrativas epistolares estão inseridas no campo de produção de uma escrita de si. (GOMES, 2004). São fontes de pesquisa que apontam histórias de vida, relatos de trajetórias individuais, memórias, experiências e práticas culturais. Por este viés, mediante o estudo dos escritos pessoais que tratam de temáticas relacionadas com a educação local, podemos discutir as tensões sociais do cotidiano do campo educacional no Ceará.

A análise de Michael Foucault da construção histórica de uma escrita de si afirma que:

Escrever é, pois “mostrar-se”, dar-se a ver, fazer aparecer o rosto próprio junto ao outro. E deve-se entender por tal que a carta é simultaneamente um olhar que se volve para o destinatário (por meio da missiva que recebe, ele sente-se olhado) e uma maneira de o remetente se oferecer ao seu olhar pelo que de si mesmo lhe diz. De certo modo, a carta proporciona um face-a-face. [...] A reciprocidade

que a correspondência estabelece não se restringe ao simples conselho ou ajuda; é ela a do olhar do exame. A carta que, na sua qualidade labora no sentido da subjetivação do discurso verdadeiro, da sua assimilação e da sua elaboração como “bem próprio”, constitui também e ao mesmo tempo uma objectivação da alma (FOUCAULT, 1992: 150-151)

O estudo dos escritos epistolares citados nesse trabalho de pesquisa remete a produção de uma escrita de si. A investigação das cartas que tratam da relação de Virgílio com o setor de ensino católico instiga questionamentos acerca dos discursos construídos sobre o referido político e às próprias instituições escolares. Concepções que referendavam os ideais de desenvolvimento da educação estadual, permeados por noções de “justiça”, “merecimento”, “necessidade” e “compromisso educacional”: atributos constitutivos da legitimação das relações de apoio e troca de favores existentes entre o referido segmento e o legislativo no Ceará.

Cabe, ainda aqui, discutir que lugares esses sujeitos ocupavam em cada tipo de discurso. Quais funções poderiam exercer? Obedeciam a que regras do universo educacional? Com base nos questionamentos elencados, buscamos estabelecer uma abordagem sobre os sujeitos que compõem a documentação pesquisada mediante uma análise voltada para observar o caráter complexo e mutável dos discursos produzidos.

O universo educacional, nesse sentido, apresentava elos construídos que revelavam concessões, acordos, pedidos e concretizações de parcerias pelo viés da política do favor, num diálogo constante entre o legislativo, executivo e instituições católicas. Esses eram elementos demarcadores da expansão e funcionamento da educação estadual.

Traçava-se um campo de tensão que tinha como perfil a solicitação de cunho pessoal para o poder público, ação bastante ancorada na justificativa de melhoria do ensino católico, movida pela troca de favores e intervenção parlamentar. Ações que tornavam estreitos os limites existentes entre os setores públicos e privados, além de permitir a identificação de estratégias de inserção dos segmentos religiosos de ensino no poder público.

A documentação pesquisada faz ampla alusão à busca de recursos públicos e sugere uma grande proximidade entre parlamentares e estabelecimentos de ensino

católicos. Neste diálogo, os políticos, por vezes, funcionavam como patronos dos interesses e anseios destas instituições.

Uma bolsa concedida, um recurso financeiro liberado, a nomeação de um parente para o desempenho de funções administrativas perante acordos políticos, de certo modo, driblava e superava os propalados limites impessoais do planeamento governamental. Podemos afirmar que havia, por parte do poder legislativo, um grande e relevante apoio aos projetos das instituições católicas de ensino. Nessa perspectiva, os padres redentoristas do Município de Iguatu afirmaram sua gratidão e apelo a Virgílio:

Caro Coronel

Foi com grande satisfação que recebi o seu telegrama avisando destinação de Cr\$ 5.500 para o Ginásio Redentorista de Iguatu. Eu tinha certeza que o senhor não ia esquecer os Padres Redentoristas “na sua hora”. Em nome deles quero agradecer esta lembrança. Quero ao mesmo tempo certos esclarecimentos.

- a) Seria fácil ou difícil destinar este mesmo dinheiro para uma das outras obras da Paróquia de Iguatu, ou tem que ser para o ginásio Redentorista de Iguatu?
- b) Houve também uma destinação para o Ginásio Redentorista de Fortaleza ou para qualquer outra obra dos redentoristas em Fortaleza?
- c) Quero saber se esta subvenção será paga (*sic*) em 67 ou 68?
- d) Quais são os documentos e providencias necessárias para a liberação desta subvenção.

Já mandei todos os documentos para completar o nosso processo no Bem Estar. Confirme por favor o recebimento. Espero ansiosamente a sua resposta.

Subscreve me sinceramente

Padre [nome].<sup>35</sup>

A produção de uma carta por parte de instituição católica de ensino referendava laços de fidelidade, proteção e funcionava como um mecanismo de

---

<sup>35</sup> (APEC). Acervo Virgílio Távora. Série: Documentos Pessoais. Subsérie: Agendas e Notas (1963-1966). Correspondência de [nome]. Iguatu, 10 de fev. de 1964.



agradecimento. Por sua vez, as narrativas construídas abriam espaços para novas reivindicações que buscavam na personalidade estabelecida com Virgílio uma forma de resolver problemáticas específicas do setor. Neste caso, os padres apresentavam seus agradecimentos pela liberação de recursos para o Ginásio Redentorista de Iguatu.

Entretanto, buscavam também apoio do parlamentar para prestar esclarecimentos sobre o processo de liberação de recursos financeiros para a congregação que poderia extrapolar os limites da educação. Expectativa que remete a intervenção e incremento do setor privado por parte do poder público. A acentuada atuação das escolas católicas na constituição e enfrentamento das problemáticas educacionais no Ceará nos permite perceber que:

Ao desempenhar um papel social de tamanha importância, as escolas confessionais se achavam no direito de reivindicar verbas públicas para os projetos, não só educativos, também religiosos. A Igreja em si não requeria diretamente recursos do Poder público para as suas instituições, mas fazia isso indiretamente por intermédio de membros do Legislativo estadual e federal. (SOUZA, 2006: 49)

Nessa esfera social, trocas recíprocas envolviam liberação de recursos financeiros e apoio eleitoral. Em alguns casos, os proprietários das escolas particulares eram políticos locais que legislavam em defesa de seus próprios interesses, numa explícita apropriação de recursos públicos pelo setor privado.

No discurso do solicitante também é relevante o fato de se pedir que Virgílio aponte os trâmites burocráticos necessários para a instituição ser contemplada com recursos públicos. Assim, podemos perceber que, nas correspondências, as relações sociais existentes entre parlamentares e estabelecimentos católicos de ensino eram calcadas pelo conhecimento dos caminhos políticos que davam suporte e eficiência a dinâmica do favor.

Além disso, fazia parte do arcabouço de justificativas do solicitante apontar gratidão a um pedido atendido. Ação que obviamente reforçava as relações de proximidade, fidelidade e proteção no que se refere ao diálogo com as instituições católicas de ensino.

Por outro viés, um pedido de concessão de vagas para estudantes das camadas populares contido na documentação é ilustrativo da relação entre

segmento católico e acesso ao ensino estadual. Com correspondente do Bairro de Messejana em Fortaleza, encontramos uma solicitação a Virgílio Távora, argumentada pelos anseios de alunos considerados “carentes” e com aptidão para ingressarem nas escolas estaduais. De tal modo, um padre, (que se apresentava como amigo do governador) escreveu o seguinte pedido:

Vimos, ontem pela televisão Vossa Excelência se dirigir ao povo cearense. Naquela mensagem Vossa Excelência se referia também a centena de vagas existentes nos diversos Colégios do Estado.

Pela forma de se exprimir podia-se compreender que as referidas vagas devem ser cedidas de preferência a alunas aplicadas, pois, estes estão no caso de merecer o favor.

Encorajado pela singular solícitude de Vossa Excelência pelo [...] tomo a liberdade de Vossa Excelência as portadoras alunas que fizeram o primeiro científico, consideradas em forma para cursar o normal.

Por carência de recursos acham-se impossibilitadas e só encontraram uma solução e recorrem a Vossa Excelência. Na certeza de uma aquiescência satisfatória declaro-me, ao [...] Agradecido.

[...] Amigo e admirador.<sup>36</sup>

O representante religioso, impelido por sua amizade com o governador, colocava a necessidade do favor para os estudantes. Esses indivíduos, segundo a correspondência, possuíam as virtudes exigidas para a concessão do pedido, eram “aplicados”, portanto, merecedores da atenção do governante. O apoio governamental, para que os alunos conseguissem dar prosseguimento aos seus estudos nas escolas estaduais, tornava-se merecido em face do potencial dos alunos e grande oferta de vagas propalada pelo governo em discursos oficiais. Além disso, os laços de proteção existentes entre o poder da tradição católica no ensino do Ceará e as astuciosas estratégias políticas de parlamentares voltadas para atender os interesses do setor permeavam a solicitação.

Mais uma vez, nas solicitações, havia uma interpenetração entre “necessidade” e “competência” enquanto estratégias discursivas que legitimavam o

---

<sup>36</sup> (APEC). Acervo Virgílio Távora. Série: Documentos Pessoais. Subsérie: Agendas e Notas (1963-1966). Correspondência de [nome]. Fortaleza, 19 de fev. de 1965.

pedido elaborado. Os correspondentes relatavam grandes dificuldades de ingresso nas escolas estaduais e para saná-las, percebemos uma forte alusão à figura do “pistolão” – indivíduo responsável pelo apoio político no que tange ao atendimento desse interesse.

Sem a força e o aval de um intermediário conhecedor dos espaços de poder e decisão na esfera educacional, os pedidos poderiam não obter o resultado esperado. Assim, os padres assumiam o papel idealizado de facilitador das concretizações de pedidos, numa trama constituída por interesses individuais e institucionais propalados pelo setor educacional.

O estudo da formação da sociedade brasileira, no período contemporâneo, permite refletir sobre a indistinção entre o público e privado, relações patrimonialistas, clientelismo, troca de favores e corrupção no Brasil. Martins (1994: 21) discutiu a construção histórica de tais práticas sociais e a permanência de valores culturais associados ao clientelismo:

Nem mesmo os militares, secularmente envolvidos num antagonismo histórico com as tradições oligárquicas, conseguiram nos vinte anos de sua recente ditadura destruir as bases do poder local das oligarquias. Tiveram que governar com elas, até mesmo ampliando-lhes o poder. No fim, o poder pessoal e oligárquico e a prática do clientelismo são ainda fortes suportes da legitimidade da política no Brasil.

É inegável que, durante a ditadura militar no Ceará, houve uma utilização e re-apropriação de elementos tradicionais da cultura brasileira, a despeito de ações atreladas ao poder oligárquico, clientelista, ao mando dos coronéis e à troca de favores: práticas culturais que também fizeram parte do cotidiano educacional. Com base em nosso trabalho de pesquisa, a discussão sobre as formas de diálogo construídas no governo de Virgílio Távora, relacionadas com acordos e reciprocidades, são reveladoras de normas e regras que conduziam o campo da educação no Ceará. Além de suscitar indagações sobre os discursos norteadores destas ações. De tal modo, a documentação selecionada para esta abordagem é representativa de indistinções e entrelaçamentos entre o público e o privado no campo das solicitações educacionais.

Os discursos de combate ao analfabetismo e a associação do nome de Virgílio Távora à defesa desse propósito fazia parte de muitas narrativas de correspondentes nos anos 1960, em diversos municípios. Nesse sentido, redigiu um grupo de religiosas:

Deputado Virgílio Távora

A comunidade Religiosa de Farias Brito, responsável direta pelas obras sociais e de promoção da freguesia apela para Vossa Excelência, solicitando um auxílio financeiro, de caráter ordinário e extra-ordinário, para conduzir a melhores resultados as referidas obras sociais e educacionais em benefício da comunidade, que abrange todo o território do Município, e favorece, de muito, ao homem urbano e especialmente ao do campo.

Através do CENTRO DE ALFABETIZAÇÃO DE ADULTOS, sob a nossa direção, estamos propiciando ao Analfabeto, no prazo de 20 horas, pelo curso: MÉTODO DE ALFABETIZAÇÃO DE ADULTOS, a oportunidade de munir-se de Título eleitoral e outros documentos de que estava privado, por não saber ler.

Isto significa um aumento considerável de eleitores, beneficiando também, em consequência toda área de trabalho em que atuamos, modéstia à parte, de modo influente.

Os bons efeitos deste trabalho, ao lado das demais obras sociais, já se fazem sentir, de maneira admirável.

Razão pela qual apelamos pelos seus sentimentos cívicos de Homem Público, de méritos reconhecidos e ação decidida especialmente quando se trata do bem do Povo, pedindo sua valiosa colaboração, pela qual, desde já nos confessamos agradecidas comprometendo-se a retribuir os esforços de Vossa Excelência, promovendo o bem geral deste bom Povo, sobretudo dos menos favorecidos.

Atenciosamente

Pela comunidade de Farias Brito

Irmãs [nomes]<sup>37</sup>

Neste caso, observamos a busca de recursos financeiros para o setor de ensino católico, marcado por uma diversidade de instituições: escolas, institutos, educandários e comunidades que promoviam uma auto-imagem associada à

<sup>37</sup> APEC. Acervo Virgílio Távora. Série: Câmara Federal. Subsérie: Correspondência expedida e recebida (1967-1970). Correspondência de [nome]. Farias Brito - Ceará, 10 de nov. de 1968.

promoção da educação e combate ao analfabetismo no Ceará. Ação que, para o segmento religioso, servia de suporte para a produção de solicitação de recursos financeiros e formação de parcerias com o poder público, por intermédio da força política de parlamentares como Virgílio Távora.

Na carta, é patente a relação entre eleição, educação e proteção política, traço marcante das cartas enviadas a Virgílio pelo setor religioso. Destarte, os pedidos de apoio financeiro estavam intimamente atrelados a idéia de uma retribuição eleitoral. O apoio a criação e reformas de escolas, concessão de bolsas de estudos e a captação de recursos financeiros, por parte de deputados fazia com que as instituições de ensino católico estabelecessem laços de fidelidade e gratidão com os referidos políticos. Na esfera pública, durante os anos de 1963 a 1966, temos que:

A aproximação com a Igreja Católica não se evidenciava somente nos discursos em defesa da “moral e doutrina cristã-católica”, expressava-se, também, pelas diversas leis aprovadas durante o governo Virgílio Távora destinando verbas para várias obras e festas religiosas promovidas pela Igreja Católica em todo o estado. (MELO, 2006: 52-53)

O primeiro mandato de Virgílio como governador foi permeado por grande apoio aos projetos sociais do setor católico. Condição que durante sua trajetória no legislativo estadual, num certo sentido, lhe tornava credenciado para atender as reivindicações das instituições católicas de ensino.

Por outro lado, a associação da imagem de Virgílio à valorização da pátria e do civismo, potenciais políticos difundidos pelos discursos dos poderes instituídos, à época, ganharam relevo na construção das justificativas das freiras. Dessa forma, o potencial do deputado em contribuir para o acesso das camadas populares à educação era destacado. As ações, concretizadas pela Comunidade Religiosa de Farias Brito, também, sedimentavam o pedido.

De tal modo, o ato de pedir, expresso em correspondências pela esfera católica do ensino estadual, fundamentava a necessidade das relações de troca de favores mediante a valorização da inserção social de projetos educacionais promovidos pelas instituições de ensino. Além disso, a liberação de recursos financeiros necessários para manutenção desses estabelecimentos estava, muitas

vezes, atrelada a uma relação de proximidade com parlamentares que representassem os interesses desses grupos sociais no executivo, num instante de amplo favorecimento do setor privado da educação estadual.

Em determinadas correspondências, a atuação do segmento católico emergia no processo de contratação de funcionários do setor público. O universo educacional estadual era marcado pelo aval balizador de prefeitos, vereadores, deputados e padres que, muitas vezes, indicavam os indivíduos qualificados e “merecedores” de compor o quadro de funcionários públicos da educação local, entre pedidos de nomeação e contratação feitos pelos segmentos religiosos estaduais. Nesse sentido, a secretaria do Arcebispado de Fortaleza produziu o seguinte pedido:

Exmo. Sr. Governador do Estado

Trago ao conhecimento de Vossa Excelência uma indicação de pessoas para a experiência do Método Paulo Freire.

Soube da existência na Secretaria de Educação de uma lista de nomes que não posso aprovar por ter conhecimento das pessoas que a compõem.

Permita-me esclarecer Vossa Excelência que a presente lista é apenas uma sugestão de minha parte e que desejo deixar Vossa Excelência inteiramente livre na escolha das pessoas que melhor lhe convier.

Aproveito o ensejo para reiterar meus protestos de profunda estima e consideração.

[nome]<sup>38</sup>  
Arcebispo  
1. [nomes indicados]

O Arcebispo de Fortaleza apresentou uma lista a Virgílio Távora dos profissionais que deveriam fazer parte da equipe estadual responsável pelo trabalho de alfabetização no Estado do Ceará via “Método Paulo Freire”. A propósito, método considerado, antes do golpe militar no Brasil, bastante eficaz para os esforços governamentais em alfabetizar as camadas populares.

A solicitação apresentada exemplifica um conjunto de pedidos do setor de ensino católico. Os propósitos de alfabetização davam prestígio no campo de

---

<sup>38</sup> (APEC). Acervo Virgílio Távora. Série: Documentos Pessoais. Subsérie: Agendas e Notas (1963-1966). Correspondência de [nome]. Fortaleza, 11 de mar. de 1965.

concessão de benefícios junto ao poder público para as escolas e representantes da esfera católica no Ceará. Portanto, o ensino católico assumiu efetiva atuação estadual, ao apontar os caminhos que deveriam ser seguidos no processo de alfabetização das camadas populares. Também participou de maneira intensa nos esforços empreendidos para a realização de tal objetivo.

O setor católico, durante a segunda metade do século XX, tinha o intuito de contribuir para a instrução das elites locais com base nos valores culturais cristãos, entretanto:

Para não excluir totalmente as classes populares desse sistema de ensino, alunos pobres eram admitidos, em número limitado, de caráter simbólico, demonstrativo da “ação caridosa” dos religiosos. Desse modo, boa parte dos colégios confessionais, ao longo da nossa história, apresentava-se socialmente como instituições de caridade aos “desvalidos da sorte” e sem fins lucrativos. Na “ausência” do Estado, ou subvencionando por este, assumiam para si a tarefa de incluir nas suas instituições de ensino alguns daqueles que não podiam financiar sua educação escolar. (SOUZA, 2006: 49)

Assim, podemos afirmar que fazia parte dos interesses das escolas católicas a “defesa” dos indivíduos pobres que não tinham acesso a instrução formal. Isso produziu imenso simbolismo e respaldo social para essas instituições junto ao poder público no que diz respeito à execução de um trabalho relevante no campo educacional. Os referidos estabelecimentos de ensino, deste modo, estavam associados ao comprometimento na melhoria da educação estadual.

Além disso, o segmento religioso local, em algumas correspondências, expressava o seu interesse em indicar profissionais qualificados para o desempenho de atividades educacionais de enfrentamento do analfabetismo no Estado. No trabalho de pesquisa, pudemos identificar a resposta de Virgílio Távora ao representante do setor de ensino católico, sobre a contratação de profissionais para o trabalho com o “Método Paulo Freire”. O pedido de indicação do arcebispado de Fortaleza recebeu o seguinte comunicado:

Exmo. Senhor

Acuso o recebimento de sua carta datada de 11 do corrente, que chegou às mãos através de [nome] seu digno Bispo Auxiliar, e de [nome]

Pelo fato de o assunto objeto de sua carta vir sendo tratado pelo Governo desde de tempo anterior a sua chegada a esta capital, é compreensível que Vossa Excelência não se acha inteirado das marchas das providências acertadas a respeito.

Dentro da linha que se traçou, o Governo do Estado, no desejo de não se omitir em problema tão atual e, ainda, com objetivo de lhe dar solução concomitantemente progressista e cristã, resolveu tomar aí a tarefa de institucionalizar o Método Paulo Freire em nossa terra. Convicto de suas prerrogativas, ainda assim o Governo escolheu prudentemente os diversos superiores da campanha, fazendo incluir, no ensejo da organização da lista definitiva, 8 dentre os elementos constantes de relação que [nome] então Vigário Capitular da Arquidiocese, lhe entregou, em agosto de 1963, apresentados como capazes de quaisquer tarefas educacionais. Outros Supervisores foram, então, escolhidos, oriundos de fontes várias, totalizando 25.

Essa lista definitiva já se achava organizada quando recebi sua carta. Todavia, em atenção a Vossa Excelência, determinarei aos responsáveis pela campanha que acrescentes mais 8 elementos, retirados da relação de 12 anexa a sua missiva, os quais vão a seguir relacionados: [nomes] (...), estes dois últimos, elementos do M.E.B.

Sendo o que me oferece no momento, sirvo-me do ensejo.  
Virgílio Távora.<sup>39</sup>

No conjunto de elementos apresentados para o solicitante, atrelado ao suporte administrativo que permeava a justificativa, era notória a força das relações de apadrinhamento. Além disso, os discursos construídos também expressavam os limites burocráticos do poder público que perpassavam as trocas recíprocas entre instituições de ensino católicas e parlamentares.

Ao responder o pedido feito, primeiramente Virgílio ressalta seu contato com outros mediadores da solicitação, indivíduos que assumem um papel significativo na construção das correspondências produzidas a respeito do campo educacional<sup>40</sup>. As

---

<sup>39</sup> Idem, 12 de mar. de 1964.

<sup>40</sup> Esses papéis são analisados no Capítulo 3 da tese.



referências pessoais hierárquicas do mediador do pedido, ao serem citadas, assinalam a relevância da reivindicação.

A propósito, na construção de diversos pedidos do setor de ensino católico local, notamos uma íntima relação entre trabalho, valores cristãos e educação. McLaren (1991), em investigação de uma escola católica em Toronto, Canadá, analisa a cultura escolar como produtora de rituais, gestos e símbolos, focalizando as relações existentes entre as definições de “bom católico” e “bom trabalhador” – num amplo universo simbólico permeado por um conceito de trabalho construído com base em valores culturais do capitalismo moderno. O estudo considera a escola com um espaço de produção de sentidos e significados balizados pelos preceitos católicos. Nessa perspectiva, as representações construídas no cotidiano escolar associadas ao “torna-se” católico e o “tornar-se” trabalhador são paradigmas extremamente imbricados.

Dedicação, pontualidade, docilidade, confiabilidade e diligência são “qualidades” apontadas como símbolos da dimensão do “tornar-se” trabalhador e católico. Tais pressupostos escolares são pilares do processo de escolarização. Assim o “bom” estudante é um “bom católico” que incorpora os valores capitalistas do mundo do trabalho.

Por sua vez, a correspondência examinada traz à tona a forte relação entre merecimento da solicitação e atributos do trabalho que, por vezes, são citados como constitutivos da conduta profissional e moral de solicitantes e instituições católicas de ensino. Dedicação em prol do combate ao analfabetismo, confiança nos propósitos educacionais da instituição como favoráveis ao desenvolvimento da educação local, conhecimento sobre os problemas do ensino estadual, competência para solucionar tais embates, capacitação técnica e atuação concreta no campo da educacional são requisitos ressaltados pelas correspondências: elementos consagrados pelo mundo do trabalho que estavam entremeados pela dinâmica do favor existente entre o setor de ensino religioso e Virgílio Távora.

Num segundo momento, a correspondência em tela destaca o empenho de Virgílio na avaliação da solicitação. Artificio bastante citado por vários solicitantes como um componente da postura política e profissional do referido político. Discurso apropriado por algumas respostas a solicitações que pudemos identificar no conjunto da pesquisa. O forte capital político de combate ao analfabetismo também

veio à tona novamente, associando o anteriormente governador, e agora deputado, a causas primordiais da educação.

Nos discursos de diversos pedidos e solicitações, a expansão do setor de ensino católico estava atrelada à mediação de parlamentares com a finalidade de que os interesses administrativos e financeiros desse segmento social pudessem ser concretizados. Assim, as correspondências produzidas funcionavam, em certo sentido, como uma forma de sistematizar e referendar demandas específicas do universo da troca de favores no campo das instituições católicas de ensino.

Neste caso, convém observarmos o fato de Virgílio frisar que a solicitação, em quase sua totalidade, havia sido atendida. Deste modo, o Governador valorizava os clamores católicos ao nomear para o trabalho de alfabetização membros do Movimento de Educação de Base (MEB), grupo ligado ao segmento católico e de grande respeitabilidade no campo educacional durante os anos 1960 por desenvolver constante trabalho de educação popular com apoio governamental.

Nesse período, torna-se bastante relevante a influência dos movimentos populares, em formação, sob liderança da Igreja Católica. Esses grupos sociais participaram, de forma significativa, do processo de discussão e sistematização do setor educacional brasileiro no início da década de 60.

Portanto, podemos afirmar que as correspondências enviadas a Virgílio referendavam laços de reciprocidade existente entre escolas católicas, representantes religiosos e parlamentares. Elos educacionais e políticos que contribuíam para gerir a educação estadual, mediante entrelaçamento entre as esferas públicas e privadas de ensino. Nos discursos, convém observamos, a necessidade do uso do favor, a relevância social do trabalho dos estabelecimentos de ensino, a competência e a eficiência na atuação escolar, eram elementos constitutivos das solicitações das instituições católicas. O ato de pedir, desse modo, permeava e delineava os rumos administrativos das escolas católicas no Ceará.

### 2.3 Esfera pública e educação

Neste momento da investigação, é fundamental discutirmos qual o lugar social idealizado para a esfera pública nos discursos construídos pelas solicitações educacionais. A utilização de uma escola pública estadual com finalidade particular descrita na correspondência de uma professora enviada para Virgílio Távora (e já mencionada no primeiro capítulo) chama a atenção para o papel do poder público acerca da intervenção em conflitos educacionais. Nesse sentido, Virgílio Távora era apresentado como um homem capaz de resolver as problemáticas que enfrentava o espaço educacional. Afirma a professora:

[...] Deputado Virgílio Távora, pode um colégio particular funcionar em prédio público? Este é o problema, sou diretora escolar de um grupo estadual no caso o Grupo Escolar Moreira de Souza em Parangaba. Estou na eminência de ser demitida da minha função pelo fato de ter levado ao conhecimento da Secretaria de Educação certas atitudes irregulares da direção do colégio particular. Este colégio “Ginásio Comercial” já foi causa de briga entre dois professores- Sócios no Negócio- A renda do colégio desenvolveu a cobiça de um deles, que usando de meios ilegais, colocou o outro fora do negócio. Ficando dono da situação, mas, processado pelo professor derrotado, aquele que ficou dono sozinho do Colégio, passa a direção do mesmo a um terceiro homem. Não sei dizer se este terceiro elemento comprou ou arrendou o colégio. Este último vem agindo maneira acintosa. Desocupou uma das nossas salas sem dar nenhuma satisfação à diretoria do Grupo, para seu uso exclusivo. Ao desocupar a sala o Diretor [nome] deixou exposta na galeria uma estante com material escolar no valor aproximado de Cr\$ 50,00. Esta atitude me obrigou levar ao conhecimento do Senhor Secretário de Educação de todas as irregularidades inclusive os estragos no prédio e imóveis. Durante vossa gestão este povo do turno da noite se manteve quieto, mas agora...

O Senhor Secretário de educação veio ao grupo, tomou conhecimento “in loco” do caso, mas achou que para agir de maneira que age, o diretor da noite possuía cobertura política e só. Não tomou qualquer medida. Em conseqüência, o diretor noturno, receoso de perder fonte de boa renda, pois dispõe de um bom prédio mobiliado e com luz gratuita, não querendo perder um centavo da anuidade de seus alunos, para alugar um prédio, e sabendo-se em situação que não é legal, fez entre os alunos, pais e diretores de outros colégios, um abaixo assinado ao governador Plácido Castelo, pedindo além de sua permanência, o meu afastamento. O ginásio comercial e (este ano, mais um curso) Escola Técnica de Comércio, começou a funcionar no Grupo E. Moreira de Souza, na Gestão Parsifal Barroso, com permissão para

dispor do prédio, publicada no Diário Oficial do dia 31.12.61, não uma permissão permanente, mas conforme o teste do ofício: “até ulterior deliberação” Começou com uma salinha, agora já ocupa 6 salas, aliás 7 com aquela que desocuparam para a secretaria e tudo indica que gradativamente 10 salas de aula.

[...] Deputado Coronel Virgílio Távora, ajudai-me. Esta situação me deprime e desestimula. Sou pobre e como sou, preciso do meu emprego, embora, com vencimento que não correspondem as necessidades. Grande seria minha ventura, se eu tivesse um emprego de melhor remuneração. Mesmo assim sou feliz como professora, por que esta é a minha vocação. Crede na veracidade das minhas palavras, sou digna de ajuda.<sup>41</sup>

O trabalho de Virgílio Távora a frente do governo do Ceará, entre os anos de 1963-66, era bastante reconhecido no relato da professora que consagrava suas realizações e equilíbrio na gestão pública. Nessa perspectiva, o ex-governador era detentor de grande potencial para legislar na câmara federal em prol das necessidades da educação cearense.

Nesse momento, a solicitante frisava o esforço do parlamentar, durante o período em que governou o Estado, a fim de valorizar as habilidades e qualificação do servidor público, quando exaltava posturas administrativas consideradas desprovidas de apadrinhamento e do uso dos famosos “pistolões”, muitas vezes destacados e combatidos nas cartas. Para a correspondente, diante dos embates identificados na correspondência, tornava-se uma boa saída recorrer ao referido deputado que poderia construir as articulações necessárias junto ao poder público, a fim de solucionar a querela existente na escola pública estadual.

Apreendemos a preocupação em denunciar o uso da escola pública de acordo com interesses privados, com apoio institucional de professores, diretor da escola, secretário de educação e governador. Além disso, a professora também referenda seus atributos profissionais como uma forma de respaldar suas considerações sobre o estabelecimento de ensino mencionado. Entretanto, de forma diferenciada de outras solicitações, havia o esforço por parte do solicitante, de fazer uso do discurso da capacitação e competência profissional por um viés ainda não destacado nos documentos abordados. Dentro da perspectiva assinalada, os elementos de competência serviam de arcabouço para garantir a veracidade da

---

<sup>41</sup> APEC. Acervo Virgílio Távora. Série: Câmara Federal. Subsérie: Correspondência expedida e recebida. Fortaleza (1964-67). Correspondência de [nome]. Fortaleza, 8 de maio de 1967.

acusação e perseguição que a professora se considerava vítima, e não para pedir um emprego, talvez para manter, uma vez que era ameaçada de demissão.

É válido afirmar que a expansão do ensino privado, nos anos de ditadura militar, foi acentuada. A necessidade de ampliação de vagas na rede de ensino estadual – em sintonia com os interesses privados acerca do campo educacional – tornava a educação um lugar social permeado de conflitos que construíam várias concepções a respeito da esfera pública. A solicitante também mencionava a existência de proteção política e relações de compadrio entre o diretor da escola e o governo Parsifal Barroso. De tal modo, o discurso é relevante para discutir a construção do ensino público no Ceará, com base nos limites e indefinições entre a esfera pública e particular na educação estadual.

Todavia, a fonte em destaque, remete ao debate sobre os usos do espaço público e relações de apadrinhamento frente às problemáticas educacionais. A política do favor fortaleceu e contribuiu, de forma decisiva, para o crescimento do ensino particular, devido à intervenção de parlamentares que produziam um entrelaçamento entre o público e o privado. Por vezes, inclusive, os referidos políticos se beneficiavam diretamente dos lucros das “escolas particulares estaduais”. Tais questões demarcaram o universo de construção de relações sociais na educação cearense.

Os documentos ora investigados permitem adentrar num campo de abordagem das formas de viabilização dos projetos educacionais e acordos políticos que faziam parte da composição deste universo. Tais projetos educacionais e acordos políticos eram produzidos por parlamentares e profissionais da educação que vivenciaram o cotidiano educacional em lugares sociais diferenciados. Esses sujeitos construíram discursos com contornos específicos a despeito da gestão pública do campo educacional. No que diz respeito à construção das políticas públicas no Brasil é plausível afirmar:

Assim, se desde os anos 20 o “insolidarismo” social de nossas “origens” coloniais (míticas e científicas, não importa) “implicava em nosso “atraso”, sendo uma “solução” encontrada no Estado encarnado na personalidade do presidente, nos anos 50-60 o “patriarcalismo” e o “patrimonialismo” cumpriram papel similar, interpretando nosso dilema por meio dos excessos de poder público e privado. (GOMES, 1998: 542)

A autora destaca a permanência do “patriarcalismo” na tessitura do Estado brasileiro, durante o segundo quartel do século XX. A formação social do Brasil, tantas vezes marcada pelas imprecisões e excessos do poder público, possui as suas especificidades no Ceará. As fontes aqui elencadas provocam perguntas sobre as fronteiras entre o público e o privado no cotidiano educacional cearense. As correspondências examinadas são representativas das relações sociais idealizadas pelos solicitantes acerca do papel do poder público na resolução das problemáticas educacionais. Muitas vezes, associado ao personalismo e apadrinhamento.

Por este viés, a profissão de professor aparecia como um notório exemplo de umas das formas de inserção no serviço público através da troca de favores, estabelecida em períodos eleitorais. Em um universo social marcado por limitações no mercado de trabalho, o magistério público se tornava uma opção para as dificuldades na conquista de emprego. Homens e mulheres, desta forma, poderiam fugir da provável predestinação do desemprego que afligia o Ceará. Assim, as práticas paternalistas norteavam o cotidiano da profissão de professor. Antagonicamente, o discurso oficial, durante o primeiro governo de Virgílio, sistematizado pelo PLAMEG, apontava medidas de combate às relações de favorecimento e protecionismo nos domínios educacionais:

Mas, para alcançar esses resultados, foi mister uma transmutação de métodos, consistentes na adoção de critérios rígidos e imparciais, na seleção do pessoal docente e administrativo, de modo a eliminar as influências político – partidárias responsáveis pela estagnação das atividades educacionais do Governo.

Por exemplo, será bastante mencionar, pela singularidade e relevo (*sic*) na vida de ensino primário do Estado, a promulgação da Lei 7.436, de 30.07.64, que estruturou a carreira do ensino do primário oficial e que estabeleceu, entre outras medidas saneadoras, o ingresso no magistério mediante habilitação em concurso público, concorrendo apenas diplomadas, e a absoluta prioridade às substitutas efetivas diplomadas para a ocupação de cadeiras, extinguindo-se em conseqüência, a admissão de professoras leigas.<sup>42</sup>

---

<sup>42</sup> (APEC). Acervo Virgílio Távora. Série: Secretarias do Poder Executivo. Subsérie: Secretaria de Planejamento do Estado Ceará. Plano de Metas Governamentais (PLAMEG), p. 22, 1963.

O governo estadual da época produziu ações que visavam regular a contratação de professores por meio de concurso público. Afirmava-se a impessoalidade e a não aceitação da supremacia de interesses políticos partidários na gestão da esfera pública, no que diz respeito ao funcionamento administrativo do campo educacional estadual. Segundo o discurso oficial, esses fatores impediam a formação de um corpo funcional qualificado e competente.

No entanto, apesar da definição dos pressupostos mencionados, o poder público dialogava constantemente com as demandas do campo educacional gestadas no “dia-a-dia” da educação. Reivindicações que tornavam mais flexíveis as normas estabelecidas pelo poder instituído dentro de uma ótica norteadas por rígidos critérios de seleção do corpo docente e administrativo da educação no Ceará.

Portanto, o projeto de governo, esboçado no início da década de 1960, identificava a necessidade de construir uma postura de gerenciamento da educação, consubstanciada na imparcialidade e sem interferências partidárias. Um ideário que esbarrava e se nutria na tradição cultural local, permeada pela política do favor na formação do quadro de funcionários do setor público, não obstante, o concurso público fosse apresentado como indispensável para a contratação de docentes que iriam trabalhar no magistério estadual.

As concepções de Estado – baseadas na premissa de um poder público regulador da esfera educacional, bem como, entrecortadas por interesses individuais dos sujeitos que produziram correspondências para os poderes executivo e legislativo locais – é ponto fulcral no que diz respeito às análises dos percursos, conflitos e trajetórias do mundo educacional durante o período em questão.

De tal modo, a discussão de práticas de apadrinhamento, na esfera educacional, é relevante para o estudo proposto. Nas fontes de pesquisa analisadas, o conceito de paternalismo, certas vezes, atrelado às ações do poder público e de solicitantes, provoca indagações sobre as concepções de educação, apadrinhamento e gestão pública do período. Uma vez que objetivamos mergulhar no campo de estratégias discursivas que, por sua vez, podem afirmar ou negar práticas sociais consideradas paternalistas e movidas pela troca de favores. Ademais, é válido atentar que:

O apadrinhamento pode ser definido como um sistema político fundamentado em relacionamentos pessoais entre indivíduos

desiguais, entre líderes (ou padrinhos) e seus seguidores (ou afilhados). Cada parte tem algo a oferecer à outra. Os afilhados proporcionam apoio político aos padrinhos, bem como deferência, expressa em várias formas simbólicas (gestos de submissão, linguagem respeitosa, presentes, entre outras manifestações). Já os padrinhos oferecem hospitalidade, empregos e proteção aos afilhados. É assim que conseguem transformar a riqueza em poder. (BURKE, 2002: 104)

Nesse amplo campo de abordagem e interpretação do universo educacional descrito neste trabalho de pesquisa, torna-se relevante discutir a produção de relações que assumiam feições de apadrinhamento na resolução das problemáticas oriundas da educação. No entanto, essas questões permitem problematizar a construção do público e privado, permeada por práticas paternalistas, troca de favores e clientelismo, longe de conceitos abstratos e generalizantes, mas por um viés epistemológico que leva em consideração as especificidades de conceitos e categorias sugeridos pelas formações discursivas construídas na documentação investigada.

Os discursos sobre política educacional e esfera pública estadual, durante a década de 1960, são, de forma recorrente, abordados na documentação produzida pelos poderes executivo e legislativo, via Secretaria de Educação, Cultura e Secretaria de Planejamento do Estado que compõem o acervo Virgílio Távora.

Na documentação produzida pela Secretaria de Educação e cultura, entrevemos o anseio do poder público em estabelecer metas para a educação no Ceará:

Deve o Estado responsabilizar-se pela redução em 8 anos (1963 / 1970) de acôrdo (*sic*) com o Plano Nacional de Educação, de 70 % de deficit atual, ou seja, promover a matrícula de mais de 336 mil crianças. Os 30% restantes terão de correr à conta dos municípios e da iniciativa particular. O crescimento vegetativo das demandas decorrentes do crescimento demográfico geral, deverá ser atendido principalmente, pelos recursos extraordinários previstos no Plano Nacional de Educação.<sup>43</sup>

Deste modo, os discursos apresentados pelo PLAMEG, que davam suporte à proposta educacional, passaram por adequações no que tange às mudanças

<sup>43</sup> Arquivo do Conselho Estadual de Educação. Plano de Metas Governamentais. 1963-1966, p. 85.



ocorridas a partir da ditadura militar de 1964. Nesse momento, o Ceará, a exemplo de outros estados do país, sofria grande influência do modelo educacional proposto por a esfera federal, extremamente marcada por ações, programas, e propostas de ampliação da rede de ensino estadual e combate ao analfabetismo (VIEIRA, 2002).

No início da ditadura militar, é patente o esforço governamental com a finalidade de construir um Estado moralizador e antagonístico ao clientelismo. Esses elementos também fizeram parte do governo Virgílio. Neste período, havia por parte do discurso institucional, a necessidade de afirmar a construção de uma política educacional, marcada pela qualificação técnica do magistério e da equipe administrativa. Levava-se em consideração a perspectiva de selecionar professores e técnicos qualificados para o desempenho das funções inerentes às atividades de ensino. Pressupostos que dialogavam ao mesmo tempo em que confrontavam com as solicitações educacionais.

A investigação sobre a história da educação no Ceará, à época de Virgílio, aponta para uma inserção no campo dos discursos produzidos pelo executivo estadual e legislativo federal sobre política educacional e categorias de público e privado construídas no cotidiano escolar cearense na segunda metade do século XX.

Desse modo, o conjunto de registros oficiais contidos no Acervo Virgílio Távora, em seus inúmeros relatos, traz à tona as políticas públicas arquitetadas para o Ceará entres os anos de 1963 a 1982 em programas, planejamentos e ações governamentais oriundos do executivo estadual. Por conseguinte, a interpretação histórica dos registros oficiais produzidos pelos poderes constituídos, contidos nos arquivos públicos, remete às seguintes reflexões:

Ora, um novo enfoque histórico sobre a educação exige que se ultrapassem os parâmetros dos discursos oficiais expressos na legislação e se caminhe no sentido não apenas de encontrar novas fontes, mas também renovar o olhar sobre universos documentais já trabalhados. Não se trata de recusar as fontes oficiais, mas valorizá-las por outros aspectos que procurem reconhecer a capacidade de ação e recriação das bases do processo de ensino - aprendizagem e que define o conteúdo pedagógico das ações conduzidas nas escolas e no campo da educação. (KNAUSS, 2001: 208)

Ao fazer referência à abordagem teórica dos registros oficiais aqui selecionados, é plausível atentar para a dimensão de desconstrução da

documentação oficial, como também é possível estabelecer procedimentos teóricos de investigação no próprio confronto com outras fontes documentais não oficiais, produzidas por sujeitos que fizeram parte do universo educacional ora focado. Buscamos, nesse trabalho, estabelecer um enfoque que investigue as tensões e apropriações contidas nas conexões existentes entre os discursos governamentais e reivindicações de sujeitos do mundo educacional registradas nas correspondências pessoais do acervo Virgílio Távora.

A pesquisa sobre a sociedade brasileira, na segunda metade do século XX, permite lançar um olhar sobre as relações sociais que confrontam as regras impostas pelo Estado. Tais ações eram atravessadas por valores da esfera familiar em contraposição ao caráter impessoal e legalista da esfera pública, assim:

O pai é a rua, o Estado é o universo implacável das leis impessoais. O filho é a casa com suas relações calorosas, sua humanidade e seu sentido de pessoa feita de carne e osso. E, finalmente, o Espírito Santo é a relação entre os dois, “o outro lado” do mistério. A virtude que fica no meio – em cima do muro. (DAMATTA, 1997: 26)

No período focado, temos a construção de um ideário de Estado nacional voltado para o desenvolvimento e ordem do país. Em certa medida, há uma apropriação dos padrões culturais apresentados por Damatta, na esfera pública educacional cearense. Observamos ações cotidianas do universo educacional que confrontavam com o caráter impessoal do Estado. O poder público assume um amplo papel de avaliador dos interesses de sujeitos educacionais, tantas vezes, representados por parlamentares.

Há hoje, no Brasil, muitos trabalhos que versam sobre as relações entre o público e o privado. Damatta (1990) se insere nesse rol quando aborda a construção social da expressão “sabe com quem você está falando?” em um trabalho de pesquisa que investiga a apropriação dessa estratégia discursiva por brasileiros pertencentes a segmentos sociais diferenciados. Segundo o autor, o Brasil, na ditadura militar pós-64, era regido por um sistema político, autoritário, centralizador e antidemocrático que assolava o cotidiano da população.

Nas relações de poder que definiram, muitas vezes, o uso do poder público de acordo com interesses individuais, o uso cotidiano da expressão “sabe com quem você está falando?” demarca a construção de relações sociais norteadas por

mecanismos de intimidade, consideração e respeito. Uma terminologia que suscita hierarquias construídas na sociedade brasileira contemporânea.

Esses códigos de conduta, de certa forma, governam os valores culturais do modo de vida brasileiro. As referidas ações adentram na esfera das situações públicas, quando algum brasileiro se depara com a perspectiva de cumprir uma lei de caráter universal, pois, esse modo de se relacionar remete à possibilidade de burlar normas instituídas. Deste modo, podemos discutir que normas e regras foram construídas na esfera institucional da educação no Ceará, em um período em que as práticas sociais mencionadas ganharam grande proporção.

No presente estudo as limitações do poder público, a despeito de cumprir programas educacionais com base nas legislações federais e estaduais, incentivavam as solicitações gestadas na educação local, sobretudo, nas questões referentes à construção de possíveis “atalhos” que contavam com o apoio de parlamentares devido o poder público estadual não atender os interesses municipais. Prefeitos, vereadores ou indivíduos que tinham acesso e elos políticos com parlamentares, poderiam produzir formas de se contrapor ao cotidiano problemático da educação.

Na relação entre o uso do favor e o acesso ao ensino no Ceará, os mecanismos de inserção nos meandros burocráticos do Estado estavam munidos da força do contato pessoal com o poder público que retirava o indivíduo da condição de anonimato e lhe apresentava na posição de amigo, compadre, eleitor fiel, entre outros papéis sociais não apresentados nas definições administrativas e documentos institucionais da educação. Pelo prisma da reflexão sugerida, um funcionário público de Tabuleiro do Norte, num pedido de apoio ao parlamentar, afirmou:

Senhor Deputado Virgílio Távora

Tem esta como objeto solicitar de Vossa Excelência uma bolsa de estudo para um filho meu que inicia este ano o Curso Científico, no Ginásio Diocesano de Limoeiro do Norte.

Sempre recebi do Deputado [nome] meu compadre e amigo, um auxílio com bolsas estaduais que em parte muito me ajudaram, porém, tais bolsas não mais existem.

No início deste ano, nós funcionários da Secretaria da Fazenda, tivemos nossas porcentagens diminuídas, pois com a reforma tributária desapareceram as porcentagens do Fundo Comum (Referentes à arrecadação do Imposto de Indústria e Profissões, ora extinto) que representam no mínimo um terço das nossas vantagens. Dado isso vejo-me na impossibilidade de manter os meus quatro

filhos no colégio, a não ser que receba de Vossa Excelência, a quem sempre admiramos, a bolsa solicitada.<sup>44</sup>

[nome]

Neste relato, reafirmam-se relações entre parlamentares, instituições de ensino e funcionários públicos. Educar os filhos era tarefa difícil, devido, por um lado, ao número da prole e, por outro, aos cortes nos vencimentos do funcionário público, sendo necessário recorrer ao compadrio, sedimentava-se um elo de proteção entre solicitante e parlamentar. A inexistência “das bolsas do antigo deputado” e os anseios de garantir o ensino dos filhos impulsionavam a necessidade de inserção nos códigos de relacionamento do Estado apontados pelo solicitante.

Os apelos de concessão das tão valorizadas bolsas de estudos, representava tanto para quem “pedia”, como para quem “dava” um bom negócio no jogo de trocas de benefícios que constituíam e delimitavam o cotidiano da educação, perpassado por programas de governo e pretensões individuais. Num universo social cujo acesso ao ensino público tornava-se deficitário e limitado, as formas que os indivíduos buscavam para ingressar no ensino particular produziam um entrelaçamento entre o apoio institucional e a política do favor.

Na ótica de problematizar as questões sugeridas pelas fontes de pesquisa, outro trabalho de acentuada relevância é o de Holanda (1995) que analisa o mundo rural e a urbanização na sociedade brasileira. A abordagem enfatiza a permanência de práticas sociais do ruralismo no espaço citadino. O autor identifica essas ações como “herança rural”. O mundo rural, dentro desse prisma, produz relações senhoriais de mando e obediência, que irão permear o espaço urbano e o funcionamento das instituições burocráticas do Estado nacional, em formação, no Brasil do século XIX. Códigos das relações patriarcais adentram o espaço público na perspectiva de construir e redefinir normas e leis, de acordo com interesses particulares, rompendo a ideia universalizante e legalista proposta pela esfera pública. Conforme Holanda (1995:82):

O quadro familiar torna-se, assim, tão poderoso e exigente, que sua sombra persegue os indivíduos mesmo fora do recinto doméstico. A

---

<sup>44</sup> APEC. Acervo Virgílio Távora. Série: Câmara Federal. Subsérie: Correspondência expedida e recebida (1967-1970). Correspondência de [nome]. Tabuleiro do Norte, 28 de fev. de 1967.

entidade privada precede sempre, neles, a entidade pública. A nostalgia dessa organização compacta, única e intransferível, onde prevalecem necessariamente às preferências fundadas em laços afetivos, não podia deixar de marcar nossa sociedade, nossa vida pública, todas nossas atividades. Representando como já se notou acima, o único setor onde o princípio de autoridade é indisputado, a família colonial fornecia a idéia mais normal de poder, da respeitabilidade, da obediência e coesão entre os homens. O resultado era predominarem, em toda a vida social, sentimentos próprios à comunidade doméstica, naturalmente particularista e antipolítica, uma invasão do público pelo privado, do Estado pela família.

O mundo doméstico – ou seja, a esfera familiar e privada – invade e define, muitas vezes, o funcionamento do espaço público. A sociedade brasileira constrói uma dinâmica social pontuada por laços de proteção e obediência, típicos do patriarcalismo colonial e da comunidade doméstica, possibilitando a intervenção e apropriação do Estado com base em valores culturais do universo familiar.

O personalismo, a flexibilidade das instituições e falta de coesão social são elementos que compõem a formação cultural do país. Assim, o trabalho citado frisa que a personalidade perpassa a sociedade brasileira, ao produzir um tipo de conduta social norteadas pelo peso das relações afetivas em detrimento da impessoalidade do Estado.

O período abordado por este trabalho de pesquisa aponta para práticas governamentais no Ceará atravessadas por ações e discursos personalistas: invasão do público pelo privado e fortalecimento do papel de protetor social definido para o poder governamental. Dessa forma, observamos que as reflexões propostas por Sérgio Buarque possibilitam inquirição sobre a relação entre política e poder público na educação cearense.

As fontes de pesquisa incitam questionamentos sobre identidade nacional, permeada pelos poderes instituídos locais, valores culturais, práticas educativas, cotidiano escolar e a política educacional no Ceará ao início da década de 1960. Sobre o Brasil do período em questão, afirma-se que:

A ditadura militar instaurada no país a partir de 1964, sob a justificativa de modernização econômica da sociedade, operou uma intervenção de grande envergadura no sistema educacional brasileiro, atingindo todos os níveis de ensino (primário, médio e superior), todos os seus ramos (acadêmico e profissional) e o seu

funcionamento, através de medidas de reestruturação administrativa, planejamento e treinamento de pessoal docente e técnico. (SHIROMA, 2004: 351)

Discutir a década de 1960 no Ceará e Brasil significa, também, refletir sobre os discursos que norteavam a política educacional do Estado nacional, especialmente, no que tange às práticas educativas que visavam redefinir o modelo educacional brasileiro em todos os níveis. Além disso, é interessante refletir sobre os desejos de reformular a legislação educacional e as formas de ensino em vigor. O Ceará buscava articulação com o ideário do governo federal voltado para a construção de planos e programas educacionais que deveriam ser aplicados no cotidiano escolar, com grande destaque para a relação entre ensino-trabalho, formação técnica de docentes e infraestrutura das escolas públicas. Esse ideário era atravessado pela noção de progresso da nação brasileira. Nessa sintonia, o governo estadual, ao produzir um documento que estabelecia relações entre reforma administrativa, desenvolvimento social e educação, produziu a seguinte afirmação:

Não será possível levar por diante um plano sério de desenvolvimento econômico e social do Estado sem que, dentro dele, obtenham prioridade as tarefas relativas à educação.

Com a votação pelo congresso, da lei de diretrizes e bases da educação nacional, é indisfarçável que o ambiente educacional recebeu como que um sopro rejuvenescedor em todo o país, estimulado pela a ação benéfica daquele diploma legal, que não apenas impôs a elaboração de um Plano Nacional de Educação como propiciou recursos materiais para sua execução ao instituir em base ponderáveis, o Fundo Nacional de Ensino Primário, o Fundo Nacional de Ensino Superior, apenas este último com a sua capacidade financeira já virtualmente atingida no Orçamento da União. [...]

No que tange ao Ceará, está o governo ao iniciar-se 25 de março consciente da extensão das suas responsabilidades ainda assim, animado por uma dose acentuada de otimismo quanto à execução do seu Plano de Metas, como convém, aliás, a qualquer empreendimento desse vulto. E, no particular do setor educacional, é seu próprio sentido humano dar-lhe a ênfase indispensável, sem a qual não terão sentido humano os resultados por ventura obtidos nos demais setores.<sup>45</sup>

---

<sup>45</sup> APEC. Acervo Virgílio Távora. Série Produção Intelectual. Subsérie: Entrevistas, palestras, declarações e depoimentos. Reforma administrativa e levantamento da rede escolar. PLAMEG (1962-1982), p. 2.

A rigor, buscava-se não dissociar a educação do desenvolvimento econômico, na perspectiva de modificar o perfil administrativo, e qualificar o corpo docente fatores considerados essenciais para atender as metas desenvolvimentistas do governo. Isso por intermédio da melhoria da infra-estrutura da rede de ensino estadual, aumento da oferta de matrículas, contratação e qualificação do magistério. Pontos de enfrentamento da política educacional estadual que dialogavam com solicitações permeadas pela troca de favores, promessa pessoal, eleitoral e práticas sociais consideradas paternalistas ancoradas na força de correspondências que traduziam problemas da educação.

De certo modo, podemos afirmar que as práticas de planejamento da educação no Ceará foram extremamente influenciadas pelo ideário nacional e estavam sedimentadas em um discurso “civilizador” voltado para a homogeneização do conhecimento, muitas vezes, negligenciando alunos e professores. Estes sujeitos encontraram saídas para as imposições, deficiências e limitações do Estado acerca das problemáticas educacionais por meio de correspondências produzidas que forjavam uma maior aproximação entre poder público e sujeitos que compunham o universo educacional.

No entanto, na leitura dos documentos produzidos pela Secretaria de Educação e Cultura do Governo Virgílio Távora, identificamos discursos de afirmação dos esforços governamentais, a fim de estabelecer planos e programas educacionais que pudessem superar os problemas de administração, capacitação de professores, infra-estrutura das escolas estaduais e ampliação do ingresso de alunos na rede de ensino. O Estado, assim, fez uso de medidas burocráticas, posturas reguladoras e coercitivas para concretizar o padrão educacional estabelecido para o Brasil no período.

As instituições estaduais de ensino, contudo, buscavam fortalecer articulações políticas com a finalidade de obter recursos financeiros junto ao Estado, dentro dos novos pressupostos institucionais estabelecidos na época. Assim expressou seus interesses a Virgílio Távora, a associação assistencial do município de Independência, em Agosto de 1967:

Deputado Virgílio Távora

A Associação Assistencial de Independência vem realizando neste Município, um trabalho promocional de elevado alcance social, carecendo, porém de recursos financeiros para que a execução de seus planos não sofra problemas de solução e continuidade.

Iniciamos no ano próximo passado, a construção de um prédio para funcionamento de uma Escola de Iniciação Profissional, não concluída por falta de recursos. Temos contribuído na medida do possível, para erradicação do analfabetismo em nosso Município e estamos realizando com as Comunidades dos Bairros (as menos favorecidas), um programa de promoção que abrange o trinômio: Educação, Higiene e Saúde.

Apelamos para o prestígio e alto espírito de compreensão e altruísmo de Vossa Excelência no sentido de obter alguma dotação no corrente ano, em benefício da supracitada. Associação.<sup>46</sup> [nome]  
Presidente

Neste período no Ceará e Brasil insurgiram muitas iniciativas da sociedade civil, de instituições de ensino e dos governos estaduais que visavam erradicar o analfabetismo e melhorar as condições de acesso ao ensino no país. Isso, muitas vezes, por intermédio da combinação entre trabalho e educação, considerados pilares do desenvolvimento estadual, principalmente no que tange a atuação junto às camadas populares.

As regiões estaduais desprovidas de apoio parlamentar poderiam amargar o isolamento e a carência de recursos financeiros para a execução de seus projetos educacionais. A associação de Independência pleiteava recursos para combater o analfabetismo e incentivar a valorização do trabalho, requisitos norteadores de uma política educacional estadual que se propunha a ser bem sucedida. Tal tipo de solicitação se inseria na perspectiva de discursos, produzidos na documentação investigada, que sedimentavam relações sociais estabelecidas via “favor” entre instituições de ensino, parlamentares e poder público. Todavia, as propostas contidas em programas governamentais e solicitações de sujeitos que visavam enfrentar as problemáticas educacionais impeliam redefinições e adequações para gestão da educação em face dos anseios apresentados.

Dessa forma, cabia ao poder público, por intermédio da Secretaria de Educação, mapear, identificar, conhecer as deficiências e prioridades do mundo escolar cearense, debater, fazer levantamentos estatísticos, formar e capacitar

---

<sup>46</sup> APEC. Acervo Virgílio Távora. Série: Câmara Federal. Subsérie: Correspondência expedida e recebida (1967-1970). Correspondência de [nome]. Independência, 5 de ago. de 1967.



professores. Tencionando ampliar o acesso ao ensino através da concessão de bolsas de estudo, do aumento da oferta de matrículas, da criação de novas escolas nos municípios e da liberação de maiores recursos para a educação. Elementos que também eram redefinidos em face de solicitações educacionais produzidas e intervenção de parlamentares.

Todavia, os especialistas em educação da época, que participaram do primeiro governo de Virgílio, davam relevo à necessidade de aproximação entre as metas estaduais e o conjunto de planos e medidas educacionais produzidos pelo governo federal. De acordo com Edgar Linhares, técnico e educador que participou do processo de definição das necessidades de reestruturação da educação no Ceará, temos que:

A nova administração não poderá ignorar alguns aspectos externos que influirão certamente a existência do plano nacional de educação, do plano trienal, da planificação educacional da Sudene, da aliança para o progresso. Como fator interno importantíssimo, a existência do próprio plano de governo. [...] A própria estrutura do plano precisa ainda ser estudada em vários aspectos, como: formulação dos objetivos de alguns setores novos inteiramente para o estado. Como ensino industrial, ensino agrícola e ensino de adultos.<sup>47</sup>

Na perspectiva do discurso apresentado, um conjunto de ações educacionais produzidas na esfera federal deveria servir de referência para a política pública do estado. O modelo educacional local era alvo de reflexões entrecortadas pelos conflitos entre o ideário educacional estadual e o cotidiano escolar no Ceará. A definição de prioridades para a educação local estava em processo de construção, num campo de tensões que extrapolava o universo da macro-política nacional e planejamentos estaduais em face das articulações políticas, troca de favores, promessas eleitorais, demandas e solicitações produzidas por sujeitos que vivenciaram o cotidiano educacional registrado em diversas correspondências destinadas ao poder público.

Em suma, durante a segunda metade do século XX, no Ceará, um universo social eivado de estratégias discursivas, apropriações e formas de inserção na esfera pública era construído. Entre mecanismos de impessoalidade e atendimento

---

<sup>47</sup> APEC. Acervo Virgílio Távora. Série: Secretarias do Poder Executivo. Subsérie: Secretaria de Educação (1957-1982). Plano Setorial de Educação. 1963, p. 2.

de solicitações educacionais, oscilava o discurso governamental, marcado pela proposta de promover o progresso na educação e escutar as “vozes” de sujeitos negligenciados em tantas gestões públicas anteriores. Em mais um trecho de documentação pesquisada que tratava dos pressupostos de reforma administrativa do governo estadual, alcançamos os anseios de fortalecer a aproximação entre gestão pública e profissionais da educação:

Omitia-se a Secretaria de Educação (SEC) como órgão estimulador e inspirador da Educação no Estado, a ponto de ser desconhecida da sua Diretoria de Ensino Primário até a localização das unidades escolares. Ilustra esta afirmação a surpresa com que foi recebida uma comissão da SEC no interior: “Há 25 anos sou professora neste lugar e nunca recebera uma só visita de qualquer pessoa da Secretaria de Educação”, dizia uma professora no sul do Estado.”<sup>48</sup>

O governo destacava a necessidade de produzir levantamentos do funcionamento administrativo do setor educacional que pudessem contribuir para a resolução dos problemas identificados. De certa forma, as referidas ações, apontavam também a necessidade de aproximação entre os sujeitos que vivenciavam as problemáticas educacionais. O governo buscava referendar um contato inicial entre poder público e profissionais da educação, mediante promoção de um diálogo considerado inexistente em outras épocas, além de anunciar um “novo tempo” sob a égide do planejamento. Muito embora, essa gestão pública, ao gerenciar a educação estadual, apresentasse muitos elementos dos antigos valores da tradição cultural brasileira, especialmente no que se refere a clientelismo, paternalismo e troca de favores.

Portanto, a análise do período em foco traz a lume múltiplas experiências e estratégias discursivas de sujeitos que vivenciaram o campo educacional:

Enfim, em escala bem mais ampla, é preciso reconhecer grandes planos no que poderíamos denominar a apropriação social dos discursos. Sabe-se que a educação, embora seja, de direito, o instrumento graças ao qual todo o indivíduo, em uma sociedade como a nossa, pode ter acesso a qualquer tipo de discurso, segue, em sua distribuição, no que permite e no que impede, as linhas que estão marcadas pela distância pelas oposições e lutas sociais. Todo

---

<sup>48</sup> APEC. Acervo Virgílio Távora. Série Produção Intelectual. Subsérie: Entrevistas, palestras, declarações e depoimentos. “A dinâmica do PLAMEG” (1962-1982). p. 6.

sistema de educação é uma maneira política de manter ou modificar a apropriação dos discursos, com os saberes e os poderes que eles trazem consigo. [...] O que é afinal um sistema de ensino senão uma ritualização da palavra; senão uma qualificação e uma fixação de papéis para os sujeitos que falam; senão a constituição de um grupo doutrinário ao menos difuso; senão uma distribuição e uma apropriação do discurso com seus poderes e seus saberes? (FOUCAULT, 1996: 43-44)

Na abordagem de discursos governamentais e correspondências que trazem a problemática da educação, é possível atentar para formas de conceber a atuação do poder público em razão das tensões sociais produzidas nos espaços educacionais. Em discursos gestados, saberes e poderes são evocados. Papéis são fixados para os sujeitos que fizeram parte desse universo social, marcado por uma apropriação social das formas de conceber o campo educacional no Ceará, perpassada, ainda, por afirmações e negações construídas no diálogo estabelecido entre as solicitações educacionais e a esfera pública durante a época em que favor e planejamento dialogavam e entravam em conflito.

## CAPÍTULO 3 – QUALIFICAR A SÚPLICA

### 3.1 A carta define o solicitante

*(...) só me lembro de vós para pedir,  
mas de qualquer modo sempre é uma lembrança.*

Carlos Drummond

Este capítulo enfoca a relação entre solicitações educacionais, trabalho, qualificação profissional, conforme a abordagem dos papéis sociais atribuídos aos mediadores (“padrinhos”) das súplicas educacionais e ao Estado. Também focalizaremos a construção de uma escrita de si nas fontes de pesquisa destacadas. A partir da análise de correspondências do acervo Virgílio Távora e discursos de planejamento da educação estadual entre 1966 e 1982. Nesse corte temporal, mais uma vez, Virgílio se tornou deputado e, pela primeira vez, assumiu a tarefa de legislar no Senado. Além disso, exerceu seu segundo mandato de governador do Estado.

No diálogo com a documentação, observamos solicitações que produziram discursos afirmativos de uma íntima relação entre campo educacional, trabalho, atributos profissionais e prática do favor na esfera pública. Especificamente, num momento em que se reafirma o planejamento governamental com base nos fundamentos difundidos pelo primeiro PLAMEG I (1963-1966).

Na documentação, há um forte diálogo entre Virgílio e solicitantes, entremeado pelas diretrizes e deliberações do legislativo federal e executivo estadual, em um cenário que gestou diferentes súplicas educacionais cujos discursos apontavam para uma íntima relação entre formação educacional, trabalho e desenvolvimento social. Deste modo, os embates de acesso à educação também eram descritos nas narrativas epistolares que nos servem de suporte para investigar a prática do favor, mediação e suas inter-relações com a valorização da formação educacional.

No trabalho de investigação, estabelecer relações entre problemas educacionais descritos em correspondências no período focalizado e propostas

educacionais produzidas pelo poder público é crucial. Por isso, também buscamos investigar o ideário construído pelo Plano de Metas de Governamentais (PLAMEG II 1979-1983) e os discursos contidos em pedidos e reivindicações que tratam da temática da educação. A fim de discutir as relações entre trabalho, qualificação profissional, apadrinhamento e o uso da escrita epistolar na resolução de problemáticas do campo educacional.

Assim, consideramos necessário problematizar as possibilidades de abordagens da memória escrita preservada no fundo documental Virgílio Távora. Convém observarmos que, de maneira específica e minuciosa, o PLAMEG II contemplou a educação como parte integrante do desenvolvimento econômico do Estado. O referido programa estadual identificou problemas e prioridades para o campo educacional. Além disso, abriu possibilidades de comunicação do poder público estadual com sujeitos que vivenciaram o setor da educação.

A prática do planejamento educacional está presente em todo o corte temporal dessa pesquisa. Entretanto, nesse capítulo, em face do trabalho de pesquisa apontar um número acentuado de correspondências destinadas a Virgílio sobre problemáticas da educação, trabalho e qualificação profissional, pretendemos priorizar o estudo desta documentação. Neste primeiro item, tratamos de forma preferencial das correspondências enviadas para Virgílio no momento em que ocupou a função de deputado: nas fontes de pesquisa examinadas, professores, prefeitos, estudantes e parlamentares apresentam atributos e saberes de um profissional qualificado? A qualificação era um instrumento de inserção no universo de trocas e acordos políticos governamentais?

Em muitas das correspondências consultadas, reforçava-se a idéia de “estudar para vencer na vida”, o triunfo individual e o desenvolvimento do Estado, em parte, associavam-se à capacitação profissional por meio da educação. Em sintonia com a lógica assinalada, um solicitante, ex-prefeito municipal, descreveu a saga de seu conterrâneo que teve uma trajetória de vida marcada pela dificuldade de acesso a educação. Situação que levou o estudante a buscar inserção no mercado de trabalho e interromper sua formação educacional. Conforme a seguinte narrativa:

Deputado Virgílio Távora

Encontra-se em Brasília um meu conterrâneo- [nome]- Estudante, curso ginásial foi feito aqui, graças aos esforços de um pai dedicado, nosso eleitor, funcionário público, tendo às costas uma dúzia de filhos, entre estes, seis estudantes. Em face da (*sic*) dificuldades de cursar um científico, resolveu ser “candango” na capital federal, restando apenas a nossa ajuda, para vencer os obstáculos da vida com mais facilidade. Daí a razão da minha carga, qual seja a de encarecer de Vossa Excelência que tantos serviços têm prestado à minha terra. Um lugar ao sol para este pobre coitado!!<sup>49</sup>

Diversas correspondências examinadas enfatizavam a relevância da formação educacional para a vida dos solicitantes, muitas vezes, interrompida por dificuldades econômicas. Com base nessas primícias, os correspondentes fundamentavam a necessidade de postular um emprego mediante intermediação parlamentar. Percebemos, deste modo, os antagonismos vivenciados por estudantes que apontavam conflitos existentes entre os anseios de garantir à sobrevivência e os objetivos de ter acesso a instrução formal nos espaços institucionais do Estado.

As narrativas pesquisadas, a exemplo do caso acima descrito, apresentavam o setor educacional como um espaço de suporte para o crescimento profissional. Ao pedirem emprego a um parlamentar, assinalavam que, sem a continuidade de seus estudos, não conseguiriam enfrentar as limitações sociais de acesso à educação. Além disso, não teriam condições de desempenhar com competência técnica uma atividade profissional.

Uma análise de correspondências recebidas pelo Governo em Santa Catarina, entre 1937 e 1945, expõe que os indivíduos das camadas populares destacavam atributos morais na construção de suas solicitações para o poder público:

Estas cartas retratam as relações da época com os governantes: a família como valor precioso, os filhos educados nos preceitos de brasilidade e patriotismo, o sacrifício pelo país, e bom governante, aquele que ampara, é justo, não abandona seus filhos. É honrado o cidadão que protege e provê sua família, é responsável e não falta com seus compromissos; a conduta como valor imprescindível para um bom cidadão. (FAVERI, 2006: 110)

<sup>49</sup> APEC. Acervo Virgílio Távora. Série: Câmara Federal. Subsérie: Correspondência expedida e recebida (1967-1970). Correspondência de [nome]. Cedro, 27 de mar. de 1967.

O trabalho de investigação citado traz à tona correspondências que desvelavam valores culturais gestados no período do Estado Novo. Documentos que registram representações sociais associadas à valorização da pátria, família, trabalho e honestidade. Prover a família e ter dedicação e empenho pelo crescimento do país fazia do solicitante, um homem digno, respeitável e com grande potencial profissional. Condição que, na lógica das justificativas narradas, qualificava os trabalhadores correspondentes a despeito do atendimento de seus pedidos.

De maneira análoga, na documentação analisada por nós, percebemos que ser responsável, enfrentar as adversidades da vida, os empecilhos de não poder continuar as atividades de ensino, dava respaldo às solicitações elaboradas, ao mesmo tempo em que, reforçavam a relação entre trabalho e educação. Os esforços empreendidos pelos solicitantes, na busca de ampliação da formação educacional, fortaleciam a relevância e legitimidade de pedidos expressos em diversas correspondências.

Componentes esses que são descritos como constitutivos de uma conduta moral respeitável, considerada digna de um indivíduo cujo grande interesse era conseguir emprego, por isso era necessário se ter completa formação educacional, assim, se fundamentava o discurso do “porta-voz” do solicitante. Os referidos atributos poderiam fazer com que o solicitante se dedicasse ao preparo técnico e intelectual específico do mundo da educação. No caso enfocado, sobre os entraves do estudante acerca de manter a sobrevivência e ter uma formação educacional, afirmava-se:

O [nome] sempre se portou em Cedro pela maneira responsável com que encarava os estudos e dor da batalha “árdua” que seu genitor enfrentou para mantê-los em Ginásio, consistindo em quase toda sua vida estudantil, um rapaz estudioso e conhecido particular, como o é o nosso.

Acredito no seu espírito generoso e por isso já estou crente da vitória desse pau de arara ai, em Brasília. Tudo em paz, em Cedro. Entreguei, graças a Deus, a Prefeitura, para durante os quatro anos que se aproximam ter condições energéticas para trabalhar pela sua volta ao Ceará, pois o Palácio da Luz já se “domesticou” com Vossa Excelência. Precisamos os cearenses de bom senso, recuperar o atraso dos anos perdidos...

Venho [...] extensivos a Dona Luiza, os protestos da elevada estima e consideração.

[nome] Ex-Prefeito.<sup>50</sup>

Na correspondência ora focalizada, o indivíduo alvo da solicitação contava com o apoio do ex-prefeito de Cedro que justificava seu pedido em face de considerar que o estudante possuía os seguintes atributos: empenho para o trabalho, estudioso, dedicado e “conhecido particular” do político mediador e de Virgílio. Além disso, segundo o prefeito, era possuidor de grande capacidade de superação, por ter conseguido concluir a fase inicial de seus estudos apesar de suas condições sociais serem extremamente desfavoráveis. A expressão “conhecido particular” traz consigo a idéia de intimidade existente entre o estudante e o prefeito. A referência aos laços apontados referendava a necessidade do pedido.

Além disso, a fonte examinada reiterava a existência de uma grande rede de reciprocidade e troca de favores construídos por prefeitos, vereadores, deputados, senadores, pais, padres, estudantes e professores que produziram apelos, súplicas e solicitações que descortinavam estratégias discursivas em meio aos embates educacionais do cotidiano estadual cearense. É necessário reconhecer que personalismo e intimidade eram elementos considerados válidos e necessários na perspectiva de desatar os “nós” do universo da educação.

A “saga” descrita do jovem que abandonou sua terra natal em face de circunstâncias avessas a sua vontade, “forçado” a buscar no mercado de trabalho uma saída para a impossibilidade de ter acesso ao ensino, permite problematizar as demandas do campo educacional no Ceará. A problemática apresentada é representativa de uma sociedade que evidenciava grandes limitações para a formação educacional.

Portanto, é plausível afirmar que, para o solicitante, as dificuldades apresentadas, davam legitimidade à concessão do favor por parte do “generoso deputado” que sabia o valor do trabalho e da formação educacional, neste caso, em especial, barrada por motivos econômicos expostos na súplica do ex-prefeito.

A justificativa da necessidade do apoio parlamentar, na resolução das problemáticas do mundo do trabalho, é descortinadora de componentes de uma sociedade que afirmava o imperativo da interação entre desenvolvimento

---

<sup>50</sup> APEC. Acervo Virgílio Távora. Série: Correspondência Geral. Subsérie: Cartas Expedidas do Brasil (1967-1970). Correspondência de [nome]. Cedro, 27 de mar. de 1967.



profissional, saber especializado e formação educacional. Propósitos de progresso social difundidos pelos discursos de planejamento da educação construídos entre os anos de 1960 e 1970, no Ceará.

Em muitos momentos, afirmou-se a resolução dos problemas sociais pelo aprimoramento e expansão do sistema educacional. Entretanto, as súplicas retravam a existência da necessidade de emprego para garantir à sobrevivência, que se tornava uma prioridade a despeito de dar prosseguimento as atividades educacionais. Assim, emergia a figura do padrinho, do parlamentar que seria um impulsionador da superação dos obstáculos ora apresentados.

Nos discursos gestados pelas correspondências em foco é notória a sintonia entre argumentações formuladas nos pedidos e os desígnios de engrandecimento econômico do Estado. Os intuitos de destacar os atributos voltados para os anseios de qualificação profissional e melhoria das condições de sobrevivência, passavam por uma afirmação da relevância da formação educacional por meio de uma conexão entre ensino, formação técnica e preparação para o mundo do trabalho.

Observamos que a ação de um deputado ao escutar os anseios das camadas populares, dos indivíduos excluídos do processo educacional, representava para os solicitantes uma afirmação de seu interesse em avaliar as necessidades apresentadas. Além de registrar preocupação e apreço com o setor da educação.

Homens e mulheres que vivenciaram as limitações do acesso ao campo educacional considerado, na época, um dos pilares do crescimento profissional, identificavam no uso do pedido de emprego uma única saída para se inserir no campo da instrução formal.

Clamores perpassados por um quadro social que cerceava o direito à educação e também poderia restringir a entrada de muitos indivíduos no mercado de trabalho local, em face da valorização da especialização do trabalhador por meio da formação educacional propalada a nível estadual.

No amplo universo de correspondências do acervo Virgílio Távora, a problemática do desemprego e da impossibilidade de vivenciar a esfera do ensino no âmbito institucional eram norteadores de solicitações que apontavam para a busca do amparo protetor de um parlamentar ou do próprio Estado. Na análise de cartas destinadas a Getúlio Vargas no Estado Novo que tratam da temática do emprego, Ferreira (1997b: 32), afirma:

Ao apresentarem suas condições de existência, os personagens se apropriam das concepções dominantes acerca do Estado amparador e realizador das aspirações humanas para cobrarem eficiência em casos exemplares. Desempregados, passando necessidades de toda ordem, para eles é interessante que haja um Estado que diga ampará-los e que exalte as virtudes do trabalho, porque se trata de uma oportunidade para conseguirem um meio de vida e alcançarem a cidadania social.

Nas cartas enfocadas pelo autor, a noção de Estado protetor, difundida durante a era Vargas, é apropriada pelos trabalhadores. Noção que fora retomada e re-apropriada pela ditadura militar pós-64, no Brasil. Perspectiva essa pautada em mecanismos que pudessem permitir a eficiência da máquina pública. De maneira bem análoga aos indivíduos que enviavam cartas para Getúlio no Estado Novo, os sujeitos produtores de correspondências educacionais no Ceará, também se apropriavam do projeto modernizador governamental a fim de garantir uma atividade profissional temporária na gestão pública vigente.

Proteção, planejamento, desenvolvimento social, valorização do trabalho, dificuldades de acesso à educação, investimento na formação educacional consubstanciavam as formulações e justificativas de solicitantes que vivenciaram embates do campo educacional. Argumentações que se nutriam dos propósitos e discursos governamentais de crescimento econômico-social do Ceará.

O ato de conseguir um trabalho poderia lhe render as condições mínimas de sobrevivência mediante a apropriação de uma lógica institucional, voltada para o entrelaçamento entre educação, desenvolvimento social, aperfeiçoamento profissional e afirmação de um modelo de Estado protecionista. Por outro lado, nos casos em que ocorria o preterimento das atividades de ensino em favor do trabalho remunerado, evidenciamos uma contraposição aos propalados discursos governamentais imbuídos de fortalecer o atrelamento entre campo educacional e desenvolvimento econômico.

Num amplo campo de construção de discursos sobre o papel social da educação, as solicitações formuladas afirmavam a necessidade da prática do favor como mecanismo de resolução das problemáticas educacionais apresentadas, longe dos propósitos de impessoalidade e planejamento educacional do Estado. As limitações de acesso a educação lançavam o indivíduo nas mãos da “generosidade”,

“sensibilidade” e “bondade” do parlamentar. No campo de solicitações registradas no acervo de Virgílio, o ato de estudar e os objetivos de obter formação profissional, estavam em inúmeros casos atrelados a “boa vontade” e apoio de um deputado que poderia contribuir para a realização de tal intuito.

A mediação de Prefeitos era, em muitos casos, norteadada pela referência a atributos educacionais, numa época que fazia parte do imaginário governamental a valorização da formação técnica. Desse modo, capacitação para o mundo do trabalho e educação poderiam ser dimensões antagônicas ou complementares na gestão das correspondências examinadas.

Enfim, os relatos faziam uso de discursos vigentes sobre as definições de desenvolvimento educacional produzidas, num propósito de pedir apoio para a formação educacional. Ademais, vinha à tona o conflito entre: “trabalhar para estudar ou estudar para trabalhar”, embates expressos nas solicitações elaboradas em diversas correspondências destinadas a Virgílio Távora.

Nos discursos oficiais, a educação era apresentada dentro da ótica de propiciar desenvolvimento social e qualificação técnica individual. Obviamente, afirmava-se o fortalecimento do perfil almejado de Estado moderno, eficiente e com preocupação em investir na educação. Valorizar o saber técnico significava impulsionar a qualificação para o desenvolvimento social e econômico.

O governo de Plácido Castelo (1967-1970), no Plano de Ação Integrada do Governo (PLAIG), ao se referir à educação do Estado, elencou algumas necessidades:

A primeira experiência do Estado no campo do planejamento da ação governamental foi criada em Março de 1963, com a administração Virgílio Távora.

Até então, as plataformas políticas eram, aparentemente, os únicos roteiros pelos quais se guiavam os administradores da coisa pública. [...] essa primeira experiência veio encerrar uma longa era de improvisações e dispersão de recursos, e assinalou um período novo na história política e administrativa do Ceará.

[...] Ao PLAIG cabe dar pleno funcionamento a essa mecânica e continuidade ao esforço feito em prol do desenvolvimento do Ceará. Mas novas metas devem ser fixadas com vista à solução dos nossos problemas, cujo grau de prioridade se altera, em função dos próprios resultados já alcançados no seu tratamento.<sup>51</sup>

---

<sup>51</sup>Biblioteca Pública Menezes Pimentel. Plano de Ação Integrada do Governo (PLAIG, 1967-1970), p.1 .

O governo que sucedeu Virgílio Távora elaborou um plano de ação voltado para dar continuidade ao ideário desenvolvimentista iniciado pelo PLAMEG. As diretrizes de planejamento, nesse íterim, reafirmaram a necessidade de sistematização das ações governamentais. Estes intuitos foram considerados indispensáveis para gestões subseqüentes, haja vista a incorporação dessas premissas por todos os governos locais durante a ditadura militar pós-64. Administrações que adotaram esses mecanismos no esforço de ordenar a gestão pública. Neste momento, colocava-se o imperativo de afastar do setor público o desperdício de recursos e a falta de direcionamento das ações governamentais.

Cabia ao poder público expandir as ações já construídas pelo governo anterior, além de identificar e definir novas prioridades para o desenvolvimento social do Estado. Nesse conjunto de preocupações, permanecia a definição de um papel para o setor educacional, numa íntima relação com o mundo do trabalho e formação técnica de profissionais que iriam atuar nos setores públicos.

Ademais, contemplar a educação no planejamento governamental representava abrir possibilidades de diálogo com os diversos segmentos sociais que vivenciaram o campo educacional e apresentaram suas reivindicações para o poder público, responsável pela tarefa de definir prioridades para o setor. Sobre formação profissional e ensino, o plano de governo de Plácido Castelo assinalava:

Especial relevo terá, no setor educacional, a formação de técnicos de nível médio, sem o qual não se conseguirá levar a efeito as metas que digam respeito à maior produtividade. Nesta ordem de idéias, estimularei a concessão de vantagens aos cursos que [...] para a execução dessas tarefas, fazendo o possível por obter meios financeiros com órgãos especializados no assunto estipendiados por instituições de ajuda internacional.

Ao lado da deficiência do ensino técnico médio a falta de mão-de-obra especializada é outro problema sério no Estado. Em Fortaleza há apenas uma Escola Técnica Profissional de nível médio e outra de nível primário. Nos últimos anos o problema tem se agravado em virtude do surto de progresso que atinge a todos os setores de atividades. O advento da energia de Paulo Afonso, o desenvolvimento dos programas de telecomunicações, abastecimento de água e açudagem, etc., tudo isso acompanhado da instalação de novas indústrias, precipitaram o crescimento da demanda não só de profissionais de nível superior, como de

operários especializados, capazes de realizar as tarefas que dia a dia avultam.<sup>52</sup>

A ligação entre educação, eficiência e produtividade era bastante evidenciada na documentação citada, os anos sessenta são emblemáticos a despeito da idéia de referendar a necessidade do Estado em firmar parcerias com instituições privadas e aprimorar as ações desenvolvimentistas do poder público no âmbito educacional.

O crescimento industrial do Ceará ganhava relevo, a concretização de projetos de melhoria da infraestrutura do Estado provocava interesse com relação à formação profissional no setor público. A especialização do trabalhador compunha um dos focos de preocupação dos propósitos governamentais de formação profissional via ampliação e criação de Escolas Técnicas no Estado, por na época existir somente duas instituições no âmbito estadual com esse perfil. Entretanto sobre a efetivação dos objetivos governamentais para a educação observamos que:

O plano de Ação integrada do Governo- PLAIG (1967-1970) do governo Plácido Castelo, (...) não confere prioridade ao setor da educação. Esta administração, como mencionado antes, é marcada por dificuldades orçamentárias. Assim, os recursos próprios cobrem apenas as despesas com pessoal, sendo os gastos, como construção de salas de aula, equacionados com fundos advindos de fontes externas. (VIEIRA, 2002: 284)

O orçamento estatal do período tratou, com pouca atenção, o setor educacional. No entanto, o planejamento governamental manteve as diretrizes de se empenhar para a construção de uma gestão pública planejada. Dentro de um ideário que também estabeleceu um lugar de atuação para a educação, apesar das limitações orçamentárias, instigadoras de obstáculos relativos à expansão e acesso ao ensino no Ceará. Entraves que foram enfocados pelo universo de solicitações produzidas para Virgílio Távora no exercício de seu mandato de deputado federal.

Além disso, o PLAIG, ao pleitear a modernização da máquina pública, não perdia de vista a necessidade formação profissional especializada, assim como, a busca de recursos financeiros em instâncias federais e estaduais com fins de

---

<sup>52</sup> Biblioteca Pública Menezes Pimentel. Plano de Ação Integrada do Governo (PLAIG) (1967-1970). p. 129.

superar as problemáticas educacionais. Discursos que, em parte, se assemelham com a lógica desenvolvimentista construída no governo Virgílio Távora.

Por outro lado, qualificação e formação técnica povoavam as estratégias discursivas das cartas enviadas para Virgílio, cuja função, durante o governo Plácido Castelo, era legislar em prol da melhoria da educação no Ceará. Entre necessidades, urgências, acordos políticos, compromissos eleitorais, prioridades educacionais e os clamores daqueles que solicitavam um bem-vindo e bendito favor.

Muitas das correspondências educacionais consultadas frisavam a primazia da educação como um elemento que merecia atenção do Estado e de parlamentares. A primeira carta analisada nesta seção, ao apresentar elementos que qualificavam o solicitante, remete a problemática da educação numa dimensão de caráter íntimo, particular, capaz de ser resolvida pelos mecanismos de lealdade política que poderiam proporcionar a aquisição de um emprego no poder público por meio de negociação com um parlamentar.

As ações evidenciadas trazem a lume uma perspectiva de educação balizada no entrelaçamento com a esfera do trabalho, num universo social que, muitas vezes, tornava indispensável o uso da prática do favor na concretização de interesses e objetivos educacionais.

A possibilidade de ter uma bolsa de estudos para dar continuidade, ou aprimorar, a formação educacional também se faz presente no conjunto de correspondências pesquisadas. Isso nos permite problematizar a relação existente entre educação e desenvolvimento social. Nos discursos dos solicitantes, identificamos a perspectiva de lançar questionamentos sobre a relação entre melhoria das condições de vida, formação técnica, crescimento econômico regional e planejamento do setor educacional. No ano de 1968, temos as inquietações de um estudante:

Prezado Deputado Virgílio Távora

Meus Cumprimentos

Terminando o curso de Economia pela Faculdade de Ciências Econômicas no Crato, com vênua de Vossa Excelência, solicito eu a ajuda para aquisição de maiores conhecimentos profissionais dentro da minha nova carreira.

Desejando ingressar como bolsista na SUDEC, quer com estagiário, quer como elemento integrante nessa repartição, como assim

batalhar pelo desenvolvimento regional onde tenho certeza, desempenhar com fé e orgulho os encargos a mim confiados. Solicito os seus esforços.

Filho de [nome], há dois anos falecido, que era seu grande admirador e seguidor político, ex-político militante que chegou a exercer o cargo de Vereador e Vice-Prefeito em várias legislaturas.

Atualmente, trabalhando nos Correios e Telégrafos como funcionário interino, vivo completamente alheio a minha carreira. Ansioso em expandir-me, porém, a má remuneração impede-me deslocar-me para qualquer capital a fim de aprimorar os meus conhecimentos técnicos.

Creio com prestígio de Vossa Excelência, galgado pelo seu grande esforço de trabalhar pelas causas democráticas e pelo desenvolvimento do Nordeste, facilitará minha pretensão.

Sem embargo, lutando também para ingressar na SUDENE solicito de Vossa Excelência interesse neste sentido.

Desejando prosperidade na política, onde tem demonstrado ser batalhador pela causa pública e engrandecimento do nosso Estado, envio meus sinceros parabéns e agradecimentos.

Confiante em sua disposição em ajudar-me, subscrevo-me atenciosamente.<sup>53</sup>

[nome]

Determinados pedidos enviados para Virgílio durante o período em que exerceu as funções de deputado e senador abrangiam os níveis de ensino primário, secundário e superior e evidenciavam as lacunas produzidas pelo Estado no campo da formação educacional e tentativas de consolidar laços de reciprocidade, os quais poderiam ser ratificados nos espaços institucionais da educação mediante apresentação de reivindicações individuais.

O valor da educação para o desenvolvimento econômico-social e a necessidade de trabalhar para manter os estudos são elementos que caminham lado a lado em muitas justificativas de solicitantes: discursos sintonizados com uma era de idéias de qualificação e eficiência do setor público. Além disso, fundamentava-se que a especialização profissional era responsabilidade do Estado,

---

<sup>53</sup> APEC. Acervo Virgílio Távora. Série: Câmara Federal. Subsérie: Correspondência expedida e recebida (1968-1970). Correspondência de [nome]. Crato, 15 de jul. de 1968.

mas que essa responsabilidade deveria estar articulada à industrialização e desenvolvimento regional.

O estudante da correspondência acima apontava o seu anseio de fazer parte da equipe de trabalho da Superintendência de Desenvolvimento do Ceará (SUDEC), órgão criado para incentivar o crescimento econômico estadual na década de 1960. O relato pontuava a necessidade de qualificação técnica e aprimoramento da formação educacional do solicitante que poderia ocorrer mediante desenvolvimento de atividades profissionais no setor público.

Os fatores apresentados compunham o caráter contundente da justificativa mencionada, marcada pelo intuito de obter a concessão do favor solicitado. O parlamentar, desse modo, tinha a possibilidade de realizar uma ação em prol de um indivíduo que buscava aprimorar suas qualidades profissionais e ter condições de dar a sua contribuição para o crescimento do Estado, assim, se constituía o discurso produzido nessa correspondência.

Além disso, o estudante também apresentava atributos morais que lhe qualificavam: fé e orgulho de atuar no serviço público, componentes que deveriam ser levados em consideração sobre a necessidade delineada de conseguir um emprego. Num cenário apresentado em que o incremento da qualificação profissional sintonizava com os anseios de valorização do setor educacional característicos do Ceará e do Brasil nos anos de ditadura militar.

Os elos políticos, o parentesco e a fidelidade constituídos na relação entre pai, filho e deputado Virgílio Távora serviam também para atribuir maior relevância ao pedido elaborado. Traços culturais marcantes na história do nordeste dos anos 1960. Dessa maneira, a solicitação trazia à tona a idéia de gratidão, em certo sentido, “cobrada” pelo solicitante mediante a apresentação dos atributos do seu pai, marcados pelo compromisso político, admiração e respeito a Virgílio.

Na análise da formação cultural do sertão potiguar, durante o século XX, a gratidão assumiu um forte valor social nas relações estabelecidas nesse universo:

Não é fortuito que, no cotidiano sertanejo, a vida e a morte giravam em torno desse valor. Aquele a quem se devia uma gratidão passava a ser-lhe fiel até o último de seus dias. Colocava à disposição do outro, se fosse necessário, a própria integridade física. Por outro lado, uma ingratidão praticada com qualquer pessoa, era móvel legítimo de vingança e morte. A dor e o ressentimento só se apagam com a eliminação do ingrato. A ingratidão deixava uma nódoa



cancerígena na honra do sertanejo. Fora da fronteira da parentela, nas relações interpessoais do vasto mundo do sertão só havia dois lugares: o do amigo e do inimigo, o cheio de gratidão e o molesto. (ARAÚJO, 2006: 133)

Em várias correspondências analisadas, podemos perceber a recorrência de estratégias discursivas intimamente relacionadas com a construção de justificativas que evocavam a gratidão. Para o solicitante, a apresentação de laços de gratidão, lhe colocava na posição de um indivíduo de “família honrada” e, assim, possuidor de louvável atributo para conseguir realizar os seus anseios.

A narrativa acima pontuava a relevância da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) no que diz respeito à formação profissional estadual. O referido órgão assumiu o papel de promover o crescimento econômico regional no Brasil a partir de 1959. O solicitante também afirmava ter potencial e qualificação para desempenhar as atividades profissionais específicas desta instituição, dando eficaz suporte ao pedido formulado.

Na justificativa da carta, de maneira inicial, o solicitante expunha, para apreciação de Virgílio, a possibilidade de desenvolver alguma atividade profissional na SUDENE, um dos órgãos em que a política desenvolvimentista estadual considerava eficaz para apoiar seus propósitos de produzir um olhar técnico e especializado sobre os entraves e desafios para o crescimento da economia local. Nesse cenário, a qualificação profissional associava-se às idéias de promoção do crescimento econômico-social do Estado.

A fim de ampliar o olhar sobre as correspondências do acervo Virgílio Távora, podemos fazer referência à abordagem de práticas de escrita na França do século XVIII. Sobre o significado da comunicação epistolar para as relações de trabalho no universo urbano, temos que:

Na cidade, sempre há um meio de escrever ou mandar escrever. A instrução elementar é um triunfo considerável para o trabalho e para o recrutamento: é escrevendo que se aprende onde se encontram as boas colocações, é por carta que recebemos os requisitos do emprego, até os gastos com as mudanças. Uma parte do prestígio do companheiro parisiense em relação a seus empregadores, ou a seus camaradas provincianos por vezes menos favorecidos, repousa sobre esse pequeno capital cultural. (ROCHE, 1996: 186)

É necessário reconhecer que a escrita epistolar, em determinados momentos históricos, teve um papel de afirmar atributos profissionais, características pessoais, valores morais e culturais do correspondente. Em breves ou longas apresentações, os correspondentes “vendem” uma imagem, descrevem parte de seus perfis de trabalhadores e fundamentam interesses individuais na comunicação elaborada.

A vida urbana constrói um universo de relações sociais em que a escrita assume grande relevância. Dessa perspectiva, o sujeito que escreve deve possuir domínio sobre o processo de escrita, no sentido de escolher os enunciados necessários na construção de uma narrativa que não perca de vista a quem se destina a correspondência, num contínuo esforço de qualificação profissional. Aquele que produz a carta deve conhecer os códigos que possibilitem uma inserção bem sucedida, nos espaços públicos ou privados.

Na esfera pública alvo de nossa análise, a carta “reserva” um espaço para o implícito, o não dito, que foge ao domínio das palavras, a escrita da carta poderia ratificar o esgotamento dos “acordos orais”. Por outro lado, consolidava elos entre políticos e solicitantes que ratificam e criam novos desafios para o campo educacional.

Convém destacar que, na sociedade moderna, a constituição histórica do acesso à escrita aponta múltiplos elementos de produção de uma intimidade individual marcados pelo ato de saber ler e escrever, uma vez que:

(...) saber ler e escrever permite também novos modos de relação com os outros e os poderes. Sua difusão suscita sociabilidades inéditas e ao mesmo tempo serve de base para a construção do Estado moderno, que apóia na escrita sua nova maneira de proferir a justiça e dirigir a sociedade. Daí a maior familiaridade com a escrita depende, pois, uma maior ou menor emancipação com relação a formas tradicionais de existência que ligam estritamente o indivíduo a sua comunidade, que o imergem num coletivo próximo, que o tornam dependente de mediadores obrigatórios, intérpretes e leitores da palavra ou das determinações do soberano. (CHARTIER, 2009: 119-120)

O uso das correspondências, no momento de buscar apoio ou referências profissionais, permite uma aproximação entre quem escreve e o olhar examinador do indivíduo que recebe o relato escrito, além de possibilitar o reconhecimento das

estratégias discursivas produzidas nos espaços institucionais do poder público, ao estabelecer critérios do que seja relevante urgente e necessário para os interesses e preceitos governamentais.

No que concerne à segunda correspondência analisada nessa seção, é retomado o aspecto de associar a imagem de Virgílio a posturas de defesa dos interesses do poder público, em harmonia com outros relatos aqui já apresentados. Fatores técnicos e pessoais davam o tom da solicitação entremeada por troca de favores, laços de gratidão e formação especializada. Numa perspectiva em que critérios políticos, morais e personalistas reforçavam a valorização da educação.

Neste momento, evidenciamos rupturas e permanências no que tange aos ideais pretendidos para o campo educacional de acordo com as limitações de recursos financeiros, trocas recíprocas e acordos políticos. Apesar da construção histórica de relações sociais marcadas por troca de benefícios no Brasil, vejamos o que diz Martins (1994: 34):

Mas o favor como obrigação moral entre pessoas que não mantêm entre si vínculos contratuais ou, se os mantêm, são eles subsumidos pelos deveres envolvidos em relacionamentos que se baseiam antes de tudo na reciprocidade. Imensas contabilidades de obrigações morais decorrentes de favores recebidos sempre pesaram muito na história das famílias brasileiras, ricas ou pobres.

Reciprocidade e obrigações morais implícitas norteavam os discursos de solicitantes provenientes de níveis sociais diferenciados no conjunto de correspondências destinadas a Virgílio Távora. Na documentação focalizada, o uso da carta evocava “deveres” de gratidão que deveriam ser cumpridos sob a égide da política do favorecimento individual e força da valorização da tradição familiar.

A necessidade de garantir a continuidade da formação educacional fazia com que muitos indivíduos justificassem a busca de inserção no campo de profissões oferecidas pelo setor público, assim, evidenciávamos, nos discursos produzidos em várias correspondências, uma forte ênfase na problemática do sustento da família, na perspectiva de garantir o futuro dos filhos em idade escolar dentro de um sistema de ensino estadual que oferecia maiores possibilidades de acesso à educação na capital do Estado. Condição que tornava o acesso à educação algo bastante excludente e restritivo. Permeado pelos desígnios apontados, um pai de dois filhos

em idade escolar, na elaboração de uma carta, ao apresentar seu perfil pessoal para Virgílio, fez referência a laços amizade e compadrio. A propósito, o solicitante era tenente reformado e vereador:

Prezado compadre e amigo Virgilio Távora

Um abraço

Fazendo votos a Deus, para que o senhor esteja gozando saúde com toda a família, faço-lhe estas linhas, para tratar de assuntos que se segue. Atualmente tenho dois filhos estudando aqui, pois não temos o científico. São dois rapazes estudiosos e desejam se formar. Minhas possibilidades financeiras não permitem que eu os mande para Fortaleza, onde terei que arcar com despesas do hotel, etc. Li nos jornais de Fortaleza um anúncio sobre a autorização do Ex Presidente da República ao Sr. Ministro das comunicações, no sentido que fossem contratados no regime de conciliação das Leis de trabalho (CLT), pessoas para preencherem as vagas existentes no DCT (Departamento de Correios e Telégrafos). Como se aproxima o meio do ano, época das férias escolares ocasião que é possível conseguir a transferência do Colégio, venho pedir ao ilustre *compadre* para conseguir duas vagas para os meus filhos. Os nomes deles são: [nomes]. Espero, que mais uma vez um pedido meu seja bem acolhido. Aqui como sempre estou as vossas ordens.

Atenciosamente

[nome] Segundo Tenente Reformado

(Vereador em Exercício)<sup>54</sup>

O Vereador e seus filhos residiam na cidade de Cedro, interior do Estado. Município onde não existia ensino científico, equivalente, ao que hoje denominado “ensino médio”. Nesse caso, os estudantes que viviam em Cedro ficavam limitados a cursar o ensino ginásial ou precisavam buscar em Fortaleza a possibilidade de ampliação de formação escolar.

O campo educacional do período apresentava elevada discrepância entre a demanda de alunos que desejavam estudar e a quantidade de matrículas ofertadas pelo governo estadual (FILIZIOLA, 2002). Universo social que colocava frente a frente, poder público, solicitantes e parlamentares a fim de dialogar sobre a

---

<sup>54</sup> APEC. Acervo Virgílio Távora. Série: Correspondência Geral. Subsérie: Cartas expedidas no Brasil (1968-1970). Correspondência de [nome]. Cedro, 03 de maio de 1968.

problemática: como suprir as demandas do sistema estadual de educação no âmbito municipal entremeado por apelos de estudantes, professores e pais?

O uso da carta traduzia o esforço individual de superação deste problema por meio da articulação política com enfoque nas limitações municipais e necessidade individual de entrar no mercado de trabalho. Muitas vezes, a busca de uma bolsa de estudos nas escolas particulares também era uma alternativa para enfrentar as limitações municipais de ingresso no sistema de ensino público. Logo, a figura do parlamentar ganhava relevo no que tange à possibilidade de continuar a formação educacional individual.

Dessa perspectiva, limitações financeiras, necessidade de emprego, constituíam novamente o discurso de um solicitante. A expectativa de encontrar um amparo individual e específico de um amigo parlamentar tornava-se pungente como forma de inserção nos diversos níveis do sistema de ensino estadual que não atendia a imersa quantidade de estudantes com os objetivos de alargar a formação educacional oferecida no âmbito municipal.

Assim, a solicitação de um emprego temporário no poder público, pautada pela justificativa de ampliar a formação educacional, possuía uma acentuada sintonia com os intuítos governamentais que defendiam a necessidade de fortalecer a relação entre capacitação técnica e educação. Pressupostos que poderiam garantir a prosperidade profissional de estudantes em formação. Além de contribuir para o crescimento econômico-social do estado.

Convém afirmarmos que, por meio da correspondência elaborada, o solicitante construía um arcabouço de convencimento a fim de sensibilizar o parlamentar para encontrar uma resolução da problemática apresentada. Além de apontar os princípios norteadores de uma solicitação profissional com potencial para ser atendida.

Neste tipo de súplica, era evidente a força das relações de compadrio no que concerne a inserção de solicitantes no mundo do trabalho para se obter instrução formal. Assim, as estratégias discursivas construídas em múltiplas correspondências, evidenciavam reivindicações que traziam à tona a relação entre educação e trabalho.

Estes pedidos se tornavam hábeis instrumentos de negociação e conquistas na esfera educacional e profissional, utilizados por professores, estudantes, pais, padrinhos, padres, vereadores, deputados, prefeitos, militares, enfim, sujeitos porta-

vozes de solicitações permeadas pela implícita valorização do campo educacional, com vistas à necessidade de inserção no mercado profissional, ou vice-versa. Portanto, cartas, programas, planejamentos, ações, governamentais, cartões e correspondências expressavam diferenças e semelhanças de um campo educacional marcado por apelos, insatisfações, promessas e concretizações de solicitações que construíam o campo educacional.

A lógica do trabalho, o empenho de garantir a sobrevivência, a possibilidade de adquirir habilidades características da instrução formal, fornecida pelo setor público e privado no Ceará, demarcava uma parcela significativa das correspondências contidas no acervo Virgílio Távora. No universo citado, professores e indivíduos que tiveram uma maior possibilidade de vivenciar a esfera educacional também produziram solicitações demarcadas pela interlocução entre educação e trabalho a fim de respaldar uma súplica apresentada. Em julho de 1968, um professor da cidade de Massapê descreveu suas inquietações profissionais:

Ex. Senhor Virgílio Távora

Brasília-DF

O Brasil precisa de homens sábios para garantirem o seu futuro, os homens precisam ter um “futuro favorável” que favoreça os seus dias vindouros.

Transmito-lhe orações tiradas da lógica, que servem para reflexões da matéria que, suplicou-lhe, será dada atenção no meio de tantos que conseguem o triunfo na vida, será que se poderia colocar outro? Este outro sou eu que necessito apenas de sua ajuda para completar o que mais desejo. A minha formação intelectual.<sup>55</sup>

Num primeiro momento observamos na correspondência elaborada, uma referência a valorização da nacionalidade, crescimento profissional e campo educacional. A idéia de relacionar educação, desenvolvimento social e construção de um “futuro próspero” para o Estado compunham o preâmbulo da justificativa do correspondente. O componente religioso, o mérito e capacidade individual para contribuir com o desenvolvimento da nação também eram evocados na narrativa do solicitante.

---

<sup>55</sup> APEC. Acervo Virgílio Távora. Série: Câmara Federal. Subsérie: Correspondência expedida e recebida (1968-1970). Correspondência de [nome]. Massapê, 06 de julho de 1968.

Podemos ainda inferir que, deste modo, de forma preliminar o correspondente apresentava uma gama de elementos expressivos dos intuitos de legitimar a força e validade do pedido. Nesse leque de justificativas, a necessidade do professor de ampliar a sua formação profissional e intelectual aparecia como uma condição relevante e necessária da composição da súplica apresentada.

As condições pouco satisfatórias oferecidas pelo universo educacional do Ceará, por causa das reduzidas possibilidades de qualificação no âmbito municipal, especificamente, para os indivíduos que possuíam formação superior, davam o tom de extrema necessidade apresentado pelo educador, cujo principal interesse descrito era alargar o seu campo de formação profissional e intelectual.

Uma argumentação formulada que referendava a estratégia discursiva relacionada ao “saber pedir”, nesse sentido, o solicitante era impelido a esboçar um conjunto de pressupostos que qualificavam e fundamentavam a necessidade de um pedido no campo educacional.

Num segundo momento da correspondência o remetente destacou a sua trajetória individual e a problemática social em torno da reivindicação delineada:

Nasci na TERRA DA LUZ e não encontro um só fósforo para iluminar o meu ambiente em momentos de estudos; cresci lutando com a pobreza e a incompreensão, tendo como arma a fé em Deus e a vontade indomável de aprender, hoje, já no último passo para entrar na faculdade, faltou-me forças, o emprego não tenho. Desejo, choro, clamo para continuar meus estudos e não me é dada oportunidade.

Leciono Português, Inglês e Matemática no Ginásio Massapeense, em Massapê, mas aqui não temos faculdade de engenharia- o que pretendo fazer. Fiz um concurso para auxiliar de escritório do Banco do Brasil S/A, em Sobral, conseguindo o segundo lugar mas não fui chamado par assumir as funções.

Diante de tudo isto, sinto-me ninguém, mas peço-lhe uma ajuda- um emprego em qualquer capital do estado brasileiro, principalmente em Fortaleza. Tenho certeza de que o valoroso deputado, urgentemente, dar-me-á nem que seja um bom conselho. Respeitosamente [nome].<sup>56</sup>

O solicitante evoca a memória discursiva do século XIX, “Ceará, Terra da Luz” em face do pioneirismo abolicionista do Estado. Ação que representou um “exemplo

---

<sup>56</sup> Idem.

de liberdade” para o país. Uma definição construída e problematizada pela produção historiográfica e literária do Ceará. Elementos norteadores de discursos produzidos por estes segmentos sociais que traziam à tona os intuitos de inserção do Ceará no projeto de nação construído durante o século XIX. Atrrelados a uma visão cientificista e norteada pelo viés do evolucionismo social (OLIVEIRA, 2001).

Esses elementos foram apropriados e redefinidos pelo ideário nacionalista difundido pelos poderes instituídos no Ceará do século XX. Ao defenderem um projeto desenvolvimentista para o Estado, pautado pelo conhecimento racional, técnico e científico. Instrumentos que poderiam promover o progresso social e econômico estadual. Propósitos que “iluminaram” o campo de problemáticas produzidas no campo educacional.

No discurso do solicitante acima a imagem “Ceará, Terra da Luz”, carregava o simbolismo de um lugar do conhecimento e acesso ao saber formal. Pressupostos que servem de suporte para a reivindicação apresentada cujo objetivo primordial era permitir ao solicitante dar continuidade a sua formação educacional. Expectativa e direito negado em face do solicitante não ter emprego e apoio da esfera institucional para realizar seu intento. Assim, o esforço empreendido qualificava e fortalecia o seu pedido.

Por sua vez, a lógica do merecimento do atendimento da solicitação emergia, enquanto o discurso produzido procurava inserir a súplica do solicitante dentro desta dinâmica que fundamentava a justificativa de pedido de emprego apresentado ao parlamentar. Componentes e credenciais demarcadores dos objetivos do correspondente a despeito de ampliar a sua formação educacional.

Por outro lado, ao se referir ao Ceará como um lugar do saber e conhecimento, o solicitante trazia a lume a relação existente entre a construção de uma gestão pública de caráter técnico-racional e os esforços de vencer o “atraso educacional” baseados no investimento, planejamento e capacitação profissional. Mediante identificação e conhecimento aprofundado dos problemas e prioridades da educação: premissas que balizavam as orientações políticas do governo estadual do período.

Condição que também definia um papel para os profissionais da educação que deveriam estar aptos e preparados para enfrentar os entraves e deficiências identificadas no setor de ensino local. De tal modo, nada mais relevante para ser “cobrado” ou solicitado numa carta por um professor que apresentava os seus



objetivos profissionais. Além disso, o docente também sugeria possibilidades de superação dos problemas do setor educacional no Ceará ao destacar a relevância da formação intelectual como elemento de desenvolvimento social.

Inúmeras correspondências examinadas apontam a tentativa de “migração” de professores para outros setores do poder público. Casos que trazem a tona uma das formas recorrentes de enfrentar as precárias condições de trabalho provenientes do mundo da educação. Nesse processo, os docentes buscavam garantir a sobrevivência por intermédio de exercício complementar de outras profissões. A aprovação em concurso público também era uma ótima oportunidade de concretizar tal intento.

Entretanto, após a aprovação, o candidato enfrentava o trâmite burocrático da nomeação, dificuldade que certas vezes precisava de um “empurrãozinho” de um parlamentar junto ao poder executivo para que o processo de contratação pudesse ser efetivado. Na perspectiva de corroborar com a referida intenção encontramos uma quantidade considerável de cartas, cartões e ofícios destinados a Virgílio em diversos momentos de sua trajetória política nos poderes executivo e legislativo que tratam de pedidos de nomeação – documentos em que os solicitantes pleiteavam assumir funções públicas.

O discurso da qualificação profissional, melhoria das condições de trabalho, permeado por dificuldades financeiras, poderia também impelir as solicitações produzidas por professores que estavam insatisfeitos com os resultados do ofício de ensinar durante o segundo governo de Virgílio Távora. Os baixos níveis salariais a ampliação de possibilidades profissionais, muitas vezes, fazia com que professores buscassem alternativas de trabalho fora do campo educacional, certamente como uma forma de completar os rendimentos mensais ou até de não trabalhar mais no magistério. Uma professora do município de Sobral com a referida preocupação declarou:

Senhor Senador Virgílio

Atenciosas Sudações

Congratulo-me com Vossa Excelência pela feliz escolha para reger o destino do nosso Estado.

Perdoe-me que logo de início eu venha fazer um pedido, mais considero justo e de grande urgência.

Porque tendo-se dado uma vaga no IPEC de Sobral, cuja a funcionária era [...], venho pedir-lhe que me arranje esse cargo.

Sou professora diplomada, tendo também cursado faculdade de Filosofia e até agora não consegui senão uma cadeira de 1 grau, cujo salário é de 1.400 conforme Vossa Excelência pode não fazer jus as poucas exigências de uma moça que precisa apresentar-me mesmo na sala de classe.

Sou filha [...] e pedi meu primo [...], para conseguir uma vaga essa vaga para mim, e para mais confirmar peço direto a Vossa Excelência.

Aguardando sua resposta.

[...] Atenciosamente confiante já que lutei pelo meu contrato e ainda não consegui um padrinho forte. [...] Vossa Excelência será meu grande talento.

[nome].<sup>57</sup>

O pedido da professora data do ano de 1979, primeiro ano do segundo governo de Virgílio Távora que acabava de deixar as funções de Senador para assumir a tarefa de dirigir os rumos administrativos do Estado. A experiência política de Virgílio em vários anos no legislativo e executivo era permeada pelo diálogo com solicitações do setor educacional, aproximações que lhe credenciavam como homem público capaz de atender aos interesses de professores, estudantes e pais.

Estes indivíduos atestavam “crença” nas ações, no compromisso e no bom senso do político para encontrar a resolução das problemáticas apresentadas nas diversas correspondências. Ademais, sobre as condições de trabalho dos professores, durante a década de 1960, podemos perceber os dilemas entre qualificação profissional e inserção no quadro do magistério estadual:

A desvalorização do professorado no final do Governo Virgílio Távora e durante todo o Governo Plácido Castelo, com os salários em atraso e sem reposição de perdas inflacionária, além da contratação clientelista e à revelia da própria Constituição Estadual, que exigia o concurso público, de acadêmicos como professores para suprir carências no magistério, contribuiu bastante para a queda de qualidade no ensino oficial (FILIZOLA, 2002: 212)

---

<sup>57</sup> APEC. Acervo Virgílio Távora. Série: Correspondência Geral. Subsérie: Correspondências expedidas e recebidas/Brasil (1979). Correspondência de [nome]. Sobral, 1979.

Nas fontes de pesquisa analisadas nesta seção, notamos a permanência e negação deste panorama educacional construído durante a década de 1960, situação que novamente emergiu no segundo governo Virgílio Távora. A qualificação do trabalho docente esteve, muitas vezes, permeada por pedidos de professores que objetivavam trabalhar no setor educacional sem fazer concurso público.

Em outros casos, os profissionais da educação já compunham o quadro de servidores do Estado e buscavam conseguir um segundo emprego, para tanto, recorriam ao mecanismo de narrativa de suas trajetórias em cartas em que conclamavam a ajuda pessoal de Virgílio para resolver problemas relacionados com a contratação de profissionais para o serviço público e melhorias de condições de trabalho do setor educacional.

Casos cujas reivindicações só poderiam ser atendidas pelo viés favor e do clientelismo, um traço marcante do setor educacional no período focalizado. As correspondências guardadas no Acervo Virgílio Távora, são representativas da valorização da dinâmica do favor no campo da educação. Por outro lado, a documentação também apresenta casos de pedidos negados com base em limitações legais e burocráticas.

O início de um novo governo na “era dos coronéis” poderia ser um momento propício para muitos eleitores que vivenciavam o mundo da educação lançar mão de acordos políticos ou laços de família a fim de buscar um contrato, nomeação ou emprego temporário nas estruturas administrativas do Estado. Dessa perspectiva, inúmeros professores fizeram parte do conjunto diversificado de solicitantes que descreveram suas insatisfações, desejos e anseios para Virgílio Távora em tantos momentos de sua vida política.

A professora, na solicitação acima, pedia para assumir um cargo no Instituto de Previdência do Ceará (IPEC) em Sobral e enfatizava a incompatibilidade existente entre a sua formação profissional e o irrisório salário que recebia do Estado, deste modo, o nível salarial destacado pela docente corroborava para a formulação do pedido. Percebemos aí o uso da relevância da qualificação educacional como um mecanismo que impulsionava o solicitante a conseguir a função pública pleiteada.

A correspondente fazia alusão de forma explícita ao valor das relações parentesco, da força do apadrinhamento, para garantir a concretização de

nomeações na esfera estatal. Por outro, a solicitante relativiza a eficácia dos laços familiares no que concerne ao pedido feito, ao afirmar a necessidade de conclamar a atuação direta de Virgílio para concretizar o almejado pedido, haja vista, a incapacidade dos parentes de conseguir a viabilização do contrato pleiteado. De tal modo, somente o governador eleito poderia ser o protetor e “padrinho eficiente” que atenderia os desejos da solicitante. Por sua vez:

Durante o segundo governo de Virgílio Távora, prosseguem as contratações sem concurso, sobretudo quando o titular afasta-se do cargo para candidatar-se ao Senado. Seu substituto, Manoel de Castro, é prodigo na realização das contratações, deixando um pesado ônus financeiro para o futuro. O aumento no setor entre 1978 e 1982 é de 461,65% na área técnico-administrativa, quando o número de servidores salta de 3.406 para 19.123. No mesmo período, o magistério praticamente duplica, passando o contingente de professores de 14.782 para 26.604, o que representa um aumento de 79,97% no quadro de pessoal. (VIEIRA, 2002: 288-289)

Sobre o período focalizado, inferimos que o Governo de Távora abriu boas perspectivas para os professores com objetivo de solicitar uma contratação ou novo emprego. O caso examinado é representativo de um universo de solicitações produzidas por professores e diversos indivíduos que em suas justificativas referendavam a valorização da formação educacional. De tal modo, o uso em muitos momentos desta argumentação por parte dos solicitantes, dialogava com os pressupostos estabelecidos pelo setor da educação que estabeleciam uma forte sintonia entre capacitação técnica e crescimento do campo educacional.

Os pedidos eram legitimados pelo potencial profissional dos solicitantes. Em suma, a busca do atendimento estava articulada com o padrão de competência da época. Contudo, a concretização do pedido dependia do uso da intermediação parlamentar pautada pela necessidade do favor expressa nas narrativas dos correspondentes.

Os discursos dos correspondentes eram entrecortados pelos auspícios de garantir a sobrevivência, numa forte relação existente entre o campo educacional, ensino e profissionalização. Nas correspondências analisadas, notamos que as estratégias discursivas, utilizadas para legitimar o uso do favor, estavam intimamente marcadas pela necessidade de afirmar a educação como um espaço de

qualificação profissional necessário para garantir a sobrevivência individual e contribuir para o desenvolvimento econômico e social do Estado.

A efetivação e fortalecimento de tais pressupostos esbarravam em limitações financeiras e na necessidade de optar entre trabalhar ou estudar, uma questão pungente no universo apresentado em muitas solicitações. Além disso, o sistema de ensino estadual no âmbito municipal, não ofertava as condições necessárias de qualificação pleiteadas por estudantes, professores e políticos que descreviam suas inquietações e pedidos para Virgílio.

De certo modo, os discursos de solicitantes apontavam para as fissuras do sistema de ensino estadual e insatisfação de estudantes e professores com relação à política educacional do Estado. Assim, os solicitantes encontravam na troca de favores, perpassada pelo apoio de um parlamentar, uma saída para superar as adversidades do mundo educação. .

Portanto, trabalho, educação, formação profissional e necessidade de instrução formal eram elementos que compunham o conjunto de justificativas contidas no acervo Virgílio Távora. Relatos que evidenciam estratégias discursivas e lugares sociais de um campo educacional entremeado – a um só tempo – pela ineficiência do Estado, pela necessidade de sobrevivência e pela justificativa de formação técnica. De tal modo, discursos construídos com o intuito de enfrentar as demandas de uma sociedade que propalava o desenvolvimento econômico-social com expansão e incremento da educação estadual.

### **3.2 Proteção e contrato**

A documentação do acervo Virgílio Távora passou por um arquivamento e seleção preliminar, antes de ser transferida para o Arquivo Público do Estado. Neste trabalho foram preservados documentos que permitem formular questionamentos sobre o universo de contratações de profissionais no campo da educação durante o período de 1979 a 1982. Cerca de 800 correspondências oficiais, datilografadas e encadernadas (em excelente Estado de conservação) foram guardadas sobre o primeiro ano da segunda administração de Virgílio Távora a frente do governo do Ceará.

A documentação destacada trata de diversas temáticas. Identificamos no trabalho de pesquisa, solicitações na área econômica, política, habitacional, saúde pública e educação. Uma gama de pedidos de políticos, religiosos, professores, estudantes e pais que buscavam alguma espécie de benefício por intermédio de contato direto com Virgílio Távora ou com uso de algum intermediário.

Na investigação percebemos uma considerável quantidade de casos que tratam de pedidos de contratação para o exercício de funções públicas no campo educacional. Correspondências em que solicitantes pedem para trabalhar no poder público. Nos discursos construídos pelos sujeitos que produziram pedidos notamos uma forte associação entre mérito e necessidade de melhoria profissional, dentro de um universo da educação, muitas vezes, desfavorável para o exercício de funções públicas.

Os documentos preservados são representativos de uma necessidade de arquivar e preservar as ações de Virgílio permeadas pela possibilidade de atender aos pedidos oriundos da educação. Numa relação em que registrar a dinâmica do favor assumia relevância. As correspondências permitiam ao poder público e obviamente ao próprio Virgílio Távora, identificar prioridades educacionais, o perfil dos solicitantes, o teor dos pedidos, os acordos políticos e relações de reciprocidade, muitas vezes, expressas na construção das solicitações. A preservação desses registros possibilita algumas indagações:

Pois, por que arquivamos nossas vidas? Para responder a uma injunção social. Temos assim que manter nossas vidas bem organizadas, pôr o preto no branco, sem mentir, sem pular páginas nem deixar lacunas. O anormal é o sem-papéis. O indivíduo perigoso é o homem que escapa ao controle gráfico. Arquivamos, portanto, nossas vidas, primeiro, em resposta ao mandamento “arquivarás tua vida” — e o farás por meio de práticas múltiplas: manterás cuidadosamente e cotidianamente o teu diário, onde toda noite examinarás o teu dia; conservarás preciosamente alguns papéis colocando-os de lado numa pasta, numa gaveta, num cofre: esses papéis são a tua identidade; enfim, redigirás a tua autobiografia, passarás a tua vida a limpo, dirás a verdade. (ARTIERES, 1998: 3)

As práticas de arquivamento do Acervo Virgílio Távora, das cartas, cartões, telegramas, ofícios e correspondências assinalam mecanismos de avaliação, conhecimento técnico e práticas de controle a despeito do campo educacional. Num

jogo de estratégias discursivas e construção de verdades sobre a educação no Ceará esboçado em uma gama de narrativas produzidas por inúmeros solicitantes.

No caso das correspondências que serão analisadas nesta seção, iremos abordar os significados atribuídos ao ato de conseguir um contrato de trabalho na esfera governamental para desempenho das atividades educacionais; suscitado por reivindicações de diversos solicitantes. O aludido mecanismo servia para garantir o poder eleitoral e prestígio de políticos no que se refere ao setor da educação? Para Virgílio, as solicitações recebidas em período pós-eleitoral representavam uma possibilidade de prestar contas a respeito de objetivos individuais relacionados com trabalho e campo educacional? Tais questões merecem inquirição neste instante da pesquisa.

Heymann (1999), ao investigar correspondências enviadas a Filinto Muller, chefe de polícia do distrito federal durante o Estado Novo, destaca o papel de mediador que este representante governamental assumia nos discursos construídos em diversos pedidos relativos a empregos, promoções, transferências de funcionários, dentre outros casos. Essas eram solicitações que vinculavam o sucesso do pedido ao prestígio, confiança e proximidade do mediador junto a Getúlio Vargas:

Assim, o prestígio e os pedidos estão sempre trabalhando para o incremento do sistema: quem tem prestígio recebe pedidos e deve atendê-los, quem atende aos pedidos recebidos demonstra prestígio e com isso aumenta seu capital político. Quanto mais rápida e definitiva for a solução dada, maior prestígio terá sido demonstrado. Essa lógica desdobra-se pelos níveis inferiores da mediação, que serve de incremento ao mesmo tipo de capital político. Esse capital consiste, em alguns casos, unicamente na capacidade de ocupar esse espaço intermediário, que dá acesso à pessoa que detém as condições políticas e institucionais de responder às demandas (HEYMANN, 1999: 26).

No caso de Távora, no Ceará, homem público de vasta trajetória política e possuidor de forte capital político para receber e atender pedidos, nós observamos, de maneira acentuada, registros de solicitações educacionais que evocavam o poder, prestígio e conhecimento das problemáticas sociais, pressupostos considerados constitutivos do seu potencial de parlamentar e dirigente do executivo estadual, durante várias décadas. Relatos que são basilares das relações sociais

construídas, por meio da dinâmica do favor, durante o período em que Virgílio, pela segunda vez, se tornou governador.

Ao tomarmos contato com as narrativas dos correspondentes que produziram inúmeras cartas no início da gestão de Távora (1979-1982), identificamos a recorrência de discursos marcados pela exaltação da imagem do governador associada à proteção e à justiça no momento de atender pedidos da esfera educacional. Tais atributos morais estavam intimamente relacionados a uma vida política de larga experiência administrativa construída no executivo e legislativo. Portanto, as referidas características, tantas vezes, elencadas por solicitantes, foram exploradas de maneira significativa em correspondências enviadas para Virgílio durante o momento em que assumiu a tarefa de gerir o governo do Estado pela segunda vez.

Os documentos oficiais e as correspondências, dessa seção, são representativos de relações de trabalho norteadas pela contratação temporária que ocorria com freqüência no cotidiano do setor educacional. Professores e funcionários reproduziam seus anseios em objetivas narrativas em que buscavam afirmar a urgência e singularidade da solicitação destinada a Virgílio Távora.

Podemos afirmar que a busca da contratação temporária, por meio de contato direto com o governador, evidenciava os objetivos dos profissionais da educação de ampliar ou obter vínculo empregatício junto ao Estado. No começo de uma gestão governamental, muitos professores e funcionários tinham seus contratos de trabalho finalizados. Por outro lado, outros profissionais procuravam assumir novas funções nos meandros administrativos e burocráticos constitutivos do Estado. Nessa perspectiva em maio de 1979, uma mulher que objetivava fazer parte do quadro funcional da educação fez um apelo:

Governador Virgílio Távora

Palácio da Abolição

Prezado Senhor, o motivo desta é para solicitar a Vossa Senhoria uma ajuda no sentido de contrata-me para o cargo de merendeira. Trabalho há 8 anos no centro maternal profissional do Morro do Ouro sem receber nenhum tostão do Estado, fui contratada no ano de 74, mais o meu contrato foi anulado.

Gostaria de assim poder contar com a ajuda de Vossa Excelência para conseguir-me este contrato, certa de que serei atendida



guardo uma favorável resposta e desejo-lhe um bom êxito em seu novo cargo. [nome].<sup>58</sup>

O relato da merendeira traz à tona o universo vivenciado por muitos profissionais que buscavam fazer parte do setor educacional, compondo o quadro administrativo do Estado. Em diversas narrativas construídas percebemos que muitos solicitantes destacavam a necessidade de conseguir um contrato temporário. Estes pedidos traziam à baila a dimensão do político patrono, padrinho e protetor que assumia um forte lugar social na esfera de institucionalização do favor. Merendeiras, serventes, zeladores, ocupantes de cargos administrativos e professores, muitas vezes, solicitaram um contrato de trabalho em face de limitações financeiras, ampliação da atuação profissional e promessas de políticos feitas em períodos eleitorais.

A produção dos discursos citados instiga reflexões sobre a problemática de contratação de profissionais da educação. Com base na documentação analisada observamos em muitos momentos o uso do setor educacional como um espaço de troca de favores, clientelismo e empreguismo a partir de contratações temporárias. Práticas culturais que estão intimamente relacionadas com a grande quantidade de solicitações feitas para Virgílio a respeito da necessidade de empregos e cargos na esfera da educação.

A gestão governamental de Virgílio Távora (1979-1982) fez parte de um momento político de abertura democrática no país. Ao analisar a documentação, notamos uma ampliação do diálogo entre solicitantes e poder público, perspectiva que obviamente abriu novos espaços de comunicação com o governo, nesse sentido, o uso das correspondências, dentro do viés de facilitar a resolução de problemáticas da educação, ganha relevo. Elemento que atestamos ao examinar o considerável número de solicitações educacionais enviadas para Virgílio.

Com base na análise das correspondências, percebemos que o pedido da solicitante acima, possui relação com uma perspectiva presente nas solicitações educacionais construídas para Virgílio, cujos discursos apresentados associavam o governador eleito a uma trajetória política ligada ao diálogo e atendimento de pedidos das camadas populares.

---

<sup>58</sup> APEC. Acervo Virgílio Távora. Série: Correspondência Geral. Subsérie: Correspondências expedidas e recebidas/Brasil (1979). Correspondência de [nome]. Fortaleza, 08 de maio de 1979.

De tal modo, a funcionária apresentava sua dedicação profissional ao afirmar que já havia sido “premiada” por um contrato no ano de 1974. Entretanto, a mudança de governo não permitiu que a solicitante pudesse manter o seu elo contratual com o Estado. Dessa maneira, a merendeira produziu uma reivindicação objetiva para Virgílio em que afirmava a necessidade de empenho e atenção pessoal do governador para conseguir o almejado contrato. Na construção da imagem do padrinho em correspondências Heymann (1999: 19) assinala:

Algumas cartas chegam a tematizar o sistema de apadrinhamento, explicitando o conhecimento dos mecanismos pessoalizados que regem o sistema de nomeações, promoções etc. Muitas vezes os missivistas relatam fatos concretos que informam ou confirmam esse conhecimento, caracterizando sua própria ação, ao mesmo tempo, como corriqueira e compulsória, já que este seria o procedimento consagrado e diante do qual não prevaleceriam outros atributos, simultaneamente seduzindo e coagindo os que se vêem em situações nas quais seu emprego é corrente.

O enfoque da autora possibilita perceber que, em vários momentos, a construção das correspondências delineava uma rede de relações marcadas pela força da figura do padrinho. Elementos que sedimentavam as estratégias discursivas das solicitações analisadas. Um procedimento considerado, muitas vezes, pelos correspondentes, crucial e indispensável para a conquista de um emprego no serviço público.

A referida abordagem incita questionamentos sobre as práticas de apadrinhamento suscitadas pela documentação ora analisada. Na correspondência acima, a solicitante afirma a relevância da obtenção de um contrato de trabalho. Notamos que esse mecanismo estabelece relações de dependência e gratidão entre “necessitado e protetor”, a fim de garantir a solicitação produzida.

Numa sociedade sob a égide do planejamento, protecionismo, favorecimento e trocas recíprocas entre políticos, e profissionais da educação, os pedidos elaborados por intermédio de correspondências com o objetivo de resolver problemas educacionais, em vários momentos eram justificados pelos entraves da administração pública que não conseguia atender as demandas da educação. Portanto, a pessoalidade e o favor, desse modo, se tornavam uma hábil e eficaz

saída para as problemáticas administrativas, e principalmente no que se refere a questões individuais tão destacadas no uso das correspondências.

Na esfera de diálogo com múltiplas solicitações educacionais, a ação de intermediar ou possibilitar a concretização de um pedido profissional com a finalidade de obter contratação temporária, poderia ser uma oportunidade para Virgílio e deputados retribuírem o apoio dos setores da educação recebido em eleições. Manter e fortalecer laços de fidelidade partidária e regional, com parlamentares, era um mecanismo constitutivo da esfera educacional que produzia significados mútuos para dinâmica do favor.

Proteção política e exercício das atividades educacionais estavam em determinados momentos imbricados, nesse sentido, podemos citar o relato de um professor da cidade de Ipueiras, cuja narrativa permite lançar indagações sobre a tentativa de profissionais da educação de estabelecerem vínculos de trabalho com o Estado. O solicitante com tal finalidade afirmou:

Senhor Governador Virgílio Távora

Com os meus mais respeitosos cumprimentos, peço licença a Vossa Excelência para expor o seguinte:

Primeiro é que eu e minha família sempre votamos no partido de Vossa Excelência.

Segundo é que fazia 2 anos que eu ensinava sem contrato, substituindo o Prof. [...] que abandonou a cadeira. Durante esses 2 anos que lecionei me prometiam um contrato e nunca saiu. Por motivo de política o prefeito ordenou ao diretor que me retirasse e o diretor cumpriu a ordem e colocou outro no meu lugar.<sup>59</sup>

O pedido de contratação apresentado é bastante exemplar da forma explícita que muitos solicitantes afirmavam a força das relações de trocas de favores no funcionamento e gestão do campo educacional. As correspondências ratificavam a existência e necessidade do protecionismo político para enfrentar problemáticas relacionadas com o exercício do magistério, administração escolar e admissão de funcionários.

---

<sup>59</sup> APEC. Acervo Virgílio Távora. Série: Correspondência Geral. Subsérie: Correspondências expedidas e recebidas (1979). Correspondência de [nome]. Ipueiras, 27 de abr. de 1979.

Para lograr êxito no seu pedido, o professor afirmava ter uma relação de lealdade em tempos de eleição com o grupo político que Virgílio possuía filiação partidária. Deste modo, o solicitante destacava que tinha uma postura individual e familiar marcada pelo ato de votar nos correligionários do governador. Um atributo que lhe qualificava para receber o apoio e a proteção política ambicionados. Nessa perspectiva, a concretização do amparo solicitado se efetivaria com a continuidade do exercício de suas atividades profissionais no setor educacional.

A abnegação, o esforço do solicitante ao desempenhar suas funções educacionais sem algum tipo de vínculo empregatício formal à espera que uma promessa de trabalho fosse cumprida, fortalecia a necessidade do contrato pleiteado. O relato também pontuava que a impossibilidade de ser admitido pela escola onde já havia trabalhado dois anos, havia sido motivada “por questões políticas”, ou seja, mediante intervenção do Prefeito de Ipueiras, junto ao diretor da instituição de ensino cujo solicitante lecionava. O resultado da referida ação contemplou outro profissional com a contratação demandada pelo docente.

De tal modo, o discurso do solicitante conclamava o poder político e proteção do governador Virgílio para solucionar a aludida querela. O relato do professor constituía-se de um misto de competência, fidelidade política, pedido de justiça e mérito da solicitação feita. Convém observarmos que, para os profissionais da educação, muitas vezes, a busca de um contrato de trabalho no referido quadro social, produzia relações de reciprocidade e proteção. Obviamente tais contatos conviviam de maneira simultânea com as políticas de planejamento educacional propagadas pelo poder instituído.

Solicitações que fortaleciam laços de dependência entre professores, servidores e gestores e políticos que vivenciavam o mundo da educação. Ademais, a construção de súplicas por intermédio de correspondências apresenta contornos variados durante o Estado Novo:

O tom humilde e suplicante das cartas permite constatar que a submissão e a obediência à autoridade não foram apreendidas somente nas cartilhas do Estado Novo, esses valores faziam parte de uma cultura autoritária sedimentada num projeto político que investia em nacionalizar a produção através do controle, mas permitindo que os populares se sentissem parte de uma “grande família”, e assim se dirigiam aos governantes. Se havia resistências a este projeto? As cartas sobre prisões e afastamentos mostram que havia reações, e as próprias cartas podem ser interpretadas como

táticas que a população utilizava para fazer-se vista, ouvida. (FAVERI, 2006: 125)

Num regime político autoritário, o uso das correspondências poderia inserir os indivíduos numa rede de proteção e servia também como mecanismo de penetração nos espaços de diálogo do poder executivo, muitas vezes, bastante limitados no período de exaltação de um Estado centralizador. Assim, correspondentes traziam suas demandas na expectativa de serem escutadas e atendidas. Para tanto, “era preciso saber pedir”, humildade e submissão constituíam os discursos dos suplicantes que desejavam sensibilizar o governante a respeito de suas demandas.

As correspondências enviadas a Virgílio, durante o seu segundo governo, permitiam que os solicitantes estabelecessem formas de inserção no poder público. Além disso, gestava espaços de conflito social e possibilidades de garantia de direitos sociais construídos, possibilitando uma maior aproximação entre profissionais da educação, poder executivo e legislativo.

Logo, o poder público, a partir das demandas educacionais e de acordos políticos, redefinia suas ações de planejamento e prioridades para o campo educacional que tinha suas prioridades tecidas na gestão da política do favor. Ao inquirirmos sobre a esfera das relações políticas que permeavam o governo estadual durante o período de 1979 a 1982, temos que:

Notava-se sempre que Virgílio mantinha um corpo a corpo com todas as pessoas poderosas da cidade, cooptando-os a seu esquema definitivamente através da prestação de favores “inesquecíveis” e inegáveis que garantiam a fidelidade a ele sob todas as circunstâncias. (NUNES, 1991: 369)

A postura política de Távora, durante o seu segundo governo, referendava a perspectiva da pessoalidade no trato das questões sociais. Ideário expresso de maneira acentuada nas narrativas epistolares de indivíduos que buscavam um contrato de trabalho no setor educacional. Deste, modo os solicitantes faziam alusão a laços de gratidão e fidelidade política que deveriam nortear a resolução das problemáticas da educação.

De tal modo, os discursos construídos com intuito de obter um contrato de trabalho na esfera pública, remetem aos mecanismos de apadrinhamento gestados no campo educacional, ou seja, como sobreviver diante das dificuldades do dia-a-dia da educação sem ter um protetor, um padrinho que pudesse transitar nos caminhos da burocracia estatal e solucionar as demandas educacionais de caráter individual? Assim, a necessidade descrita em uma correspondência, ao lado da evocação da proximidade conclamada por um relato de tom marcadamente pessoal, tornava o contrato, um pedido de proteção sedimentado na crença que o padrinho possuía força e prestígio para atender a súplica produzida.

O espaço educacional, dessa forma, tornava-se um lugar bastante propício para parlamentares e governantes darem vazão às suas pretensões de criarem laços de proteção e obediência com os profissionais do setor de ensino – dentro de uma ótica perpassada por busca de contratações, nomeações e melhoria de infraestrutura de escolas.

### **3.3 A escolha dos nomes**

A busca por um contrato de trabalho estava bastante relacionada com apresentação de atributos, morais e profissionais, que visavam respaldar um solicitante na concretização de seus objetivos. Neste processo, a intermediação de políticos apontava nomes de profissionais indicados para exercerem as funções educacionais. No trabalho de pesquisa, podemos identificar quadros de contratação de funcionários do governo Távora que estavam ligados a acordos e solicitações de deputados. As diversas fontes citadas permitem lançar questionamentos sobre o uso da intermediação parlamentar e dos acordos políticos expressos em pedidos de contratação. Assim, podemos inferir sobre como os referidos mecanismos compunham a gestão do setor educacional? E como as solicitações educacionais apontavam um papel social para o Estado no setor educacional?

Os pedidos descritos num quadro de nomeações – que compõem a série correspondência geral do acervo Virgílio Távora – lança luzes sobre a investigação proposta. Como essas solicitações que foram feitas ao governador por um parlamentar:

Deputado: [...]

N	CARGO	NOME INDICADO	ORGÃO
01	Aux. Secretária	[.....]	1 Grau de Guaramiranga
02	Servente	[.....]	1 Grau de Guaramiranga
03	Aux. Secretária	[.....]	1 Grau Rodrigo A. Caracas
04	Servente	[.....]	1 Grau Rodrigo A. Caracas
05	Professora	[.....]	1 Grau de Tabapúa
06	Orient. Aprendiz	[.....]	1 Grau de Gal. Sampaio
07	Aux. Secretária	[.....]	1 Grau de Gal. Sampaio
08	Merendeira	[.....]	1 Grau de Gal. Sampaio
09	Zelador	[.....]	1 Grau de Gal. Sampaio
10	Professora	[.....]	1 Grau de Gal. Sampaio
11	Professora	[.....]	1 Grau em Paracuru-Sede
12	Professora (60H/A)	[.....]	1 Grau Hermínio Barroso
13	Professora	[.....]	1 Grau Unidade Nova
14	Professora	[.....]	1 Grau Unidade Nova
15	Professora	[.....]	1 Grau Unidade Nova
16	Aux. Secretária	[.....]	1 Grau São Sebastião
17	Servente	[.....]	1 Grau São Sebastião
18	Servente	[.....]	1 Grau São Sebastião
19	Servente	[.....]	1 Grau São Sebastião
20	Servente	[.....]	1 Grau São Sebastião
21	Professora	[.....]	1 Grau Maria Silva Mota
22	Professora	[.....]	1 Grau Jose R. Guimarães
23	Professora	[.....]	1 Grau Jose R. Guimarães
24	Professora	[.....]	1 Grau Jose R. Guimarães
25	Professora	[.....]	1 Grau Jose R. Guimarães

FONTE: Arquivo Virgílio Távora. Série: Secretaria do Poder Executivo. Subsérie: Secretaria de Educação (1979-1982).

A tabela apresentada assinala um conjunto de solicitações de trabalho para diversos profissionais do setor da educação. A listagem de cargos que deveriam ser preenchidos assinala designações de contratações para os seguintes municípios: Guaramiranga, General Sampaio, Itapagé, Paracuru, Apuiarés e Pentecoste.

Nesse caso, o deputado que encaminhou os pedidos para Virgílio, apresentou um quadro de necessidades profissionais da área administrativa e setor de ensino das escolas mencionadas. O detalhamento de cargos, escolas, funções e municípios

são um notório componente da trama de relações de reciprocidade existente entre Virgílio, deputados e profissionais da educação em diversas regiões do Estado.

Em sintonia com o conjunto de cartas, correspondências, telegramas, ofícios e cartões de solicitação, vários quadros de nomeação, encontrados no acervo Virgílio Távora, possibilitam um mapeamento de áreas de interesse político do governador que culminavam em concessão de benefícios no campo educacional. Assim, as solicitações de contratos temporários representavam uma dimensão do diálogo existente entre favor e planejamento que, em parte, definia a gestão do campo educacional.

O profissional da educação que pede um emprego referenda, pelos meios institucionais, o caráter pessoal, protecionista do líder político para garantir uma saída imediata nos conflitos cotidianos da esfera do trabalho na educação cearense. No entanto, as políticas públicas de longa duração para o campo educacional, inauguradas pelo próprio Virgílio, a partir do primeiro PLAMEG, em 1963, foram reforçadas em seu segundo plano de governo:

O II Plano de Metas Governamentais do Estado do Ceará (PLAMEG) foi elaborado para um período de cinco anos 1979-1983, cobrindo, portanto, todo o governo do Cel. Virgílio Távora e um ano do seguinte, a exemplo da sistemática que vindo sendo seguida em planos semelhantes. Na elaboração do plano, procurou-se desenvolver um trabalho fundamentado na identificação dos problemas e das reais necessidades do Estado, evitando-se, assim, idéias preconcebidas ou uma abordagem emocional. Ademais, deu-se ênfase a maior participação possível das comunidades e dos grupos de opinião do Estado, através de um processo de consultas, como forma de se obter diretrizes e instrumentos de ação compatíveis com as reais necessidades estaduais.<sup>60</sup>

Todos os governos que antecederam a segunda gestão de Virgílio Távora tiveram a preocupação de apresentar diagnósticos dos principais problemas do campo educacional na ótica de apontar soluções para as dificuldades presentes. Pressupostos que foram afirmados e redefinidos na elaboração do PLAMEG II. Estudos e levantamentos sobre os setores que compunham a educação foram feitos

---

<sup>60</sup> Biblioteca Pública Menezes Pimentel. II Plano de Metas Governamentais (1979-1983), p. 1.



para servir de suporte para as novas pretensões governamentais de modificar o panorama das dificuldades identificadas:

Grande parte do segundo governo de Virgílio Távora corresponde à vigência do Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social- III PND (1980-1984) e ao III Plano Setorial, Cultura e Desporto- III PSECD (1980-1985). Do ponto de vista do planejamento estadual, sob sua administração são concebidos o II Plano de Metas Governamentais- II PLAMEG (1979-1983) e o Plano Estadual de Educação- II PEE (1979-1983). (VIEIRA, 2002: 287)

No segundo PLAMEG, os discursos governamentais articulados aos planos de metas anteriormente elaborados pelo poder público, frisavam o critério técnico em detrimento dos interesses pessoais e destacavam a existência de um amplo debate com a sociedade civil que serviu de norte para traçar as metas de desenvolvimento econômico-social para o Estado. Na educação, percebemos a ênfase na identificação criteriosa das demandas educacionais existentes, mediante aval de técnicos da secretaria de educação que apontavam as principais necessidades e carências do setor. Com tal finalidade:

O PEE define um conjunto de prioridades voltadas para o apoio à escola na zona rural e ao planejamento e à administração educacional. O III PSEDC volta-se para linhas prioritárias que em muito se assemelham aquelas adotadas pelo Estado: a educação no meio rural; a educação nas periferias urbanas; o desenvolvimento cultural; e a valorização dos recursos humanos. Há, assim, uma sintonia entre o planejamento educacional local e nacional que se faz no sentido das administrações passadas. Se nos planos anteriores o local incorpora o nacional, no caso do III PSECD, a tendência reside no oposto - o nacional incorporando o local. (VIEIRA, 2002: 288)

As políticas públicas de planejamento educacional reforçam a necessidade de identificar as demandas locais no intuito de atuar na resolução dos problemas educacionais do universo rural e urbano. Por outro lado, os pedidos de nomeação, acima elencados, do ano de 1980, representam, em certo sentido, uma forma de “organização dos favores” existente no mundo educacional.

Dentro dessa perspectiva, podemos afirmar que o mapeamento das necessidades da educação tanto no interior do Estado, como na capital, não contava

somente com o suporte dos planos e programas educacionais. A ampla produção de pedidos do setor que foram recebidos, ordenados e avaliados pelo governo de Virgílio também servia de baliza para ação do poder público no trato das questões educacionais e faziam emergir relações de reciprocidade entre os correspondentes e o governador.

No primeiro quadro de nomeações descrito o parlamentar intermediário dos pedidos de profissionais da educação, apontava os indivíduos que deveriam ser contratados, mediante definição da função educacional e local de trabalho dos profissionais. Em certo sentido, a ação do deputado delineava de forma institucional áreas da dinâmica do favor num campo de abrangência amplo que envolvia professores, o setor administrativo das escolas estaduais e seus funcionários.

Na construção desse tipo de personalidade, compreendemos que a prática do favor tinha sua ordem de necessidade e prioridade, muitas vezes, administrada pelo dirigente do poder público em meio a pressões de parlamentares e no diálogo com as tessituras políticas dos grupos partidários com poder de deliberação no que diz respeito à gestão do Estado. No entanto, o lugar social dos solicitantes, explicitado normalmente nas correspondências, punha em foco a força e relevância dos pedidos que trouxessem, de maneira visível ou sutil, as estratégias discursivas constitutivas “do favor” no campo educacional.

Os escritos registrados no Acervo Virgílio Távora, em sua grande parte são representativos de uma presença bastante acentuada da intervenção parlamentar para intermediar nomeações, contratações, pedidos de construção de escolas e liberação de recursos para municípios; estes personagens faziam parte de uma rede de acordos e reciprocidades que definia parte das prioridades do setor educacional. Sobre as relações existentes entre solicitantes, intermediários e indivíduos que recebiam solicitações com o objetivo de pleitear algum benefício junto ao poder público, podemos observar durante o Estado Novo que:

De maneira geral, o sucesso do pedido é visto como inversamente proporcional à distância que existe entre quem pede e quem atende, ou seja, quanto mais pessoalizada for a relação, mais esperanças de uma resposta satisfatória. A valorização do mediador se inscreve exatamente na percepção dessas condições por parte dos interessados, pois estes sabem que os pedidos são possíveis entre conhecidos, entre próximos, o que faz com que conseguir alguém que ocupe um lugar intermediário entre ele e o provedor multiplique as chances de o pedido ser atendido. Em alguns casos, dadas as

distâncias acentuadas, os pedidos têm que percorrer mais de um ou dois mediadores, de forma a ir progressivamente aproximando social e simbolicamente aquele que escreve daquele que responde, ainda que continue grande a distância entre necessitado e provedor. Os mediadores, nesse sentido, surgem como instrumentos de redução de distâncias e agentes especializados na criação de um domínio pessoalizado entre agentes inteiramente desconhecidos. (HEYMANN, 1999: 27-28)

No conjunto de solicitações destinadas a Virgílio, em diversos períodos de sua vida política, emergem as figuras dos afilhados, compadres, amigos, primos, sogros, filhos, genros que estavam carregadas de simbolismo, proximidade, força e anseios de proteção. O uso destes laços de parentesco e proteção, muitas vezes, media a força e necessidade do pedido. Além disso, a solicitação era um componente que demonstrava a capacidade de articulação política, poder e força do solicitante mediante o lugar social ocupado pelo mediador na esfera pública.

De acordo com o mediador utilizado, pudemos perceber a urgência, o percurso, o tempo de espera, as tentativas, os múltiplos caminhos, contatos e trâmites burocráticos feitos pelos solicitantes. No caso das correspondências enviadas a Virgílio temos a mediação de deputados, vereadores, prefeitos, amigos e pais. Os discursos construídos por estes sujeitos representavam uma maior chance de atendimento do pedido, devido à proximidade com o referido político.

Por outro lado, notamos que muitos pedidos examinados eram resultados de solicitações anteriormente negadas ou postergadas. Nas narrativas de muitos solicitantes observamos de forma implícita que a inexistência de um mediador em momentos anteriores impediu a concretização das reivindicações destinadas a Virgílio Távora.

Os solicitantes quando expressavam seus pedidos, por intermédio de parlamentares, apontavam para a existência de uma área de abrangência político-partidária de deputados. O formato e quantidade de pedidos, dirigidos a Virgílio, denota a força de políticos com grande potencial de votos em diversas regiões do Estado, pré-requisitos evidenciados nos apontamentos contidos no acervo ora estudado.

Os pedidos de parlamentares estavam intimamente ligados a força junto ao eleitorado que possuíam. Principalmente com relação aos indivíduos que clamavam

pela “benção” de um emprego no campo educacional – condição que poderia garantir a sobrevivência dos solicitantes.

Virgílio construiu parte de sua trajetória política na condição de intermediário e “provedor” de solicitações educacionais. Trabalho político que certamente lhe deu grande habilidade para estabelecer diálogo com as inúmeras facetas das formas de pedir e conceder um favor. Para cada correspondência podemos identificar semelhanças e diferenças que formam uma teia complexa de relações políticas.

Os escritos citados, muitas vezes, construíram uma lógica da relevância da proteção política no que diz respeito ao trato das questões demandadas da educação. Podemos afirmar que os correspondentes suscitavam descrença a respeito da macro-política educacional de longa duração, desenvolvida pelo Estado. Entretanto, os solicitantes se apoiavam, muitas vezes, nas propostas e lacunas dos planejamentos educacionais para justificar a necessidade do uso do favor na resolução das problemáticas que descreviam em suas correspondências.

A quantidade de registros desta natureza, armazenada no acervo Virgílio Távora, descortina um universo diferenciado da gestão de prioridades educacionais que não estava inscrito nas premissas oficiais do governo. Além de não aparecerem nos balanços governamentais avaliativos das lacunas e resultados da execução dos planejamentos educacionais. Outro quadro localizado no acervo Virgílio Távora também é notório do esforço de muitos indivíduos a cerca de serem contemplados com um contrato de trabalho mediante apoio parlamentar:

Deputado: [...]

N	CARGO	NOME INDICADO	ORGÃO
01	Professora	[nome]	1 Grau José Raimundo de Deus
02	Aux. Secretaria	[nome]	1 Grau José Raimundo de Deus
03	Professor (72H/A)	[nome]	Col. Estadual Flavio Marcílio
04	Professora	[nome]	1 Grau Maria de Lourdes
05	Professora	[nome]	Unid.Educ. I. De Maria
06	Professora	[nome]	Unid.Educ. I. De Maria
07	Tec. Educação	[nome]	Sede- 8 Dere
08	Tec. Educação	[nome]	Sede- 8 Dere
09	Supervisora	[nome]	1 Grau Cura Dars
10	Supervisora	[nome]	1 Grau Faustino de Albuquerque

11	Servente	[nome]	1 Grau Hugo de Hugnon
12	Servente	[nome]	1 Grau Hugo de Hugnon
13	Professor	[nome]	1 Grau Hugo de Hugnon
14	Servente	[nome]	1 Grau Luíza Távora
15	Servente	[nome]	Asilo Men. Juvenal de Carvalho
16	Servente	[nome]	1 Grau Virgílio Távora
17	Datilografa	[nome]	1 Grau José Barcelos
18	Professora	[nome]	1 Grau José Barcelos
19	Professora	[nome]	1 Grau Edilson Brasil Soares
20	Professor	[nome]	2 Grau Marwin e 2 Grau G.P. Benev.
21	Supervisora	[nome]	1 Grau Viviana Monteiro
22	Vice-Diretora	[nome]	1 Grau de Baixo
23	Aux. Secretária	[nome]	1 Grau de Baixo
24	Professora	[nome]	1 Grau de Baixo
25	Professora	[nome]	1 Grau de Baixo

FONTE: Arquivo Virgílio Távora. Série: Secretaria do Poder Executivo. Subsérie: Secretaria de Educação. (1979-1982).

As relações entre deputados e poder público, pelo viés da troca de favores, era explicitada de forma deliberada em diversas listagens examinadas. Nesse quadro demonstrativo, identificamos os municípios de Russas, Fortaleza, Icó e Baixo, cidades em que os solicitantes buscavam contratação em escolas estaduais.

Deste modo, percebemos que parte do funcionamento da rede escolar estadual estava associada a um formato de gestão pública marcada por articulações políticas, relacionada de certo modo com a grande alternância existente na composição do quadro de servidores públicos do setor educacional. Em face dos referidos profissionais ingressarem no campo de trabalho da educação, por meio de contratações temporárias que eram reflexo de deliberações político-partidárias.

O caráter transitório dos profissionais da educação ganhava destaque em súmula do plano estadual de educação apresentado ao governo de Virgílio 1979-1982, com base no diagnóstico produzido por técnicos da Secretaria de Educação. Sobre os problemas de qualificação e contratação de profissionais o documento assinalava:

### 5.3 Administração do sistema

As conclusões relativas à Administração do Sistema resultam particularmente do desempenho da Secretaria de Educação no

comando dos serviços educacionais, arrolando-se como principais: [...]

inexistência de uma política que discipline ingresso, carreira e níveis salariais, utilizando a Secretaria correções artificiais e paliativas de complementações, bem como critérios políticos nos processos de contratações o que tem provocado inclusive a evasão e a rotatividade constante do pessoal, comprometendo, assim a responsabilidade social de educar e a produtividade do sistema; [...]<sup>61</sup>

De tal modo, as preocupações e temáticas observadas nos programas, planejamentos educacionais e correspondências, armazenadas no acervo Virgílio Távora, possibilitam problematizar a força das deliberações políticas a despeito da gestão do universo da educação, especificamente, nas questões expressas no diálogo entre formação técnica e condições de desenvolvimento das atividades de trabalho. A busca de um contrato profissional, favores, planejamento, proteção política, solicitações individuais e ineficácia administrativa pontuavam o universo de enfrentamento dos problemas educacionais no Ceará.

O trecho acima destaca que os profissionais da educação possuíam qualificação profissional precária e as limitações de recursos financeiros da secretaria de educação representavam um entrave para o bom funcionamento da máquina pública. A falta de uma política salarial para os servidores, ações de pouco alcance na resolução dos problemas de qualificação profissional e contratações, que ocorriam baseadas em critérios políticos, impossibilitavam a formação de uma equipe de trabalho capaz de enfrentar as carências do campo educacional. Segundo o discurso dos profissionais responsáveis pelo diagnóstico e levantamento das principais problemáticas da educação estadual.

Os quadros de pedidos de contrato de trabalho e a súmula do programa educacional citado apontam para várias nuances de práticas paternalistas na educação estadual. As justificativas e afirmação da necessidade da troca de favores, também, são elementos bastante notórios. Apresentados de forma implícita e deliberada no que concerne ao cotidiano administrativo enfocado. As referidas práticas culturais eram construídas sob o crivo das prerrogativas dos poderes executivo e legislativo estadual. A administração do setor da educação passou por várias oscilações e mudanças:

---

<sup>61</sup> Biblioteca Pública Menezes Pimentel. II Plano de Metas Governamentais (1979-1983). p.291

Numa análise mais aprofundada da gestão educacional, no período de 79/82, pode-se registrar que, num espaço de quatro anos ocorreu, de forma exagerada, mudança de titulares da Pasta e de Departamento, por critério essencialmente político, acentuando-se a influência de administradores diferentes, uns partidários da descentralização, outros da centralização. (VERAS, 1990: 260-261)

A força dos acordos e alianças políticas, muitas vezes, esteve presente no campo educacional a respeito da definição de cargos administrativos da secretaria de educação e contratação de professores do setor de ensino público estadual. As referidas ações fortaleciam a possibilidade de inserção no poder público conforme o uso de mecanismos de apadrinhamento construídos pelos profissionais que compunham o universo educacional.

Os discursos produzidos por solicitações e pedidos de contratação também se valiam de elementos propagados pelo planejamento educacional. Afirmamos, assim, que os propósitos estabelecidos pelo governo estadual asseveravam a valorização das trocas recíprocas e da política do favor no que tange ao enfrentamento dos principais problemas da educação local.

Além disso, tornava-se relevante dentro dos fundamentos que norteavam o formato de planejamento à época, ter um olhar atento para os desígnios apresentados pelos profissionais da educação: como pensar a educação sem “o favor”? Administrar os conflitos cotidianos desse universo era ter entendimento dos mecanismos que geravam e conduziam tal entrelaçamento, bem como, tomar contato com as formas de negar e atender solicitações.

Diretores, professores, serventes, merendeiras, datilógrafos eram profissionais da educação que poderiam fazer parte do ambiente escolar por intermédio da “boa vontade” de uma parlamentar cujo poder político junto ao governador em meio a tantas solicitações, poderia garantir a admissão de um solicitante no setor educacional.

O teor técnico propalado pelo segundo governo de Virgílio, em contraposição ao que era definido como uma “abordagem emocional”, era entrecortado por solicitações sistemáticas em longas listas de pedidos, extensas correspondências e breves cartões de solicitações de prefeitos, vereadores, líderes religiosos e

professores, num amplo universo de solicitantes que definiam como deveria ser o funcionamento do setor educacional no período.

Podemos afirmar que o pedido de contratação era um mecanismo constitutivo do setor educacional, capaz de extrapolar a singularidade de uma relação de indicações para o exercício de atividades profissionais. A troca de favores e protecionismo compunha as políticas educacionais estaduais, ora de maneira explícita, ora de forma velada. Nessa perspectiva, estes elementos conduziam as ações de sistematização das prioridades do setor.

Um conjunto de primazias que eram delineadas, muitas vezes, pelos seguintes componentes: auspícios dos solicitantes e intermediários, diretrizes governamentais, força dos grupos políticos de influência na administração vigente e acordos políticos selados com o líder do executivo. Premissas essas que construía um universo educacional entremeado por diferentes formas de pressão, diálogo, negações e afirmações explicitadas nas estratégias discursivas gestadas em propostas educacionais estabelecidas pelo poder público. Isso com base em pressupostos de uma racionalidade técnica, ao mesmo tempo em que era pontuada por solicitações de indivíduos que evidenciavam uma teia de relações sociais.

As necessidades administrativas relacionadas com o funcionamento das escolas estaduais estavam, muitas vezes, descritas no conjunto de solicitações feitas por deputados no intuito de atender os interesses de profissionais cujo principal objetivo era ingressar no setor educacional a fim de conseguir uma oportunidade de emprego. Deste modo, esta segunda listagem de pedidos de contratação ora apresentada entre muitas outras solicitações destinadas a Virgílio aponta para a sistematização e formalização dos pedidos no campo educacional sob a mediação de vários deputados.

O planejamento das ações públicas, um traço da “era dos coronéis no Ceará”, de certo modo, possibilitou a construção de mecanismos de negação e afirmação da política do favor. As trocas recíprocas poderiam ser legitimadas pelo próprio conhecimento dos problemas específicos da educação ou conforme a afirmativa que tais problemáticas só poderiam ser resolvidas com o uso da articulação política. Um mecanismo considerado eficiente para solucionar as demandas individuais e coletivas da educação.

Problemáticas perpassadas por critérios políticos e partidários. Entretanto, os discursos do poder público sobre a educação continuavam por afirmar a



proeminência do olhar técnico-racional e assertivo diante do atendimento de solicitações oriundas do campo educacional.

Percebemos, ao longo do exame das fontes, o clamor pela aquisição de um contrato nos discursos produzidos por profissionais da educação, ações que colocavam a prova a capacidade do novo gestor de atender aos auspícios de proteção de indivíduos movidos pelos objetivos de fazer parte da equipe profissional do setor educacional. Muitos solicitantes que buscavam a ajuda de Virgílio Távora e frisavam as dificuldades de exercer o ofício de professor na esfera municipal, deste modo, pediam para trabalhar na secretaria de educação estadual em face dos entraves enfrentados.

Na cidade de Irauçuba, um professor municipal detalhou seus conflitos e anseios sobre suas condições de trabalho e possibilidades de ascensão profissional:

Ilmo Senhor Governador do Estado Coronel Virgílio Távora

Meus respeitos

Venho respeitosamente pedir a Vossa Senhoria um contrato pelo Estado. Eu já trabalho pela prefeitura municipal na área de supervisão, mas ganho tão pouco, só a importância de 360,00 Cr\$ mensais e não está dando mais. Se Vossa Senhoria me desse um contrato eu deixaria esta outra função, que é tão mínima a gratificação. Caso Vossa Senhoria possa me contratar aqui não tem vice-diretora e nem supervisora na escola de 1 grau do Estado. Eu ainda to fazendo o 2 ano normal, mas tem funcionários da dita escola de 1 grau do Estado estudando igual comigo. Certo de sua compreensão e ajuda, espero uma resposta agradável e aceitarei qualquer cargo que vossa senhoria me der.<sup>62</sup>

Atenciosamente

[nome]

A qualificação educacional, adquirida no âmbito da esfera municipal, fundamentava o pedido de contratação. Conseguir um contrato, sem o mecanismo do concurso, poderia de forma rápida e ágil resolver as dificuldades apresentadas pelo solicitante que afirmava receber um salário insatisfatório. Um baixo nível salarial era um dos pontos indispensáveis para se pedir um favor por meio de contratação para desempenho de atividades profissionais no Estado. Pressuposto apresentado

<sup>62</sup> APEC. Acervo Virgílio Távora. Série: Correspondência Geral. Subsérie: Correspondências expedidas e recebidas/Brasil (1979). Correspondência de [nome]. Irauçuba, 20 de maio de 1979.

que dava gravidade ao pedido feito, já que as ações institucionais não conseguiam modificar o panorama constantemente descrito. Deste modo, a única saída era apelar para mais um emprego por meio do favor de um político. Assim, a formação da equipe técnica do campo da educação era constituída entre a necessidade e troca de benefícios por parlamentares, profissionais da educação e líderes do poder executivo.

A necessidade forjava a proteção que se adequava e alterava as premissas estabelecidas pelo rigor, imparcialidade e técnica propalados pelos ditames institucionais do planejamento educacional. No campo de justificativas dos solicitantes, tornava-se relevante pedir porque havia inadequação e “injustiça” provocadas pelas condições de trabalho do setor da educação. Além disso, os correspondentes se queixavam da falta de amparo governamental necessário para lidar com os problemas que permeavam suas vidas profissionais.

Podemos afirmar, contudo, que em momentos de valorização do nacionalismo no Brasil, o ato de elaborar solicitações por intermédio de correspondências significava respaldar os atributos de um Estado protecionista no que diz respeito à resolução das questões de cunho social:

Assim se faziam as narrativas, todas elevando o alto espírito de justiça do governante que, em nome dos pobres, deve provê-los, sempre. Este aspecto da cultura política estava impresso no discurso homogêneo, harmônico e disciplinado, que mexia com os imaginários sociais nacionalistas e patrióticos. Todas as preocupações convergiam para a construção da nacionalidade e a preparação para atender às exigências do processo produtivo. O Estado moderno precisava humanizar-se, para tanto, precisava integrar-se à vida popular, dando assistência social e dignidade ao homem. (FAVERI, 2006: 114)

Na correspondência analisada, evocar a patente, a posição militar de Virgílio, um coronel de forte expressão política local durante o período de ditadura militar, certamente referendava o forte simbolismo relativo ao poder e força política dos militares nesse período histórico. Virgílio, ao ser militar e governador, estava inserido num lugar social que lhe assegurava grande respaldo dentro do universo institucional. Assim, poderia resolver as demandas educacionais por possuir mérito e competência necessários para atender os anseios dos solicitantes.

A necessidade de ampliação da atuação profissional do solicitante justificava o pedido. Havia espaços no campo educacional ainda não ocupados por educadores, professores e técnicos. Assim, quando o poder público não agia diretamente para atender essas demandas por intermédio de seus programas e ações institucionais, a dinâmica do favor se adequava, de maneira eficaz e conveniente, aos discursos dos solicitantes.

No jogo de pedidos, promessas, escutas e apelos aqui apresentados, os solicitantes procuravam desvincular o pedido de um caráter de cobrança. Por outro lado, não deixavam de atestar suas grandes necessidades profissionais, elementos decisivos para construção de uma solicitação, mesmo que o pedido produzido fosse negado.

Os discursos produzidos pelos solicitantes afirmavam a relevância da comunicação estabelecida com o governador. Um passo significativo dentro do trâmite burocrático que constituía a longa escalada na busca de ser contratado. Na comunicação com o poder público, os atos de responder uma correspondência, conceder ou negar um favor no campo da educação encetavam o diálogo entre políticos e solicitantes.

Ações representativas do esforço de estabelecer uma proximidade, muitas vezes, inexistente com o governador. Contato que poderia ser valioso na escalada de garantir melhorias profissionais dentro do campo educacional, ao ventilar a possibilidade de um solicitante compor o quadro de servidores da secretaria de educação. Convém observarmos que esses elementos faziam parte do horizonte de expectativas contidas nas correspondências. Discursos que produziram relações sociais entre solicitantes, poder público e políticos locais no cotidiano da educação estadual.

Nos apontamentos de Virgílio Távora, acordos feitos sobre contratações de profissionais, regidos pelas alianças partidárias estaduais, são explicitados e permitem problematizar os deveres e obrigações estabelecidos entre os grupos de apoio ao governador. Os referidos laços citados abriram espaço para que os profissionais da educação conseguissem usufruir dos benefícios das trocas de favores e da contratação temporária.

Nessa perspectiva, podemos observar dois tipos de lista nas anotações do governador, a primeira delinea os nomes dos funcionários que foram contratados e, especifica algumas funções dos referidos profissionais. A segunda apresenta

também os nomes dos profissionais, as funções e as escolas que os potenciais servidores deveriam trabalhar. Os procedimentos efetuados pelo governo foram assim descritos:

RELAÇÃO DOS CONTRATADOS NA GESTÃO GOVERNADOR  
CEL. VÍRGILIO TÁVORA (Todos através do grupo Virgilista)  
Capistrano- Ceará

SETOR EDUCAÇÃO

1 [nomes] (2 contratos) 2. [nome] (2 contratos), 3. [nome], 4. [nome]  
5. [nome] 6. [nome] 7. [nome] 8. [nome] 9. [nome] 10. [nome] 11.  
[nome] Vigia

RELAÇÃO DOS NOMES A CONTRATAR PELO GRUPO ADAUTO  
BEZERRA

1. [nome] Auxiliar administrativo - Grupo escolar de Capistrano  
(GEC), 2. [nome] Bibliotecária – Grupo escolar de Capistrano (G.E.C)  
3. [nome] Professora - (G.E.C) 4. [nome] Professora - (G.E.C) 5.  
[nome] Merendeira - (G.E.C) 6. [nome] Merendeira - (G.E.C) 7.  
[nome] Vigia – (G.E.C) 8. [nome] Merendeira - (G.E.C) 9. [nome]  
(G.E.C), 10. [nome] Vigia - (G.E.C) 11. [nome] (G.E.C)

Ob.: Os cargos de auxiliar administrativo, bibliotecário, professoras  
em número de 2 é carência no citado estabelecimento escolar.<sup>63</sup>

A análise do acervo Virgílio Távora apresenta registros de realizações governamentais em suas várias dimensões sociais que foram amplamente preservadas pelo titular da documentação. Dessa forma, as demandas educacionais promovidas por instituições e indivíduos foram também descritas no conjunto destes documentos.

Com base na descrição acima apresentada, podemos afirmar que havia um esforço no sentido de mapear as áreas de atendimento das negociações políticas em torno da educação, além disso, tornava-se relevante “provar” para os correligionários e eleitores a concretização das promessas feitas durante o período de eleição. Deste modo, “a ordenação do favor” assumia um papel fragmentado e não linear, embora possuísse sua lógica intrínseca.

<sup>63</sup> APEC. Acervo Virgílio Távora. Série: Secretaria do Poder executivo. Subsérie: Secretaria de educação (1979-1982). Relação de Contratados do Governo Virgílio Távora. Capistrano, 1979.

Havia, destarte, contornos diferenciados no que se refere aos esforços empreendidos pelos programas educacionais propalados pelo governo. Por outro lado, o uso destas estratégias políticas interferia de forma significativa no sentido de gerir os rumos administrativos da educação estadual.

As listagens acima são exemplos da regularidade dos registros de atendimentos a pedidos de contratação e destacam a presença explícita de grupos político-partidários na “gestão” dos interesses administrativos da educação. Os “Virgilistas” são apresentados como um grupo que foi contemplado no atendimento de seus interesses políticos pontuais.

O parlamentar ou grupo político que devia alguma promessa de emprego para um eleitor poderia encontrar no governo em exercício uma ótima oportunidade de pagar a dívida. O indivíduo que esperava a concretização de promessas eleitorais aguardava ansiosamente o momento de obter melhoria profissional. Dentro de uma lógica que possuía seus mecanismos de identificação de prioridades relacionados com acordos políticos e troca de favores.

Adauto Bezerra, parlamentar, militar e governador do Estado no período de 1975 a 1979 que possuiu acentuado papel político de liderança dentro do executivo e legislativo na “era dos coronéis” aparecia com freqüência no conjunto de atendimentos de Virgílio. Sobre Adauto Bezerra, em seu governo, Vieira (2002:287) assevera que o político:

[...] leva a prática da política da clientela às últimas conseqüências, situação que se completa com o mecanismo da compra de vagas ociosas. Embora esta alternativa possa ser concebida como uma estratégia para viabilizar a expansão das oportunidades educacionais, tende a referendar uma política de favor e de clientela.

De tal modo, podemos inferir que a listagem analisada evidencia a interferência do grupo partidário de Adauto Bezerra na definição de solicitações educacionais que deveriam ser atendidas. O referido político, quando assumiu funções no poder executivo e legislativo, referendou a prática do clientelismo na educação cearense. Virgílio Távora e Adauto Bezerra fortaleceram elos políticos durante o período da ditadura militar que afirmaram o paternalismo e clientelismo na gestão pública. Assim, percebemos parte da gestão dos problemas da educação estadual, delineada em listas e deliberações que atendiam a interesses político-

partidários (documentos que demarcam a ação de protetor e protegido no universo focalizado).

A negação do favor e do clientelismo contida nos discursos institucionais, com o objetivo de destacar a feição imparcial do planejamento, abriu espaço para a criação de outros mecanismos ainda não experimentados pela política da troca de favores. A escrita formal e sistematizada pautada nos levantamentos de dificuldades sobre a educação, apresentado pelo poder público, era apropriada por correspondentes e parlamentares. Ações que retiravam o caráter inadequado atribuído a política do favor em documentos institucionais.

Além disso, de certa forma, legitimavam a necessidade de fazer uso de tais práticas sociais. Deste modo, criava-se uma forma de “oficialização” da preponderância do pedir e do proteger, justificada pela ótica do planejamento no mundo da educação. As formas de gerir o campo educacional eram em sua grande parte definidas mediante estratégias discursivas que desvelam as competências e atribuições do governo estadual. Na análise de elementos constitutivos da formação do Estado, segundo Foucault (1995:292):

Desde o século XVIII, vivemos na era da governamentalidade. governamentalização do Estado, que é um fenômeno particularmente astucioso, pois se efetivamente os problemas da governamentalidade, as técnicas de governo se tornaram a questão política fundamental e o espaço real da luta política, a governamentalização do Estado foi o fenômeno que permitiu o Estado sobreviver. Se o Estado é hoje o que é, é graças esta governamentalidade, ao mesmo tempo interior e exterior ao Estado. São as táticas de governo que permitem definir a cada instante o que deve ou não competir ao Estado, o que é público ou privado, o que é ou não estatal, etc; portanto o Estado, em sua sobrevivência e em seus limites, deve ser compreendido a partir das técnicas gerais da governamentalidade.

Por este prisma, a gestão do Estado é demarcada por táticas de governo que são construídas e refeitas num amplo espaço de embates políticos. Sobre as problemáticas da educação no Ceará entendemos que estes conflitos foram marcados por artifícios e procedimentos cujas estratégias governamentais definiam funções para o Estado. Num jogo de conceituações que estava entremeado pelo diálogo com ações educacionais associadas ao paternalismo, clientelismo e troca de favores.

Práticas sociais que contribuíam para conceber o Estado por um viés múltiplo de atuação. Ao produzir técnicas de aproximação entre o universo de solicitações educacionais produzidas e a propalada idéia de uma gestão pública sedimentada na eficiência do planejamento. Esses procedimentos produziram uma governamentalidade específica do poder público local.

Podemos afirmar que a concretização de acordos políticos, firmados em várias listas de solicitações examinadas, servia de suporte para a atuação eficaz de Virgílio no campo das trocas de favores tão caras ao funcionamento do mundo da educação. Por outro lado, as referidas práticas sociais, muitas vezes, eram negadas e re-apropriadas de acordo com as pretensões do poder executivo. Num universo social marcado pelos pressupostos de imparcialidade e racionalidade técnica na forma de resolver os problemas educacionais.

Num entrelaçamento entre público e privado uma última lista relativa à contratação de profissionais expressa deliberações políticas do segundo governo de Virgílio no que concerne a educação. Relação que destaca de maneira minuciosa a existência de um campo favorável para os solicitantes que buscavam o benefício da contratação. Com timbre de um escritório de advocacia de Fortaleza, o documento faz referência a resultados eleitorais de parlamentares em seus municípios de origem, de certo modo, os dados estatísticos delineados possuem conexão com possibilidades de atender pedidos dos referidos políticos no campo educacional:

Candidato - [nome] Segundo mais votado do Município, com um percentual de 13,48%, com 3.487 votos, necessita: Área de Educação.

1. 10 contratos de professores
2. 10 contratos de contínuo e servente:  
[...]

#### FORTALEZA

Obteve aproximadamente 4.000 votos pessoais, grande parte transferível, levando-se em consideração a colônia de Itapipoca aqui radicada

1. 5 contratos de professoras primárias  
[...]
7. Contrato de professora primária de [nome]

## IRAUÇUBA

Foi o segundo mais votado do Município, com um percentual de 11, 91%

1. Contrato de 05 professoras primárias

Fortaleza 01 de Abril de 1982.<sup>64</sup>

A descrição citada apresentava um mapeamento do potencial político-eleitoral dos parlamentares apontados que ensejavam ter suas solicitações concretizadas. Várias listas de contratações de profissionais da educação identificadas, no segundo governo de Virgílio, apresentavam especificidades relacionadas com a esfera partidária, possíveis laços de parentesco e necessidade do pedido. Na tipologia desses documentos percebemos o caráter institucional entrecortado, muitas vezes, por interesses privados e particulares acerca da apresentação de demandas educacionais. Ao investigar a tradição patrimonialista da cultura brasileira Holanda (1995: 145) lembra que:

Não era fácil aos detentores das posições públicas de responsabilidade, formados por tal ambiente, compreenderem a distinção fundamental entre os domínios do privado e do público. Assim, eles se caracterizam justamente pelo que separa o funcionário “patrimonial do puro burocrata conforme a definição de Max Weber. Para o funcionário “patrimonial”, a própria gestão pública apresenta-se como assunto de seu interesse particular; as funções, os empregos e os benefícios que deles auferem relacionam-se a direitos pessoais do funcionário e não a interesses objetivos, como sucede no verdadeiro Estado burocrático, em que prevalecem a especialização das funções e o esforço para assegurar garantias jurídicas aos cidadãos. A escolha dos homens que irão exercer funções públicas faz-se de acordo com a confiança pessoal que mereçam os candidatos, e muito menos de acordo com suas capacidades próprias. Falta a tudo ordenação impessoal que caracteriza a vida do Estado burocrático. O funcionalismo patrimonial pode, com a progressiva divisão das funções e com a racionalização, adquirir traços burocráticos. Mas em sua essência ele é tanto mais diferente do burocrático, quanto mais caracterizados estejam os dois tipos.

---

<sup>64</sup> APEC. Acervo Virgílio Távora. Série: Secretaria do Poder executivo. Subsérie: Secretaria de educação (1979-1982). Escritório de Advocacia Dr. [nome]. Fortaleza, 1.º de abr. de 1982.



No campo de deliberações e pedidos de contratações de profissionais da educação, percebemos que havia um atrelamento entre confiança e qualificação profissional para assumir funções públicas no campo educacional. A documentação reforçava a necessidade do contato pessoal para se conseguir um contrato de trabalho. Deste modo, referendava a feição patrimonialista, tantas vezes, repisadas na construção do Estado e da burocracia no Brasil.

No entanto, as estratégias construídas com tal teor pareciam considerar indispensável, na fundamentação de um pedido, a referência ao saber técnico do solicitante. Componentes que fortaleciam a necessidade de concessão de um emprego pleiteado sob troca de favores. Nesse sentido, as fontes de pesquisa apontam mudanças e permanências associadas à tradição patrimonialista brasileira que dialogava constantemente com os ditames de um tempo de racionalidade e planejamento.

Assim, na elaboração formal das listagens cujos conteúdos expressavam acordos e necessidades que deveriam ser cumpridos, observamos que, juntamente com uma pontual e resumida lista de contratações, havia o nome do político mediador, a quantidade de votos destes políticos e a alusão a um laço de parentesco. Além disso, o caráter partidário, mesmo de maneira implícita erigia nesses documentos de teor sistemático e específico.

A listagem citada permite levantar questionamentos sobre os anseios de muitos indivíduos por uma contratação temporária na esfera da educação estadual. Nessa perspectiva, a proteção do mediador com relação ao solicitante, certas vezes, era perpassada pela milimétrica estatística da força eleitoral do parlamentar representante do pedido. No entanto, também havia um jogo de estratégias políticas pontuado pelo discurso de legitimar o uso de critérios técnicos para definir as necessidades do campo da educação.

Os quadros de contratação, ora examinados nessa seção, permitem perceber a força dos mediadores na concretização de pedidos educacionais. Além disso, o solicitante teria dificuldades de lograr êxito no seu pedido caso não tivesse um padrinho de boa capacidade de diálogo com o poder executivo. Potencial que certamente estava atrelado a alianças políticas com o governo e forte inserção junto ao eleitorado.

Percebemos a relevância desses atributos em várias fontes analisadas, tanto na esfera institucional, bem como nos discursos balizadores de diversas listagens de

contratações de profissionais da educação. Deste modo, na produção do mapeamento que aponta os anseios de concretizar solicitações educacionais, por parte do poder público, a organização dessas demandas, em múltiplas listas, exprimia as tessituras das relações de reciprocidade existente entre profissionais da educação e esfera pública. É plausível imaginar que, ao fazer parte de uma listagem cunhada com a chancela do governador, ou ter uma solicitação educacional concretizada, o solicitante era inserido em um universo de trocas recíprocas capaz de definir prioridades individuais e coletivas para a educação estadual. Aproximações que extrapolam os limites de contratação de trabalho temporário. Assim, a proteção do padrinho é conclamada.

Deste modo, papéis e saberes são construídos para os indivíduos no jogo discursivo das solicitações. A análise de cartas e bilhetes de romeiros em Canindé, sobre o campo de produção dos pedidos destaca:

[...] o apadrinhamento situa os devotos num círculo de proteção permanente, ao qual pode recorrer para pedir algo. Para tanto, porém, é necessário que os laços de devoção estejam bem definidos. Os devotos devem estar em consonância com seu santo, demonstrando, de maneira perene sua fé e confiança. (SILVA, 2007: 92)

Os pedidos ora analisados são balizados por aspectos característicos de uma lógica religiosa em que proteção e confiança no atendimento da solicitação são cruciais. A referência ao padrinho traz consigo relações sociais que evidenciam a necessidade dos solicitantes ao apresentarem componentes de conduta moral e profissional, considerados dignos do mérito de conseguir um contrato de trabalho.

Ter um contrato estadual também poderia criar outros problemas para um solicitante, como por exemplo, o não recebimento de seu salário. Tal problema, certas vezes, aparece na argumentação de um pedido de contrato temporário. Em abril de 1979, uma professora afirmou enfrentar dificuldades com relação o recebimento de seu pagamento, da seguinte forma:

Senhor Governador do Estado Virgílio Távora

Sendo a dois anos professora do Estado e me encontrando em situação difícil desejaria que esta carta possa tocar de bem perto para o meu problema.

Eu [nome] há três anos fui contratada do Estado sob o n.º 22476, cuja folha 465, lotada na escola do 1 grau José Barcelos onde leciono Estudos Sociais, e logo no primeiro ano não recebi o ano letivo de 1977.

Me sinto muito grata se vossa excelência me ajudasse a resolver este caso; pois já falei com alguns políticos e nada consegui.

Solicitaria vossa ajuda, pois fiz o curso de História na Faculdade de filosofia e tenho como emprego este contrato.

Sou casada, tenho dois filhos, e faço um apelo para que este dinheiro saísse, e viesse as minhas mãos, pois me encontro com muita necessidade, pois me encontro pagando o crédito educativo, e ganho atualmente no contra-cheque a quantia de Cr\$ 2.160, não dando condições de sobrevivência.

Obs: Aqui segue a cópia do contrato em anexo. Sem mais para o momento subscrevo-me atenciosa [nome].<sup>65</sup>

O uso da correspondência, neste caso, apresenta uma feição diferenciada. O pedido, em certo sentido, apresenta a contraposição do caráter protecionista associado à concessão de um contrato temporário em face do não recebimento do salário da professora: como garantir a manutenção da sobrevivência e ampliar a qualificação profissional sem salário? Neste caso, o discurso da solicitante destaca que, após recorrer a vários intermediários, não conseguiu receber os salários atrasados. De tal modo, era necessário agora, para a solicitante, o contato direto com Virgílio.

A questão assumia um caráter pessoal, dentro de uma rede de pedidos não contemplados pelo campo institucional. A entrada no setor educacional, as condições de infra-estrutura para desenvolver as atividades docentes e até mesmo o recebimento do salário tinham que conviver e se adaptar a lógica do pedir e do favor.

Apesar disso, esses mecanismos não supriam as necessidades educacionais identificadas pelos programas e educacionais do Estado. De forma específica e excludente atendiam as carências de alguns indivíduos e instituições, mediante ações que extrapolavam os limites do escrito. De tal modo, para os solicitantes,

---

<sup>65</sup> APEC. Acervo Virgílio Távora. Série: Correspondência Geral. Subsérie: Correspondências expedidas e recebidas/Brasil (1979). Correspondência de [nome]. Fortaleza 1.º de maio de 1979.

outros caminhos, percursos eram reconstruídos e refeitos a cada novo governo diante das limitações e instabilidades características do mundo educação.

Mais uma vez percebemos, no discurso de uma solicitante, a relação entre mérito e necessidade a respeito da produção de um pedido, elementos, tantas vezes, indissociáveis em muitas correspondências construídas no campo educacional. A investigação da escrita epistolar aponta:

Interpretando as narrativas, vemos nas cartas a clareza do lugar do qual falam e com quais palavras e linguagem seria possível provocar sentimentos de benevolência dos governantes. A forma de escrita utilizada por estes homens e mulheres mostra uma regularidade tanto nos argumentos quanto na estrutura da escrita e na forma de tratamento, mostrando o momento de sua produção. Se a escrita epistolar tem sempre um destinatário e o escrevente espera uma resposta, os governantes que as recebiam deveriam estabelecer relações de troca, respondendo-as; afinal, se escreviam no calor das tensões entre a repressão aos estrangeiros e o ideário de bom trabalhador, os argumentos deveriam pesar a favor dos demitidos. (FAVERI, 2006: 127)

Os correspondentes que enviaram cartas para Virgílio produziram clamores permeados pelos intuitos de sensibilizar o governante para a urgência de seus problemas. Delimitar a procedência do pedido e os elos políticos também fazia parte da argumentação construída pelos solicitantes que referendavam o merecimento de suas súplicas. As correspondências criavam uma comunicação de caráter pessoal que legitimava os papéis de intermediário e protetor para os políticos locais. Num jogo de expectativas de respostas e concretizações de promessas firmadas entre correspondentes e destinatários.

Por outro lado, é necessário reconhecemos que a negação da eficiência do favor, paradoxalmente, ao lado da afirmação instabilidade administrativa, e das limitações do planejamento compunha os discursos de muitos correspondentes.

Por fim, é relevante discutirmos os anseios de uma professora em correspondência destinada ao presidente do Brasil à época, João Batista Figueredo. O documento faz parte das cartas recebidas pelo governador Virgílio Távora:

Serra Verde, 18 de Abril de 1979

Excelentíssimo Sr. Figueredo

É com grande satisfação que escrevo esta singela missiva a vossa excelência a fim de pedir um grandioso favor.

Gostaria que vossa excelência fizesse isso para mim. É o seguinte: sou uma senhora e que leciono há 13 anos e esta época nunca tive um ganho satisfatório ou a quantia [...] que ganho pela prefeitura desta cidade é de 308,00 Cr\$ por mês. Como leciono aqui num sítio, gostaria que vossa excelência mandasse uma ordem para o governo de Fortaleza mandar me chamar para assinar um contrato estadual, apesar de eu ser uma pessoa que ainda não tenho o segundo grau completo mas estou lutando com grandes dificuldades a fim de obter tão sonhado segundo grau, já que este ano estou cursando o segundo ano de auxiliar de escritório aqui mesmo. Luto enfrentando obstáculos, porque o dinheiro que ganho mal dá para pagar o colégio. Sem mais espero, que esta seja resposta [...] já com o chamado para Fortaleza, a fim de assumir um contrato. Desde já meus sinceros agradecimentos [nome].<sup>66</sup>

Percebemos, na carta, a busca de uma hierarquia superior. No caso assinalado, um contato com a esfera federal foi feito para resolver uma situação do âmbito municipal. Na dinâmica do favor, muitas vezes, percebemos que os solicitantes citam etapas de diálogo com o poder público e parlamentares que foram percorridas e não tiveram o efeito esperado, na concretização de uma solicitação.

Neste relato, não identificamos referência nem a Virgílio, nem a parlamentares no percurso da solicitação. O pedido assume um caminho em ordem decrescente de hierarquia ao ir para a instância federal com o objetivo de chegar até o plano estadual de deliberações educacionais. Com base nas correspondências examinadas, recorrer a uma instância burocrática superior, representada por um indivíduo de maior força política, contribuía para enfatizar a persistência, mérito e necessidade do pedido.

Um dos maiores problemas externados por professores, durante o segundo governo de Virgílio, era o baixo nível salarial e a qualificação profissional que poderia encontrar abrigo e refúgio na contratação temporária, incessantemente descrita em tantas correspondências. Pedidos que esbarravam na burocracia estatal e em acordos políticos não cumpridos ou efetivados parcialmente no cotidiano da educação.

---

<sup>66</sup> APEC. Acervo Virgílio Távora. Série: Correspondência Geral. Subsérie: Correspondências expedidas e recebidas/Brasil (1979). Correspondência de [nome]. Serra Verde, 18 de maio de 1979.

Por outro lado, o tipo de pedido apresentado também é um indicio da descrença nas intervenções públicas na resolução de questões individuais no campo educacional. Os percursos do favor, deste modo, podem assumir caminhos uniformes e disformes. Mediante estratégias discursivas construídas de acordo com as possibilidades que identificadas de diálogo e resolução de suas problemáticas relativas ao mundo educacional.

No caso específico, a solicitante pede ao poder federal que determine ao governo estadual sua contratação. De tal modo, a correspondência é emblemática de um universo educacional em que estratégias discursivas, voltadas para garantir proteção, são refeitas em face dos entraves impostos pelo Estado. Além disso, apontam a incapacidade dos solicitantes de encontrarem respaldo em esferas do poder público, que por ventura, foram consultadas anteriormente para resolução do problema. Apesar do trabalho de pesquisa com correspondências, podemos afirmar:

As cartas expressam dimensões culturais do sujeito, que poderiam ser chamadas de momento biográfico. Cada indivíduo participa de diferentes “esquemas de ação e pensamento que possuem seus modos de tradução simbólica e constituem sistemas referenciais valorizados”. Família, vizinhança, cidade, local de trabalho são algumas pertencas culturais interiorizadas ao longo da história de sua vida. Só que uma existência não transcorre de modo linear contínuo e sim em momentos, nos quais organizam-se no espaço-tempo interior construído pelo sujeito e que individualiza um aspecto de sua vida. Nas cartas, isso ocorre de modo e especialmente claro, pois é a configuração do momento biográfico que rege o contar da vida por meio de junção de experiências referidas a tempos e contextos sempre heterogêneos (MALATIAN, 2009: 200).

No conjunto de correspondências do acervo Virgílio, cada indivíduo construiu o seu momento biográfico permeado por valores culturais, experiências construídas ao longo do tempo que trazem a lume especificidades de suas trajetórias de vida e profissão expressas em narrativas heterogêneas. Os relatos são representativos de momentos em que discursos eram elaborados e refeitos de acordo com as nuances do período educacional em tela. Num universo, cujas relações de favor, apadrinhamento e os programas educacionais se interpenetravam. Além disso, em cada carta esses pressupostos e noções assumiam feições múltiplas.

Deste modo, a busca de um contrato por intermédio de uma correspondência, abre um leque de possibilidades para percebermos que o universo educacional criava conflitos entre a dinâmica do favor e as diretrizes institucionais para educação. Entretanto, o diálogo estabelecido por estas duas perspectivas impelia re-apropriações e entrelaçamentos sob a ação de solicitantes, mediadores e poder público.

O mérito da solicitação e a busca de qualificação profissional, contidos em muitos pedidos de contratação, colocavam indivíduos na condição de receber o benefício da contratação mais pelo infortúnio da vida educacional e capacidade de articulação política, do que propriamente, pelo potencial para desempenho das atividades educacionais. Fator, tantas vezes, incapaz de garantir suas reivindicações. Nestas correspondências, as especificidades que consubstanciavam os pedidos vinham à tona:

Ao longo do século XX e XXI, a escrita de si tem se desenvolvido e ampliado, baseada na idéia de que o indivíduo é singular e possuidor de uma identidade própria que o diferencia, em sua dimensão única e autônoma, no todo coletivo. (MAGALHÃES, 2007: 130)

Na singularidade de suas narrativas construídas, os solicitantes do campo educacional, procuravam destacar os atributos profissionais que tornavam suas reivindicações habilitadas para o exame e atendimento do governador. Num lugar social repleto de urgências, prioridades e pedidos, o indivíduo que fazia uma solicitação, assinalava diferenças e especificidades em seu relato no intuito de sensibilizar Virgílio Távora.

Desta maneira, as fontes investigadas permitem observar que, nos discursos dos solicitantes, o “protetor” ou destinatário do pedido, deveria adotar a única saída possível para solucionar os problemas individuais e emergenciais da educação, a concessão do favor. Por este prisma, o ritmo do enfrentamento das problemáticas, não resolvidas há meses, anos ou décadas, seria acelerado na peleja diária de inserção no poder público e melhoria das condições de trabalho do setor educacional. Sobre as narrativas construídas nos pedidos de contratação é plausível afirmar que:

A escrita como exercício pessoal praticado por si e para si é uma arte da verdade contrastiva; ou, mais precisamente, de uma maneira reflectida de combinar a autoridade tradicional da coisa já dita com a singularidade da verdade que nela se afirma e a particularidade das circunstâncias que determinam o seu uso. (FOUCAULT, 1992: 141)

As justificativas dos solicitantes apontam para o carácter indispensável da escrita epistolar, extremamente relacionado com uma época em que se precisava fundamentar e qualificar o ato de pedir no campo educacional. As cartas, listas e quadro de nomeações, aqui apresentados, serviam de suporte para Virgílio, e poder público, definirem as regiões estaduais e indivíduos cujas solicitações deveriam ser atendidas pela dinâmica do favor. No entrelaçamento entre mecanismos formais de ordenamento de prioridades para a educação estadual e práticas de apadrinhamento de solicitantes.

Todavia, o favor e as ações institucionais desenvolvidas pelo poder público, com objetivo de atender interesses dos profissionais da educação, geravam, contraditoriamente, apreço e descrença no campo educacional. Perpassado por expectativas, realizações, desencantos e clamores próprios do jogo de estratégias discursivas constitutivo de relatos e correspondências que rogavam mudança e proteção.

### **3.4 Escritos “bem educados” e necessários**

As correspondências, contidas no acervo Virgílio Távora, construíram especificidades nas formas de apontar a urgência e relevância de problemáticas educacionais. Estes documentos são reveladores do carácter heterogêneo das solicitações relacionadas à educação. Nas peculiaridades dos casos, as concepções dos solicitantes sobre o campo educacional são apresentadas. Discursos heterogêneos que nesta seção serão enfocados, na dimensão de atentar para os aspectos da construção de uma escrita de si, marcada pelo diálogo com o mundo da educação e do uso da escrita epistolar na resolução de problemáticas político-educacionais.



Tais narrativas expressam, em suas peculiaridades, conhecimento técnico sobre as nuances da gestão pública para o setor educacional e sugerem percursos necessários para obtenção de resultados satisfatórios, no que diz respeito às solicitações encaminhadas. Inicialmente pretendemos abordar quais os diferentes trajetos dos pedidos que compõem o acervo Virgílio Távora. Com tal intuito, um primeiro pedido traz à tona o atrelamento entre trabalho, educação e qualificação profissional:

Fortaleza 04 de Setembro de 1979

Ilmo Senhor Governador Virgílio Távora

Rua José Lourenço

Ilmo Senhor Governador Virgílio Távora venho por meio desta fazer-lhe um pedido, e gostaria que sua excelência, dentro do possível pudesse me atender, sei também que o senhor é cheio de tarefas e muito compromissado, talvez, minha carta seja muito longa, ao interromper o início de uma das suas atividades, mas, antes de tudo quero pedir as minhas desculpas por incomodá-lo tanto acredito no senhor que esta é a segunda carta que lhe escrevo faz 5 meses, então retorno o pedido para ver o que dentro de suas possibilidades sua excelência pode fazer alguma coisa por mim, “Governador” sou estudante de segundo grau, e tenho curso de datilografia pretendo cursar vestibular no próximo ano, tanto é o meu desejo que gostaria de trabalhar para manter melhor os meus estudos, porque meu pai é aposentado e não dar para pagar os meus estudos, a primeira carta não obtive resultados pois respondeu para mim que estava proibido de qualquer nomeação compreendi, mas com muita fé sei que o senhor é a única pessoa para me ajudar, vai chegar o final do ano como presente de natal seria [sic]. O melhor emprego em um dos órgãos estaduais. Ficaria muito grata se acontecesse, pois, preciso muito de um emprego.

Terminando aqui, os meus respeitos a sua excelência, antecipo-me agradecendo a atenção dispensada, mais uma vez as minhas desculpas por incomodar [nome]<sup>67</sup>

Assim, o pedido feito descortinava uma feição das políticas educacionais apropriada pelos discursos dos solicitantes que buscavam serem beneficiados por um favor de Virgílio. Os discursos produzidos faziam ampla alusão ao atrelamento entre trabalho e educação, elemento bastante em voga na construção dos

---

<sup>67</sup> APEC. Acervo Virgílio Távora. Série: Correspondência Geral. Subsérie: Correspondências expedidas e recebidas/Brasil (1979). Correspondência de [nome]. Fortaleza, 4 de set. de 1979.

programas educacionais da segunda metade do século XX. No Brasil durante o referido período:

A política desenvolvimentista articulou-se a uma significativa reorganização do Estado em vista dos objetivos que deveria efetivar para atender os interesses econômicos vigentes. Assim, não surpreende que se houvesse adotado uma perspectiva “economicista” em relação à educação, confirmada no Plano Decenal de Desenvolvimento Econômico e Social (1967-1976), para o qual a educação deveria assegurar “a consolidação da estrutura de capital humano do país , de modo a acelerar o desenvolvimento econômico”. (SHIROMA, 2004: 34)

Reiteramos que o campo educacional deveria assumir um papel relevante no processo de desenvolvimento econômico nacional e estadual. Para tanto, os indivíduos precisavam buscar preparo técnico para se inserirem nesses propósitos. Dessa forma, as justificativas de pedidos de contratação estavam, muitas vezes, permeadas pelo elemento da valorização da formação educacional voltada para o mundo do trabalho e desenvolvimento econômico-social. Assim, os solicitantes referendavam a necessidade de contratação temporária para exercício de atividades educacionais.

Por outro lado, em alguns momentos, pudemos identificar a negação de um pedido feito a Virgílio com a seguinte justificativa:

Refiro-me a sua carta de [...], pleiteando emprego junto ao governo do Estado.

Em que pese meu interesse em ajudá-la, cabe-me, em face do decreto 13.169/79, está vedada qualquer nomeação ou contratação de pessoal, durante a vigência daquele diploma legal. Entretanto, fica o assento anotado para em oportunidade própria merecer o devido exame.

Atenciosamente.

Virgílio Távora.<sup>68</sup>

---

<sup>68</sup> APEC. Acervo Virgílio Távora. Série: Correspondência Geral. Subsérie: Correspondências expedidas e recebidas/Brasil (1979). Correspondência de [nome]. Fortaleza, 31 de maio de 1979.

Muitas vezes, na posição de senador ou governador, Virgílio Távora afirmou que um pedido solicitado não se concretizou em face de prerrogativas legais, burocráticas e deliberações federais. Decretos, leis e normas do governo federal que lhe impediam de tomar decisões administrativas no plano estadual. As restrições citadas, dessa forma, tolhiam a sua capacidade de protetor e patrono a cerca da resolução de problemáticas educacionais apresentadas por solicitantes.

Nas respostas de outras cartas, entretanto, percebemos um esforço de destacar que as reivindicações ou súplicas feitas ainda estavam sendo analisadas e deveria se achar “soluções” em face do empenho e eficiência de Virgílio a respeito das problemáticas descritas com grande veemência pelos inúmeros solicitantes.

Convém observarmos que os discursos construídos apresentavam uma imagem de Virgílio associada a uma postura de homem público preocupado com as questões educacionais. Além de destacar a sua atenção constante em atender aos pedidos que lhe fossem feitos. As posturas de protetor e padrinho vinham à tona mediante a idéia de encontrar alguma saída, justificativa ou consolo para os solicitantes que lhe procuravam movidos por angústias e anseios próprios do campo educacional.

Nas correspondências escolhidas para a abordagem nesse instante do trabalho, também pudemos perceber os pressupostos utilizados por lugares sociais diferenciados, que lidavam com as problemáticas da educação, certas vezes, de maneira antagônica aos propósitos homogeneizantes dos programas educacionais elaborados pelos governos estaduais.

Na fonte há pouco citada temos uma narrativa que faz referência ao caráter de dedicação profissional do governador. Em várias correspondências, observamos um destaque à competência de Virgílio (dentro de um perfil de homem público voltado para o trabalho e justiça social). Suas atitudes, deste modo, eram balizadas em critérios administrativos atrelados às necessidades do campo educacional e dos grupos sociais que procuravam seu auxílio.

É necessário reconhecemos, nos relatos investigados, a perspectiva de assinalar que a comunicação com o governador significava uma acentuada possibilidade de atendimento da solicitação apresentada. Mesmo que isso fosse resultado de um processo longo e doloroso. No caso focalizado, o solicitante enfatizava que tentou “evitar o incômodo” de trazer o seu problema diretamente para

o governador. Entretanto, foi forçado a procurá-lo devido à impossibilidade de continuar suas atividades educacionais.

O início do primeiro ano de governo era uma boa oportunidade para o solicitante repetir sua súplica ainda não atendida. Período geralmente bastante propício para que promessas eleitorais, acordos políticos e trocas de favores pudessem se concretizar, haja vista, o grande número de pedidos marcados por esta conotação encontrados no acervo Virgílio Távora.

A documentação mencionada manifesta a relevância desse tipo de comunicação a despeito da resolução das problemáticas educacionais, vários grupos sociais se dirigiam ao governador quando enfrentavam conflitos que não se resolviam nas esferas institucionais do governo. Essas ações evidenciavam parte dos esforços individuais, no intuito de resolver problemas da educação estadual, dentro e fora da esfera institucional. Tais solicitações impeliam o poder público, por intermédio de Virgílio, a criar discursos de afirmação e negação do favor na esfera educacional. Sobre o jogo discursivo construído nas correspondências podemos afirmar que:

[...] A troca e a comunicação são figuras positivas que atuam no interior de sistemas complexos de restrição; e sem dúvida não poderiam funcionar sem estes. A forma mais superficial e mais visível desses sistemas de restrição é constituída pelo que se pode agrupar sob o nome de ritual; o ritual define a qualificação que devem possuir os indivíduos que falam (e que, no jogo de um diálogo, da interrogação, da recitação, devem ocupar determinada posição e formular determinado tipo de enunciados; define os gestos, os comportamentos, as circunstâncias, e todo o conjunto de signos que devem acompanhar o discurso; fixa, enfim, a eficácia suposta ou imposta das palavras, seu efeito sobre aqueles aos quais se dirigem, os limites de seu valor de coerção. Os discursos religiosos, judiciários, terapêuticos e, em parte também, políticos não podem ser dissociados dessa prática de um ritual que determina para os sujeitos que falam, ao mesmo tempo, propriedades singulares e papéis preestabelecidos. (FOUCAULT, 1996: 39)

As cartas produzidas apresentam regularidades: os solicitantes, de maneira similar, constroem um conjunto de procedimentos necessários para qualificar os pedidos feitos para o governante. No percurso de construção do pedir, um ritual era estabelecido, o solicitante apresenta sua condição e pré-requisitos que lhe colocam na condição de receber proteção, ou seja, necessidade financeira, anseios de

melhoria profissional e competência. O “protetor”, por seu turno, era citado como honesto, bom administrador, sensível para com as problemáticas educacionais.

Assim, as posições dos sujeitos, dentro do quadro de reivindicações, eram firmadas num jogo discursivo em que a correspondência trazia a legitimação de habilidades e competências específicas do campo educacional. Nesse sentido, um solicitante ao apresentar o seu pedido, aponta atribuições inerentes do “protetor” e justifica a interlocução construída. De certa forma, as cartas trazem à tona toda uma rede de sociabilidade entre políticos, governador e profissionais da educação que atribuíam relevância e necessidade ao uso da dinâmica do favor, na resolução das problemáticas educacionais.

Contudo, a fonte ora examinada destaca o caminho escolar percorrido pelo solicitante na busca de crescimento e aprimoramento de sua instrução formal. A solicitante descrevia seu empenho em busca de qualificação ao afirmar que estudava datilografia, um curso profissionalizante que durante os anos de 1970 e 1980, fora considerado relevante na esfera institucional, pois permitia uma maior possibilidade de inserção no mercado de trabalho.

O término do segundo grau (equivalente ao atual ensino médio) atrelado ao esforço de se submeter ao vestibular na busca de melhoria de vida constituíam a necessidade e mérito do solicitante para conseguir um emprego. Deste modo, seu pedido fazia parte de inúmeras correspondências enviadas a Virgílio que mostravam à apropriação dos componentes consagrados à época, sobre as necessidades e atributos relevantes para educação estadual pelo viés do poder público. Essas correspondências são representativas de uma multiplicidade de discursos construídos por caminhos diferenciados a fim de se conseguir resolver problemáticas educacionais por meio do favor.

Iniciativas que asseveravam a constituição do universo educacional pelo viés inevitável da trocas de favores e pela impossibilidade de resolução das problemáticas cotidianas da educação sem fazer uso do apadrinhamento, empreguismo e clientelismo. Nos discursos dos solicitantes os referidos elementos eram movidos pelas condições concretas e desfavoráveis da sociedade e educação da época.

A limitação de oferta de matrículas para os estudantes que procuravam o setor de ensino estadual, em certa medida, tinha relação com o discurso da solicitante. Assim, trabalhar para manter os seus estudos na rede de ensino

particular era uma saída apresentada como eficaz pelo solicitante para resolver o problema de dar continuidade a sua formação escolar.

O discurso de caráter religioso contido em muitas correspondências examinadas, nessa carta vem à tona, ao se destacar a fé e confiança no auxílio de Virgílio, mesmo sem a certeza da concretização da solicitação. A solicitante expressava “esperança” em conseguir o emprego, deste modo, reforçava seus anseios mediante pedido de apoio pessoal do governador para continuar inserida dentro do universo educacional.

O primeiro caso analisado faz parte de um conjunto de pedidos destinados a Virgílio que trazem à tona a diversidade de anseios do mundo da educação no cotidiano da esfera pública. Registros que gestaram inúmeras formas de pedir pautadas em estratégias discursivas cujas narrativas permitem perceber os caminhos disformes da prática do favor no campo educacional. No século XIX, a propósito, as narrativas epistolares assumiram feições diversas que podem ser interpretadas pelo seguinte viés:

O ato de escrever cartas a familiares, amigos ou colegas de profissão reuniu os indivíduos ansiosos por notícias dizíveis (doenças, tratamentos de saúde, trabalho, detalhes do cotidiano) e apenas fazer supor as indizíveis (gravidez, problemas conjugais, dúvidas e incertezas religiosas, dinheiro, morte, sexo) Criava e sustentava um desejo de reciprocidade, pois o envio de uma carta trazia implícito ou explícito um pedido de resposta na conversação realizada à distância. Mas comportava com todo diálogo, silêncios, rupturas, retomadas ao sabor dos interesses e das afeições. As reações provocadas por oscilações no fluxo de cartas são bem visíveis nas linhas irritadas, decepcionadas dos correspondentes. (MALATIAN, 2009: 197)

Ao longo do século XX tais formatos e mecanismos de escrita foram redefinidos. Entretanto, as cartas que neste último item são focalizadas tratam da íntima relação entre os múltiplos trajetos do pedir e a resolução das problemáticas educacionais no Ceará. Além disso, são emblemáticas dos anseios de reciprocidade construídos pelas formas de elaborar cartas a partir do século XIX. Entremeadas por silêncios, afeições e rupturas que trazem a lume relações sociais que desvelam um universo da educação cujos solicitantes deveriam conhecer os caminhos tecidos

pelas linhas das cartas para conseguir sensibilizar o governante a respeito de sua necessidade profissional.

No que se refere ao uso de mediadores com intuito de facilitar a concretização de pedidos junto ao governo do Estado, podemos citar o caso de um Senador procurado pela Prefeitura de Baixio para fazer uma articulação junto ao governo na perspectiva de viabilizar a criação de uma Escola Técnica no município. Em pedido enviado para Virgílio mediante ofício do Senador identificamos a reivindicação do prefeito:

Senhor Senador:

A exemplo dos grandes municípios cearenses, BAIXIO, deu tudo de si, para que, conseguido fosse a vitória do nosso candidato a Senador, no caso sua Excelência quando das eleições passadas, é chegada a vez de nossos pedidos.

Ao passar por Baixio, em campanha política, Sua Excelência deve estar lembrando que falei em nome de nossa comunidade estudiosa, para que nos fosse dada a oportunidade de criação de uma escola TÉCNICA-AGRICOLA, em nível de segundo grau.

E, para justificar ainda o meu pedido, lembrava eu, naquela oportunidade, que sendo o Ceará, um Estado essencialmente agrícola, que apenas 1% dos nossos jovens, é que terminam o técnico-agrícola e os 99% por cento outros, por falta de escolas deste gênero, forçados fossem a buscarem, outros cursos que, [...], os obrigavam abandonarem a zona rural, em busca de trabalho nas grandes Metrôpoles Brasileiras.

A instalação da escola pretendida traria benefícios inestimáveis, não somente ao nosso Município a uma região composta de Municípios circunvizinhos e igualmente carentes de escolas de segundo grau.<sup>69</sup>

Diferentemente da solicitação anteriormente descrita, o pedido possui um teor institucional, dentro da esfera de trocas recíprocas existentes entre prefeitos, deputados, senadores, vereadores e governador. Relações que remetem à força dos interesses partidários na orientação de ações concretas conforme as necessidades de infra-estrutura educacional municipal.

Após período de eleição, pais, professores, estudantes, padres e funcionários públicos viam em um novo governo eleito a possibilidade de concessão de

---

<sup>69</sup> APEC. Acervo Virgílio Távora. Série: Correspondência Geral. Subsérie: Correspondências expedidas e recebidas/Brasil (1979). Correspondência de [nome]. Baixio, 25 de mar. de 1979.

benefícios no campo educacional. Neste caso, podemos perceber mais um aspecto da multiplicidade de discursos construídos sobre a justificativa do uso da política da personalidade no enfrentamento dos entraves e problemas da educação.

O prefeito municipal evoca laços de fidelidade partidária e eleitoral para fundamentar inicialmente a sua reivindicação. Também notamos a apropriação do discurso técnico-racional, em face de a solicitação tratar da necessidade de criação de um estabelecimento com características específicas, uma escola técnica agrícola que viria a atender os anseios de mão-de-obra especializada para a cidade de Baixio.

O estudo das fontes pesquisadas nos faz asseverar que a gama de solicitações encontradas no acervo de Távora são representativas da valorização do uso da troca de favores para tratar das problemáticas educacionais. Práticas culturais que foram construídas por segmentos sociais diversos: elites políticas, camadas populares, setores da classe média e, profissionais da educação que conheciam bem os caminhos necessários e eficazes de inserção na “ordem do mérito e dos favores”. Elementos esses, norteadores da definição de prioridades constitutivas desta esfera social.

A correspondência acima é emblemática de uma época em que trabalho, qualificação profissional, desenvolvimento e educação estavam entrelaçados no cerne dos programas de governo elaborados para o Ceará. A criação de uma escola técnica agrícola para o município de Baixio estava bastante relacionada com idéia de modernizar e descentralizar o crescimento econômico-social do Estado. Para tanto, era necessário qualificar a mão-de-obra existente por intermédio de formação educacional, técnica e específica capaz de promover o desenvolvimento regional. A prefeitura de Baixio mostrava amplo conhecimento sobre a referida intenção governamental.

Dessa forma, o prefeito apontava que a criação da escola técnica traria benefícios para toda a região cujo município estava inserido. O discurso construído reforçava o imperativo do investimento público no âmbito da formação educacional. A correspondência era parte integrante de uma rede fragmentada e/ou ordenada com intuito de gerenciar a educação mediante critérios técnicos de planejamento.

As correspondências individuais e as de caráter institucional possuíam semelhança em virtude de referendarem a perspectiva de que mediante relações sociais permeadas por articulações político-partidárias, apadrinhamento e trocas



recíprocas os problemas educacionais poderiam ser solucionados. Com base nesses pressupostos eram sedimentadas as múltiplas correspondências enviadas para Virgílio.

Em face do conhecimento e valorização desse tipo de mecanismo por parte de vários segmentos sociais no que concerne enfrentar os entraves no cotidiano da educação, notamos uma quantidade acentuada de cartas elaboradas. Tais súplicas geravam muitas demandas para a esfera da política do favor existente no âmbito institucional. Espaço de conflitos sociais que impeliam a construção de estratégias discursivas por parte dos solicitantes marcadas pelos anseios de convencimento de Virgílio mediante uso constante de fundamentos de desenvolvimento da educação estadual estabelecidos pelo governo.

A análise da relação entre a construção de uma escrita de si e a formação da sociedade moderna aponta:

O ponto crucial a ser retido é que, através desses tipos práticas culturais, o indivíduo moderno está construindo uma identidade para si através de seus documentos, cujo sentido passa a ser alargado. Embora o ato de escrever sobre a própria vida e vida dos outros, bem como de escrever cartas, seja praticado desde há muito, seu significado ganha contornos específicos com a constituição do individualismo moderno. A chave, portanto, para o entendimento dessas práticas culturais é a emergência histórica desse indivíduo nas sociedades ocidentais. (GOMES, 2004: 110)

Os anseios de registrar uma singularidade por intermédio de documentos pessoais é um traço bastante expressivo do mundo moderno marcado produção de uma identidade para si expressa em múltiplos relatos individuais. A descrição, a narrativa individual feita numa carta é reveladora de um período histórico cuja carta passa a funcionar como um mecanismo de apresentação e identificação dos indivíduos principalmente no que diz respeito ao mundo do trabalho. (ROCHE, 1996)

A educação no Ceará em sua esfera institucional apontava para relações de troca de favores, muitas vezes, pautadas pela permuta de prédios em contrapartida a liberação de recursos para o setor. Além disso, salas de aula e mão-de-obra eram oferecidas para que um projeto educacional municipal pudesse ser realizado. A compensação de determinados municípios visava ampliar o quadro funcional da

área de ensino e conseguir apoio financeiro do Estado. No caso analisado o prefeito de Baixio frisava:

É bom que se diga ainda que o funcionamento da escola solicitada poderia sê-lo com o mínimo de ônus para a União e Estado, visto que, para as aulas teóricas, dispomos de um prédio recém-construído pelo Estado/MEC e ainda não em funcionamento.

Com relação às aulas práticas, poderiam ser ministradas, em propriedades privadas, com obtenção junto aos proprietários de áreas para tal fim e que em resumo seria, unir o útil ao agradável em levando a técnica ao campo e ao homem a ele ligado e conseqüentemente maior produtividade agrícola, além de ter nosso jovem, a oportunidade de aprender e instruindo o nosso rurícola.

Senhor senador, como é do trabalho de nossos legítimos e autênticos representantes que alguns de nossos inúmeros e angustiantes problemas, terão a devida e desejada solução, é que esperamos, ficará registrado em nosso Município, a atuação de sua Excelência no Senado da República, em conseguindo para Baixio, o curso em apreço.

Senhor Senador, que deus o ajude, o ilumine, e o conserve sempre bem disposto e intransigente na defesa dos interesses maior de nosso Estado, para que no amanhã ao se defrontarem: povo e homem público, a satisfação daqueles seja o atestado do agradecimento a este pelo dever cumprido.

Vice-Prefeito de Baixio.<sup>70</sup>

O relato destaca a existência de um prédio no município de Baixio construído numa parceria entre Ministério de Educação e Cultura (MEC) e o governo do Estado que diminuiria os gastos de implantação da escola técnica municipal. Nessa perspectiva também era reforçado que para efetivação das aulas do curso poderia haver um trabalho conjunto entre a esfera pública e privada que poderia viabilizar o aprendizado dos alunos. Por este prisma a relação entre técnica, educação produtividade e desenvolvimento econômico-social assumiam um papel preponderante. Elementos que deveriam ser incrementados mediante investimento na formação educacional.

Ao analisar esta correspondência observarmos que para a concretização da solicitação feita, associava-se técnica e relações político-partidárias para construir a fundamentação do pedido. De tal modo, os elementos citados compunham a

---

<sup>70</sup> Idem.

necessidade do uso da política do favor para que os problemas educacionais dos múltiplos segmentos sociais fossem solucionados. Assim, notamos o caráter indispensável da mediação parlamentar e das trocas recíprocas para garantir a efetivação de anseios e demandas da educação produzidas no âmbito municipal.

O discurso do prefeito também nos permite problematizar o aspecto do mérito contido na justificativa do pedido. Para o solicitante evocar a força das relações políticas e o imperativo técnico de criação da escola técnica em Baixio representava afirmar o merecimento do Município. Por outro lado, o uso da correspondência com caráter de solicitação no intuito de viabilizar a concretização do pedido assinalava a proeminência de um campo educacional em parte gerido por deliberações expressas em estratégias discursivas de convencimento destinadas a Virgílio Távora e representantes do poder público.

No campo de solicitações educacionais ora analisado é bastante notória a valorização das especificidades e urgência das narrativas pessoais. Estes múltiplos relatos permitem questionamentos sobre as relações existentes entre escrita de si e a formação das sociedades modernas. Nesse diálogo, podemos afirmar que a construção do indivíduo “moderno” e a produção de uma identidade singular estão intimamente associadas. Afinal:

As sociedades modernas, nessa acepção, são individualistas porque se consagram tendo por base um contrato político-social que reconhece todos os indivíduos com livres e iguais, postulando sua autonomia e abrindo campo para um novo tipo de interesse sobre esse “eu moderno”. Uma idéia que confere à vida individual uma importância até então desconhecida, tornando-a matéria digna de ser narrada como uma história que pode sobreviver na memória de si e dos outros (GOMES, 2004: 12).

Os pressupostos constitutivos da noção de indivíduo, postulados pelas sociedades modernas, em certo sentido, são referendados nas correspondências ora analisadas que tratam de problemáticas educacionais. Os referidos escritos pessoais desvelam a necessidade de o indivíduo narrar parte de sua história de vida, numa descrição que almeja ser apreciada, ouvida e avaliada. O solicitante constrói um conjunto de significados em torno da problemática apresentada.

Contudo, o cotidiano de dificuldades de um estudante que buscava desempenhar suas atividades de ensino, erige outras problemáticas do campo educacional da seguinte maneira:

Exmo. Governador do Estado Virgílio Távora

Meus cumprimentos

Estando passando grandes dificuldades financeiras venho solicitar-lhe uma ajuda. Eu sei que o senhor pode me dar um auxílio. Eu sou mãe de 10 filhos sem poder educar, só um estuda não tenho condições de comprar livros fardas etc. Meu esposo é idoso já cansado de lutar pela vida e nada faz. Eu sofro muito com isso, com isso o senhor por favor leia essas poucas linhas com muitos erros de português. Esta que lhe esta escrevendo é humilde que não sabe mais para quem pedir ajuda. Mas por intermédio de deus o senhor vai mandar breve uma ajuda para esta mãe de família aqui termino lhe desejando muitas felicidades neste governo.<sup>71</sup>

Neste instante trazemos para discussão a solicitação de uma mãe com intuito de comprar material escolar e fardamento para seu filho, um tipo de caso também recorrente nos apontamentos de Virgílio Távora. A narrativa aponta a falta de condições financeiras para que estudantes pudessem cumprir suas atividades escolares cotidianas.

Para os solicitantes, questões desse tipo, certas vezes, só poderiam ser resolvidas pelo viés da pessoalidade expresso em cartas de teor urgente e objetivo. Nesse sentido, escrever, narrar problemas e trajetórias pessoais com foco no acesso ao universo educacional, tornou-se um mecanismo que poderia garantir a concretização de anseios individuais não atendidos pelas políticas de educação do Estado, num sistema de ensino marcado por números insatisfatórios de escolas, professores e vagas para alunos. Além de haver material escolar reduzido.

Para os estudantes, uma saída seria conseguir uma bolsa de estudos na rede particular. Durante o período em foco, este setor apresentou grande expansão mediante acordos políticos e apoios de parlamentares. Deste modo, notamos que problemas de natureza diferenciada, desde a criação de instituição de ensino a um

---

<sup>71</sup> APEC. Acervo Virgílio Távora. Série: Correspondência Geral Subsérie: Correspondências expedidas e recebidas/Brasil. (1979). Correspondência de [nome]. Sobral, 29 de maio de 1979.

pedido de auxílio para um estudante, muitas vezes, só encontravam ressonância no uso da política do favor.

A impotência do solicitante diante das limitações de não poder oferecer educação para os filhos era um componente bastante utilizado pelas camadas populares ao se dirigirem a Virgílio. Os pedidos de auxílio estabeleciam uma relação entre protetor e protegido. Além disso, contribuíam para alargar o conhecimento de Virgílio no que tange as dificuldades cotidianas dos solicitantes. Assim, tais relatos afirmavam o uso do componente educacional para superar os obstáculos da sobrevivência mediante diálogo com o poder público, afinal:

A correspondência pessoal de um indivíduo é um espaço que a um só tempo define a sua sociabilidade e é definido por ela. E através dela que as pessoas, mesmo distante fisicamente, podem trocar idéias e afetos, construir projetos mútuos ou discutir planos opostos, estabelecer pactos ou polêmicas e organizar ações. Esses documentos permitem, em síntese, esboçar a rede de relações sociais de seus titulares. Dessa forma, a análise da correspondência de um indivíduo leva ao encontro de cartas escritas por outros indivíduos e assim sucessivamente (VENANCIO, 2004: 114).

Na análise das correspondências enviadas para Virgílio Távora, notamos que os indivíduos desvelavam por meio de suas narrativas uma rede de sociabilidade ampla e complexa no campo educacional. Nesse universo de relações sociais, os solicitantes ao descreverem suas súplicas, remetem a elos políticos que perpassavam suas vidas: os interlocutores, padrinhos e grupos partidários que possuíam influência no setor educacional. Estes escritos também remetem a uma diversidade de cartas produzidas que revelam tentativas anteriores de contato, negações, respostas satisfatórias mais inda não concretizadas, um conjunto de documentos produzidos representativos da influência das correspondências na forma de gerir a esfera educacional.

A solicitação, por meio de correspondência, era um mecanismo de avaliação individual. Com base neste documento, o solicitante poderia apontar os padrões estipulados pelo governo para o atendimento de um pedido – pautado pelos “cuidados e favores” personalizados do governador. As solicitações de auxílio financeiro, certas vezes, contavam com uma declaração do diretor do estabelecimento de ensino. Neste documento, o dirigente escolar afirmava que o

aluno era regularmente matriculado na escola alvo do pedido. De tal modo, nas correspondências contidas no acervo Virgílio Távora, sobre o setor educacional, múltiplos grupos sociais afirmavam a necessidade do favor na resolução das problemáticas cotidianas da educação.

Na documentação investigada, foi possível também encontrar negações e justificativas de pedidos feitos a Virgílio. Relatos que possibilitam discutir a relação entre os atos de pedir de solicitantes, dinâmica do favor e regras estabelecidas com o intuito de construir um Estado técnico-racional no período em foco. Convém observarmos que, na busca de efetivar solicitações de bolsas de estudos, pais e estudantes dialogavam com o governo, via mediação de um parlamentar, no intuito de superar as limitações orçamentárias e burocráticas do Estado. Em correspondência de Virgílio, enviada para um solicitante sobre concessão de bolsas de estudos, identificamos a seguinte justificativa do governador:

Sua amável carta de 29/09/73, contendo ponderações e explicações justas me proporciona uma oportunidade de desculpar-me pela imperdoável falha em não ter respondido a anterior datada de 22/03/72.

Creia-me senhora, todos os problemas são por mim examinados pessoalmente, sempre fazendo-o com muito carinho.

Todavia, o elevado número de pedidos recebidos em meu Gabinete, acredito tenham contribuído para esta lamentável falha.

Peço pois, sua compreensão.

No tocante ou não a concessão das bolsas de estudos, é exclusiva do Ministério da Educação - Conselho Nacional de Bolsas de Estudos) - sendo que o levantamento das necessidades dos requerentes obedecem a um critério rigoroso, pois o número de solicitantes é elevado.

Na época oportuna receberá o formulário (para o que peço-me recordar-me em princípio de abril, em bilhete ou telegrama, o pedido).

Da impossibilidade, mais uma vez permita-me solicitar sua amável compreensão.

Cordialmente  
Senador Virgílio Távora  
VICE-LIDER DA ARENA.<sup>72</sup>

<sup>72</sup> APEC. Acervo Virgílio Távora. Série: Senado Federal. Subsérie: Correspondências expedidas e recebidas (1971-1978). Correspondência de [nome]. Brasília, 24 de out. de 1973.

Com base nesta carta, podemos lançar questionamentos sobre os pressupostos das replicas construídas por Virgílio na comunicação com os solicitantes que lhe encaminharam os pedidos, em casos narrados, durante o período em que o aludido político assumiu a função de Senador e Governador. Não foi possível encontrar muitos exemplos de retornos a cartas endereçadas a Virgílio, entretanto, as respostas localizadas suscitam questionamentos sobre a construção de atributos morais e profissionais que permeavam os discursos elaborados nestas correspondências.

A grande demanda recebida por Virgílio, com relação à concretização de pedidos feitos, era uma questão recorrente em suas justificativas. Uma implicação que, desta forma, lhe colocava na posição de um político em constante sintonia com as necessidades inerentes do mundo educacional. A disponibilidade, o ato de escutar atentamente os solicitantes era um mérito de sua conduta político bastante ressaltado, como podemos observar no caso descrito.

Contudo, havia um esforço no sentido de destacar a sua dedicação em responder ou viabilizar os pedidos dos solicitantes, quando o caso lhe parecia urgente e necessário. Apresentar as limitações de cunho legal e burocrático também fazia parte do seu discurso. Por outro lado, o lugar social do pedido redimensionava a resposta e a expectativa de resolução.

Um pedido de um padre, prefeito, líder partidário aliado tinha avaliação bem diferente dos restantes. Característica que apontavam para a força de trocas recíprocas e acordos políticos, dentro da perspectiva tão usual no Brasil durante o período focalizado. Os discursos produzidos nas fontes desta pesquisa também afirmavam a força de ter um “pistolão” para que os problemas educacionais fossem resolvidos.

De tal modo, esses aspectos asseveravam a idéia de Virgílio como um homem protetor que não só poderia resolver problemáticas educacionais como também apontar os entraves e caminhos necessários para um solicitante percorrer na busca de concretização de seus anseios individuais. Requisitos que afirmavam a idéia de uma postura política de protetor e patrono de Virgílio, atributos consagrados em correspondências que apresentavam um universo educacional marcado pela

inevitabilidade do apoio parlamentar com caráter extremamente pessoal a respeito das problemáticas da educação.

No enfoque da relação entre a figura do líder político carismático e os anseios das camadas populares relacionados ao mundo trabalho, descritos em correspondências durante a década de 30 do século XX no Brasil, convém observamos:

Para compreender o significado que o nome de Getúlio Vargas assumiu na cultura política brasileira é preciso considerar a repercussão, senão o impacto, da legislação trabalhista e do discurso de valorização do trabalho entre os trabalhadores. A avaliação das mensagens contidas em milhares de cartas enviadas a Vargas revela que as temáticas mais recorrentes são as que aludem ao respeito ao operário, ao reconhecimento de suas dificuldades e a valorização de seu papel na sociedade por parte do presidente, bem como à justiça e aos benefícios generosamente concedidos por ele. (FERREIRA, 1997: 49-50)

De forma semelhante às correspondências enviadas a Virgílio os relatos acima aludidos, são extremamente marcados pela associação de seu nome ao planejamento, justiça, trabalho, sensatez e compreensão das dificuldades dos trabalhadores da educação. Posturas que simbolizavam a idéia de um Estado protetor dos pobres e agente do desenvolvimento econômico-social.

Entretanto, o poder público era apresentado com uma instância da esfera pública que não solucionava os problemas da educação sem a interlocução direta e pessoal do governador. A história política de Távora pontuada por receber, avaliar e atender pedidos vinha à tona na expectativa dos solicitantes delineadas em diversas cartas.

Assim, ganhava relevo a idéia de que Virgílio possuía aptidão para encontrar uma saída diante das dificuldades descritas por um solicitante. Num caminho marcado pelo entrelaçamento entre normas institucionais, força das relações de proteção e favor. Na resposta a um pedido de bolsa enviado para Virgílio a correspondência enfatizava:

Exmo. Senhor  
[nome]  
MD. Prefeito Municipal



Iguatu´ - Ceará

Meu Caro [nome]:

A satisfação maior foi minha em receber sua correspondência.

Dediquei o maior carinho ao assunto nela incluído. Vou tentar a bolsa de estudos do jovem [nome], como se fosse para mim.

Recebe os meus protestos de profunda estima.

Atenciosamente

Senador Virgílio Távora  
VICE-LIDER DA ARENA.<sup>73</sup>

A justificativa dada por Virgílio destaca o seu empenho pessoal na resolução da problemática apresentada pelo solicitante. Num jogo de estratégias discursivas em que “nada deveria ficar sem resposta”, uma afirmativa que de maneira explícita estava presente nos discursos das correspondências pesquisadas, principalmente a despeito dos pedidos feitos pelos grupos políticos locais. Prefeitos, vereadores ou deputados que possuíam relação de gratidão e fidelidade política com o Senador.

No caso em destaque a solicitação havia sido feita por um Prefeito que no trabalho de investigação não tivemos possibilidade de perceber a existência de relação partidária entre os correspondentes. No entanto, convém observarmos a intenção de destacar o esforço impelido no intuito de conseguir a bolsa de estudos do “afilhado” do prefeito.

Por outro lado, as solicitações institucionais em muitos momentos faziam referência à força dos acordos políticos e tais pressupostos apontavam para o propósito de Virgílio no que tange a perspectiva de responder ou apresentar algum tipo de encaminhamento sobre as questões descritas nas correspondências oriundas dos poderes executivo e legislativo. Obviamente as aludidas práticas sociais assinalavam a relevância das trocas recíprocas no campo da educação. De certa forma, apoio político-eleitoral era cobrado na esfera educacional. Ação que contribuía para definir as deliberações administrativas deste setor.

---

<sup>73</sup> APEC. Acervo Virgílio Távora. Série: Senado Federal. Subsérie: Correspondências expedidas e recebidas (1971-1978). Correspondência de Virgílio Távora. Brasília, 7 de nov. de 1973.

Em sintonia com tais pressupostos a prefeitura do Município de Acaraú procurava a mediação de Virgílio para garantir a concretização de uma solicitação feita para o governo Federal:

Brasília, 23 de Novembro de 1973

Exmo. Senhor Senador Jarbas Passarinho

MD. Ministro da Educação

Meu caro Ministro:

Solicito a gentileza da atenção de Vossa Excelência no sentido de examinar as possibilidades de atender as reivindicações do prefeito de Acaraú- CE:

A) Instalação de um prédio escolar com seis salas, destinadas ao funcionamento de um Ginásio, na sede do Distrito de Itarema;

B) Recuperação através do Fundo Nacional de desenvolvimento da educação, das seguintes escolas: localizadas nos respectivos distritos: LAGOINHA, CARVOEIRO, SANTA FÉ, RIACHO, OLHOS D'ÁGUA, CAUASSU, ALMOFALA, ESPRAIADO E TUCUNZEIRO.

Atenciosamente

Senador Virgílio Távora  
Více - Líder da Arena.<sup>74</sup>

Pedidos de criação ou reestruturação de escolas municipais acompanharam toda a trajetória de Virgílio Távora no âmbito do executivo e legislativo. Solicitações que buscavam apoio e mediação junto ao governo federal para concretizar interesses municipais. Perpassava os discursos de Távora durante o período em que foi Senador, legislar em prol dos interesses do Estado do Ceará, num trabalho de representação política com relação às instâncias federais, sem de forma explícita privilegiar projetos pessoais ou de grupos políticos locais.

No período evidenciado, inúmeros programas educacionais foram criados, a exemplo do salário-educação que em sua origem propunha desenvolver o ensino de primeiro grau. Além disso, o referido benefício se constituiu como a fonte essencial para suprir as demandas do ensino fundamental. Ação que impeliu a busca de

---

<sup>74</sup> APEC. Acervo Virgílio Távora. Série: Senado Federal. Subsérie: Correspondências expedidas e recebidas (1971-1978). Correspondência de [nome]. Brasília, 23 de nov. de 1973.

articulações políticas no âmbito municipal e estadual por parte de prefeitos, parlamentares e governadores com o objetivo de angariar recursos financeiros. Nesse universo de conflitos e concessões:

A união ao repassar recursos do salário-educação aos estados da Federação para a construção de escolas atendia a interesses de políticos e empreiteiros locais, criando, dessa forma, uma rede de favores e dependências. Por outro lado, as verbas do salário-educação, foram aplicadas para subsidiar o ensino privado. No momento, então, em que a escola básica com oito anos de obrigatoriedade exigia uma intervenção clara em seus desdobramentos, fortes investimentos para sua implementação em todo território nacional, ampla discussão com educadores e educadoras de todo o país, o governo limitou-se a ampliar o clientelismo e a formular projetos de gabinete. (SHIROMA, 2002: 39)

O quadro político apresentado apontava para a supremacia das relações pessoais e político-partidárias a despeito da liberação de recursos financeiros para educação no âmbito estadual. Entretanto, muitas vezes, ocorreu um forte favorecimento do ensino privado em detrimento do ensino público. Posturas que colocavam em evidência o clientelismo e a dinâmica do favor no que tange ao gerenciamento de recursos públicos no campo educacional.

Tais condições abriam espaço para pedidos institucionais por meio de correspondências que tratavam do salário-educação e de outros benefícios para os municípios. Documentos que traziam à tona o caráter íntimo, privado e pessoal da solicitação. Componentes, tantas vezes, considerados indispensáveis para a concretização de obras, concessão de bolsas de estudos e contratação de profissionais.

Os pedidos direcionados a Virgílio apontam, muitas vezes, para uma relação de “prestação de contas” com prefeitos, deputados, vereadores, segmentos religiosos e profissionais da educação. Já que as correspondências geralmente traziam à tona relações sociais marcadas por laços de proteção, gratidão, confiança e fidelidade política. Aspectos e nuances dos discursos apresentados na documentação de teor oficial vinham à tona mediante os objetos das solicitações, a construção das narrativas e as formas do pedir descritas. As narrativas de inúmeros solicitantes permitem discutir os significados contidos na construção desses documentos. Nesse campo de abordagem é necessário reconhecemos que:

Escrever cartas exige tempo, disciplina, reflexão, e confiança. Há sempre uma razão ou razões para fazê-los: informar, pedir, agradecer, desabafar, rememorar, consolar, estimular, comemorar etc. A escrita de si e também a escrita epistolar podem ser (e são com frequência) entendidas como um ato terapêutico, catártico, para quem escreve e para quem lê. O ato de escrever para si e para os outros atenua angústias da solidão, desempenhando o papel de um companheiro, ao qual quem escreve se expõe, dando uma “prova” de sinceridade. Há necessidade e prazer na troca de cartas: “faz tempo que você”, “responda-me com urgência”, “você me esqueceu: não me escreve mais...”. Escrevendo, é possível estar junto, próximo ao “outro” através e no objeto da carta, que tem marcas que materializam a intimidade, e com a mesma força, evidenciam a existência de normas e protocolos, compartilhados e consolidados. (GOMES, 2002: 20)

As correspondências contidas no acervo Virgílio Távora evidenciam múltiplas dimensões do campo educacional, a promessa, a definição de prioridades para escolas, o apadrinhamento, a aplicação adequada de recursos públicos e necessidades dos profissionais da educação. Confiança, agradecimento, anseios de proximidade e expectativa de atendimento permeavam os discursos dos solicitantes. Num universo em que o uso da carta ganhava relevo para transpor os limites protocolares da burocracia.

Por outro lado, a escrita epistolar criava um ritual a ser seguido para que um solicitante pudesse garantir a concretização de seu pedido. Os atributos de sinceridade, honestidade, intimidade com governante, competência, empenho, necessidade financeira e existência de elos de proteção política foram, por vezes, constitutivos de percursos necessários para o desfecho favorável de uma solicitação.

Na correspondência de Virgílio ao Senador Jarbas Passarinho, percebemos a recorrência das problemáticas relacionadas às questões de melhoria da infraestrutura da rede de ensino municipal, propósitos estes bastante almejados por diversas prefeituras do Estado. Intenções que foram com frequência relatadas em muitas correspondências afirmativas da proeminência da mediação de Virgílio na concretização dos objetivos mencionados. Além de frisarem a dificuldade de inserção no poder público pelas vias burocráticas. Os encaminhamentos e respostas

de pedidos produzidos por Távora expressam a força da personalidade no trato dos problemas educacionais.

As correspondências enviadas e recebidas destacam a determinação de Virgílio para contribuir com a melhoria da educação. Os discursos construídos reforçavam a construção da imagem de Távora atrelada ao perfil de homem público constantemente em diálogo com instâncias municipais que lhe descreviam demandas do campo educacional. Os prefeitos locais, em certo sentido, exprimiram em suas cartas a relevância de ter uma relação de caráter pessoal com Virgílio. Além disso, destacavam crença em sua força e poder político no âmbito estadual e federal para resolver problemáticas da educação.

Durante sua vida política no poder executivo e legislativo, Távora guardou uma quantidade heterogênea de documentos. Iniciativa que remete ao processo de seleção destes escritos a partir da seguinte perspectiva:

Na correspondência que recebemos, jogamos algumas cartas diretamente no lixo, outras são conservadas durante um certo tempo, outras enfim são guardadas; com o passar do tempo, muitas vezes fazemos uma nova triagem. O mesmo acontece com as nossas próprias cartas: guardamos cópia de algumas, seja em razão do seu conteúdo, seja em razão do seu destinatário. Numa autobiografia, a prática mais acabada desse arquivamento, não só escolhemos alguns acontecimentos, como os ordenamos numa narrativa; a escolha e a classificação dos acontecimentos determinam o sentido que desejamos dar às nossas vidas. (ARTIERES, 1998: 3)

Entre bilhetes, telegramas, cartões e cartas observamos no trabalho de pesquisa, a constituição de uma memória política que aponta para a construção de auto-imagem de Virgílio Távora associada a eficiência, bondade, honestidade, capacidade de ponderação e trabalho. Além disso, as correspondências também trazem à tona os mecanismos de inserção dos profissionais da educação no poder público e os problemas do campo educacional que deveriam ser apreciados pelo segundo mandato do governador eleito.

Contratação de professores, liberação de recursos para o setor público e privado, concessão de bolsas de estudos, reforma e criação de escolas, busca de emprego por parte de indivíduos que desejavam continuar seus estudos e denúncias sobre o cotidiano administrativo do setor educacional fazem parte da constituição de

uma memória sobre a atuação política de Virgílio no trato das questões educacionais registrado em correspondências.

Deste modo, a seleção documental produzida apresenta pressupostos dos interesses políticos da gestão pública vigente para o setor educacional que foram reelaborados pelas estratégias discursivas produzidas em diversas solicitações educacionais.

Todavia, a correspondência enviada para o Ministro Jarbas Passarinho é representativa de uma perspectiva presente nos discursos dos solicitantes que atrelavam a experiência política de Virgílio adquirida durante o período em que assumiu as funções de senador, deputado e governador a possibilidade concreta de sua intervenção nas questões educacionais relativas à esfera federal. Gesto capaz de superar os entraves considerados de grande proporção para melhoria do setor da educação. Principalmente nos casos relatados por intermédio de ofícios e correspondências feitos diretamente pelo poder municipal ao governo federal cujo atendimento da solicitação ainda não tinha sido feito. Assim, os referidos solicitantes precisavam de um mediador para que os pedidos fossem concretizados.

O pedido do prefeito de Acaraú para que ocorresse a instalação de um Ginásio escolar e a recuperação de escolas municipais com recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento de Educação estava atrelado a um processo de liberação de recursos financeiros federais. Esse é um caso exemplar do conjunto das correspondências pesquisadas – que destaca a força do mediador a respeito da construção do pedir e do favor nas relações sociais construídas no campo educacional. As respostas encontradas e encaminhamentos produzidos por Virgílio sobre o campo educacional demarcaram em parte sua vida política.

Concluimos, assim, que os discursos construídos afirmavam a necessidade da mediação, do favor e das trocas recíprocas no ambiente educacional na ótica de resolver os conflitos existentes. Entretanto, a lógica do pedir dialogava constantemente com os padrões de prioridades e políticas de desenvolvimento estabelecidas pelos programas estaduais de governo no que tange a educação.

Por outro lado, um aspecto relevante das correspondências enviadas a Virgílio são as narrativas que apresentam denúncias e evocam proteção. Nessa esfera, podemos perceber relações cotidianas do campo educacional associadas à apropriação do espaço público pela esfera privada, corrupção e ineficiência do setor

público municipal. Por este prisma uma denúncia feita por um agricultor sobre a prefeitura de Granjeiro apresenta alguns elementos:

Senhor Governador

Na qualidade de agricultor estou vendo muita coisa errada no Município de Granjeiro, cidade em que resido há mais de 50 anos. Falo assim porque estou vendo o Sr. Prefeito cometer coisas erradas. Ele não está fazendo o pagamento dos professores há vários meses e comprando terrenos e casas para sua família, já tendo adquirido por compra nada menos do que 4 propriedades e um caminhão marca Chevrolet 1979, várias casas e um carro pequeno. Acreditando na honestidade do Sr. achei por bem comunicar para pedir providências ao Sr. ao sentido de mandar apurar recibos e as obras.

A semana passada houve uma fiscalização do Dr. Acilon Gonçalves, mas esse constatou algumas irregularidades, não fiscalizou obras de acordo com os recibos. O prefeito não teme porque diz que tem os deputados para lhe defender. É isso Sr. Governador o Município inteiro sabe das ocorrências do Sr. Prefeito até uma cerca, uma praça que ele manda fazer no seu terreno, o trabalhador assina o recibo da prefeitura de Granjeiro, a praça não tem nada, vive abandonada, aclamo por melhores coisas e eu peço, mais uma vez, que mande apurar mesmo que o caso é sério e merece justiça.

Atenciosamente agradece

[nome].<sup>75</sup>

Os apontamentos contidos no Acervo Virgílio permitem percebermos a construção de práticas culturais de uma época em que a identificação dos problemas educacionais pelo uso da escrita formal ganha bastante notoriedade. Além disso, o ato de escrever cartas, bilhetes e correspondências significava qualificar socialmente uma problemática educacional que deveria ser avaliada pelo poder público. Nas fontes investigadas a comunicação escrita se tornou um forte aliado da cultura do favor e do pedir. A denúncia da forte presença das relações paternalistas, clientelistas, perseguição política e apropriação do setor público de acordo com interesses privados também compunham o universo de relatos enviados a Virgílio. De tal modo, notamos que as idéias de um estado “neutro”, imparcial, sem interferências político-partidárias na gestão do campo educacional, também era

---

<sup>75</sup> APEC. Acervo Virgílio Távora. Série: Correspondência Geral. Subsérie; Correspondências expedidas e recebidas/Brasil (1979). Correspondência de [nome]. Granjeiro, 25 de abr. de 1979.

apropriada pelos solicitantes na perspectiva de expressar contraposições a tais práticas.

Por outro lado, os discursos gestados por solicitantes também apontavam disputas políticas do âmbito municipal e estadual construídas no campo educacional. A apropriação de discursos construídos pela esfera pública em períodos históricos de gestão de um Estado centralizado foi algo bastante recorrente na elaboração de correspondências das camadas populares:

Quando trabalhadores e populares explicavam sua realidade social, tinham uma forma peculiar de se apropriarem do discurso autoritário, dando-lhe novos significados e interpretações. Sua assunção do discurso dominante não se tratou, porém, de simples reprodução ou submissão intelectual – daí sua eficácia. Longe de repetirem mimética e mecanicamente a doutrina estatal, repensavam a simbologia dominante e, por meio de filtros culturais a reformulavam e reelaboravam. [...] É certo que as pessoas comuns dispunham de informações sobre os acontecimentos políticos e a doutrina estatal, utilizando-as quando contavam sua realidade; mas, quando o faziam usavam em proveito próprio, lutando por suas demandas. O discurso dominante chegou e ficou entre os trabalhadores, mas de certa maneira, instrumentalizado. (FERREIRA, 1997: 55-56)

Durante o Estado Novo os trabalhadores de acordo com suas necessidades e valores culturais conclamaram a proteção de Getúlio Vargas. Expressavam em suas narrativas conhecimento da imagem do Presidente construída pelos poderes instituídos e do modelo estatal em voga no período. Deste modo, faziam uma articulação desse saber com estratégias de convencimento do poder público a fim de que seus pedidos fossem atendidos. Os seus discursos expressavam uma ampla valorização do trabalho e da generosidade de Getúlio. O pai e protetor dos pobres e “desvalidos”.

Assim, no caso das correspondências enviadas a Virgílio podemos perceber que as narrativas produzidas também faziam uso de discursos propalados pelo poder público a respeito do desperdício de recursos públicos e negação de critérios personalistas na gestão do campo educacional, obviamente quando essas práticas conflitavam com interesses dos solicitantes. O caso acima denuncia a destinação irregular de recursos públicos por parte da prefeitura e o atraso do pagamento de professores municipais.



A descrição feita também faz referência aos elos entre deputados e prefeitos, tantas vezes, citados nas correspondências ora examinadas. Relações que faziam uso da prática do protecionismo, favorecimento para concretizar interesses municipais no âmbito da educação. A honestidade de Virgílio também é citada como um atributo que corabora para atenção diante do problema em tela.

Nesse sentido, o ato de pedir assume várias facetas na documentação estudada com as seguintes súplicas: nomeação de funcionários, pedidos de emprego, liberação de recursos e denúncias. Discursos que reforçavam a necessidade do diálogo pessoal, marcado pela proximidade com os gestores públicos, nas posições de deputado, senador, vereador, prefeito e governador. A fim de superar as dificuldades cotidianas da educação. Em correspondências que referendam a necessidade mediação, da intervenção pessoal, personalista e do favor para gerir o setor educacional.

Entretanto, mesmo quando esses pressupostos são negados as correspondências clamam pela imediata e providencial ação individual para o enfrentamento das problemáticas inerentes ao mundo da educação. A “era do planejamento” inaugurada e difundida por Virgílio a partir do primeiro PLAMEG em 1963, certamente possibilita mudanças no âmbito da gestão educacional com base em critérios técnicos versus paternalismo e do clientelismo. Elementos que são incorporados por profissionais da educação, gestores públicos, estabelecimentos de ensino e solicitantes de forma geral.

Outro aspecto que podemos destacar com base na abordagem de discursos de correspondentes cujo intento em suas cartas era sensibilizar Getúlio Vargas durante os anos de 1930 foram:

Perseguições políticas, listas negras, pistolões, leis sem garantia de cumprimento e apadrinhamentos não escapavam aos olhos de nossos personagens. Os depoimentos dão sinais de que os trabalhadores não estavam alheios aos acontecimentos políticos, bem como de que tinham capacidade de perceber a prática política como um efetivo exercício da dominação social. (FERREIRA, 1997: 38-39)

De maneira bastante semelhante, os profissionais da educação no Ceará mediante as especificidades locais do governo Virgílio se apropriavam de discursos

e práticas sociais difundidas pelo poder público no âmbito de suas correspondências elaboradas. O conhecimento e incorporação das referidas práticas sociais por parte dos solicitantes abriu espaço para criação de redes de sociabilidade a partir da produção de reivindicações e pedidos que fizeram uso dos mecanismos citados. Elementos que compunham o cotidiano da educação no Ceará delineado em diversas cartas.

O período abordado também permite a criação e recriação de novas formas de trocas de favores no campo educacional, expressas por intermédio de cartas, bilhetes, correspondências e cartões que traziam à tona anseios, angústias, expectativas, projetos, acordos políticos e insatisfações da esfera da educação. Sobre o trabalho de investigação construído:

Trata-se de não simplesmente considerar o discurso como sendo a obra de um indivíduo isolado ou como mero reflexo do que lhe é exterior, mas de se perguntar pelas regularidades que se podem mapear entre os *discursos* que circularam numa dada época, que coexistiram, que formaram *séries*, que pertenceram ou pertencem a um dado *saber*, que se referiam ou se referem a um dado tema, que falam de um dado sujeito, que nomearam a ou nomeiam ou dado objeto, que utilizam-se de um dado conceito, de uma dada noção, que usaram ou usam dados enunciados. (ALBUQUERQUE, 2009: 237)

De tal modo é plausível afirmamos que a análise dos referidos discursos apresentou um campo educacional pontuado por mudanças e permanências de práticas administrativas, políticas para educação e valores culturais entremeados pela dinâmica do favor e do pedir. Entretanto, se combatia o atraso administrativo que estava associado ao paternalismo e clientelismo mediante valorização do planejamento técnico-racional para gerir o Estado e o setor da educação. Dessa perspectiva, ao menos, duas formas políticas de identificar e resolver os problemas educacionais persistiram, bem como, foram redefinidas nos discursos analisados neste trabalho de pesquisa. A prática da troca de favores e os esforços de consolidar o planejamento das ações do poder público. Os discursos institucionais e as correspondências produziram caminhos múltiplos para a permanência da dinâmica do favor no campo educacional.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em muitos momentos da história do Ceará, no século XX, a concepção de um plano governamental esteve atrelada à construção de “um novo tempo” para a gestão do poder público. No campo educacional, especificamente, para os indivíduos sequiosos por mudanças e resolução de problemáticas específicas do setor, uma forma diferenciada de diálogo com a esfera pública veio à tona por meio de esforços impetrados de consagrar a prática do planejamento como uma ferramenta necessária para o desenvolvimento econômico-social do Estado.

Nas fontes analisadas, percebemos múltiplas formas de conceber a resolução das problemáticas educacionais em uma época que, no plano federal e estadual, procurou-se afirmar o uso do planejamento técnico-racional do Estado como um mecanismo de desenvolvimento da educação. Entretanto, sem abandonar as tradicionais práticas políticas, construídas na formação cultural da sociedade brasileira, ao longo do período republicano, permeadas pela troca de favores e paternalismo na gestão do poder público.

Podemos afirmar que a prática de conduzir os rumos da gestão da educação pelo viés do planejamento, entre os anos de 1963 a 1982, permitiu a gestação de múltiplas formas de conceber e resolver os problemas da educação. Num constante diálogo entre os poderes instituídos e as solicitações educacionais descritas em correspondências.

Deste modo, tradição, passado, presente, conservadorismo e modernidade se entrelaçavam no cotidiano da gestão do campo educacional. Discursos e narrativas eram construídos e apontavam para redefinições das noções de paternalismo, troca de favores, eficiência, prioridade, qualificação e execução dos propósitos do planejamento no trato das questões da educação.

Os planos governamentais eram apresentados como instrumentos de transformação das estruturas burocráticas do Estado e muitas vezes, foram associados à figura do líder do executivo, definido como carismático, eficiente, comprometido com os interesses sociais. As referências a Virgílio, examinadas em vários momentos desta pesquisa, destacam esses atributos.

Por outro lado, os discursos sobre planejamento governamental, em certo sentido, negavam a força de intervenção individual, na resolução das questões

sociais em favor, da técnica, da racionalidade, do planejamento e “neutralidade” no trato da gestão educacional. Componentes avaliados como constitutivos de uma sociedade que propalava o desenvolvimento econômico e a modernidade capitalista.

De tal modo, evidenciamos que o Ceará, no âmbito do poder público, a partir do ano de 1963, com a difusão do PLAMEG, passou a ter um tipo de política institucional cujos pressupostos do planejamento foram considerados indispensáveis. Os propósitos difundidos por tal plano estadual foram redefinidos pelos governos que sucederam a gestão de Virgílio Távora, entretanto, afirmaram a necessidade do planejamento educacional e estabeleceram um lugar social para a dinâmica do favor e práticas paternalistas na produção do campo educacional cearense.

Os referidos discursos reforçavam a necessidade de combater as práticas sociais que possuíam relação com o atraso econômico do Estado – em face da falta de racionalidade e sistematização na definição das metas e prioridades do poder público. O paternalismo e a carência de profissionais qualificados para exercício das atividades educacionais apareciam, nos discursos oficiais sobre a educação, como elementos que comprometiam o desenvolvimento das ações do poder público de melhoria do campo educacional.

Este diagnóstico serviu de suporte para o diálogo produzido por solicitantes em correspondências que construíram uma lógica do pedir marcada por aproximações e distanciamentos dos “vícios” da ineficiência, do pistolão e do apadrinhamento tão arraigados na esfera pública estadual.

Nos diversos planos construídos entre 1963 e 1982, o tema do combate a interferência político- partidária e ao paternalismo foi recorrente. Elementos que instigaram uma constante comunicação existente entre políticos, poder público, sociedade e profissionais da educação. Em contatos descritos nas correspondências que remetem a negação da política do favor e do paternalismo no campo educacional, mas que por outro lado, afirmavam que a esfera da educação, em parte, era gerida pela dinâmica do favor. Todavia, os indivíduos e grupos sociais que vivenciaram o referido espaço social, com base nas diretrizes do poder instituído, produziram mecanismos diferenciados para o uso do favor na resolução das questões inerentes ao mundo da educação.

Com base na análise das fontes, podemos concluir que o planejamento produziu múltiplas formas de aceitação das trocas de favores no campo educacional,

que foram bastante apropriadas por inúmeras correspondências. Além disso, os discursos governamentais sobre a gestão pública e educação afirmaram a prática do favor como elemento constitutivo da gestão do campo educacional.

Podemos afirmar que cartas e reivindicações educacionais apontam para uma heterogeneidade das formas de elaborar um pedido para a esfera pública, com base nas deliberações institucionais. Neste universo, uma solicitação alicerçada em valores morais, culturais e na racionalidade administrativa, proposta à época, ganha relevo numa sociedade sob a égide do planejamento.

Em face de um quadro social marcado pela redefinição de práticas paternalistas que muitas vezes, estavam perpassadas pelo crivo da técnica, justiça, necessidade, mérito, religiosidade e em diagnóstico do campo educacional elaborado pelo poder instituído. Elementos que compunham a lógica do pedir e definiam percursos e trajetórias da educação cearense durante o período.

Nessa trama histórica, os discursos de planejamento da educação impeliam a criação de estratégias discursivas voltadas para o uso da troca de favores no campo educacional, entretanto, as solicitações educacionais expressas em uma gama de correspondências apontavam para os pressupostos que deviam fundamentar as metas e prioridades do setor.

Na análise das fontes percebemos um campo educacional marcado por mudanças e permanências na esfera institucional e no cotidiano da educação entremeada pela dinâmica do favor. Num instante de afirmação dos pressupostos técnico-racionais voltados para gestão da educação estadual.

O Estado, no Brasil desse período, assumiu, ao mesmo tempo, um caráter técnico e paternalista, apesar do patente esforço dos discursos oficiais de apresentar uma roupagem administrativa que combatia (e em nada se assemelhava) aos velhos hábitos da sociedade patriarcal brasileira, orientada, por vezes, pela força das trocas recíprocas no campo da gestão pública educacional.

Também podemos entrever, com base nas correspondências enviadas a Virgílio, a existência de fortes laços de reciprocidade produzidos por escolas católicas, representantes religiosos e parlamentares: relações sociais que contribuíam para gerir a educação estadual num forte entrelaçamento entre as esferas públicas e privadas de ensino.

Num jogo discursivo em que uso do favor, a relevância social do trabalho das escolas católicas, a eficiência no desenvolvimento escolar, eram elementos

constitutivos das solicitações destas instituições descritas em diversas correspondências enviadas a Virgílio Távora. O ato de pedir, desse modo, guiou tantas vezes os propósitos administrativos dos estabelecimentos católicos no Ceará.

Aqui, a dinâmica do favor e as ações institucionais desenvolvidas pelo poder público, com objetivo de atender aos interesses dos profissionais da educação, geravam um campo educacional movido pela produção de estratégias discursivas que definiram o uso da escrita epistolar como mecanismo indispensável para que o poder público pudesse solucionar problemas de instituições e de indivíduos que compunham o campo educacional cearense.

Nesse sentido, a investigação desenvolvida nesta tese de doutorado mergulhou num universo de abordagem de um arquivo privado e de correspondências pessoais que suscita múltiplas possibilidades de pesquisa sobre a história da educação no Ceará. As questões problematizadas trouxeram à baila uma multiplicidade de discursos e sujeitos por intermédio da análise de narrativas que apontam perspectivas diversas sobre planejamento educacional, paternalismo, troca de favores, trabalho, técnica, eficiência, fronteiras entre público e privado mediante interação e conflito com as concepções produzidas pelo poder público estadual.

Nos propósitos de efetivar planos educacionais de um Estado, centralizador, forte, protecionista e salvacionista que se intitulava promotor do desenvolvimento da educação, a dinâmica do pedir e do favor teve seu espaço valorizado e redefinido pelo poder público e nas linhas de inúmeras correspondências eivadas por promessas eleitorais, acordos políticos, trocas recíprocas que sedimentaram o cotidiano da educação local. Elementos descortinadores de um constante diálogo existente entre propósitos de planejamento, troca de favores e formas de pedir no campo educacional.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. A dimensão retórica da historiografia In: Carla Bassanezi Pinsky e Tânia Regina de Lucas. (Org.) **O Historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009

ALENCAR, Júnior José Sydrião de. **Virgílio Távora**: o coronel modernizador do Ceará. Fortaleza: 2006. Tese (Doutorado).

ARAÚJO, Douglas. **A morte do sertão antigo no Seridó**: o desenvolvimento das fazendas agropecuárias em Caicó e Florânia. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2006.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, 1981.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ. **Inventário do Acervo VirgílioTávora**. Fortaleza: Secult, 2003.

ARTIERES, Philippe. Arquivar a própria vida. In: **Estudos históricos**. FGV, n. 21, 1998/1. pp. 1-30.

BACELLAR, Carlos. Uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKY, Carla Bassaneri (Org.) **Fontes Históricas**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

BEZERRA, José Arimatea *et alli*. **Biografias, instituições, idéias, experiências e políticas educacionais**. Fortaleza: UFC, 2003.

\_\_\_\_\_. **Saberes populares e práticas educativas**. Fortaleza: UFC, 2004.

BITTENCOURT, Circe (Org.). **O saber histórico na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 1998.

BRAUDEL, Fernand. **Reflexões sobre a história**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

BURKE, Peter. **Variedades de história cultural**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

\_\_\_\_\_. **História e teoria social**. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

\_\_\_\_\_. **O que é história cultural**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

CARDOSO, Ciro Flarion Vainfans Ronaldo (Org). **Domínios da história**: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**: um longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

CASTELO, Plácido Aderaldo. **História do ensino no Ceará**. Fortaleza: Imprensa Oficial (Coleção Instituto do Ceará), 1970.

CAVALCANTE, Maria Juraci M. Bezerra. **O jornal como fonte privilegiada de pesquisa histórica no campo educacional**. FAGED/UFC. p. 3.

\_\_\_\_\_. *et alli*. **História da educação**: instituições, protagonistas e práticas. Fortaleza: UFC, 2005.

\_\_\_\_\_. (Org). **História e memória da educação no Ceará**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2002.

CERTAU, Michel de. A operação histórica. In: LE GOFF, Jaques; NORA, Pierre. **História**: novos problemas. 4. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995.

\_\_\_\_\_. **A invenção do cotidiano**: artes de fazer. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1996.

CHARTIER, Roger. **História ou a leitura do tempo**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

\_\_\_\_\_. **A história cultural**: entre práticas e representações. Rio de Janeiro: Difel, 1988.



\_\_\_\_\_. As práticas da escrita. In: CHATIER, Roger (Org.) **História da vida privada**: da Renascença ao Século das Luzes. São Paulo: Companhia das Letras, 2009 (VII).

CORBIN, Alain. O segredo do indivíduo. In: ARÍES, P E DUBY, G. **História da vida privada**: da Revolução Francesa à Primeira Guerra, t. 4. São Paulo: Cia das Letras, 1992.

CUNHA, Luiz Antônio e Góes de Moacyr. **O golpe na educação**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Ideologia e educação brasileira**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1986.

DAMATTA, Roberto. **Casa e a rua**: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

\_\_\_\_\_. Sabe com quem você está falando?: Um ensaio sobre a distinção entre indivíduo e pessoa no Brasil in: **Carnavais, Malandros e Heróis**: para uma sociologia do dilema brasileiro. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1990

DOSSE, François. **A história à prova do tempo**: da história em migalhas ao resgate do sentido. São Paulo: UNESP, 2001.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993 (2v).

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder**: formação do patronato político brasileiro. São Paulo: Globo, 1998.

FAVERI, Marlene de. Práticas de correspondência em Santa Catarina nos anos de 1937 a 1945. In: **Tempos históricos**. MC Rondon, v. 8. pp. 101-130. 1.º semestre/2006.

FERREIRA, Jorge Luiz. **Trabalhadores no Brasil**: o imaginário do povo. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.

FILIZIOLA, Júlio Neto. O Liceu do Ceará e as políticas 1975. In: CAVALCANTE, Maria Juraci Maia (Org.). **História e memória da educação no Ceará**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2002, (pp. 212-213).

FOUCAULT, Michel. **O que é um autor**. São Paulo: Vega, 1992.

\_\_\_\_\_. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1995.

\_\_\_\_\_. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

\_\_\_\_\_. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. 19. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

\_\_\_\_\_. **As palavras e as coisas**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

FREIRE, Gilberto. **Casa Grande e Senzala**. 19. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1978.

FREITAG, Barbara. **Escola, estado e sociedade**. São Paulo: Editora Moraes, 1986.

GERMANO, José Wellington. **Estado militar e educação no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1994.

GOMES, Angela Castro. A política brasileira em busca da modernidade: na fronteira entre o público e o privado. In: SCHWARCZ, Lilian Mortiz (Org.). **História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

\_\_\_\_\_. Escrita de si, escrita da História: a título de prólogo. In: GOMES, Angela Castro. **Escrita de si, escrita da história**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

GONDIM, Linda M. P. Os “governos das mudanças” (1987-1994). O Ceará dos coronéis. In: SOUZA, Simone; GONÇALVES Adelaide (*et al*) (Org.). **Uma nova história do Ceará**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002.

HEYMANN, Luciana Quillet. Indivíduo, biografia, história. In: **Estudos históricos**. Rio de Janeiro: Editora FGV, vol. 10 (N/19), 1997.

\_\_\_\_\_. Quem não tem padrinho morre pagão: fragmentos de um discurso sobre o poder. In: **Estudos históricos**. Rio de Janeiro: Editora FGV, n. 24, jul.-dez. 1999. pp. 323-349.

HOLANDA, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio, 26. ed. 1995.

HUNT, Lynn. **A nova história cultural**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. São Paulo: Editora da Unicamp, 1994.

LEVI, Giovani. Sobre a micro-história. In: BURKE, Peter (Org.). **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: UNESP, 1992.

LINHARES, Marcelo. **Virgílio Távora: sua época**. Fortaleza: Casa de José de Alencar/Programa Editorial (Coleção Alagadiço Novo, 94), 1996, p. 456.

LOMBARDI, José Claudinei; NASCIMENTO, Isabel Moura (Orgs.). **Fontes, história e historiografia da educação** (Coleção Memória da Educação). Paraná: Autores Associados, 2004.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

MAGALHÃES, Aline Montenegro. Um tear de memórias Gustavo Barroso e as escritas de si. In: **Trajetos** (Revista do Programa de Pós-Graduação em História Social e do Departamento de História da Universidade Federal do Ceará). vol. 5 (n), 9/10. Fortaleza: Departamento de História da UFC, 2, 2007.

MARTINS, José de Souza. Clientelismo e corrupção no Brasil contemporâneo. In: **O poder do atraso: ensaios de sociologia da história lenta**. São Paulo: Hucitec, 1994.

MATOS, Maria Izilda. Do público para o privado: redefinindo espaços e atividades femininas. In: CORRÊA, Mariza (Org.). **Cadernos Pagu: fazendo história das mulheres**. Campinas, São Paulo: 1995.

MCLAREN, Peter. **Rituais na escola: em direção a uma economia política de símbolos e gestos na educação**. Rio de Janeiro: Vozes, 1991.

MELO, Francisco Egberto de. **A cultura cívica na educação cearense (1963-1973)**: na tapeçaria da história, entre o “livro da professora” e os festejos à pátria e ao progresso. Fortaleza: UFC, 2006. Dissertação (Mestrado).

NAGLE, Jorge. **Educação e sociedade na primeira República**. Rio de Janeiro: DPEA, 2001.

NOVAIS, Fernando *et alli*. **História da vida privada no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

NUNES, Márcia Vidal. **Imprensa e poder**: O jornal “O Povo” durante os dois governos de Virgílio Távora (1963-1966 e 1979-1982). Fortaleza: UFC, 1991. Dissertação (Mestrado).

PACHECO, Borges. Grandezas e misérias da biografia. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes históricas**. 2. ed, São Paulo: Contexto, 2006.

PARENTE, Francisco. Josênio Camelo. **A fé e a razão na política**: conservadorismo e modernidade das elites cearenses. Fortaleza: Edições UFC, Edições UVA, 2000.

\_\_\_\_\_. O Ceará dos coronéis. In: SOUZA, Simone; GONÇALVES Adelaide (*et al*) (Org). **Uma nova história do Ceará**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002.

REIS, José Carlos. **História entre a filosofia e a ciência**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

**REVISTA BRASILEIRA DE HISTÓRIA (ANPUH)**: biografia, biografias. São Paulo, vol. 17, n. 33, 1997.

**REVISTA BRASILEIRA DE HISTÓRIA (ANPUH)**: produção e divulgação de saberes históricos e pedagógicos. vol. 24, n. 48, 2004.

RIBEIRO, Francisco Moreira. **Formas de articulação política nos anos cinquenta e início dos anos sessenta**: o caso do Ceará. Rio de Janeiro: UFRJ, IFCS, 2000. Dissertação (Mestrado).

ROCHE, Daniel. As práticas da escrita nas cidades francesas do século XVIII. In: CHARTIER, Roger. (Org.). **Práticas da leitura**. São Paulo: Estação Liberdade, 1996.

RODRIGUES, Laércio Ricardo de Aquino. Intérprete e o protestante: patrimonialismo em “Raízes do Brasil”. In: **Trajetos** (Revista do Programa de Pós-Graduação em História Social e do Departamento de História da Universidade Federal do Ceará). v. 5, 9/10. Fortaleza, dez. 2007).

RODRIGUES, Rui Martinho. O patrimonialismo na sociedade e na educação brasileira. In: **Educação em debate**. Fortaleza, Anos 17/18, n. 29-30-31 e 32. 1995, pp. 44-45.

SADER, Emir Simão. **A transição no Brasil**: da ditadura à democracia, São Paulo: Atual, 1990.

SCHWARTZMAN, Simon; BOEMNY, H.; COSTA, Vanda Maria Ribeiro (Org.). **Tempos de Capanema**. São Paulo: Paz e Terra/FGV, 2000.

\_\_\_\_\_. **Bases do autoritarismo brasileiro**. Rio de Janeiro: Campus, 1988.

SCHWARZ, Roberto. **Cultura política**. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

**SEMINÁRIO 40 ANOS DO GOLPE DE 1964-2004**: 40 anos do Golpe: ditadura militar e resistência no Brasil. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2004.

SENNETE, Richard. **O declínio do homem público**: as tiranias da intimidade. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

SEVCENKO, Nicolau. (Org.). **História da vida privada no Brasil 3**: República da Belle Epoque à era do rádio. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

SHIROMA, Oto Eneida (*et alii*). **Política educacional**. Rio de Janeiro: DPEA, 2004.

SILVA. Lucília Maria Oliveira. **Pedir, prometer e pagar (manuscritos)**: escritos, imagens e objetos dos romeiros de Canindé. Fortaleza: UFC, 2007. Dissertação (Mestrado).

SOUZA, Francisco das Chagas de Lóiola. **A regulamentação do trabalho docente no Estado do Ceará na interface Público/Privado (1942-1962)**. Fortaleza: UFC, 2006. Tese (Doutorado em Educação).

THOMPSON, Paul. **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

\_\_\_\_\_. **A voz do passado**: história oral. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

TIN, Emerson. (Org.). **A arte de escrever cartas**: Anônimo de Bolonha, Erasmo de Rotterdan, Justo Lísio. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2005.

VENANCIO, Gisele Martins. Cartas de Lobato a Vianna: uma memória epistolar silenciada pela história In: GOMES, Angela Castro (Org.) **Escrita de si, escrita da história**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

VERAS, Maria Eudes Bezerra. Estado e financiamento da educação. Fortaleza: UFC, 1990. Dissertação (Mestrado).

VIEIRA, Sofia Lerche. **História da educação no Ceará**: sobre promessas, fatos e feitos. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002.